



ORGANIZADORES

RÉGIA LÚCIA LOPES
RENATO TANNURE R. DE ALMEIDA

10 ANOS DE EXTENSÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL





10 ANOS DE EXTENSÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Campos dos Goytacazes



Essentia
EDITORA
IFFLUMINENSE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D532 10 anos de extensão de Rede Federal de Educação Profissional [recurso eletrônico] / Organizadores Régia Lúcia Lopes, Renato Tannure Rotta de Almeida. — Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2021.

Livro eletrônico (288 p.)
Modo de acesso: World Wide Web: <<https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/livros/issue/view/272>>
ISBN 978-65-87500-06-5 (e-book)

1. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia – História. 2. Ensino profissional – História – Brasil. 3. Ensino técnico – História – Brasil. 4. Extensão universitária – História – Brasil. I. Lopes, Régia Lúcia (org.) II. Almeida, Renato Tannure Rotta de (org.).

CDD 373.2460981 23. ed.

Bibliotecário-Documentalista | Henrique Barreiros Alves | CRB-7/ 6326

Essentia Editora

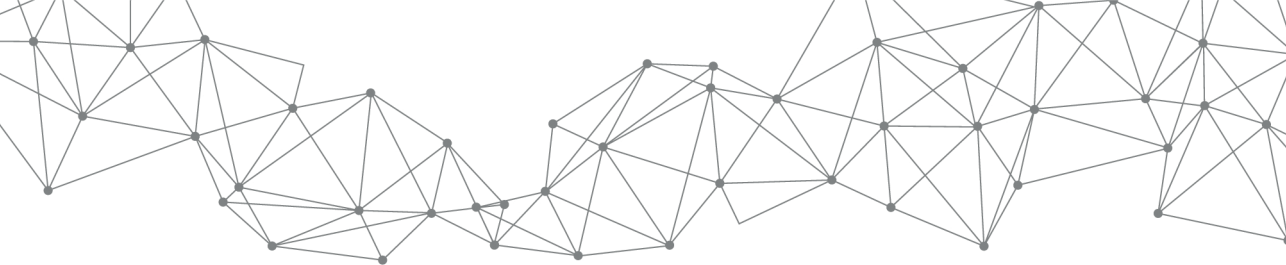
Rua Coronel Walter Kramer, 357 - Pq. Santo Antônio - Campos dos Goytacazes/RJ
CEP: 28080-565 | Tel: (22) 2737-5648 | essentia@iff.edu.br
www.essentiaeditora.iff.edu.br

Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor	Jefferson Manhães de Azevedo
Pró-Reitor de Administração	Guilherme Batista Gomes
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas	Aline Naked Chalita Falquer
Pró-Reitor de Ensino	Carlos Artur Carvalho Arêas
Pró-Reitora de Extensão, Cultura, Esporte e Diversidade	Catia Cristina Brito Viana
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	José Augusto Ferreira da Silva
Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação	Pedro de Azevedo Castelo Branco

Conselho Editorial 2020-2022 Equipe Editorial

Afonso Rangel Garcez de Azevedo (IFF)	Editor Executivo
Anders Teixeira Gomes (IFF)	Claudia Marcia Alves Ferreira
Claudia Marcia Alves Ferreira (IFF)	Comissão de Editores Científicos
Danielly Cozer Aliprandi (IFF)	Aline dos Santos Portilho
Denise Rena Haddad (IFF)	Anders Teixeira Gomes
Eldo Campos (UFRJ)	Paula Aparecida Martins Borges Bastos
Erica Nascimento da Silva (IFF)	Catálogo
Gunnar Glauco de Cunto Carelli Taets (UFRJ)	Henrique Barreiros Alves
Inez Barcellos de Andrade (IFF)	Revisão técnica
José Augusto Ferreira da Silva (IFF)	Inez Barcellos de Andrade
Kíssila da Conceição Ribeiro (IFF)	Revisão de língua portuguesa
Michele Siqueira Pessanha de Faria (IFF)	Laianni Vitória Cosme e Silva - Estagiária da COEDI/IFRN
Natalia Deus de Oliveira Crespo (IFF)	Sayara de Medeiros Xavier - Estagiária da COEDI/IFRN
Paula Aparecida Martins Borges Bastos (IFF)	Rodrigo Luiz Silva Pessoa - Revisor de textos da COEDI/IFRN
Pedro de Azevedo Castelo Branco (IFF)	Capa
Raimundo Helio Lopes (IFF)	Camila Pavoni Monteiro
Renato Barreto de Souza (IFF)	Claudia Marcia Alves Ferreira
Vicente de Paulo Santos Oliveira (IFF)	Kevin Lucas Ribeiro Areas
Wagner da Silva Terra (IFF)	Projeto Gráfico
	Camila Pavoni Monteiro
	Claudia Marcia Alves Ferreira
	Diagramação
	Claudia Marcia Alves Ferreira



SUMÁRIO

Conectados às várias realidades brasileiras por meio da Extensão.....	7
Breve histórico do Forproext.....	9
A Trajetória da Extensão no Instituto Federal Farroupilha - IFFar.....	17
A Extensão e Cultura no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul).....	25
Ações de Extensão: Conquistas e Desafios no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.....	33
A extensão no IFRN: 10 anos de consolidação de políticas para a comunidade.....	41
O caminho da extensão no Instituto Federal do Amazonas.....	51
A Extensão no Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS.....	59
A construção da política de extensão no IF Sudeste MG: uma análise do Programa Institucional de Apoio à Extensão entre 2015 e 2018.....	67
Programas de fomento à extensão no IFPR: compromisso com uma educação de qualidade social.....	77
História e Conquistas da área de Extensão e Cultura no Instituto Federal de Brasília (IFB).....	87
Pró-Reitoria de Extensão do IFNMG: Fazendo a diferença na metade norte de Minas Gerais.....	93
A Extensão fortalecendo o elo entre o IFAL e a sociedade.....	105
A construção da política de extensão no IFSP.....	111
Panorama da extensão no Instituto Federal do Espírito Santo.....	119
Extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR: Compromisso com a Comunidade.....	125
Implantação do curso de pós-graduação extensionista: um marco na gestão da extensão no IFFluminense.....	133
Ações de extensão no Instituto Federal de Rondônia: avanços e desafios....	143
Caminhos da extensão no IF Sertão-PE: um pequeno retrato.....	151
A trajetória da extensão no IFSULDEMINAS: uma década de avanços e consolidações.....	157

Características históricas e conceituais da Extensão no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.....	167
A Extensão no IFTO: 10 Anos de Contribuição para a Comunidade.....	177
A extensão no IFMG.....	185
Perfil da extensão do IFPI.....	191
O Instituto Federal do Rio de Janeiro e os Caminhos da Extensão: uma Responsabilidade Social.....	201
Tecendo os caminhos da Extensão no Instituto Federal do Pará.....	211
A extensão no Instituto Federal Baiano: nas trilhas dos saberes.....	219
Extensão do IFPE: entre história e memória.....	231
Empreender e Transformar: 10 Anos da Extensão no Instituto Federal de Mato Grosso.....	237
Extensão no IFSC: das ações pontuais às primeiras experiências de creditação curricular (2008-2019).....	247
A evolução da extensão no IFAC.....	259
Caminhos e perspectivas da Extensão no Instituto Federal Goiano.....	265
Dez anos de Extensão no IFC.....	277
Organizadores.....	287



CONECTADOS ÀS VÁRIAS REALIDADES BRASILEIRAS POR MEIO DA EXTENSÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi concebida para ter uma estreita conexão com a realidade das diversas regiões brasileiras. As atividades de Extensão são uma das principais formas de estabelecer esse contato. Elas têm o potencial de impactar a vida fora dos muros da academia e promover a transformação social, com a execução de políticas públicas e atendimento às demandas mais urgentes das comunidades.

Este livro reúne relatos sobre a trajetória da Extensão nos primeiros 10 anos da Rede Federal, que chegou ao final do ano de 2019 com mais de 16 mil ações ativas em todo o país. Relembramos aqui o caminho percorrido desde a publicação da Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais e institucionalizou a Extensão como uma de nossas missões.

É interessante ressaltar que os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) e Escolas Agrotécnicas, que deram origem aos Institutos Federais que compõem a Rede, já realizavam diversas ações de Extensão. A partir desses alicerces, vimos na última década a consolidação da área, com o fortalecimento das bases conceituais e dos programas, e a sua crescente valorização.

Fazer Extensão é buscar múltiplas compreensões do nosso papel na sociedade e no contexto em que cada um dos nossos mais de 600 *campi* está inserido, sem deixar que o saber se feche em si mesmo e produza poucos frutos. É também dar ao estudante a oportunidade de encontrar seu papel social e cidadão, estimulando que seja um agente de transformação; e é ainda permitir que a instituição sempre se renove, ajustando-se àquilo que realmente importa na vida das pessoas dentro e fora dela.

Esta publicação nos convida a revisitar as nossas conquistas para que possamos planejar os próximos passos. Nossa comunidade acadêmica,

espalhada por todo o território nacional de uma maneira tão abrangente, vivencia e enxerga em primeira mão as necessidades de cada local. Essa é a nossa grande força, evidenciada ainda mais por este livro. Com isso, podemos propor ações que nos levem a cumprir com crescente excelência a nossa função social.

Boa leitura!

Prof. Dr. Jadir Jose Pella
Reitor do Ifes - Presidente do Conif



BREVE HISTÓRICO DO FORPROEXT

*Renato Tannure Rotta de Almeida¹, Régia Lúcia Lopes²,
Wyylys Abel Farkatt Tabosa³*

As ações de extensão desenvolvidas pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica – RFEPCT se encontram amparadas pela Política Nacional de Extensão Universitária e, mais recentemente, na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE (BRASIL, 2018). Essa resolução instituiu as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, definindo princípios, fundamentos e procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país.

Esse texto apresenta um histórico do Fórum de Pró-Reitores de Extensão da RFEPCT (Forproext), que reflete a evolução da dimensão da Extensão ao longo desses 10 anos na Rede Federal de EPCT. Inicialmente denominado Fórum de Diretores de Extensão (Fordirex), em 2007, era constituído pelos então diretores de extensão e de relações empresariais da rede federal que compunham o Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet). No período de 05 a 07 de novembro de 2008, em Maceió, no então Cefet Alagoas, o Fordirex se reuniu com o objetivo de discutir a política de extensão para a Rede Federal e garantias de equidade para as dimensões institucionais. Foi elaborada então

¹ Pró-Reitor de Extensão do Ifes. Coordenador do Forproext 2018 e 2019.

² Pró-Reitora de Extensão do IFRN de setembro de 2012 e abril de 2020. Assessora de Comunicação do Forproext em 2014 e Secretária do Forproext em 2015.

³ Reitor do IFRN até abril de 2020. Coordenador da Câmara de Extensão do CONIF 2018 e 2019.

a carta de Alagoas, com defesa de preceitos que garantissem um tratamento equânime na definição das políticas educacionais dos futuros Institutos Federais, estabelecendo verdadeiramente a necessária indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Assim foram elencados como imprescindíveis para o desenvolvimento das ações de extensão:

1. Criação da Pró-reitoria de Extensão em cada Instituto Federal
2. Garantia de estrutura nos *campi* para atender às demandas da Extensão
3. Definição na matriz orçamentária de orçamento para atendimento das ações de extensão
4. Regulamentação da relação com as Fundações de Apoio, considerando que as ações desenvolvidas pelas Fundações são ações de extensão
5. Regulamentação unificada das atividades de extensão da rede federal, respeitando as peculiaridades locais, com bases nas dimensões da extensão definidas pelo Fordirex
6. Garantia de diálogo com os demais fóruns
7. Constituição das atividades de extensão como indicadores de gestão dos Institutos Federais

Em maio de 2009, o fórum já se constituiu como Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Forproext), e a partir de então se reúne ordinariamente 2 (duas) vezes ao ano e extraordinariamente quando convocado.

O Forproext propôs a criação do Programa Integrado de Extensão Comunitária e Tecnológica da RFEPCT, que foi denominado “Nilo Peçanha” – Pronilo, construído em 2010 e executado em 2011. Ademais, participou ativamente da elaboração e desenvolvimento de políticas públicas junto ao Ministério da Educação (Mec) e de outros ministérios tais como: criação do Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – Pronatec, da institucionalização do Programa Mulheres Mil, da Rede Nacional de Certificação Profissional - Certific, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, entre outros, e de busca por financiamento para as ações de extensão da Rede Federal em outros programas do governo federal.

As instituições da RFEPCT obtiveram fomento por meio de editais de apoio à extensão e pesquisa aplicada, dentre os quais podemos destacar os editais 02/2012 e 03/2012, da Setec/Mec, os editais 94/2013 e 17/2014, operados pelo CNPq em parceria com a Setec/Mec, bem como os editais do Programa Proext, da Sesu/Mec.

O Forproext esteve sempre buscando dar visibilidade e valorização para as políticas da Extensão da Rede Federal de EPCT, participando de eventos nacionais relacionados com a temática e promovendo e organizando junto à Setec/Mec os Fóruns Mundiais de Educação Profissional e Tecnológica nos anos de 2009 em Brasília, 2012 em Florianópolis e em 2015 em Recife.

Nos primeiros anos de Forproext, as atividades consistiram na construção de normatização conceitual para a Extensão Tecnológica e de movimentos para implantação de Políticas de Extensão nos Institutos Federais, visando garantir fomento para suas ações. Em 2013, o documento "Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/ Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica" foi publicado pelo Conif, que contribuiu, por meio de artigos desenvolvidos pelos integrantes do Forproext, com a discussão e a definição do conjunto de ações desenvolvidas nas instituições, permeando as relações com a sociedade brasileira (CONIF, 2013).

As temáticas trabalhadas nesse documento se iniciaram com as concepções, diretrizes e os indicadores de extensão na Rede, em seguida com as políticas de Extensão para o desenvolvimento local e regional. Também foram elencadas nesse documento as políticas de Extensão e sua integração com o mundo do trabalho, com a inclusão social e produtiva e as políticas de Cultura na Extensão.

Ao longo desses 10 anos, a troca de experiências entre os gestores das pastas de extensão tem fortalecido as ações em toda a rede. Em 2014, o Forproext realizou o mapeamento das principais ações realizadas pela Extensão na Rede Federal, ano base 2013, a partir de um questionário aplicado em todas as instituições da Rede. Foram obtidos dados de 70% do universo que compõe a rede federal e com isso se visualizou a dinâmica da extensão, que vem garantindo o desenvolvimento de políticas públicas e o diálogo da rede federal com a comunidade brasileira. Em 2015, o Forproext produziu o documento encaminhado ao Conif com contribuições elaboradas na XIII Reunião ordinária, que visou atualizar conceitos e classificações, permitindo uma melhor compreensão e organização da extensão em nossas Instituições.

A gestão do Forproext

O Forproext/Fordirex tem sua gestão feita por uma Coordenação Nacional, que é anualmente eleita para conduzir, junto ao Conif, o

assessoramento para as ações de extensão na rede federal. O fórum teve sua constituição inicial formada por uma coordenação geral e coordenações regionais. A coordenação geral é composta por 01 Coordenador(a); 01 Vice-coordenador(a); 01 Secretário(a); e 01 Assessor(a) de Comunicação e Informação, e as coordenações regionais de um coordenador e vice-coordenador. A partir de 2019, foi criada a posição de 2º Secretário(a), totalizando 5 (cinco) membros para a coordenação nacional, permitindo a representação de todas as regiões do Brasil (Quadro 1).

Quadro 1 - Relação dos coordenadores gerais do Forproext entre 2007 a 2019 (continua)

2007/2008	Coordenador(a)	Carla Nogueira Patrão	Cefet Campos-RJ
	Více-Coord.(a)	Renato Louzada Meireles	Cefet Pelotas –RS
	Secretário(a)	Paulo Francinete Silva Júnior	Cefet-GO
	Asses. Comunicação	Cláudia Silva Santos	Cefet-PE
2009/2010	Coordenador(a)	Renato Louzada Meireles	IF Sul
	Více-Coord.(a)	Dacio Lopes Camerino Filho	IFAL
	Secretário(a)	Sandra Magni Darwich	IFAM
	Asses. Comunicação	Ana Cláudia Galvão Xavier	IFPI
2011	Coordenador(a)	Wylllys Abel Farkatt Tabosa	IFRN
	Více-Coord.(a)	João Vicente Neto	IFMT
	Secretário(a)	Lenir Antonio Hannecker	IFRS
	Asses. Comunicação	Ana Cláudia Galvão Xavier	IFPI
2012	Coordenador(a)	Wylllys Abel Farkatt Tabosa	IFRN
	Více-Coord.(a)	João Vicente Neto	IFMT
	Secretário(a)	Sandra Magni Darwich	IFAM
	Asses. Comunicação	Ana Cláudia Galvão Xavier	IFPI
2013	Coordenador(a)	Rafael Barreto Almada	IFRJ
	Více-Coord.(a)	Sandra Magni Darwich	IFAM
	Secretário(a)	Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq	ICE
	Asses. Comunicação	Giano Luis Copetti	IFB
2014	Coordenador(a)	Giano Luis Copetti	IFB
	Více-Coord.(a)	José Carlos Brancher	IF Catarinense
	Secretário(a)	Paula Aparecida Martins Borges Bastos	IFF
	Asses. Comunicação	Régia Lúcia Lopes	IFRN
2015	Coordenador(a)	Manoel José Porto Júnior	IF Sul
	Více-Coord.(a)	Giano Luis Copetti Brancher	IFB
	Secretário(a)	Régia Lúcia Lopes	IFRN
	Asses. Comunicação	Wilson de Andrade Matos	IFSP

Quadro 1 - Relação dos coordenadores gerais do Forproext entre 2007 a 2019 (conclusão)

2016	Coordenador(a)	Wilson de Andrade Matos	IFSP
	Vice-Coord.(a)	Sebastião Nunes da Rosa Filho	IF Goiano
	Secretário(a)	Vania Maria de Medeiros	IFPB
	Asses. Comunicação	Érika da Costa Bezerra	IFAP
2017	Coordenador(a)	Wilson de Andrade Matos	IFSP
	Vice-Coord.(a)	Sebastião Nunes da Rosa Filho	IF Goiano
	Secretário(a)	Vania Maria de Medeiros	IFPB
	Asses. Comunicação	Renato Tannure Rotta de Almeida	IFES
2018	Coordenador(a)	Renato Tannure Rotta de Almeida	IFES
	Vice-Coord.(a)	Sandra Magni Darwich	IFAM
	Secretário(a)	Profa. Régia Lúcia Lopes	IFRN
	Asses. Comunicação	Marcus Vinícius Taques Arruda	IFMT
2019	Coordenador(a)	Renato Tannure Rotta de Almeida	IFES
	Vice-Coord.(a)	Marcus Vinícius Taques Arruda	IFMT
	1º Secretário(a)	Raquel Lunardi	IF Farroupilha
	2º Secretário	Fabrcício Medeiros Alho	IFPA
	Asses. Comunicação	Ricardo Barbosa Bitencourt	IF Sertão Pernambuco

Fonte: Registros das reuniões do Forproext

O Fórum tem como uma de suas formas de trabalho a constituição de grupos de trabalho (GT) em temas que tratam da sistematização e organização da extensão na RFEPCT e de outras pautas importantes tais como a inserção da extensão nos currículos (curricularização), programa de fomento, sistema de informações, indicadores da extensão, etc. Os grupos se reúnem durante as reuniões e apresentam os estudos feitos em forma de relato, ao final, para que sejam tomados encaminhamentos necessários aos debates realizados.

Considerando as reuniões regularmente realizadas e a atuação dos grupos de trabalho, destacamos a seguir as principais contribuições do Forproext para o desenvolvimento da Extensão na RFEPCT nos últimos anos:

- A participação do Forproext na elaboração das diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que resultou na publicação da Resolução Nº 7 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, que regulamenta a implantação das atividades curriculares de extensão em cursos superiores;
- A contribuição para as diretrizes para as políticas de inovação das instituições da RFECPT, apresentada em 2019 ao Forpog e aos

coordenadores dos Núcleos de Incubação Tecnológica (NIT) da RFEPCT, resultante de discussões e grupos de trabalho sucessivos no âmbito do Forproext;

- A participação na estruturação de programas e projetos para apoio a ações de extensão da RFEPCT junto ao Mec e outros ministérios e órgãos da administração pública federal;
- Os sucessivos mapeamentos de ações de extensão e das características da atuação das Pró-reitorias de Extensão da RFEPCT, acumulando melhorias no instrumento e formas de realização dos levantamentos anuais;
- O avanço para a definição de indicadores da extensão para a RFEPCT, que mais recentemente foram alinhados aos Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária, elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), com a participação de diversas instituições da RFEPCT;
- O estímulo à participação das instituições da RFEPCT nos programas Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), favorecendo a geração de renda local e uma alimentação estudantil mais saudável.

Dentre as perspectivas para a atuação do Forproext, destacam-se a necessidade de apoiar a ampliação das inserção curricular das atividades de extensão em cursos superiores da RFEPCT, avançando também para os currículos de cursos técnicos; de estruturação de estratégias de comunicação para dar mais visibilidade às ações de extensão da RFEPCT; de criação de uma base de dados auditável sobre as ações de extensão da RFEPCT, a partir da padronização de um conjunto de informações e indicadores comuns a todas as instituições; de elaboração de diretrizes para as políticas de inovação, de cultura, de inclusão social e de empreendedorismo da RFEPCT; da estruturação de ações em rede de âmbito nacional, integradas às políticas públicas do Governo Federal, nas diversas áreas temáticas da Extensão.

Nos primeiros dez anos da RFEPCT, vivenciamos uma expansão exponencial de suas instituições. Foram anos de construção e adaptações, a partir de um modelo de educação profissional voltada primordialmente para o ensino, majoritariamente ofertado na forma de cursos técnicos de nível médio. Este modelo das escolas técnicas e agrotécnicas evoluiu e foi replicado enquanto se transformava na atual RFEPCT, que tem como principal característica ser bem distribuída territorialmente.

Neste sentido, a Extensão tem um papel fundamental, pois cabe às ações de extensão a função principal de promover a inserção territorial da educação profissional, produzindo impactos positivos nos ambientes sociais e produtivos locais e regionais, a partir da atuação das unidades da RFEPCT. Entendemos que a ampliação e a consolidação das ações de Extensão são fundamentais para promovermos uma educação realmente transformadora e conectada, de forma muito próxima, com as diversas realidades do país, contribuindo de maneira decisiva para o cumprimento das finalidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Referências

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 18 dez. 2018.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (Brasil). Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Extensão Tecnológica**. Cuiabá, MT: CONIF IFMT, 2013.



A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - IFFAR

*Raquel Lunardi⁴, Ana Carla S. Gomes⁵, Denise V. Batalha⁵,
Rafaela Vendruscolo⁵*

Compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação do conhecimento científico com os saberes locais e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região em que está inserida, a Extensão integra as atividades de Ensino e de Pesquisa às demandas da população. Dessa forma, as instituições de ensino promovem a formação de um profissional capaz de atuar na realidade social a partir de uma visão integrada da sociedade e com a construção de conhecimentos e inovações capazes de contribuir na diminuição das desigualdades sociais. Nessa trajetória conceitual, a extensão passou por ressignificações, foi se apropriando de diferentes espaços acadêmicos e comunitários, considerando as múltiplas e recíprocas relações com a sociedade (CONIF, 2013; NOGUEIRA; LOPES; HEPSTER, 2016).

A lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008) traz em seus princípios a relevância da Pesquisa e da Extensão para produção de conhecimento e soluções técnicas e tecnológicas que beneficiem a sociedade. Por meio da Extensão, é possível promover a difusão, socialização e democratização do conhecimento produzido e existente nos Institutos Federais. Ao estabelecer uma relação dialógica entre o conhecimento acadêmico, o tecnológico e as comunidades, a Extensão promove a troca de saberes, numa inter-relação entre ambos. De acordo com Heringer e Marinho (2018), a criação dos Institutos Federais

⁴ Pró-reitora de Extensão do IFFar

⁵ Servidores da Pro-reitoria de Extensão do IFFar

foi um processo inovador de interiorização da educação profissional que permitiu aos municípios de todas as regiões brasileiras serem território de oportunidades educacionais para milhares de estudantes.

Nesse contexto, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) foi criado a partir da união de duas autarquias cinquentenárias, o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, com as recém-constituídas Unidades de Ensino Descentralizadas de Júlio de Castilhos e Santo Augusto, integrando-se os territórios das regiões Central, Noroeste e Oeste do Rio Grande do Sul (JARDIM, 2018). Inserida nesse contexto, a política institucional do IFFar, expressa no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) e (2019-2026), apresenta diretrizes que norteiam o desenvolvimento de ações voltadas para a resolução de problemas locais e regionais. Assim, ao longo de 11 anos, o IFFar desenvolve ampla diversidade de ações de ensino, pesquisa e extensão, articuladas com os arranjos produtivos locais.

Em consonância com essa política, este artigo pretende descrever algumas das atividades norteadoras da extensão no IFFar. Dessa forma, faremos um breve relato das políticas institucionais e seus resultados nos últimos três anos, bem como o futuro da extensão no IFFar.

As Políticas de extensão no IFFar e seus resultados

As políticas de extensão no IFFar foram sendo modificadas ao longo dos 11 anos de instituição, adaptando-se às necessidades e contextos políticos de cada período. Como forma de incentivar a realização da extensão, inicialmente, as políticas fomentavam, por meio de bolsas, os servidores extensionistas. Com a afirmação dessa prática entre os servidores, tornou-se necessário promover incentivos, por meio de bolsas, à inserção dos estudantes nas práticas extensionistas. Desde sua criação, o IFFar promoveu a política de extensão através do Programa Institucional de Incentivo à Extensão⁶, este perdurando até 2015, quando foi substituído por um conjunto de programas institucionais. A partir de 2015 foram incentivadas ações em dimensões que até então não estavam sendo exploradas pela extensão, como os Projetos culturais, artísticos, científicos, tecnológicos e esportivos e o Empreendedorismo e associativismo.

⁶ Resolução CONSUP Nº 002/2010 de 23 de fevereiro de 2010 – Regulamento para o Programa Institucional de Incentivo à Extensão (PIIEX).

Para atender a estas dimensões, foram organizadas políticas e programas institucionais, como o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, o Programa de Inclusão Social, o Programa de Acompanhamento de Egressos, a Política de Arte e Cultura; a Política de Esporte e Lazer, a Política de Empreendedorismo e de Inovação Social, e a Política de Ações Internacionais. Essas ações de extensão, desde então, são promovidas por meio, principalmente, do fomento a editais específicos com recursos para o custeio das atividades e para bolsas de incentivo aos estudantes envolvidos com a extensão, garantindo, assim, as especificidades de cada política institucional. Essa forma de gestão, aliada às estratégias de divulgação e de formação sobre a extensão, resultou em ações articuladas às demandas das regiões de abrangência do IFFar, atendendo às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (IFFAR, 2019), bem como no aumento significativo do número de ações propostas, de servidores e de estudantes envolvidos nos anos de 2016 a 2019. Em 2016, 112 ações de extensão foram concluídas, havendo aumento para 320 em 2017, 332 em 2018 e 348 em 2019 (IFFAR. SIGAA, 2019). Além do aumento no número de ações de extensão submetidas, observa-se uma melhoria na qualidade da escrita dessas ações, que é reflexo de um processo educativo que se deu por meio da formação de servidores e estudantes no que diz respeito à extensão. Esses processos de formação foram criados a partir do processo dialógico com a comunidade interna da instituição, através da "Proex no *Campus*" e do Curso de Formação de extensionistas. A "Proex no *Campus*" consiste em visitas da equipe da Proex nos *campi*, momento em que são realizadas reuniões com servidores e estudantes para divulgação dos editais, interação com a comunidade acadêmica a respeito de demandas internas e externas ao IFFar. Essa estratégia foi fundamental para a formação de uma gestão democrática, possibilitando a construção conjunta do fazer extensão. Uma das ações que exemplifica essa construção é o edital de ações de extensão, proposto por estudantes, lançado no ano de 2019 e pensado a partir de diálogos com o corpo discente nos *campi* visitados.

Aliada a esta ação da "Proex no *Campus*" está o Curso de Capacitação de Gestores da Extensão e do Curso de Formação Extensionista. O Curso de Formação de Gestores de Extensão, que está na sua quinta edição e tem como objetivo qualificar a gestão das práticas extensionistas nos *campi*, buscando a qualificação dos processos de operacionalização das Políticas de Extensão do IFFar. Além disso, também foi criado o Curso de Formação de Extensionistas, na modalidade a distância, que busca qualificar os servidores do IFFar para a promoção da extensão, tanto em relação às

concepções e princípios, quanto à operacionalização das políticas com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes, o exercício da cidadania plena e o desenvolvimento local e regional. Dessa forma, são promovidos momentos de formação que foram pensados a partir do espaço que cada ator ocupa.

Além das ações de formação, a Proex buscou ampliar as oportunidades de divulgação das atividades de extensão, que são proporcionadas nacionalmente a partir da participação de servidores e estudantes no Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (Seurs) e no Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (Cbeu). Considerados os principais eventos sobre extensão em Instituições de Ensino Superior, esses têm como objetivo reunir as comunidades acadêmicas para intercâmbio interinstitucional e discussão sobre os desafios da extensão nas instituições de ensino no Brasil.

A promoção da Extensão no IFFar estimulou maior integração com as comunidades locais que passaram a demandar por ações, sobretudo nas áreas de educação, tecnologia e produção, sociais e cultura. Além disso, essas são as áreas do conhecimento que abrangem os eixos formativos mais ofertados nos *campi* do IFFar, construídos em consonância com as potencialidades dos arranjos produtivos locais.

Além do aumento do número de projetos e da articulação com a comunidade, esse processo de construção de conhecimento e operacionalização da prática extensionista resultou no aumento gradativo do número de estudantes e servidores envolvidos. Em 2016 foram disponibilizadas 358 bolsas para estudantes. Já em 2017 foram 475 e em 2018 480 bolsas, tendo um acréscimo de mais de cem bolsas em três anos. Além dos bolsistas houve um significativo aumento no número de estudantes voluntários, sendo respectivamente, de 201, 938 e 815. Estes dados mostram um aumento de 26% de estudantes bolsistas e de 76% de estudantes voluntários de 2016 para 2018. As bolsas de extensão ao estudante são importantes para a realização das ações e a participação destes, mas não constitui fator de motivação principal visto que, anualmente, observa-se o aumento significativo do número de estudantes voluntários nas ações de extensão. Aliado ao incentivo das bolsas está o entendimento de que as ações de extensão devem ser realizadas com os estudantes, visto que, de acordo com as diretrizes do IFFar, a extensão deve contribuir para a formação cidadã do estudante.

Esse aumento no número de estudantes provocou, conseqüentemente, um aumento no número de docentes e de Técnicos Administrativos em

Educação (TAE) envolvidos nas ações de extensão. Em 2016 foram 81 docentes e 19 TAE, em 2015 este número aumentou para 170 docentes e 30 TAE e em 2018 esse número subiu para 225 docentes e 40 TAEs. Esse aumento nos números deve-se, também, ao reconhecimento do extensionista no IFFar, expresso na Resolução CONSUP 046/2016 e na Resolução CONSUP nº 047/2016 (IFFAR, 2016a, 2016b). Na primeira, as ações de extensão são incentivadas por meio de práticas educativas articuladas com a pesquisa aplicada, com o objetivo de atender as demandas regionais diagnosticadas no contato constante com a comunidade externa, e a segunda normatiza o fomento destas ações. Além disso, o incentivo à prática extensionista entre os docentes do IFFar foi normatizada na Regulamentação da Atividade Docente com carga horária destinada à coordenação ou colaboração de programas e projetos (IFFAR, 2018b). Ações que resultaram na maior participação dos docentes como coordenadores de ações de extensão. Entretanto, observa-se, também, um aumento significativo da participação de servidores técnico-administrativos em educação nas ações de extensão.

Além dos editais de fomento, os servidores e estudantes são estimulados a desenvolverem ações de empreendedorismo, como a criação de Empresas Juniores. Essa política institucional está regulamentada por meio da Instrução Normativa nº 02/2016, em que estão descritas as atribuições e o funcionamento dessas empresas no IFFar (IFFAR, 2016c) e ao esporte pelo incentivo à participação nos jogos estudantis, nas etapas local, regional e nacional que mobilizam os estudantes e divulgam o IFFar nacionalmente, sendo que, anualmente, mais de 800 estudantes são envolvidos. Além disso, anualmente são promovidos os Jogos dos Servidores com a participação de todas as unidades.

O IFFar nos últimos anos tem reavaliado as suas políticas de fomento e incentivo às ações de extensão. Uma das principais mudanças que está ocorrendo é a compreensão da extensão como uma das ferramentas no processo de ensino-aprendizagem do estudante. A extensão deve fazer parte da formação de forma integral e orgânica. Outra mudança significativa diz respeito à capacitação. O IFFar tem lançado mão de diferentes estratégias de formação para servidores e estudantes e isso tem dado resultados positivos para a instituição. Muito ainda tem a ser conquistado, no entanto, a instituição está no caminho certo e o futuro da extensão é estar presente nos currículos, não só para atender a uma legislação, mas como um processo formativo.

O futuro da Extensão no Instituto Federal Farroupilha

Atualmente, o cenário é de ampliação do número de ações, de servidores e estudantes envolvidos, partindo do pressuposto de que a Extensão é uma importante ferramenta para a formação acadêmica com qualificação do estudante, e a aproximação da instituição na comunidade local. Quando aliada ao ensino e à pesquisa, os resultados não são somente de atendimento a uma demanda da comunidade local, mas também de formação acadêmica que, de forma orgânica, alia o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa é a missão do IFFar e deverá ser ampliada com a curricularização da extensão e da pesquisa nos diferentes níveis e modalidades de ensino. A curricularização da extensão no IFFar, já em processo por meio de projetos pilotos, é um dos desafios para as transformações vindouras.

Destaca-se, também, o desafio de estimular o empreendedorismo e a geração de trabalho e renda por meio da implantação da Incubadora Social do Instituto Federal Farroupilha, a ISIFFar. Em processo de institucionalização e início dos primeiros processos de incubação, o desafio posto é a continuidade e ampliação da aproximação do IFFar com as populações em situação de vulnerabilidade social visando a redução das desigualdades sociais e a transformação dos problemas sociais em tecnologias sociais, por meio da interlocução entre o conhecimento científico e o saber local. A ISIFFar está organizada em Núcleos de Incubação nos *campi* e busca trabalhar, principalmente, com as comunidades em situação de vulnerabilidade social com foco na geração de trabalho e renda, envolvendo servidores e estudantes para a assessoria e a formação desses grupos.

Soma-se a isso a qualificação dos processos de acompanhamento e avaliação das ações de extensão, as quais auxiliarão nas possíveis reformulações das políticas, dos programas e dos instrumentos destes na Proex. Pela característica dinâmica dos desafios que envolvem a Extensão, a Proex está constantemente buscando compreender as necessidades das regiões de abrangência do IFFar, buscando qualificar os processos de inserção e de interação com a comunidade e, assim, cumprindo a função social do Instituto Federal.

Para não concluir

Para não concluir, pois temos muito a avançar ainda, não só no aumento do número de ações e de estudantes envolvidos, mas também nos processos

formativos da extensão. Nos últimos três anos buscou-se ampliar as ações de formação dos servidores e estudantes, o que culminou na qualidade das propostas submetidas. Aliado a isto, busca-se desenvolver metodologias de acompanhamento e avaliação das ações de extensão, articuladas aos indicadores da Rede Federal. Avançamos em dimensões que até então não tinham sido incentivadas, sobretudo as de inovação e empreendedorismo.

A extensão deve ser vista a partir de sua importância de desenvolvimento local e de formação acadêmica e o IFFar tem demonstrado isso na sua política institucional. As prioridades para o futuro vêm ao encontro da política nacional de curricularização da extensão.

Referências

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (Brasil). Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Extensão Tecnológica**. Cuiabá, MT: CONIF IFMT, 2013.

IFFAR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha 2014-2018**. Santa Maria, RS: IFFar, 2014. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/8369-plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018>. Acesso em: ago. 2019.

IFFAR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha 2019-2026**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026>. Santa Maria, RS: IFFar, 2018a. Acesso em: ago. 2019.

IFFAR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução CONSUP nº 46/2016**. Regulamento de ações, programas e projetos de pesquisa, ensino, extensão, desenvolvimento

institucional e inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria, RS: IFFar, 2016a. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentações-e-legislação/item/382-regulamentações-e-legislação>. Acesso em: out. 2019.

IFFAR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução CONSUP nº 47/2016**. Normas para projetos de pesquisa ensino, extensão, desenvolvimento institucional e inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria, RS: IFFar, 2016b. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentações-e-legislação/item/382-regulamentações-e-legislação>. Acesso em: out. 2019.

IFFAR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Instrução Normativa nº 02/2016**. Normatiza a criação, atribuições e funcionamento das Empresas Juniores do IF Farroupilha. Santa Maria, RS: IFFar, 2016c. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamenta%C3%A7%C3%B5es-e-legisla%C3%A7%C3%A3o/item/2275-instru%C3%A7%C3%A3o-normativa-02-2016-normatiza-a-cria%C3%A7%C3%A3o,-atribui%C3%A7%C3%B5es-e-funcionamento-das-empresas-juniores-do-if-farroupilha-57d9a97fc22be>. Acesso em: out. 2019.

IFFAR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução CONSUP nº 80/2018, de 13 de dezembro de 2018**. Aprova o Regulamento da Atividade Docente (RAD) do Instituto Federal Farroupilha. Santa Maria – RS: IFFar, 2018b. Disponível em: https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: nov. 2019.

IFFAR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. SIGAA. **Sistema Integrado de Gestão**. Disponível em: <https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigaa/xtensão/menu.jsf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

JARDIM, C. C. **Apresentação**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS: a história de uma década de oportunidades, transformando vidas. In: GARCEZ, C. L. *et al.* **IFFar 10 anos**: ensaios dessa trajetória. Santa Maria, RS: IFFar, 2018.

NOGUEIRA, A. C. O.; LOPES, D. O.; HETSPER, R. V. Reflexões e Práticas Extensionistas na Unipampa. **Cadernos de Formação**, 2016.



A EXTENSÃO E CULTURA NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE (IFSUL)

*Gisela L. Duarte⁷, Edgar Antônio C. Mataredona⁸, Sandra C.Vieira⁸,
Rafael Madruga Pereira⁸, Rafael L. Pereira⁸, Miguel R.Felberg⁸*

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que foram as precursoras das Escolas Industriais e Técnicas (ET) e dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet) e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Estas escolas tinham como objetivo desenvolver políticas educacionais de ensino profissional primário voltadas às “classes desprovidas”, diferentemente do que hoje se configura a rede federal, que se propôs mudanças desde o público-alvo até a forma de ensino.

Os Institutos Federais ampliaram sua área de atuação, se estruturando para que todas as pessoas tenham acesso às novas tecnologias, através da diversificação de programas e cursos, com o objetivo de elevar os níveis da qualidade da oferta. Neste cenário de mudanças, surge os pilares desta nova Institucionalidade: o ensino de excelência, a pesquisa aplicada e a extensão, como promotores do desenvolvimento científico e tecnológico.

A extensão se caracteriza como o elo que estabelece a relação Instituição – Sociedade, promovendo ações que interligam os problemas e as demandas da comunidade ao conhecimento produzido, promovendo um espaço de diálogo, debate e transformação social.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense – IFSul, com sede e foro na cidade de Pelotas, estado do Rio

⁷ Pró-reitora e Extensão do IF Sul Riograndense: giseladuarte@ifsul.edu.br

⁸ Servidores da Proex do IF Sul Rio Grandense

Grande do Sul, foi criado a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, em 29 de dezembro de 2008, nos termos da Lei nº 11.892, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação.

O IFSul é formado pela Reitoria e por 12 *campi*, sendo eles: Pelotas (1943), Pelotas – Visconde da Graça (1923), Charqueadas (2006), Sapucaia do Sul (1996), Passo Fundo (2007), Camaquã (2010), Venâncio Aires (2010), Bagé (2010), Santana do Livramento (2010), *Campus* Sapiranga (2013), *Campus* Gravataí (2013) e *Campus* Lajeado (2013); além de dois *campi* Avançados: Novo Hamburgo e Jaguarão (2014). Possui mais de 24 mil alunos matriculados, mais de 950 docentes em tempo integral, distribuídos entre os 251 cursos Técnicos, Superiores e de Pós-Graduação (especialização e mestrado), além de 799 técnicos administrativos. Na área da extensão, no ano de 2018, desenvolveu 223 ações, entre cursos, eventos, projetos e programas, possibilitando o envolvimento de 420 estudantes, sendo 123 destes bolsistas, contando, ainda, com a participação de 899 servidores nestas ações extensionistas.

Dessa forma, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, através da Pró-reitoria de Extensão e Cultura, para nortear o desenvolvimento das ações extensionistas, no âmbito de seus 14 *campi* e Reitoria, aprovou junto ao seu Conselho Superior no ano de 2018, sua Política de Extensão e Cultura. Nesse sentido, estabelece em seu Art.1:

A Política de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFRSul) tem a finalidade de orientar o desenvolvimento da Extensão no âmbito da Instituição, promovendo a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental junto às comunidades de abrangência, articulando Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva do desenvolvimento local e regional, em consonância com a legislação vigente para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFRSul, 2018, p.4).

Neste contexto, apresentaremos a seguir os novos caminhos, traçados pelo IFSul, na busca pela consolidação da Extensão como instrumento de transformação da realidade social com melhoria da qualidade de vida da população, através de mecanismos e iniciativas que incrementaram e motivaram a participação de nossos servidores e estudantes, gerando resultados e avanços positivos na prática extensionista da nossa Instituição.

A comunidade como ponto de partida

A Lei de criação dos Institutos Federais tem como um de seus objetivos desenvolver atividades de extensão articuladas com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. A partir disso, podemos ressaltar que a extensão ocorre a partir da comunidade, proporcionando o acesso aos conhecimentos construídos e experiências acadêmicas. As comunidades são partícipes das realidades construídas, da autonomia e geração de renda, do empoderamento e transformação de vida das pessoas envolvidas na ação.

Exemplo de articulação com a comunidade, o Curso Cuidando do Cuidador, na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), em parceria com a Secretária de Assistência Social (SAS), da Prefeitura Municipal de Pelotas, tem o objetivo de atualizar as competências profissionais destinadas ao cuidador institucional de pessoas que requerem atenção social especial, prezando pela qualidade de vida, cidadania e bem-estar social, tanto do(a) cuidador(a) quanto da pessoa cuidada. O ponto de partida para a criação do curso foi a iniciativa dos servidores da Reitoria do IFSul, que buscam realizar ações de extensão voltadas a solucionar problemas enfrentados pela comunidade na qual o instituto está inserido.

Nesse sentido, em 2017 nossos Editais foram reformulados, com base em significativas observações feitas pela Câmara de Extensão e Cultura (Camex), sendo utilizada uma nova metodologia para avaliação das propostas, com o objetivo de otimizar as reuniões da Camex e atribuir mais qualidades nas realizações de suas avaliações. O Edital do Programa Ana Terra, foi lançado no ano de 2018 de forma inédita, com o objetivo de capacitar e ressignificar a vida de mulheres em vulnerabilidade social, das comunidades de abrangência do IFSul. Dessa forma, as mulheres participantes são oriundas do cadastro já existente nas Secretarias de Assistência Social dos municípios, e nas comunidades de bairros e associações de cunho social.

O evento "Conversando sobre Extensão", que ocorre anualmente, nos *campi* e Reitoria, tem a participação da equipe da Proex, com o objetivo de, não apenas fomentar a participação nos editais de extensão e cultura, auxiliando nas diversas dúvidas da comunidade em geral, mas também, reforçar a importância de atender a dimensão da "interação dialógica". O atendimento

a essa dimensão consolida a relação do IFSul com a comunidade externa, marcada pelo diálogo, reconhecimento e compartilhamento de saberes.

A Proex atua como membro representativo do IFSul nos Conselhos Municipais da Mulher, do Idoso e de Cultura, no Conselho Administrativo do Pelotas Parque Tecnológico e no Conselho de Desenvolvimento Regional e Inovação, na indução de políticas públicas voltadas aos interesses e necessidades da população, nestes segmentos. O IFSul participa junto aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Saúde, Alimentos e Pólo Naval contribuindo, significativamente, para a transformação da comunidade sobre a qual incidem suas ações de extensão, colaborando para a efetividade na solução dos problemas sociais e culturais em âmbito local, regional e nacional. Com esta ação, busca-se atender mais uma das dimensões fundamentais da extensão: o impacto na transformação social.

O Edital de Diversidade Cultural foi modificado em sua temática e modalidades, proporcionando maior e mais ampla participação de servidores e estudantes, tendo como principal objetivo a integração entre a instituição e as comunidades onde ela está inserida, por meio da democratização do acesso aos bens culturais, da promoção e valorização dos conhecimentos das expressões – das culturas populares e tradicionais. Outro estímulo ao desenvolvimento de atividades culturais e artísticas é o Edital de Eventos Culturais, eventos estes que possibilitam a divulgação do conhecimento produzido na Instituição, e que permitem o diálogo entre esta e a sociedade, além de incentivar a circulação da produção artística e cultural como meio de promoção do desenvolvimento social.

Através da Galeria Cultural, instalada no prédio da Reitoria, o IFSul tem o objetivo de divulgar trabalhos artísticos e culturais, através de exposições que articulem ensino, pesquisa e extensão, e que favoreçam um diálogo entre a instituição e a comunidade, tendo a arte e a cultura como veículo de mediação.

Sendo assim, ao entender a comunidade como ponto de partida das ações extensionistas, a extensão atua, de forma eficaz, como instrumento de transformação da realidade social com melhoria da qualidade de vida da população.

O protagonismo estudantil

A extensão deve ser considerada, por todas as características que possui, como um espaço de formação do estudante, com a capacidade

de ampliar seu horizonte para além da sala de aula, na compreensão das realidades sociais, visualizando a aplicabilidade real das suas construções de conhecimento. Dessa forma, o estudante é colocado em contato com públicos externos à instituição, possibilitando que novos conhecimentos se apresentem, além daqueles já proporcionados no ambiente acadêmico.

A diretriz da extensão “impacto na formação do estudante”, que pressupõe o aprendizado mútuo, com a comunidade, na formação de profissionais cidadãos capacitados para a vivência social, política, solidária e participativa na solução de questões relevantes da sociedade, deve ter papel relevante na proposição de ações de extensão. Tal objetivo é priorizado na elaboração dos editais da Proex, quando ressaltamos o protagonismo estudantil, considerando o estudante como o principal ator no levantamento de demandas, identificação dos problemas, e proposição de soluções. Na consolidação dessa importância, o Edital de Fluxo Contínuo, a partir de 2018, passa a possibilitar a participação dos estudantes como proponentes nas modalidades projetos e eventos.

Neste sentido, outro ineditismo ocorre, através do Edital “Introdução ao Mundo Científico” em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (Propesp), proporcionando aos estudantes egressos e em conclusão de curso o aperfeiçoamento de suas capacidades como pesquisadores e extensionistas. O apoio institucional às iniciativas estudantis, voltadas à organização e funcionamento de empresas juniores, é regido por regulamento próprio, incentivando e estimulando a capacidade empreendedora dos estudantes e sua formação acadêmica, por meio da experiência profissional e empresarial, ainda em ambiente acadêmico.

Quando reforçamos o protagonismo estudantil nas ações de extensão, buscamos desenvolver suas aptidões, através das experiências vivenciadas que potencializam a formação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.

As ações inovadoras na Extensão no IFSul

A inovação na extensão tem como objetivo despertar e estimular o desenvolvimento social, o espírito crítico, a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação. O IFSul, através do Edital de Fomento para Ações Extensionistas Inovadoras prevê o fomento de ações de Extensão e Cultura que possibilitem a ampliação do acesso às tecnologias sociais e ao fortalecimento do desenvolvimento regional, priorizando

propostas que buscam interação com instituições públicas de ensino, instituições científicas e tecnológicas, arranjos produtivos locais, iniciativas da economia social e solidária, associativismo e cooperativismo, de modo que contribuam para o bem-estar das pessoas e das comunidades. Assim, as ações devem ser inovadoras no desenvolvimento, aperfeiçoamento e/ou na reaplicação de tecnologias, processos e/ou metodologias que resultem em novos produtos, serviços ou processos, e que viabilizem oportunidades de inclusão produtiva e social. Consequentemente, propostas de eventos e cursos, por exemplo, devem contemplar abordagens criativas que privilegiem a difusão de tendências, experiências e ações efetivas de extensão, focadas nas temáticas inovadoras.

Dentro deste contexto, sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proex) e da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Propesp), a Rede de Incubadoras do IF Sul é o agente de fomento e desenvolvimento da cultura do empreendedorismo e da inovação em áreas compatíveis com a atuação de ensino, pesquisa e extensão da Instituição. Através de empreendimentos de base tecnológica, empreendimentos de base tradicional, empreendimentos econômicos solidários, e empreendimentos culturais, dentre outros, podendo ser mistas e/ou multissetoriais, e alinhadas com as áreas de atuação dos *campi* nos quais se localizam, a Rede é responsável pelas unidades incubadoras constituídas, pelas atividades de pré-incubação, incubação e graduação, proporcionando ambiente e condições de funcionamento adequados para os empreendedores e seus empreendimentos.

Perspectivas futuras para a Extensão do IF Sul

A curto prazo, é objetivo consolidar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, através de um currículo em que o projeto pedagógico intensifique, aprimore e articule as ações de extensão no itinerário formativo dos estudantes. Este processo de curricularização da extensão pode ser executado de maneira interdisciplinar, com a interação de conceitos, metodologias e experiências oriundos das diversas áreas do conhecimento. Tal ação é estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), e regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.

Necessário se faz ampliar as visitas gerenciais, na busca constante pelo diálogo e pelo conhecimento dos diferentes contextos organizacionais na

prospecção de parcerias, trocas de experiências e realização de atividades conjuntas com o setor produtivo e os segmentos sociais da região do entorno dos *campi* do IFSul.

O planejamento baseia-se na realização de 40 visitas, divididas em 5 circuitos nas diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de, além de estreitar as relações interinstitucionais, é prospectar o IFSul, no intuito de identificar ou ampliar as possibilidades de ações de extensão e de oportunidades de estágio aos estudantes, e de emprego aos egressos do IFSul.

Referências

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRASIL. **Resolução MEC nº 7/2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: jan. 2020.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (Brasil). Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Extensão Tecnológica**. Cuiabá, MT: CONIF IFMT, 2013.

IFSul. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIOGRANDENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal (PDI) 2014 – 2020 do Instituto Federal Sul-rio-grandense**. Disponível em <http://www.ifsul.edu.br/plano-de-desenv-institucional>. Acesso em: jan. 2020.

IFSul. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIOGRANDENSE. **Resolução CONSUP nº 128 /2018**. Aprova a Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense, RS. Disponível em <http://www.ifsul.edu.br/politica-de-extensao-e-cultura>. Acesso em: jan. 2020.



ações de extensão: conquistas e desafios no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

*Paula Luciana Bezerra S. Fernandes⁹, Juliana Pereira Sales de Queiroz¹⁰,
Geovano Moreira Chaves¹⁰, Cinara Baccili Ribeiro¹⁰, Ana Gabriela Felix
Ferreira¹⁰, Suliane Kelly Aguirre de Barros¹⁰, Thiago Pedreira Romeiro¹⁰,
Gabriel Guimarães¹⁰, Douglas Garajo de Moura¹⁰, Jhonny Alencar Marchini¹⁰*

Introdução

O processo de implantação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) começou em 2007, com a sanção da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, que criou Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (BRASIL, 2007). Na ocasião, foram instituídas: a Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina.

No ano seguinte, com a reestruturação da Rede Federal, o IFMS foi criado com a previsão de instalação dos *campi* Campo Grande e Nova Andradina. Na ocasião, o Mec designou a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) como tutora do processo de implantação pelo período de dois anos. Em 2009, com o novo projeto de expansão da Rede Federal foram criados outros cinco *campi* nos municípios de Aquidauana, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas (IFMS, 2018a). Em 2014, foram criadas mais três unidades nos municípios de Dourados, Jardim e Naviraí. Para o IFMS, a extensão é um processo de conexão entre a instituição e outros setores da sociedade, por meio da transferência dos conhecimentos gerados e da troca de experiências. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo

⁹ Pró-reitora de Extensão do IFMS

¹⁰ Servidores da PROEX/IFMS

apresentar as principais ações desenvolvidas no IFMS durante os 10 anos da instituição no Estado do Mato Grosso do Sul (IFMS, 2018b).

Experiências exitosas

De acordo com a Política de Extensão do IFMS, a extensão é definida como a transferência para a comunidade externa o conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição, por meio da realização de Atividades de Extensão (Atex), classificadas nas modalidades: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços tecnológicos. Essas Atex são desenvolvidas pelos *campi* com ou sem fomento institucional (IFMS, 2017a).

Anualmente, o IFMS lança editais de apoio ao desenvolvimento de projetos, cursos e eventos de extensão pelos servidores e estudantes dos *campi*, com a concessão de auxílio financeiro e bolsas aos estudantes. De 2014 a 2019 já foram realizadas 826 Atex realizadas em benefício das comunidades externa e interna ao Instituto. Visando impulsionar a internacionalização do IFMS, desde 2016 já foi oportunizada, por meio de seleções internas, a realização de intercâmbio de 15 estudantes do IFMS, que puderam ultrapassar as fronteiras do Brasil para estudar ou realizar estágios junto a instituições de ensino estrangeiras de países como Argentina, Canadá, Índia e Portugal.

Inclusão e Diversidade

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) (IFMS, 2011; IFMS, 2016) realiza encontros anuais a fim de favorecer a troca de experiências e vivência dos *campi* em relação aos estudantes e servidores com necessidades especiais específicas (NEE). Dentre as necessidades de atendimento solicitadas, o intérprete em libras recebeu maior número de solicitações e por isso foi criada uma Central de Interpretação remota.

A Coordenação de Inclusão e Diversidade (Coidi) juntamente com a Diretoria de Tecnologia da Informação (Dirti), criou uma forma de prestar este serviço de Interpretação a Distância. O sistema de atendimento funciona por meio de uma videochamada via *Hangouts* e computador com acesso à internet, sendo um na sala de aula onde se encontra o discente e outro em qualquer *campus* onde esteja lotado o intérprete de Libras.

Desta forma é feita a interpretação simultânea da aula, o que possibilita o atendimento e a interação com o aluno e professor para a realização do serviço de interpretação em ambiente escolar.

Uma das conquistas obtidas por meio deste atendimento é a produção do primeiro trabalho de conclusão de curso da instituição em Libras realizado pelo estudante João Paulo de Azevedo, do *campus* Coxim, cujo título é: Vocabulário de Informática para Libras: um glossário de sinais dos termos técnicos de conteúdos abordados no curso técnico integrado em informática do IFMS (IFMS, 2017b).

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - Neabi

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) tem a finalidade de contribuir, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa, na implementação da Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008) que institui a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e fortalecimento da Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010).

O estado de Mato Grosso do Sul possui uma diversidade cultural e étnica bem peculiar em relação a outros estados brasileiros. Entre os elementos que caracterizam esta peculiaridade, destacam-se a fronteira binacional, uma vez que o estado é vizinho da Bolívia e do Paraguai, assim como a presença de várias culturas indígenas, tendo inclusive alguns dos maiores núcleos indígenas urbanos do país que, somados à população local, formam uma região com cultura e características próprias e comuns.

As atividades que foram desenvolvidas pelo grupo foram capazes de modificar a percepção dos alunos e demais pessoas envolvidas em relação a questão da cultura afro-brasileira e indígena. São exemplos das ações: o Concurso de Beleza Negra; Semana da Consciência Negra, que já é realizada a 8 anos; o Nada Justifica; a Semana de Cinema Indígena; e o Grupo de Estudos sobre Cultura Indígena, que demonstram a importância e sucesso do Neabi como prática de extensão no âmbito do IFMS.

Arte e Cultura

O Festival de Arte e Cultura do IFMS (Fac/IFMS) tornou-se uma importante ferramenta para a circulação artística e cultural em todos os

campi da instituição, além de integrar a comunidade, oportunizando a participação em oficinas, palestras, apresentações artísticas, exposições, passeios culturais, dentre outras ações realizadas (IFMS).

Foi celebrado, em 2017, junto ao antigo Ministério da Cultura, um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para a adesão à rede de Núcleos de Produção Digital (NPD). O NPD Campo Grande é um equipamento cultural instalado no *campus* da capital que tem como missão apoiar a articulação regional, a formação, a produção independente, a inovação tecnológica, a regionalização do audiovisual e a integração em rede, contribuindo assim para o cumprimento da Meta 43 do Plano Nacional de Cultura.

Por meio do ACT, o IFMS recebeu um *kit* de equipamentos de produção audiovisual com a finalidade de oferecer apoio à cena audiovisual local. Além do apoio à produção, o NPD Campo Grande constitui-se como espaço dedicado a promover cursos, palestras, oficinas e veiculação de obras prioritariamente brasileira e latino-americana. O NPD possui um modelo de governança descentralizada e compartilhada, sendo gerido por um Comitê Gestor formado atualmente por representantes da Pró-Reitoria de Extensão do IFMS, da Direção-Geral do *Campus* Campo Grande, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Colegiado Audiovisual de Mato Grosso do Sul e da Associação de Cinema e Vídeo de Mato Grosso do Sul.

Esportes

Para a organização e controle dos participantes de eventos esportivos o IFMS desenvolveu o Cancha, Sistema de Gerenciamento dos Jogos dos Institutos Federais, que é o meio pelo qual se dá todo o processo de cadastramento e gestão de: atletas, comissão técnica, disciplinar, equipe médica e jornalistas, confrontos, registros médicos, esportivos e disciplinares (IFMS, 2018).

A plataforma Cancha foi inteiramente desenvolvida no IFMS e atualmente apresenta-se em versão *web* responsiva, funcional tanto em *desktop* quanto em dispositivos móveis, representando, assim, um importante avanço na qualidade da gestão do evento e da informação ao público, técnicos e atletas. Na fase atual de desenvolvimento, o sistema é capaz de gerar cruzamento de partidas nos mais diversos formatos de disputa das modalidades oficiais dos Jogos dos Institutos Federais (Jifs), gerar relatórios e boletins *online* e em tempo real, gerar crachás dos

participantes cadastrados e validar a autenticidade desses crachás. Tendo sido lançado oficialmente nas competições realizadas pelo IFMS em 2017 (JIFMS e JIFCO), e pelo IF Goiano, em 2018, em seus jogos locais, o Cancha se apresenta como uma poderosa ferramenta a serviço da Rede Federal.

Fronteira

O IFMS tem desenvolvido ações nos *campi* de Corumbá, localizado próximo à fronteira da Bolívia. Um dos projetos de extensão desenvolvidos foram os Amigos da Fronteira que buscou a integração dos estudantes do ensino médio da Escuela de La Frontera, localizada em Puerto Quijarro, com os estudantes brasileiros pertencentes ao IFMS - *Campus* Corumbá a fim de possibilitar a troca de experiências por meio da realização de atividades abordando os mais diversos temas (linguagem, cultura, tecnologia, saúde e esportes), por meio de encontros realizados com a movimentação dos estudantes para as escolas envolvidas.

Parcerias e Termos de Cooperação

A fim de otimizar e aperfeiçoar a realização dessas atividades de estágio, foi desenvolvido e implantado o Sistema de Estágio do IFMS (Módulo do Sistema Acadêmico - SigaExtensões) para otimizar o controle e a organização dos dados referentes à realização do estágio pelos estudantes do IFMS, bem como a emissão de documentos relativos a essa atividade. Com o aumento dos Acordos de Cooperação, surgiu a necessidade da elaboração do Edital de Fluxo Contínuo para Captação de Parceria Público ou Privada que tem por objetivo propiciar a qualquer pessoa física e/ ou jurídica a oportunidade de participar, enquanto parceira, do quadro de instituições com as quais o IFMS possui acordos de parceria. Lançado desde 2017, o edital já captou parcerias com diversas empresas e instituições: Votorantim, Embrapa Gado de Corte, Embrapa Pantanal, Vetorial Siderurgia, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Coopergrãos (Coopergrãos Cooperativa Agropecuária Regional dos Produtores de Grãos), Arte Real Caffè Cremoso (Espírito Santo), entre outros, como pode ser visto por meio do endereço eletrônico disponível em: <https://www.ifms.edu.br/assuntos/extensao/parcerias/conheca-os-parceiros-do-ifms>.

Conclusão

Diante de todas as ações desenvolvidas e conquistadas nas atividades extensionistas executadas por todo o corpo gestor e docente, ainda é necessário fomentar e promover ações que contribuam na maior participação da comunidade externa, e criar novas ferramentas para auxiliar os núcleos, promover novos acordos de cooperação entre a rede federal de ensino, ofertar editais com parcerias empresariais, e incentivar de forma mais eficiente as áreas relacionadas ao esporte, cultura e meio ambiente.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007.** Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.288/2010, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, nº 9.029, de 13 de abril de 1995, nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.288%2C%20DE%2020%20DE%20JULHO%20DE%202010.&text=Institui%20o%20Estatuto%20da%20Igualdade,24%20de%20novembro%20de%202003. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFMS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. Portaria nº 582, de 19 de julho de 2011. **Boletim de Serviço**, Campo Grande, MS, 2011.

IFMS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. **Festival de Arte e Cultura do IFMS.** Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/assuntos/eventos/arte-e-cultura>. Acesso em: 14 jan. 2020.

IFMS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. **O IFMS tem primeiro trabalho de conclusão de curso em libras.** Coxim, 11 jul. 2017b. Disponível em: https://www.ifms.edu.br/noticias/ifms-tem-primeiro-trabalho-de-conclusao-de-curso-em-libras/@nitf_galleria. Acesso em: 19 jan. 2020.

IFMS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.** Campo Grande, MS, 2018a. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFMS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução nº 026/2016, de 15 de abril de 2016.** Aprova, na forma do anexo, o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2016. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br:8090/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/resolucoes/resolucao-026-aprova-regulamento-napne-15-04-2016.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFMS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Superior. COSUP. **Resolução nº 059, de 21 de julho de 2017.** Aprova a Política de Extensão do IFMS. Campo Grande, MS, 2017a. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/assuntos/extensao/politica>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFMS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório de Gestão 2018.** Campo Grande, MS, 2018b. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2018.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFMS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório Geral: JIFMS 2018.** Corumbá, 12 mar. 2018a. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/noticias/jogos-do-ifms-2018-serao-disputados-em-corumba>. Acesso em: 16 jan. 2020.



A EXTENSÃO NO IFRN: 10 ANOS DE CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A COMUNIDADE

*Régia Lúcia Lopes¹¹, Thiago José de Azevedo Loureiro¹²,
Sandra Maria da Nóbrega¹³, Marcus Vinícius Duarte Sampaio¹⁴*

Gestão da Extensão no IFRN

O processo de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) proporcionou ao IFRN o aumento de 5 para 21 *campi* em 10 anos e, conseqüentemente, a ampliação das ações de extensão desenvolvidas em diversos municípios do RN, de acordo com o que preconiza a Lei de criação dos Institutos Federais.

As instituições de educação profissional têm diferenciais ancorados na concepção de práxis do conhecimento, promovendo a indissociabilidade entre teoria e prática como referenciais importantes para a formação dos seus discentes e, nesse contexto, todos os atores envolvidos nas ações, sejam servidores, discentes ou sociedade, participam ativamente do processo de construção do conhecimento.

O IFRN tem sua política de extensão alicerçada no que está posto como um dos objetivos da Lei de criação dos Institutos:

Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008).

¹¹ Pró-reitora de Extensão do IFRN (2012 a 2020)

¹² Assessor de Relações com o Mundo do Trabalho (Asremt) Proex/IFRN

¹³ Assessora de Programas e Convênios (Asproc) Proex/IFRN

¹⁴ Economista, servidor da Asremt/Proex/IFRN

Baseada nesse fundamento legal, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) do IFRN desenvolve programas e projetos pautados no atendimento à comunidade externa e nas demandas de vários segmentos sociais nos respectivos territórios de abrangência dos *campi*, contribuindo assim para a formação acadêmica e cidadã dos alunos e o desenvolvimento econômico e social dos referidos territórios. Além dessas ações, a Proex gerencia programas e projetos em atendimento a políticas públicas nacionais, atua no âmbito de ações voltadas para inserção dos discentes no mundo do trabalho, por meio de captação de vagas de estágios, divulgação de oportunidades e do acompanhamento de egressos, além de visitas técnicas a instituições públicas, privadas e do terceiro setor para maior aproximação com o ambiente socioeconômico.

A execução dos programas de extensão no IFRN se dá por meio de editais, os quais fomentam uma série de projetos e outras ações de interação com a sociedade ou em ações para atendimento a políticas governamentais. Os programas desenvolvidos englobam, especialmente, os projetos de ação social, os projetos voltados à produção artístico-cultural e os projetos de desenvolvimento da prática profissional e a inserção dos alunos e egressos no mundo do trabalho. Também são estimuladas ações de incentivo à economia solidária, ao cooperativismo e empreendedorismo, à transferência de tecnologias sociais e à prestação de serviços de extensão tecnológica.

A extensão no IFRN tem uma estrutura bastante simplificada, sendo a Proex o setor responsável para traçar e acompanhar as políticas de extensão na instituição, assistida por suas assessorias: Assessoria de Programas e Convênios (Asproc), Assessoria de Relações com o Mundo do Trabalho (Asremt) e Assessoria de Extensão e Relações Internacionais (Aseri). Como política de gestão, o IFRN trabalha com comitês constituídos pelos gestores máximos da respectiva área em cada *campus*, coordenados pelas respectivas Pró-Reitorias. O Comitê de Extensão, se reúne duas vezes ao ano, ou quando convocado, e tem como objetivos:

- I. constituir-se como espaço de articulação permanente entre a Pró-Reitoria de Extensão junto aos gestores da área nos *Campi*;
- II. promover a formação continuada para os gestores da respectiva área nos *Campi*;
- III. acompanhar as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à respectiva dimensão;
- IV. analisar e emitir parecer sobre as propostas encaminhadas pela respectiva Pró-Reitoria; e
- V. subsidiar a respectiva Pró-Reitoria no tocante às políticas de sua área de atuação (IFRN, 2010).

Como inovação para a eficiência administrativa dos processos de trabalho, o IFRN dispõe, atualmente, de módulos específicos que compõem o Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), desenvolvido pela instituição para praticamente todas as suas atividades. Os módulos Suap voltados para as atividades de Extensão se iniciaram no ano de 2011, com o Módulo de Convênios, utilizado para registros e acompanhamento de parcerias firmadas entre o IFRN e outras instituições, principalmente relacionadas com os estágios discentes. Em 2012, foi lançado o Módulo de Projetos, que tem por objetivo o gerenciamento de projetos, desde o lançamento do edital, a seleção dos projetos, o monitoramento, até a finalização, com todos os registros e emissão de certificados aos participantes. Além dos Módulos de Convênios e de Projetos, foram criados em 2017 os Módulos de Estágios e Afins, que cadastram e gerenciam as modalidades de prática profissional por meio de estágios e contratos de aprendizagens; e o Módulo de Visitas Técnicas, que registra as atividades realizadas pela Pró-Reitoria e pelas coordenações de extensão dos *campi* ou coordenações de curso, na prospecção de oportunidades de estágios e outras parcerias. Um módulo para Acompanhamento de Egressos está em produção, além de um módulo para Demandas da Comunidade onde se busca alinhar essas demandas às linhas temáticas dos editais de extensão.

Os módulos são constantemente atualizados de acordo com demandas de melhorias requisitadas pelos usuários, ou de necessidades institucionais para formulação de indicadores de gestão, permitindo consultas e monitoramento em tempo real, facilitando, por exemplo, a extração de dados para fins de elaboração de diversos relatórios e acompanhamento das atividades.

Políticas de extensão implementadas pela Pró-Reitoria de Extensão nos 10 anos do IFRN

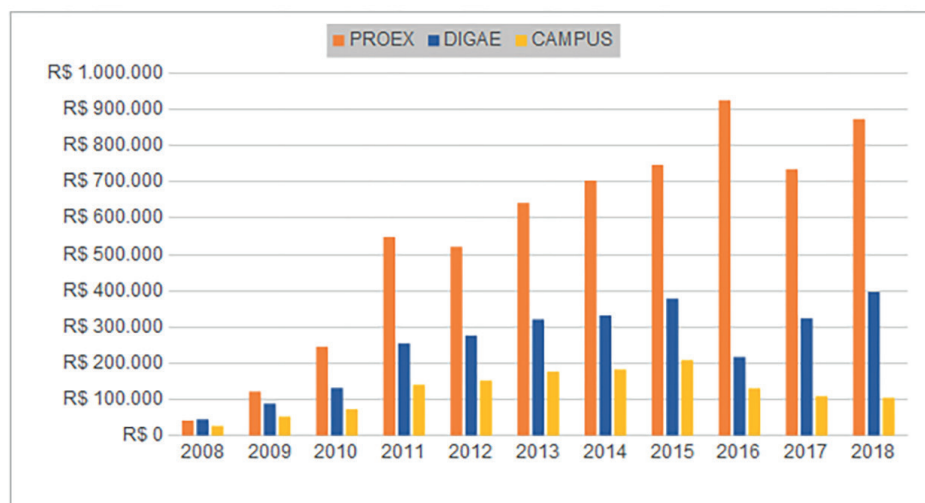
Ao longo dos últimos 10 anos, a extensão no IFRN pautou-se em desenvolver atividades que fossem voltadas para o atendimento das demandas da comunidade do entorno dos *campi*; atividades essas que se constituem em políticas públicas locais e nacionais, aproximando a comunidade externa da instituição. A participação de servidores nas ações de extensão remonta a projetos que, antes da institucionalidade de Instituto Federal, eram desenvolvidos diretamente pela Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (Drec), ligada ao então Centro

Federal de Educação Tecnológica do RN (Cefet-RN), com acompanhamento da Coordenação de Integração com a Comunidade (COCIC) (IFRN, 2000).

O crescente número de projetos e o maior envolvimento de servidores e discentes se deu a partir da criação da Pró-Reitoria, no ano de 2009, (transformação do Cefet-RN em IFRN) com fomento para desenvolvimento dos projetos e uma assessoria que fazia, junto aos *campi*, a gestão das atividades.

Os investimentos para fomento de projetos e outras ações de extensão no IFRN são fruto de recursos específicos oriundos da matriz do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) para extensão. Anualmente, são adicionados outros recursos, oriundos de distribuição orçamentária implementada pela reitoria, para fomento das políticas institucionais, visando, dentre outros objetivos, a equidade entre os *campi*, a partir de seu funcionamento, com indução anual de fomento para pelo menos um projeto nos *campi* mais novos, até que os mesmos atinjam pleno funcionamento. Naturalmente, há sempre necessidade de ampliação de recursos, e essa busca tem sido feita pela Proex na divulgação e apoio para submissão de projetos em editais de fomento externo de agências e ações de políticas públicas dos ministérios. Além desses recursos, alguns projetos têm fomento da assistência estudantil e de orçamento de funcionamento do próprio *campus*, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 - Investimentos em extensão realizados pelo IFRN (2008 a 2018)



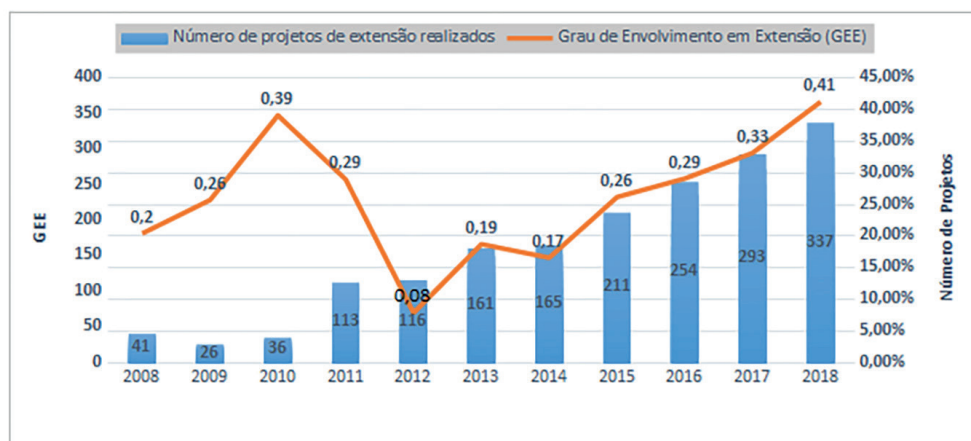
Fonte: IFRN. Proex

Os números relacionados às quantidades de projetos desenvolvidos e grau de envolvimento da extensão (especificamente pelo indicador de

participação docente) vêm sendo, gradativamente, elevados, em virtude do crescimento do IFRN, que passou de 5 *campi* em 2005, para 16 em 2012 e, atualmente, para 22 em 2019, conjugados com uma política de valorização da extensão, com pontuações para os processos de promoção e progressão na carreira docente através das Resolução nº 06/2014-CONSUP/IFRN e Resolução nº 52/2014-CONSUP/IFRN (IFRN, 2014a, 2014b), com a Resolução nº 51/2018-CONSUP/IFRN que regulamenta a atividade docente (IFRN, 2018) e com a Resolução nº 58/2017-CONSUP/IFRN (IFRN, 2017) que regulamenta as atividades de extensão no IFRN.

Entre os anos de 2008 e 2012 não havia sistemas de acompanhamento, e os recursos destinados às ações de extensão eram poucos. As informações sobre as atividades eram registradas apenas nos relatórios de gestão do IFRN. A partir de 2012 os dados passaram a ser retirados, exclusivamente, dos registros do Suap, e verificou-se um incremento na participação dos docentes nas atividades de extensão a partir da divulgação de Edital de fluxo contínuo, em 2014, fruto de demandas para registros de projetos executados nos *campi* e que não eram fomentados diretamente pela Proex (Figura 2).

Figura 2 - Evolução do número de projetos e do Grau de Envolvimento Docente em Extensão (2008-2018)



Fonte: IFRN. Relatórios de gestão e Suap. Extensão. Relatórios

A Proex também registra os projetos que captam recursos em editais de agências de fomento ou em projetos desenvolvidos por meio de parcerias com outras instituições e ministérios, através de um edital de registro de projetos com fomento externo.

A partir do projeto "Mulheres e jovens: economia solidária como alternativa para ampliação do trabalho e renda em Natal e Mossoró Rio Grande

do Norte” realizado nos entre 2016 e 2018 junto a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), foi criada no IFRN a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (IFSol), vinculada à Proex, que já atua com sete núcleos nos *campi* prestando assessoria a pequenos empreendimentos econômicos solidários (EES), e buscando fomento em editais externos para continuidade de suas atividades.

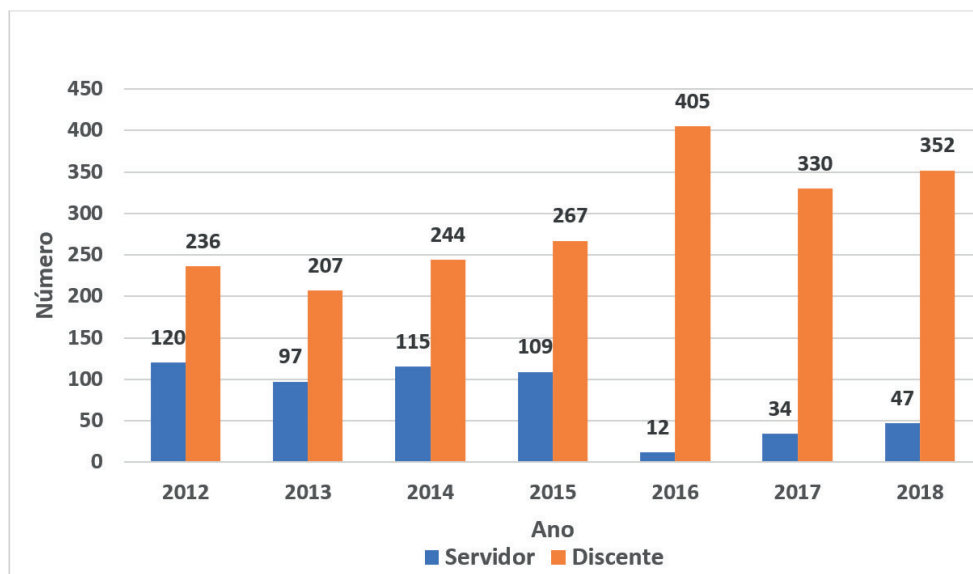
Destacamos a criação de programas, a partir de 2016, tais como: o Programa de Núcleos de Artes (Nuarte), que congrega ações de arte e cultura nos *campi*, com fomento de bolsas e custeio; o Programa de Núcleos de Extensão e Prática Profissional (Nepp), que foi implementado em todos os *campi*, prestando serviços relevantes à comunidade; e o fortalecimento e a consolidação do Programa Mulheres Mil (PMM), que, a partir do segundo semestre de 2015 já vinha sendo financiado com recursos próprios, em razão da descontinuidade dessa política pela Secretaria de Educação Tecnológica (Setec).

Ressalta-se, ainda, outras ações específicas, tais como os projetos voltados à temática da Terceira Idade, que atendem esse público-alvo com cursos e atividades relacionadas à qualidade de vida para essa faixa etária, e ações e projetos voltados para cultura da paz e direitos humanos a partir da assinatura do “Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos”. Os projetos referentes a essa temática são oriundos do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) e do Núcleo de Arte (Nuarte). Os projetos culminam com a realização de evento anual, quando são apresentados os resultados alcançados durante a sua execução.

Além dessas ações, a Proex apoia espaços culturais existentes nos *campi*, tais como museus, brinquedotecas, cinematecas e galerias de arte nos *campi* Natal Central e Cidade Alta, com fomento de bolsas para discentes que atendem aos projetos contínuos ao longo de todo ano.

De acordo com a regulamentação da extensão (IFRN, 2017), todos os projetos são desenvolvidos nos *campi* tendo um servidor que coordena as atividades, alunos bolsistas e voluntários. No período de 2012 a 2018, foram concedidas 534 bolsas para servidores e 2.041 bolsas para alunos nos diversos projetos financiados com os recursos da Extensão, da reitoria e dos *campi*, e de captação em editais externos, onde há concessão de bolsas ou projetos financiados (Figura 3). Além disso, já atuaram como voluntários nos projetos 3.786 servidores e 5.126 discentes, de acordo com os relatórios do SUAP.

Figura 3 - Bolsistas de Extensão no IFRN (2008-2018)



Fonte: IFRN. Suap. Extensão. Relatórios

Os resultados dos projetos de extensão são apresentados no Simpósio de Extensão do IFRN, evento anual que tem a finalidade de reunir a comunidade acadêmica e a comunidade externa para discutir as temáticas da extensão desenvolvidas por meio dos projetos. O Simpósio ocorre desde 2012, e a partir de 2015 passou a integrar a Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão do IFRN (Secitex) que tem maior abrangência e congrega as ações de ensino, pesquisa e extensão. Esse evento tem se ampliado a cada ano, sempre promovido por um dos *campi* do IFRN, ocorrendo, sempre que possível, em parcerias com as prefeituras em locais de grande fluxo de pessoas, fora da Instituição. É um evento grandioso que conta com fomento das pró-reitorias de pesquisa e extensão, além do *campus* sede do evento, e tem participação anual de mais de 3 mil servidores e alunos, além da participação ativa da comunidade externa nos eventos promovidos.

No campo de atuação voltada à inserção de discentes no mundo do trabalho, o IFRN atua fortemente em ações de captação de estágios e aprendizagem profissional e outras oportunidades para discentes e egressos. A partir de 2016, o IFRN aderiu ao Programa Jovem Aprendiz, que oportuniza alunos dos cursos técnicos integrado e subsequente a atuarem como aprendizes.

Atualmente, diversos cursos técnicos ofertados pela Instituição têm equivalência a um programa de aprendizagem. Essa ação tem elevado o número de encaminhamentos dos discentes para o mundo do trabalho,

e tem tido um excelente retorno, identificado por meio de depoimentos, tanto dos discentes, quanto das instituições concedentes, com elogios para essa ação como promotora do fortalecimento do ensino técnico. No período de 2016 a 2018, 367 jovens realizaram sua prática profissional em empresas, como jovens aprendizes, e 1.829 discentes foram encaminhados para estágios em empresas e organizações.

O fortalecimento da atuação para a inserção de discentes no mundo do trabalho culminou com o reconhecimento do IFRN, pelo Instituto Euvaldo Lodi do (IEL), no ano de 2019, como melhor instituição de Ensino Técnico e melhor instituição de Ensino Superior, na categoria estágio, em função de sua atuação no acompanhamento por meio dos sistemas de estágio e afins e do esforço constante na busca de oportunidades para seus discentes.

As ações relativas ao acompanhamento e a integração com os egressos são realizadas por meio de pesquisa anual, com público formado nos últimos 5 anos, buscando averiguar sua atuação no ambiente socioeconômico, progressão de carreira após a formação obtida e verticalização nos estudos. A pesquisa realizada em 2018 revela que mais de 90% dos egressos estão estudando e/ou trabalhando, o que demonstra a qualidade do fazer institucional. Todos os relatórios das pesquisas com os egressos estão disponíveis em <http://portal.ifrn.edu.br/extensao/asremt/pae>.

A prospecção de oportunidades de inserção no mundo do trabalho para os egressos ocorre em busca nas redes sociais, em contato com os setores de recursos humanos de diversas organizações do estado e do contato direto com as empresas por meio de mala direta ou telefone.

Para fazer a interlocução com os egressos na oferta de oportunidades de trabalho, foi criado um grupo de egressos do IFRN em uma rede social (*Facebook*®), que já conta com mais de 4 mil participantes, onde são divulgadas, diariamente, oportunidades de inserção no mundo do trabalho relativo aos perfis profissionais formados no IFRN.

No que diz respeito às Relações Internacionais, a Assessoria de Extensão e Relações Internacionais (Aseri) conduz, sistemicamente, as políticas do IFRN nesta área, buscando apoiar o desenvolvimento de atividades de internacionalização, por demanda ou indução.

São realizadas visitas para prospecção de oportunidades de mobilidade, projetos de intercâmbio para capacitação em mestrado e doutorado, além de outros projetos de cooperação interinstitucional. A Aseri atua fortemente no apoio aos discentes em programas de mobilidade e intercâmbio, bem como aos servidores em ações de internacionalização.

Considerações Finais

Diante de todos os avanços e desafios na educação profissional, o IFRN vislumbra atuar sempre para o desenvolvimento humano, social e econômico das pessoas e da região onde estão situados seus *campi*, uma vez que as demandas sociais são cada vez mais crescentes e diversificadas e as instituições públicas de ensino devem se adaptar para auxiliar na resolução dessas questões.

As ações de extensão alinhadas aos anseios da comunidade com a participação efetiva de seus servidores e alunos possibilitam a formação de profissionais cidadãos para além das competências adquiridas na instituição, sendo a extensão o *locus* que congrega o ensino e a pesquisa para geração e troca de conhecimentos entre a instituição e a sociedade, promovendo assim o desenvolvimento social e econômico das comunidades envolvidas.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRASIL. MEC. SETEC. Portaria nº 58/2014. Regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União**, n. 227, 24 nov. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16642-24novport-setec-58&category_slug=novembro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2020.

IFRN. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Portaria nº124/2000 DG/Cefet-RN, de 29 de maio de 2000**. Documento impresso.

IFRN. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. CONSUP. **Resolução nº 15/2010**. Aprova o regimento geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande

do Norte. Natal, RN: IFRN, 2010. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/regimentos/Regimento%20Geral%20do%20IFRN%20-%20em%20vigor.pdf/view>. Acesso em: 16 dez. 2019.

IFRN. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. CONSUP. **Resolução nº 06/2014, de 21 de março de 2014**. Aprova Normas para Avaliação de Desempenho Docente dos Integrantes do Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, RN: IFRN, 2014a. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2014/resolucao-no-06-2014/view>. Acesso em: 17 dez. 2019.

IFRN. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 52/2014 CONSUP/IFRN, de 19 de dezembro de 2014**. Aprova o Regulamento para promoção à Classe Titular da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, RN: IFRN, 2014b. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2014/resolucao-no-52-2014/view>. Acesso em: 17 dez. 2019.

IFRN. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 58/2017 CONSUP/IFRN, de 21 de dezembro de 2018**. Aprova o regulamento das atividades de extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, RN: IFRN, 2017. <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2017/resolucao-no-58-2017/view>. Acesso em: 17 dez. 2019.

IFRN. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 51/2018 CONSUP/IFRN, de 21 de dezembro de 2018**. Aprova a regulamentação das atividades docentes no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, RN: IFRN, 2018. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2018/resolucao-no-51-2018/view>. Acesso em: 17 dez. 2019.



O CAMINHO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

“Levar a educação transformadora para a sociedade é o principal papel da extensão do IFAM”.

Maria Francisca Morais de Lima¹⁵

As atividades de Extensão no Instituto Federal do Amazonas (IFAM) têm uma trajetória de mais de 30 anos, uma vez que as três instituições de ensino (Cefet Manaus, Escola Agrotécnica Federal de Manaus e Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira) que compuseram inicialmente o Instituto já tinham uma trajetória de trabalhos desenvolvidos na comunidade, sendo, pois, reconhecidas por seus trabalhos de inserção social. Diante do exposto, esta pesquisa objetiva apresentar a trajetória das ações extensionistas da Instituição, entendendo que, conforme o Fórum de Pró-reitores de Extensão de Extensão “a extensão é uma via de mão dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, 2000), ou seja, servidores e discentes levam o conhecimento teórico que será agregado ao conhecimento empírico daquela comunidade, transformando-se assim em novos conhecimentos ou no redimensionamento dos já existentes. Tal assertiva evidencia as ações extensionistas como uma vertente dialógica entre o ensino e a pesquisa.

O início: todo ponto de vista é a vista de um ponto

A história Extensão no IFAM se confunde com a trajetória profissional de servidores que dedicaram uma parte significativa da sua vida em

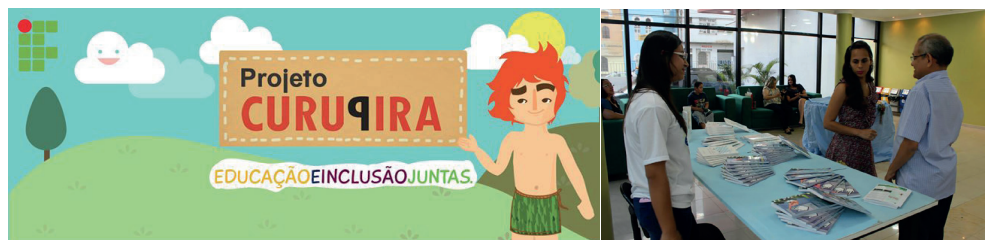
¹⁵ Pró-reitora de Extensão do IFAM

projetos que aproximassem a Instituição de Ensino à Comunidade, e que militaram por anos nessa área. Dentre esses profissionais está a prof. Dra. Sandra Magni Darwich (ex- Pró-reitora de Extensão – no período de 2009 a outubro de 2019).

Uma das primeiras ações registradas diz respeito a projetos de atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Entre eles destacam-se: o Projeto de Qualificação e Requalificação Profissional de Detentos e Egressos do Sistema Penal (1998); o Programa Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Deficiência -TECNEP–SETEC/MEC (2001); e a implantação dos Núcleos de Atendimento de Pessoas com Necessidades Específicas - Napnes. Ainda entre os programas de inclusão, podemos destacar o Mulheres Mil, que, em cooperação com o governo canadense, tinha como objetivo principal promover a inclusão social e econômica de 1000 (um mil) mulheres desfavorecidas do Norte e Nordeste do Brasil. No Amazonas, de 2007 a 2017, o IFAM formou um total de aproximadamente 2.727 mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Um dos projetos na área de inclusão de pessoas com deficiência é o projeto Curupira, realizado no IFAM – *Campus* Manaus Centro, sob a coordenação do prof. Dr. Dalmir Pacheco. O objetivo desse projeto é: promover a acessibilidade e a educação inclusiva junto às comunidades acadêmica e externa do Ifam, por meio da orientação dos servidores do Instituto, e do incentivo aos alunos dos cursos de ensino de graduação ao desenvolvimento de instrumentos didáticos e soluções integradas que promovam a acessibilidade, mobilidade, usabilidade e a integração da pessoa com deficiência. Esse projeto em 5 anos atendeu um montante de 819 inscrições de PcD e de 965 inscrições de membros da comunidade acadêmica, com a excelente marca de 299 PcD inscritos no ano de 2009. A figura 1 mostra o lançamento de materiais didáticos voltados para a acessibilidade, como resultado do projeto Curupira.

Figura 1 - Portal de notícias IFAM (2013) Espaço Curupira lança materiais didáticos acessíveis



Fonte: Arquivo IFAM. Proext

Entre as várias ações de inclusão está o programa Arumã cujo objetivo é formar professores, gestores, pedagogos e outros profissionais da Educação Básica em práticas e estratégias de adequação ao processo de ensino e aprendizagem nas classes comuns, para o atendimento à Pessoa com Deficiência (PCD), promovendo, dessa forma, educação de qualidade, sensibilizadora e inclusiva. Este projeto teve como resultados de 2012 a 2014, em 4 edições, a formação de 624 alunos no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Vale ressaltar que são várias as ações desenvolvidas na área de inclusão, cada uma com seu grau de importância e efetividade, uma vez que anualmente os extensionistas desenvolvem projetos de relevância social no Estado.

Em 2006, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 002 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, foi criado o Núcleo de Formação Humana e Pesquisa Aplicada em Pesca, Aquicultura, Portos e Navegação - Nupa. A figura 2 apresenta o registro fotográfico dos precursores do Nupa Norte (1).

Figura 2 - Registro fotográfico de criação do Nupa Norte (1)



Fonte: Registros do IFAM. Nupa

O Nupa atualmente atua em 13 *campi* do IFAM no desenvolvimento de inúmeros projetos de pesquisa e extensão. Entre eles, destacam-se:

Reprodução induzida e larvicultura da matrinxã; Densidade de estocagem de tambaqui em viveiro escavado; Alimentação alternativa para o Pirarucu em cativeiro, entre outros. Além dos projetos, o núcleo desenvolve cursos de formação para ribeirinhos e pescadores (Figura 3)

Figura 3 - Cursos de extensão e formação de pescadores



Fonte: Registro fotográfico do IFAM. Nupa

O Nupa, assim como o Napne, é um dos núcleos extensionistas mais atuantes no Ifam e o resultado dessa atuação está no número de projetos aprovados, nos trabalhos publicados, e no comprometimento e profissionalismo dos membros do grupo.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) tem ações desenvolvidas com indígenas e quilombolas pelos *campi* desde 2012, dentre as quais, destacam-se: No *Campus* de São Gabriel da Cachoeira (AM), o desenvolvimento de ações de Extensão em terras indígenas; no *Campus*

Coari, ações em comunidades indígenas e tradicionais com o apoio da Diocese de Coari; no *Campus* Lábrea, o desenvolvimento de ações junto às comunidades tradicionais; por fim, no *Campus* Parintins, o desenvolvimento de ações de Extensão em terras indígenas.

Entre tantas ações desenvolvidas pelo Neabi, temos o Projeto de extensão de Fluxo Contínuo – demanda da Comunidade indígena Sateré-Mawé Monte Betel na região do Uaicurapá. Construção de uma horta suspensa e oficina de compostagem, além de atividade cultural realizada por professores, técnicos administrativos do IFAM *Campus* Parintins. Na figura 4, o registro fotográfico de uma das inúmeras ações desenvolvidas nos *campi*.

Figura 4 - Ações do Neabi/IFAM



Fonte: Registro fotográfico IFAM. Neabi

Extensão do IFAM: da sua concepção às principais ações acadêmicas

Entendendo que o objetivo geral das ações de extensão é promover a interação dos saberes do Instituto com os da sociedade, procurando socializar a cultura e o conhecimento acadêmico e, ao mesmo tempo, enriquecer-se com os saberes extra-acadêmicos, inúmeros programas e ações são desenvolvidos, dentre os quais, destacam-se: o Programa Institucional de Bolsas de Extensão - Pibex, o Programa Institucional de Eventos - Paeve, os cursos de extensão e o Centro de Idiomas do IFAM.

O Pibex destina bolsas para estudantes de graduação por meio de Edital lançado anualmente. Foi iniciado em 2010. O Programa Paeve acontece também por meio de edital destinado ao apoio à realização da Mostra de Extensão e Eventos Culturais nos *campi* que compõem o IFAM.

O Paeve envolve a comunidade interna e externa, com vistas à divulgação da produção extensionista do IFAM, e à socialização de saberes entre os partícipes, contribuindo para o fortalecimento da relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Os cursos de extensão são planejados para atender às necessidades da sociedade, visando ao desenvolvimento, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com critérios de avaliação definidos cujo objetivo é a qualificação e requalificação dos trabalhadores de um modo geral, fornecendo-lhes meios de progredir no trabalho e na geração de renda.

O centro de idiomas, programa iniciado em 2013, em 12 dos 17 *campi* do IFAM, é um programa de Extensão vinculado à Reitoria que oferece à comunidade interna e à externa, cursos de línguas estrangeiras cujo objetivo é despertar o interesse pela aprendizagem de idiomas e a disponibilização de um ensino acessível a todos, preparando estudantes, servidores do IFAM e comunidade externa para as exigências do mercado de trabalho bem como para usufruírem de possíveis intercâmbios.

Empreendedorismo e negócios inovadores – P&D

As ações empreendedoras do IFAM são anteriores a sua criação em 2009. A incubadora de Empresas do Centro Federal de Educação Tecnológico do Amazonas – Cefet-AM foi criada em 23 de junho de 2003, com o nome de InCefet, cujo objetivo foi oferecer oportunidades para o trabalho autônomo e criativo para os alunos finalistas e egressos. Com a transformação do Cefet-AM para Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, a InCefet recebeu a denominação de AYTY-Incubadora de Empresas do IFAM.

A AYTY (Incubadora de Empresas do IFAM) é um Programa de Empreendedorismo da Pró-reitora de Extensão sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Empreendedorismo, atuando de forma sistêmica. É por meio da incubadora que a cultura empreendedora é disseminada entre a comunidade acadêmica.

Por abrigar empresas de base tecnológica na criação de soluções inteligentes, a AYTY é credenciada no Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (CAPDA) da Amazônia desde 2010, como incubadora de base tecnológica, o que é uma vantagem para as empresas incubadas, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento. Isso possibilita que participem de projetos com as empresas do Polo Industrial de Manaus

– PIM, beneficiando-se dos recursos previstos pela Lei nº 7.232/1984 (Lei da Informática) (BRASIL, 1984) para a Zona Franca de Manaus e Lei nº 11.196, de 21/11/2005 (Lei do Bem) (BRASIL, 2005) que trata de P&D para empresas em incubação na AYTY que vem operando com o CAPDA desde 2011 gerando uma receita significativa para a incubadora.

Vale ressaltar que, em 16 anos, a AYTY gerou aproximadamente 26 empreendimentos que estão no mercado, que juntos somam um faturamento superior a 20 milhões, com uma média de 400 empregos gerados e renda para quinze (15) comunidades ribeirinhas. Foram mais de 20 empresas incubadas, algumas de projeção regional, ou nacional, ou ainda internacional.

Considerações finais

As ações extensionistas que iniciaram, há mais de três décadas, timidamente, hoje estão cada vez mais fortalecidas, uma vez que o desenvolvimento de práticas inclusivas em todas as áreas sociais possibilita o fortalecimento de uma sociedade cidadã, e a transformação de realidades.

Outro ponto evidenciado, ao longo desses 10 anos, é a necessidade de curricularização da extensão como fator preponderante para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que sua regulamentação só fortalece a relevância das atividades extensionistas realizadas nas práticas pedagógicas dos cursos superiores.

Por fim, são tantas ações desenvolvidas que sem o apoio da gestão (reitoria e *campi*) não teriam sido possíveis. Em suma, fazer parte da equipe da Proex/IFAM fortalece as energias e nos possibilita enfrentar desafios.

Referências

BRASIL. **Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984**. Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7232.htm. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm. Acesso em: 10 ago. 2018.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Rio de Janeiro: FORPROEX, 2000. Disponível em: <https://coec.jatai.ufg.br/up/431/o/PNEX.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que>. Acesso em: 10 ago. 2018.



A EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS

Marlova Benedetti¹⁶, Daiane Toigo Trentin¹⁷, Rosângela Ferreira¹⁸

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) é uma instituição federal de ensino público e gratuito que se propõe a fornecer ensino humanizado, crítico e cidadão. Oferece cursos em 16 municípios do Rio Grande do Sul. São cursos de nível médio (técnicos que podem ser cursados de forma integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio), superiores (de graduação e pós-graduação) e de extensão.

Em sua criação, a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), o IFRS estruturou-se a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas. Logo após, incorporaram-se ao instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande. No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os *campi* de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Estas instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de *campi*.

Atualmente o Instituto possui 17 *campi*: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves. No

¹⁶ Pró-reitora de Extensão do IFRS

¹⁷ Pró-reitora adjunta de Extensão do IFRS

¹⁸ Técnica em Assuntos Educacionais da Pró-reitoria de extensão do IFRS

total, são cerca de 27 mil alunos, 200 opções de cursos e um quadro de aproximadamente 1.150 professores e 990 técnicos-administrativos. Conforme dados divulgados em dezembro de 2019, pelo Ministério da Educação (Mec), o IFRS possui conceito 4 (quatro) no Índice Geral de Cursos (IGC), em uma escala crescente que vai até cinco (este indicador refere-se à avaliação do ano de 2018).

A missão da instituição é ofertar educação profissional, científica e tecnológica, inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e em consonância com potencialidades e vocações territoriais (IFRS, 2018).

Um dos objetivos dos institutos federais é definir políticas que atentem para as necessidades e as demandas regionais. Nesse sentido, o IFRS apresenta uma das características mais significativas que enriquecem a sua ação: a diversidade. Com *campi* estabelecidos em comunidades de norte a sul do território gaúcho, contempla múltiplas e distintas áreas de atuação, entre as quais agropecuária, segmento de serviços, setor industrial, vitivinicultura, turismo e moda.

Estabelecendo-se como um espaço de formação e respeito a diferentes contextos e pluralidade de ideais, o IFRS pretende, entre suas finalidades, “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, artísticos, humanos, literários e pedagógicos” (IFRS, 2019, p. 4). Esse alinhamento com a práxis da vida em sociedade é uma das bases fundadoras dos institutos federais e tem na extensão o caminho para uma formação que contemple ciência, tecnologia e cultura de forma efetivamente integradas e indissociáveis.

A Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), aprovada pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 058, de 15 de agosto de 2017, define a Extensão como um “processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural sustentável, local e regional” (IFRS, 2017, p. 1). Nesse sentido, a “Ação Extensionista”, no contexto do

IFRS, é compreendida como a prática acadêmica que interliga a própria Instituição nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas das comunidades de abrangência de suas unidades, contribui para a formação de um profissional cidadão, e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento, priorizando a superação das desigualdades sociais.

A natureza institucional do IFRS distingue-se pela capilaridade e interiorização, estando presente em 16 municípios do Rio Grande do Sul, o que o leva a atender a diferentes realidades sociais, culturais e produtivas. Para além da democratização do ensino, fazendo-se presente em localidades que jamais contaram com o acesso à educação profissional pública, o IFRS assume como desafio incidir no desenvolvimento dos territórios em que se faz presente, alinhando a pesquisa, o ensino e a extensão aos arranjos sociais, culturais e produtivos locais. Busca, dessa forma, atender as especificidades e demandas das comunidades e contribuir com o desenvolvimento desses arranjos onde não estão consolidados. Para isso, conta com um planejamento do desenvolvimento institucional e de oferta de cursos, de forma integrada e verticalizada, alicerçados na gestão democrática e participativa, com atuação privilegiada das comunidades.

Fomentos à Extensão no IFRS

A Política de Incentivo ao Desenvolvimento da Extensão no IFRS (Pide), aprovada pelo Conselho Superior em 2010, e que tem como objetivos estimular, apoiar, qualificar e divulgar a realização de ações de extensão através do custeio para sua execução e manutenção, foi viabilizada através do Programa de Apoio Institucional à Extensão do IFRS (Païex), com a finalidade de fomentar os programas e projetos de extensão no âmbito das comunidades de abrangência da Instituição. Neste programa foi definido que os recursos para o Païex deverão ser, obrigatoriamente, reservados no montante mínimo de 1% (um por cento) da matriz orçamentária de cada *campus*. Da mesma forma, o Programa Institucional de Bolsas de Extensão do IFRS (Pibex), em consonância com a Pide, tem por finalidade apoiar os programas e projetos de extensão, fomentados por orçamento institucional ou externo, através da concessão de bolsas aos estudantes regularmente matriculados nos cursos do IFRS. Os recursos para a concessão das bolsas de extensão deverão ser reservados, obrigatoriamente, no valor mínimo de 1,5% (um e meio por cento) da matriz orçamentária de cada *campus*.

Além destes fomentos provenientes de recursos dos *campi*, desde 2017, a Pró-Reitoria de Extensão fomenta, por meio de recursos orçamentários próprios, a execução de programas e projetos de extensão que priorizem a superação de condições de desigualdade e exclusão, e promovam a realização de ações voltadas à iniciativas de inclusão e respeito à diversidade, através do Edital de Auxílio Institucional à Extensão – Ações afirmativas (Paiox Af).

Em consonância com as diretrizes da extensão, desde 2019 é oportunizado um edital específico para apoio a projetos indissociáveis de pesquisa, ensino e extensão nos *campi* do IFRS. De forma inédita, o edital visa fomentar projetos indissociáveis de Pesquisa, Ensino e Extensão, que tenham como objetivo contribuir significativamente para o desenvolvimento e a disseminação de ações que inter-relacionem o conhecimento científico com as necessidades da comunidade para a melhoria e o aperfeiçoamento dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais, nas áreas de abrangência dos *campi* do IFRS. Por meio da aplicação de recursos das Pró-reitorias de Pesquisa e de Extensão são disponibilizadas bolsas a estudantes e auxílio financeiro para execução das ações. Esse edital será operacionalizado novamente em 2020, agora com o aporte de recursos oriundos também da Pró-reitoria de Ensino.

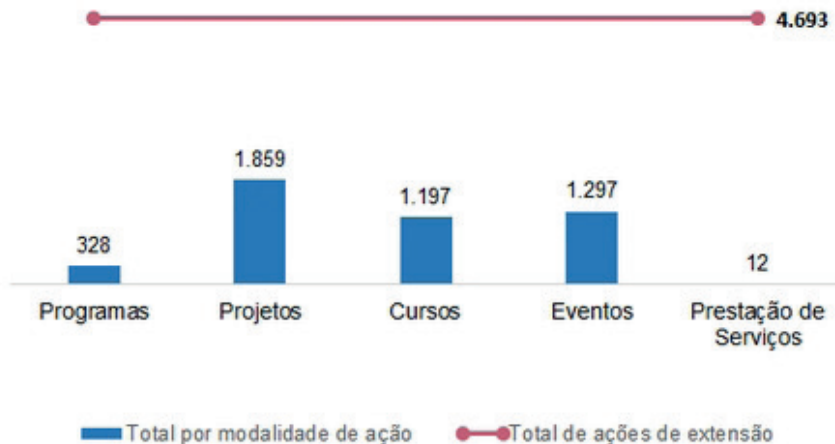
Também são fomentadas, através de auxílio financeiro oriundo do orçamento dos *campi*, a participação de servidores efetivos e estudantes do IFRS - vinculados obrigatoriamente aos programas/projetos de extensão em andamento ou concluídos - na apresentação de trabalhos em eventos, como forma de contribuir para o reconhecimento e a difusão dos conhecimentos produzidos no cotidiano acadêmico da Instituição.

Alguns Números da Extensão

Os indicadores da Extensão têm o objetivo de divulgar, em termos quantitativos, as atividades extensionistas desenvolvidas no âmbito do IFRS entre os anos de 2010 e 2019, e estão disponíveis no site da instituição (<https://ifrs.edu.br/extensao/acoes-de-extensao/indicadores/>). Para composição dos indicadores, as ações de extensão estão organizadas por área temática, por *campus* e por ano, tendo como referência programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, desenvolvidos junto às comunidades de abrangência da Instituição.

Os dados para a apresentação dos indicadores têm por base as informações do módulo Extensão (SiEX), do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj).

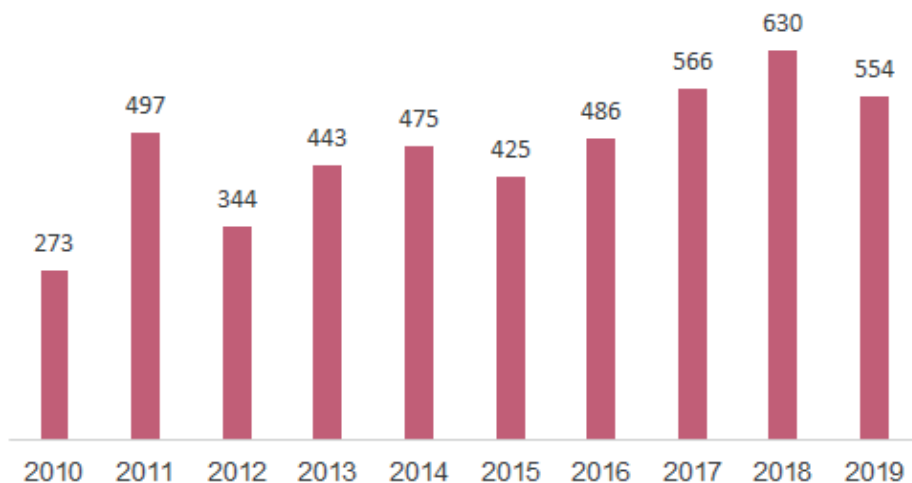
Gráfico 1 - Comparativo entre o total geral e o total por modalidade de ações de extensão desenvolvidas pelo IFRS, no período de 2010 a 2019



Fonte: IFRS. Proex – Indicadores SIGProj

Na sua trajetória, os *campi* do IFRS representaram o atendimento a diferentes realidades produtivas locais e comunidades com necessidades específicas, o que trouxe ao IFRS o protagonismo no desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, a partir da educação pública, gratuita e de excelência, articulando de forma inequívoca o ensino, a pesquisa e a extensão.

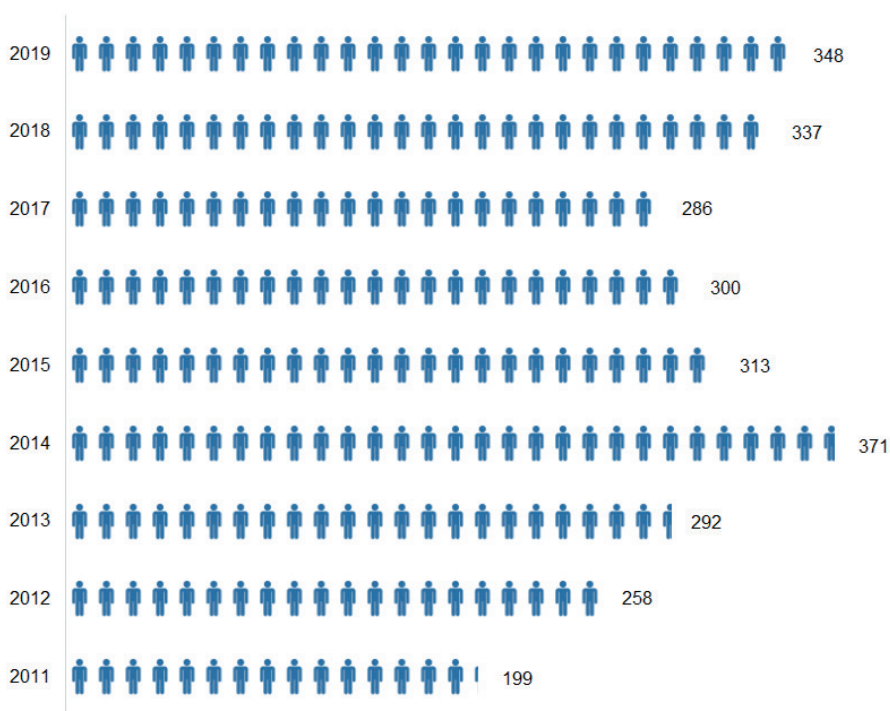
Gráfico 2 - Total de ações de extensão por ano



Fonte: IFRS. Proex – Indicadores SIGProj

Ao longo de seus 10 anos de existência, o IFRS consolidou-se no cenário educacional do estado e do país, sendo referência com seus programas institucionais e também na história de vida de seus alunos e servidores. E a trajetória da extensão reflete isso. Ao longo dos anos foi verificado um incremento no número de ações registradas e realizadas, bem como um aumento no número de bolsas.

Gráfico 3 - Total de bolsas de extensão



Fonte: IFRS. Proex – Indicadores SIGProj

Além do incremento numérico, foi verificado ao longo dos anos, um amadurecimento por parte da comunidade interna em relação ao que é Extensão. No início da trajetória do IFRS, todas ações que não conseguiam fomento nos editais de pesquisa eram cadastradas como ações de extensão, e muitas destas eram ações de ensino, desenvolvidas dentro do IFRS e abrangendo somente a comunidade interna do IFRS, sem respeitar, dessa forma, as diretrizes da Extensão.

A fim de reverter esse quadro foram promovidas capacitações para os servidores dos *campi* tratando especificamente da redação e avaliação de ações de extensão. Somado a isso, a partir de 2015, tivemos o incentivo e

o fomento a ações de ensino, destinados ao registro e execução de ações curriculares e voltadas à comunidade interna.

O Futuro da Extensão no IFRS

No IFRS vemos a extensão como a essência da criação dos Institutos Federais, e nosso objetivo principal nos próximos anos é amadurecer e fortalecer ainda mais o nosso “fazer extensionista”.

Um dos nossos maiores desafios futuros é promover a inserção da extensão nos currículos dos cursos, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Para tal, no próximo ano, trabalharemos com projetos-piloto em alguns cursos, buscando auxiliar os servidores em fluxos e metodologias para a inserção das diretrizes da extensão nos componentes curriculares, através do compartilhamento de experiência e conhecimento. Acreditamos que a interlocução da prática extensionista com a organização pedagógica dos cursos e o envolvimento com demandas e realidades locais e regionais contribuem para a qualificação da formação dos estudantes e oportunizam, para além da competência técnica, o desenvolvimento de um espírito crítico e empreendedor, comprometido com uma ação social transformadora.

Além disso, iremos institucionalizar e promover a formação profissional inicial e continuada a mulheres em situação de vulnerabilidade social, nos moldes do Programa Mulheres Mil, e ampliar o fomento às ações de arte, cultura e esportes, através de edital específico para esse fim.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

IFRS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia do Rio Grande do Sul**. Bento Gonçalves: IFRS, 2009.

Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/Anexo_Res_027_2017_Estatuto.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

IFRS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal (PDI) 2019 – 2023 do Instituto Federal do Rio Grande do Sul**. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/Resolucao_084_18_Aprova_PDI_2019_2023_Completa.pdf. Acesso em: 13 dez. 2019.

IFRS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução CONSUP nº 58, de 15 de agosto de 2017/2017**. Aprova a Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Resolucao_058_17_Completa.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

IFRS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução Consup nº 186, de 22 de dezembro de 2010**. Aprova a Política de Incentivo ao Desenvolvimento da Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/201114155658156resolucao_consul_n%C2%BA_186_-_politica_de_incentivo_ao_desenvolvimento_da_extensao_no_ifrs.pdf. Acesso em: 13 dez. 2019.



A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EXTENSÃO NO IF SUDESTE MG: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO À EXTENSÃO ENTRE 2015 E 2018

*Antônio Carlos Caires Costa¹⁹, Lucas Magno²⁰,
Rubens Ahyrton Ragone Martins²¹, Valdir José da Silva²²*

Introdução

Este texto é um dos produtos da pesquisa “A regulamentação do Programa Institucional de Apoio à Extensão no IF Sudeste MG: históricos e resultados”, realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG). A pesquisa teve como objetivos: descrever o processo de regulamentação do Programa Institucional de Apoio à Extensão (Piaex) no IF Sudeste MG; apresentar o quantitativo de projetos, bolsas e participantes deste programa entre os anos de 2015 e 2018 e; avaliar a efetividade do Piaex e se ele está em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária e com os objetivos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O Piaex é um programa do IF Sudeste MG de concessão de apoio a programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e demais ações de extensão. Entre os seus objetivos estão: incentivar a participação de servidores e estudantes em ações de extensão; proporcionar formação integral, através do desenvolvimento da sensibilidade social, da solidariedade e da integração com outros setores da sociedade civil; promover a realização de

¹⁹ Secretário Executivo da Pró-reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG). Contato: antonio.caires@ifsudestemg.edu.br

²⁰ Diretor de Extensão do IF Sudeste MG - Reitoria. Contato: lucas.magno@ifsudestemg.edu.br

²¹ Docente do IF Sudeste MG - Campus Avançado Cataguases. Contato: rubens.ragone@ifsudestemg.edu.br

²² Pró-reitor de Extensão do IF Sudeste MG. Contato: valdir.silva@ifsudestemg.edu.br

projetos sociais, de inclusão, empreendedorismo e cidadania; e fortalecer a relação transformadora entre o instituto e a sociedade.

Nesse contexto, a pesquisa perguntou: como foi o processo de construção da regulamentação das atividades de extensão no IF Sudeste MG? Quais são os resultados mais expressivos das atividades de extensão após sua regulamentação? O Piaex tem atingido os objetivos definidos na Política Nacional de Extensão Universitária e atende os ditames da EPT?

A extensão no IF Sudeste MG: da fragmentação à unidade

Criado inicialmente a partir da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena, do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Rio Pomba e do Colégio Técnico Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (CTU/UFJF), o IF Sudeste MG conta com uma estrutura *multicampi*, possuindo 10 unidades acadêmicas, sendo sete *campi* e três *campi* avançados, localizados em Cataguases, Juiz de Fora, Santos Dumont, Manhuaçu, Muriaé, Rio Pomba, Ubá, Barbacena, São João del-Rei e Bom Sucesso.

Os 10 *campi* do IF Sudeste MG tem ações extensionistas variadas, que são apoiadas por alguns programas como (i) o Programa Institucional de Apoio à Extensão (Piaex), (ii) o Programa Institucional de Apoio à Extensão Tecnológica (Piaext) e, (iii) o Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho. Esses programas tiveram início de forma institucionalizada no ano de 2016, quando foi publicada a Resolução CONSU nº 22/2016, que regulamentou o Programa Institucional de Apoio à Extensão no IF Sudeste MG.

Foi somente a partir deste ano que o IF Sudeste MG passou a oferecer de forma sistemática ações de extensão. Antes disso, eram ofertadas à comunidade externa ações pontuais descontínuas e que não eram regulamentadas, o que era visto como um problema para a gestão de forma geral, uma vez que criava obstáculos à realização de um planejamento estratégico da instituição. Havia, portanto, uma fragmentação na realização e operacionalização administrativa das ações de extensão nos 10 *campi*.

A partir de uma mobilização do Comitê de Extensão, colegiado que reúne todos os diretores e/ou coordenadores de extensão dos *campi* e reitoria, que vinha tomando forma desde o ano de 2011, que o IF Sudeste MG elaborou o Programa Institucional de Apoio à Extensão (Piaex). Com essa resolução, e a partir da inserção dos gestores da extensão da instituição nos fóruns nacionais, que o IF Sudeste MG definiu as suas atividades extensionistas, as áreas temáticas, linhas de extensão, participantes,

valores de bolsa, etc., seguindo as definições legais vigentes e a Política Nacional de Extensão Universitária.

Além disso, a partir de 2017, a Pró-reitoria de Extensão passou a definir programas e projetos estratégicos baseados nesses dados, a exemplo do Programa Mulheres Mil, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, dos Núcleos de Estudos em Agroecologia e também dos cursinhos preparatórios para o IF e para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A regulamentação da extensão no IF Sudeste MG, então, passou a vincular-se a um projeto de gestão, porque passou a ser referenciada por princípios e metas. Nesse sentido, ao se construir o Piaex, tornou-se fundamental pensar os motivos que levaram a instituição a desenvolver essa tarefa, no sentido de se ter clareza sobre quais são os fins deste processo.

O Piaex: projetos, bolsistas, áreas temáticas e participantes

Entre os anos de 2015 e 2018 foram realizados 578 projetos de extensão no IF Sudeste MG, sendo que 181 foram desenvolvidos em 2015, 149 em 2016, 124 em 2017 e em 2018. No que tange ao número de bolsas ofertadas pelo programa, constatou-se um total de 974 bolsistas no período considerado.

O número de participantes nos projetos de extensão desenvolvidos, composto tanto por participantes internos como pela comunidade externa, sofreu um acentuado crescimento, principalmente em 2018. Esse crescimento foi de aproximadamente 1.714% em relação ao ano de 2015, quando o número de participantes foi de 626 pessoas. Um dos fatores que pode ser identificado como causa desse aumento é a consolidação do Piaex, que fez com que fosse incentivada a participação de maiores públicos nos projetos realizados nos *campi* ao longo dos anos e do próprio reconhecimento da instituição nas suas regiões de atuação.

Ao relacionar o número de participantes com as áreas temáticas dos projetos de extensão, foi possível estabelecer uma conexão entre as áreas de educação e saúde e o crescimento do número de participantes dos projetos nos últimos anos. Isso se deve ao fato de que a abordagem de tais campos de atuação em projetos de extensão traz consigo uma maior interação com o público externo, através, por exemplo, de aulas em cursinhos "Pré-IF", preparatórios para o Enem; e a organização de ações na área de saúde²³.

²³ Embora o destaque tenha se dado nas áreas temáticas mencionadas, cabe destacar que o IF Sudeste MG desenvolveu programas e/ou projetos nas diversas áreas e linhas de extensão delineadas na Política Nacional de Extensão.

A descrição dos dados nesta seção permite algumas análises sobre: (i) a necessidade de maior incentivo a projetos de extensão em alguns *campi* em consolidação; (ii) a diversificação dos programas e projetos em determinadas áreas temáticas; (iii) o número de bolsistas na instituição, tendo em vista a necessidade de curricularização da extensão e; sobre (iv) a ampliação e sistematização da participação da comunidade externa.

Sobre o incentivo a programas e projetos, embora essa seja uma atividade finalística da instituição, a extensão ainda carece de mais atenção, quando comparada ao ensino e à pesquisa. É necessário manter certa estabilidade na oferta de projetos, dando continuidade ou ampliando sua interação com a comunidade externa dos municípios e microrregiões de atuação.

Outra questão observada e que merece atenção é a relativa à diversificação das áreas temáticas dos projetos. Atualmente, existe predominância em duas grandes áreas, e em outras, a exemplo de direitos humanos e justiça, existe pouca oferta de projetos. Tendo em vista o público prioritário das ações de extensão, estas áreas precisam de incentivo e atenção.

O incentivo a ações de extensão é importante também em função do Plano Nacional da Educação que, em uma de suas metas, estabeleceu que no mínimo 10% das horas dos currículos dos cursos superiores das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas devem ser direcionadas a atividades de extensão. Isso posto, fica evidente a necessidade de ampliação do número de envolvidos com atividades de extensão no IF Sudeste MG. Atualmente, este número não chega nem a 10% do total de alunos matriculados.

Assim, tendo em vista os dados apresentados nesta seção, é possível identificar a importância do programa Piaex para o IF Sudeste MG no que diz respeito ao incentivo a ações de extensão. O levantamento de dados a respeito dos resultados do programa também é relevante para a constatação de áreas temáticas que devem ser mais difundidas em novos projetos. Por isso que, apesar de consolidado, o Piaex merece mais atenção dos gestores para qualificar suas ações nos próximos anos.

O Piaex e a Política Nacional de Extensão Universitária

A partir dos documentos elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), houve a percepção de que as ações de extensão, em especial os programas e projetos, são um processo acadêmico indispensável à formação

discente, à qualificação dos servidores e possibilita grande intercâmbio com outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Sobre isso, 75% dos docentes e 85,71% dos Técnico-administrativos em Educação (TAE) do IF Sudeste MG que coordenaram projetos de extensão entre 2015 e 2018 e que participaram da pesquisa concordaram plenamente com a ideia de que a extensão é processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade social, além de indispensável na formação do estudante. Isso, com efeito, mostra a importância da extensão nos percursos formativos, seja dos discentes, seja dos servidores ou, ainda, do público participante dos programas e projetos.

Sobre o reconhecimento das práticas de extensão das IES, em especial as do IF Sudeste MG, pela sociedade e pelo poder público, os dados mostraram que isso ainda é um desafio. Embora 85,71% dos TAE concordem que há esse reconhecimento, dos docentes, que são a maioria dos coordenadores de projetos de extensão, apenas 58,33% concordaram. Isso pode estar intimamente relacionado a outra questão, relativa ao financiamento das ações de extensão por parte do Estado, em suas diferentes escalas (municipais, estaduais e federal). Mas a falta de apoio para além do institucional nem sempre é causa de fracasso dos projetos, e algumas experiências exitosas no IF Sudeste MG mostram isso muito bem, a exemplo dos projetos em formato de "cursinhos" como o Pré-Enem ou Pré-IF.

Os dados sobre a integração entre programas temáticos que se desenvolvem no âmbito dos instintos federais e projetos de extensão foram um dos que mais surpreenderam. 33,33%, 8,33%, 33,33% e 25% dos docentes, respectivamente, concordaram plenamente, afirmaram ter grande relação, disseram ter média relação e afirmaram ter pequena relação entre extensão e programas temáticos do IF Sudeste MG. Quanto aos TAE, a surpresa não foi diferente, embora em menor incidência (85,71% concordaram plenamente e 14,29% disseram ter média relação).

Isso mostra ao IF Sudeste MG uma necessidade de adequação dos seus programas de ensino na interação com a sociedade e/ou de extensão. Certamente, a demanda relativa à curricularização da extensão irá interferir nesse cenário, porém essa é uma questão urgente a ser tratada e analisada pela instituição, uma vez que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é preconizada pela Constituição Federal.

Outro dado que chamou atenção de forma preocupante foi o que diz respeito à multi, inter e transdisciplinaridade e também o relativo à interprofissionalidade nas ações de extensão, preconizada pela Política Nacional de Extensão Universitária. Tanto os docentes (41,67%), quanto

os TAE (14,29%) do IF Sudeste MG acham que, embora haja certa interdisciplinaridade e interprofissionalidade nas ações do Piaex, estas ainda podem melhorar.

Em relação à produção e difusão de conhecimentos produzidos sobre extensão pelos docentes pelo pessoal técnico-administrativo e pelos estudantes do IF Sudeste MG, é possível dizer que isso ainda é tímido na instituição embora a maior parte dos entrevistados tenha afirmado que a extensão permite novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo, também, a ampliação do acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social.

A avaliação institucional a partir da extensão também foi um dos aspectos abordados pelo questionário aplicado. A este respeito, 58,33% dos docentes e 100% dos TAE que coordenaram projetos de extensão no IF Sudeste MG acreditam plenamente que a extensão cumpre papel importante na avaliação da instituição. A despeito disso, cabe destacar que instrumentos para avaliação da extensão ainda carecem de normatizações institucionais.

Outro ponto questionado foi o relativo à interação dialógica dos projetos com outros setores da sociedade civil. A esse respeito, 50% dos docentes e 71,43% dos TAE entrevistados acreditam que os projetos de extensão cumprem com esse objetivo. Além disso, 33,33% dos docentes e 28,57% dos TAE acreditam que grande parte dos projetos dão conta desse objetivo.

Por fim, foi avaliado o impacto das ações de extensão na formação discente e também na transformação social dos participantes. O impacto do Piaex na formação discente está em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária, de acordo com 91,67% dos docentes e para 85,71% dos TAE; e o impacto na transformação social da comunidade externa também é atingido para 75% dos docentes e para 85,71% dos TAE. Esses dados têm particular importância para a instituição e, de maneira geral, para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que esta, especialmente em relação aos gestores da extensão, está passando por processo de construção de indicadores da extensão como forma de sua avaliação.

A extensão no IF Sudeste MG e a educação profissional e tecnológica

Para as análises nesta seção, considerou-se três grandes eixos: (i) relação entre extensão e formação discente na educação profissional e

tecnológica; (ii) extensão e comunicação técnico-científica e divulgação; e (iii) formação profissional e tecnológica em interação com a sociedade civil.

Em relação ao primeiro eixo, os dados mostram que existe forte relação das ações de extensão com o ensino praticado no IF Sudeste MG, e que as atividades de extensão oferecidas pela instituição melhoram sobremaneira a formação dos estudantes (92,86% dos discentes, 91,67% dos docentes e 85,71% dos TAE entrevistados concordaram com isso); que a participação em projetos de extensão aumenta o interesse pelas matérias (64,29% dos discentes, 66,67% dos docentes e 85,71% dos TAE); que os conteúdos abordados em sala de aula são aprimorados com as atividades de extensão (64,29% dos discentes, 58,33% dos docentes e 85,71% dos TAE); que o contato com a comunidade externa leva à obtenção de conhecimentos atuais sobre temas tratados em projetos por eles desenvolvidos (89,29% dos discentes, 75% dos docentes e 85,71% dos TAE) e; que participar de atividades de extensão influencia a capacidade técnica da formação profissional (75,5% dos discentes e dos docentes e 85,71% dos TAE).

Esses dados permitem afirmar que a valorização da extensão não é alheia à formação acadêmica dos estudantes e que possui grande relação com o ensino praticado na instituição, tal como defendeu Jenize (2004). Esses dados coletados pela pesquisa mostram também que, embora ainda quantitativamente sejam poucos os projetos de extensão executados pelo IF Sudeste MG, os servidores e alunos que participam destas ações têm uma formação mais crítica; o que aponta para a necessidade de maior apoio à extensão no âmbito institucional, já que as atividades de ensino, direta ou indiretamente, também são beneficiadas com isso.

Quanto ao segundo grande eixo considerado na pesquisa, que é extensão e comunicação técnico-científica e divulgação, os dados trazem um ponto forte e um ponto fraco para o IF Sudeste MG. Com relação ao incentivo institucional para a participação em eventos dos discentes e de servidores para a divulgação dos seus projetos de extensão, 96,43% dos discentes, 75% dos docentes e 100% dos TAE entrevistados relataram que existe apoio para isso. Entretanto, no que tange à divulgação da extensão na própria instituição, o IF Sudeste MG ainda deixa a desejar. Cerca de 25% dos discentes, 41,67% dos docentes e 14,29% dos TAE acham que o instituto não divulga amplamente seus programas e projetos de extensão. A divulgação (interna e externa) das ações de extensão do IF Sudeste MG, portanto, se coloca como um desafio aos gestores, indicando a necessidade de criar canais para isso.

Por fim, o último eixo revelou informações a respeito da formação profissional e tecnológica em interação com a sociedade civil a partir da extensão no IF Sudeste MG. Ele englobou questões sobre a capacidade dos servidores e dos discentes extensionistas em criar soluções para problemas reais, capacidade de planejamento de processos, comunicação entre profissionais e sociedade, trabalho em equipe, conscientização social, capacidade de identificação de demandas da comunidade externa.

Sobre essas questões, 89,29% dos discentes, 91,67% dos docentes e 85,71% dos TAE afirmaram que atividades de extensão estimulam a busca por soluções para problemas sociais; que participar de ações de extensão melhora a capacidade de planejamento de processos; que a extensão melhora a comunicação entre estudantes e entre eles e a sociedade e a capacidade de trabalhar em equipe.

Tais dados mostram que a formação técnica e profissional sólida passa pela extensão, uma vez que participar de ações dessa natureza amplia a consciência social, estimula o trabalho em equipe, amplia a capacidade de planejamento e comunicação social e possibilita a identificação de demandas da sociedade para serem tratadas tecnicamente.

Assim, a relevância da educação deve ser avaliada em termos da concordância entre o que a sociedade espera da instituição e o que ela realmente faz. Segundo Soares (2003), preparar profissionais com domínio da linguagem técnica, em condições de utilizar novos equipamentos e capacidade de processar novas informações passa a ser também pela responsabilidade social, para, assim, interferir de forma direta na sociedade em que está inserida. E sobre este aspecto especificamente, o IF Sudeste MG, através de suas ações extensionistas, tem cumprido sua função e papel social.

Considerações finais

As análises desenvolvidas sobre o Piaex refletem, de modo geral, a ação extensionista do IF Sudeste MG, uma vez que esse programa é considerado o carro-chefe do apoio à extensão na instituição. Aliado a isso, a excelência do seu corpo docente, dos servidores técnico-administrativos em educação e a formação discente também corroboram um cenário profícuo para a interação com a sociedade. Entretanto, a baixa quantidade de servidores que executam projetos (aproximadamente 14% de docentes e 5% dos TAE coordenaram projetos de extensão na instituição em 2018) e a

infraestrutura disponível que são subutilizadas em programas e projetos de extensão revelaram desafios para o seu aumento, quantitativo e qualitativo.

Certamente, há um longo caminho a ser percorrido até que a extensão seja incorporada ao dia a dia da instituição. Tal desafio inclui a necessidade de realizar programas e projetos de largo alcance social, educacionais e não assistencialistas, de diversificar o público participante de cursos e eventos, e desenvolver estratégias de captação de recursos financeiros e parcerias, sem ferir o princípio da educação gratuita nem enveredar para uma ótica mercantilista. As instâncias pertinentes devem se esforçar para inserir, na estrutura curricular, disciplina(s) ou tópicos de caráter extensionista e também estimular a participação de alunos de pós-graduação em tais iniciativas.

Então, para melhorar esse quadro, o IF Sudeste MG precisa: discutir o papel da extensão como articuladora do ensino e da pesquisa, assim como a sua força transformadora da realidade; implementar uma disciplina de extensão que permita discutir as correntes conceituais sobre extensão; acompanhar e avaliar, periodicamente, o desenvolvimento das atividades, oferecendo parâmetros de avaliação do cumprimento de metas; estimular a releitura dos conteúdos programáticos das disciplinas acadêmicas como ponto de partida para a flexibilização curricular; sugerir a inclusão de novas abordagens na avaliação institucional dos seus cursos que contemplem o envolvimento dos estudantes em atividades extensionistas; ampliar a participação dos servidores e dos discentes em ações de extensão; estimular a participação em eventos com apresentação de trabalhos e; integrar a comunidade externa ao dia a dia acadêmico.

O desafio é enorme e o ritmo de transformação da ótica extensionista precisa ser acelerado para que se cumpram os objetivos almejados. Mas estes não são impossíveis e, de início, é preciso vontade política. E se há um motivador para isso, este diz respeito ao papel social desempenhado pelas IES, e em especial pelos IF, no que se refere à produção de conhecimentos sociais e cientificamente relevantes, e a tornar o conhecimento acessível a todos.

Referências

BRASIL. MEC. SETEC. **Plataforma Nilo Peçanha**. 2019. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

DALBEN, A. I. L. F.; VIANNA, P. C. M. Gestão e avaliação da extensão universitária: a construção de indicadores de qualidade. **Interagir:**

pensando a extensão, Rio de Janeiro, n.3, jan./dez. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Lucas.Magno/Downloads/1669-6298-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012 Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

IF SUDESTE MG. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. **Resolução CONSU nº 22/2016**: Programa Institucional de Apoio à Extensão – PIAEX. 2016

IF SUDESTE MG. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. **Resolução CONSU nº 41/2019**: Atualiza o Programa Institucional de Apoio à Extensão – PIAEX. 2019. Disponível em: https://sig.ifsudestemg.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 15 jan. 2020.

JENIZE, E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, UFMG, Belo Horizonte, MG. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SOARES, V. L. A. O papel social das IES: contribuição do ensino superior particular. **Revista do Centro de Estudos Sociais Aplicados**, Belém, n. 6, p. 8, out. 2003.



PROGRAMAS DE FOMENTO À EXTENSÃO NO IFPR: COMPROMISSO COM UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE SOCIAL

*Mônica Luiza Simião Pinto²⁴, Marcelo Estevam²⁵,
Samanta Ramos dos Santos Leske²⁶, Soraya Colares Leão Carvalho²⁷,
Josiane Maria Poleski²⁸*

As Instituições que compõem a Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (EPCT) advêm de uma experiência da educação profissional no Brasil ao longo de seus dez anos de existência, acumulados ao período anterior da existência da referida rede. Tais experiências permitem reflexões interessantes sobre o fazer extensionista, que se diferencia das universidades voltadas apenas ao Ensino Superior.

Conforme a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008):

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e

²⁴ Mestre em Educação pela PUC/PR. Atualmente exerce a função de Diretora de Extensão, Arte e Cultura - Diext/Proeppi/IFPR.

²⁵ Pós-Doutorado em Biofísica Nuclear (USP - UEL). Atualmente exerce a função de Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Proeppi/IFPR.

²⁶ Especialista em Gestão Pública com habilitação em Políticas Públicas pelo IFPR. Atua como Coordenadora de Extensão - Diext/Proeppi/IFPR.

²⁷ Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela UFJF. Atualmente possui cargo efetivo de Técnico em Assuntos Educacionais na Diext/Proeppi/IFPR.

²⁸ Especialista em Gestão Pública com habilitação em Políticas Públicas. Atualmente possui cargo efetivo de Assistente em Administração na Diext/Proeppi/IFPR.

peculiaridades regionais;

[...]

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

[...]

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

[...]

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

[...]

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

A Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Proeppi), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), tem como objetivo o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das políticas de incentivo às atividades de extensão social e tecnológica, pesquisa científica e aplicada, inovação, propriedade intelectual e pós-graduação, com vistas a subsidiar os *campi* do Instituto Federal do Paraná (IFPR) no processo de fortalecimento destas ações.

Por meio da Diretoria de Extensão, Arte e Cultura (Diext), a Proeppi executa diversas ações referentes ao desenvolvimento da extensão no IFPR, envolvendo os estudantes, estimulando-os sobre a importância da atuação institucional na comunidade, enquanto acadêmicos e agentes de transformação social.

A Diext é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e avaliação das atividades de extensão em todas as suas áreas temáticas no âmbito do IFPR. Busca trabalhar em conjunto com as demais Pró-Reitorias e diversos *campi* na consolidação das políticas de extensão.

Dessa forma, o IFPR caracteriza-se por sua singularidade ao atender e praticar a educação profissional e tecnológica como processo educativo com compromisso social evidente. Ao longo dos dez anos de existência da instituição, a Proeppi desenvolveu inúmeras ações de extensão, evidenciando a promoção de uma educação de qualidade social.

Devido ao compromisso da instituição com a promoção de uma educação de qualidade social, conquistada por meio da indissociabilidade “ensino-pesquisa-extensão”, foi aprovada pelo Conselho Superior (Consup),

em 27 de março de 2018, a Resolução nº 11, que aprova e institui as diretrizes para as atividades de extensão no âmbito do IFPR. Neste documento, define-se a caracterização das ações de extensão pelo envolvimento da comunidade externa ao IFPR, com imprescindível participação estudantil, conforme o Art. 1º. do documento: “A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico que promove, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre o IFPR e a sociedade.”

Tal processo possui caráter multidisciplinar, integrando atividades de ensino e pesquisa. Entre os princípios norteadores das atividades de extensão do IFPR estão: o impacto e transformação social, a contribuição à superação das desigualdades sociais e à responsabilidade socioambiental e a socialização do conhecimento.

Neste contexto, a Proeppi concede desde 2012, por meio de editais, auxílios financeiros para servidores e estudantes da instituição. Tais editais têm como principal objetivo estimular a participação de estudantes nas equipes executoras das ações de extensão, contribuindo significativamente para sua formação acadêmica. Além disso, incentivam o espírito crítico, a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação e estimulam o desenvolvimento de tais ações em consonância com as políticas nacionais voltadas à educação.

Na Tabela 1 são apresentados os quantitativos gerais do ano de 2012 até 2018, no que diz respeito aos projetos contemplados com recursos financeiros pelos programas da Pró-Reitoria.

Tabela 1 - Quantitativo total de projetos contemplados com recursos financeiros pelos programas da Proeppi voltados à extensão - 2012-2018

Tipo de recurso	Público Alvo	Quantitativo de projetos contemplados
Recurso financeiro ao estudante (bolsa)	Estudantes IFPR	442
Recurso financeiro ao pesquisador/extensionista	Servidores	149
Recurso financeiro para compra de equipamentos	Campi	66

Fonte: Dados levantados pelos autores (2020)

A Tabela 2, por sua vez, apresenta o quantitativo de projetos de extensão contemplados com recursos financeiros da Proeppi - 2012-2018, por programa e modalidade:

Tabela 2 - Quantitativo de projetos contemplados com recursos financeiros pelos programas da Proeppi voltados à extensão - 2012-2018

Programa	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Programa Institucional de Apoio a Aquisição de Equipamentos para Pesquisa, Extensão, Cultura, Inovação e Pós-Graduação (Proeq)	2	3	4	0	4	11	4
Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex)		50	50	62	72		
Programa Institucional de Bolsas de Extensão - modalidade Técnico (Pibex Junior)						60	38
Programa Institucional de Bolsas de Extensão - modalidade Graduação IFPR (Pibex Graduação)					13	14	6
Programa Institucional de Bolsas de Extensão - modalidade Graduação Fundação Araucária (FA) ²⁹ (Pibex/Pibis/FA)					13	2	6
Programa Institucional de Bolsas de Extensão - modalidade Graduação FA (Pibex/FA)					13	4	5
Programa de Fomento à Extensão para compra de bens de capital	13						
Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação (Piepi)	24						
Programa de Bolsas de Extensão para Servidores do IFPR	50						
Programa Institucional de Apoio às Ações de Extensão (Piae)					41	23	25
Programa Institucional de Direitos Humanos (Pidh)					4	2	4

Fonte: Dados levantados pelos autores (2020)

²⁹ A Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) é uma das 26 (vinte e seis) Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa do Brasil. Busca o desenvolvimento social, econômico e ambiental, por meio de investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Suas ações são operacionalizadas por meio de Chamadas Públicas de Projetos (CP) e Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público (PI) com avaliação de mérito científico, voltados às Instituições de Ensino Superior federais, estaduais, municipais e privadas sem fins lucrativos e com institutos de pesquisa do Paraná.

Em 2018 ocorreu a institucionalização de programas específicos para definir e regulamentar os procedimentos de avaliação e classificação de projetos para recebimento de auxílios financeiros ao pesquisador, bolsas de auxílio financeiro ao estudante e aquisição de equipamentos para o desenvolvimento das ações de extensão. Tais programas possibilitam ainda a constituição de um banco de projetos que podem atender a novas demandas e/ou chamadas públicas com maior rapidez. Assim, foram aprovadas pelo Consup as seguintes resoluções:

- Resolução nº 72, de 20 de dezembro de 2018: aprova as normas relativas ao Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos (Pidh) do IFPR (IFPR, 2018a).
- Resolução nº 76, de 21 de dezembro de 2018: aprova as normas relativas ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), no âmbito do IFPR (IFPR, 2018a).
- Resolução nº 79, de 21 de dezembro de 2018: aprova as normas relativas ao Programa Institucional de Apoio ao Extensionista (Piae), no âmbito do IFPR (IFPR, 2018a).
- Resolução nº 81, de 21 de dezembro de 2018: aprova o Programa de apoio à aquisição de equipamentos para pesquisa, extensão, arte, cultura, inovação e Pós-Graduação (Proeq), no âmbito do IFPR (IFPR, 2018a).

O Pidh é um programa que objetiva o fomento a ações de Extensão, Pesquisa, Inovação e Ensino relacionadas à temática da Educação em Direitos Humanos.

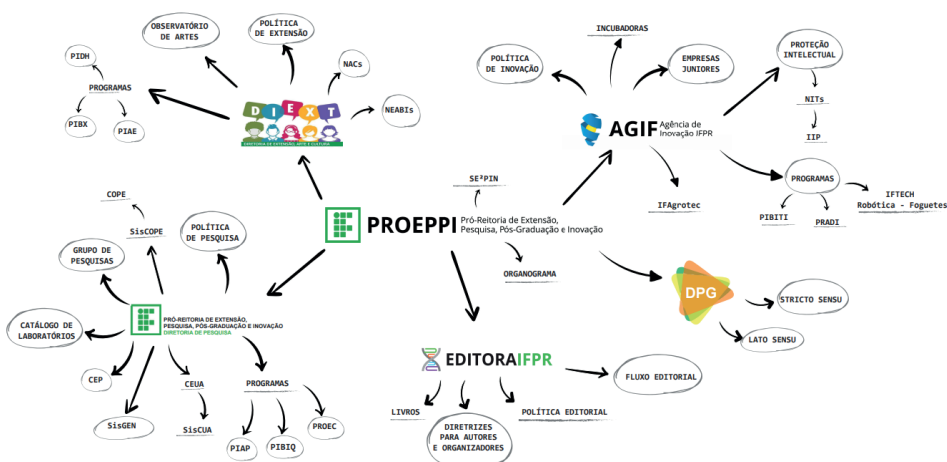
Já o Pibex é um programa que visa apoiar o desenvolvimento de atividades em projetos de extensão, com a concessão de bolsas de auxílio financeiro a estudantes dos cursos de Ensino Médio e Graduação, financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias. Possui 3 (três) modalidades: Pibex Júnior, que oferece bolsas de auxílio financeiro a estudantes do ensino médio e cursos técnicos; Pibex Graduação, que oferece bolsas de auxílio financeiro a estudantes dos cursos de graduação; e Pibex PIBIS, que oferece bolsas de auxílio financeiro aos estudantes de Graduação que ingressaram na instituição por meio de cota social. O Piae, por sua vez, visa apoiar o desenvolvimento de atividades de Extensão, com a concessão de auxílio financeiro a pesquisadores do IFPR, com recursos da instituição, agências de fomento, convênios e/ou parcerias.

O Proeq é um programa que visa o suprimento da necessidade de equipamentos caracterizados pela sua utilidade para um conjunto de

pesquisadores e/ou extensionistas, em várias áreas do conhecimento. Possui 3 (três) modalidades: Proeq Pesquisa, que oferece recursos financeiros para projetos que preveem aquisição de equipamentos voltados para a pesquisa; Proeq Extensão, que oferece recursos financeiros para projetos que preveem aquisição de equipamentos voltados para ações de extensão; e Proeq Arte e Cultura, que oferece recursos financeiros para projetos que preveem aquisição de equipamentos voltados para arte e cultura.

Dessa forma, os programas encontram-se sob responsabilidade de diretorias da Proeppi, que passa a ser constituída da seguinte forma:

Figura 1 - Mapa de organização da Proeppi



Fonte: Imagem produzida pelos autores (2020)

Dessa forma, os programas voltados ao fomento da Extensão no IFPR contemplam a missão institucional, que de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 é:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional. (IFPR, 2018e, p. 23).

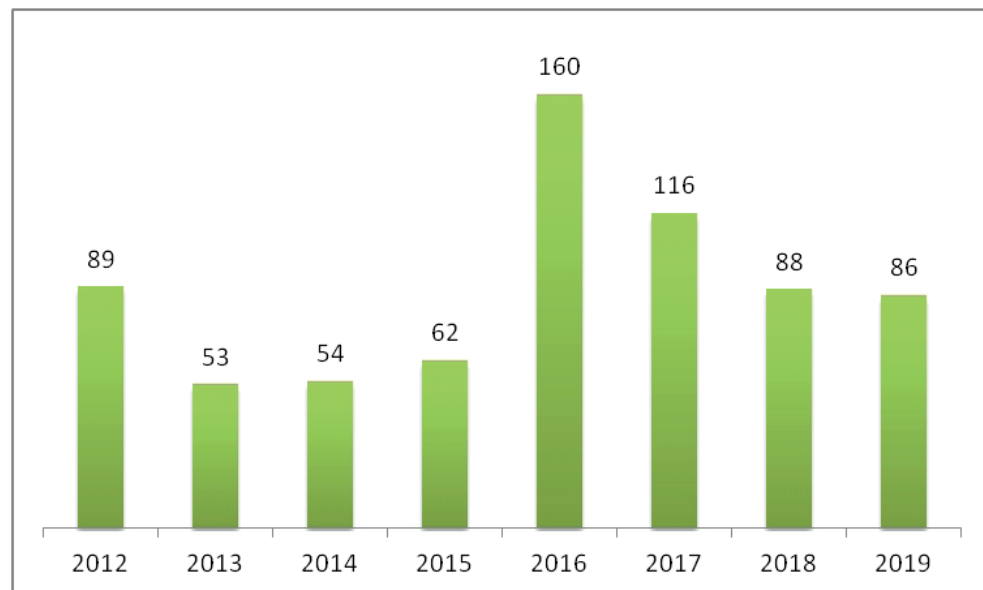
Assim, no ano de 2019, foram contemplados diversos projetos pelos programas regulamentados, conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 - Quantitativo de projetos contemplados com recursos financeiros pelos programas da Proeppi - 2019

Programa	Quantitativo	Fonte de recurso
Proeq	9	IFPR
Pibex - Modalidade Pibex Junior	39	IFPR
Pibex - Modalidade Pibex Graduação	6	IFPR
Pibex - Modalidade Pibex Graduação	6	Fundação Araucária
Pibex - Modalidade Pibex Pibis	5	Fundação Araucária
Piae	15	IFPR
Pidh	6	IFPR

Fonte: Dados levantados pelos autores (2020)

O levantamento dos dados apresentados neste artigo, referentes à apresentação do histórico dos programas de fomento à extensão no IFPR, demonstram a responsabilidade institucional em garantir a manutenção das ações de extensão. Esta manutenção pode ser observada no gráfico 1, que indica o quantitativo total de projetos contemplados com recursos da Proeppi, do ano de 2012, quando iniciaram os programas, até 2019.

Gráfico 1 - Quantitativo total de projetos contemplados com recursos financeiros pelos programas da Proeppi voltados à extensão - 2012-2019

Fonte: Dados levantados pelos autores (2020)

Ao longo dos seus dez anos de existência, a instituição avançou consideravelmente em termos administrativos e técnicos, bem como na qualidade das atividades de extensão desenvolvidas, que podem ser mensuradas por meio dos relatórios dos projetos vinculados aos programas. Tal questão sugere a produção de artigo específico para tal, tamanha importância que possui.

Neste momento, cabe destacar que as ações de extensão possibilitadas pelos programas da Proeppi constituem um espaço para a troca de saberes, conhecimentos e experiências, em especial pelo envolvimento obrigatório dos estudantes com os trabalhos desenvolvidos e junto à comunidade. Isso torna-se um diferencial educacional em diversos aspectos, dentre eles a formação integral dos sujeitos, por se tornarem protagonistas de sua formação técnica e cidadã. Contribui ainda para o despertar da consciência social, artística, ambiental e política, tendo em vista as diferentes áreas temáticas da extensão. No que diz respeito ao impacto e transformação social, as ações de extensão utilizam-se da ciência, arte e tecnologia para modificar significativamente tanto a concepção educacional tradicional tecnicista, bem como o contexto em que elas ocorrem. Dessa forma, afirma-se que o IFPR possui engajamento assumido com a democratização de saberes, o fortalecimento da educação básica e superior voltada à formação profissional, o trabalho pedagógico sob a perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, demonstrando o compromisso com uma educação de qualidade social.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Brasília, DF, 2008.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional IFPR 2019-2023**. Curitiba, 2018e. Disponível em <http://info.ifpr.edu.br/informacoes-institucionais/pdi-plano-de-desenvolvimento-institucional>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Portaria nº 1.399, de 08 de outubro de 2019**. Disponível em <https://sei.ifpr.edu.br/sei/>

modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQLHJmJlqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzNQrM6uGomRn-_YUfsV8r6wkg5T9Ch_mULCBPToXLm1ADtShwo-59H4KeFZOKViVrzb4UqRXcXYMb-J3uyvnmK. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Resolução CONSUP nº 11, de 27 de março de 2018**. Curitiba, 2018. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/pro-reitorias/proepi-2/extensao/documentos-orientadores-da-extensao/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Resolução CONSUP nº 72, de 20 de dezembro de 2018**. Curitiba, 2018a. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/pro-reitorias/proepi-2/extensao/programas/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Resolução CONSUP nº 76, de 21 de dezembro de 2018**. Curitiba, 2018b. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/pro-reitorias/proepi-2/extensao/programas/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Resolução CONSUP nº 79, de 21 de dezembro de 2018**. Curitiba, 2018c. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/pro-reitorias/proepi-2/extensao/programas/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Resolução CONSUP nº 81, de 21 de dezembro de 2018**. Curitiba, 2018d. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/pro-reitorias/proepi-2/proeq/>. Acesso em: 16 jan. 2020.



HISTÓRIA E CONQUISTAS DA ÁREA DE EXTENSÃO E CULTURA NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB)

Paulo Henrique Sales Wanderley³⁰

Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) tem como um de seus objetivos desenvolver ações de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, conforme o artigo 7º, inciso IV, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Entende-se por Extensão, o processo interdisciplinar, educativo, político, social, científico, esportivo, artístico, cultural, tecnológico, que articule ensino e pesquisa de forma indissociável e viabilize a relação transformadora entre o Instituto e outros setores da sociedade, assegurando a interação dialógica entre saberes - acadêmico e popular, promovendo a participação efetiva da comunidade, a transformação social e o desenvolvimento local e regional no contexto onde os Institutos Federais estão inseridos.

Além da interação com a comunidade, o IFB tem como premissa a implementação das ações de extensão com o objetivo de proceder a difusão, a socialização e a democratização dos conhecimentos e tecnologias produzidos, considerando especialmente as temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas

³⁰ Pró-reitor de extensão do IFB

às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.

Histórico Institucional

Historicamente, pode-se afirmar que a origem do IFB remonta ao final da década de 1950, com a criação da Escola Agrotécnica de Brasília, em Planaltina, subordinada ao Ministério da Agricultura. A Escola foi criada em 17 de fevereiro de 1959 e inaugurada em 21 de abril de 1962, com o objetivo de ministrar cursos regulares ginásial e colegial agrícola.

Em 1978, o Colégio Agrícola de Brasília foi incorporado à Rede de Ensino Oficial do Distrito Federal, sem alterar sua denominação. Em 2000, o Colégio Agrícola de Brasília passou a denominar-se Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília (CEP/CAB). O objetivo dessa instituição passou a ser a qualificação profissional, com a oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada para Trabalhadores e Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, direcionados à demanda mercadológica, na sua área de abrangência.

A transformação do CEP/CAB em Escola Técnica Federal de Brasília ocorreu em 25 de outubro de 2007. Em 2008, no âmbito do Plano Federal de Educação Tecnológica, com vistas à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e à implantação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), que atualmente conta com dez *campi*: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina (antigo Colégio Agrícola de Brasília), Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião e Taguatinga.

O Distrito Federal não é organizado em municípios, diferentemente das outras Unidades da Federação, mas em Regiões Administrativas. Atualmente o IFB está presente em 10 das 33 Regiões Administrativas do DF, marcando a importância da instituição para o Distrito.

O interesse pelos arranjos produtivos locais e o desenvolvimento regional, aliado à forte presença, faz a instituição ser um dos mais importantes atores do desenvolvimento do Distrito Federal e este alcance para além das escolas só se dá através das ações de extensão.

Inicialmente, a partir de janeiro de 2009, as ações de Extensão eram organizadas pela antiga Diretoria de Extensão (Drex), que em agosto de 2009 tornou-se Pró-Reitoria de Extensão (Prex) e por fim, Pró-Reitoria de

Extensão e Cultura, a partir de janeiro de 2017. As duas áreas, formalmente responsáveis pelos processos de extensão, estão em sua sexta gestão, enquanto a Reitoria do IFB atualmente encontra-se na sua terceira gestão.

Foco centrado no estudante

Como previsto pela Lei de criação dos Institutos Federais, 11.892 de 2008, ensino, pesquisa e extensão formam os três pilares básicos da educação profissional, técnica e tecnológica (BRASIL, 2008).

Por todas as características citadas no texto, a extensão é um espaço de aplicação prática e consolidação de conhecimentos pelos estudantes, além da sala de aula e laboratórios. É através das atividades de extensão que o estudante entra em contato com a realidade da comunidade onde ele está inserido e passa a perceber as formas e situações através das quais sua formação profissional e humana serão requeridas.

De acordo com Souza (2016, p. 178), dentro do processo de formação profissional, a extensão provê um espaço autêntico: fora do circuito escolar e ainda não dentro do circuito profissional, com desafios reais e possibilidades de aprendizado específicas. Assim, a extensão possibilita o reencontro do estudante com a sociedade dentro de seu novo status social em construção. É um processo no qual as interações concretas levam o estudante a experimentar um leque de situações éticas, cidadãs, comunicacionais e gerenciais ligadas às suas novas capacidades profissionais adquiridas.

A visão centrada no estudante também está presente nas ações inclusivas, que no Instituto Federal de Brasília são coordenadas pela Coordenação de Políticas Inclusivas, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do instituto. Atualmente o IFB possui diversos casos de estudantes com necessidades específicas que são atendidos pelos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas de cada *campus*, coordenadas pela CPIN.

Conquistas da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFB

Como já mencionado, atualmente estamos na sexta gestão da extensão no IFB. Cada uma das gestões que passaram pela Pró-Reitoria teve suas contribuições para o processo de engrandecimento da extensão.

As três primeiras gestões da Drex e posteriormente Prex, que trabalharam de janeiro de 2009 a novembro de 2012, atuaram para consolidar o nome e a marca do IFB junto à comunidade, aos representantes e líderes comunitários, líderes políticos do DF e Ministérios, em especial junto ao Ministério da Educação. Este diálogo possibilitou a consolidação do instituto e sua ampliação para alcançar o número atual de 10 (dez) *campi*.

Enquanto as primeiras gestões ligadas à extensão no IFB fizeram o árduo trabalho para o IFB ser conhecido e reconhecido no Distrito Federal, a quarta e a quinta gestão atuaram na consolidação e ampliação dos trabalhos realizados pela Pró-Reitoria.

No período de dezembro de 2012 a maio de 2017 ocorreu a quarta gestão da extensão no IFB. As conquistas dessa gestão foram, principalmente, a consolidação das resoluções e regulamentos da extensão no IFB, o início do acompanhamento dos estudantes egressos do instituto e principalmente a consolidação das políticas de inclusão no Instituto, tornando o IFB uma referência em atendimento às pessoas com necessidades específicas no Distrito Federal.

A quinta gestão da extensão durou de junho de 2017 a agosto de 2019 e teve uma contribuição para o instituto especialmente na ampliação dos contatos com o mundo do trabalho e no aumento de acordos de cooperação assinados com entes públicos e privados. Além disso, houve no período a consolidação dos eventos da extensão dentro do ConectaIF, o grande evento de divulgação científica e tecnológica do Instituto Federal de Brasília. Durante o ConectaIF a Pró-Reitoria de Extensão gerencia 08 (oito) eventos: Roda de Conversa, Feira de Iniciativas Econômicas Solidárias, Feira de Estágio e Emprego, Festival de Arte e Cultura, Qualific Express, Conexão Empresarial, ExpolF e InclUF.

Por fim, a sexta e atual gestão da extensão do IFB que se iniciou em setembro de 2019, tem como objetivo consolidar todas as contribuições trazidas pelas outras cinco gestões anteriores e, além disso, associar a inovação e o empreendedorismo dos estudantes ao desenvolvimento tecnológico nas áreas do conhecimento em que o IFB atua.

Atualmente o Instituto Federal de Brasília possui acordos de cooperação firmados com 60 (sessenta) instituições. Estes acordos possibilitam a consolidação das parcerias e a troca de conhecimentos e benefícios entre o IFB e os entes públicos e privados.

Além destes acordos, possuímos acordos de estágio vigentes com 50 (cinquenta) instituições, o que nos permite aproximar nossos estudantes do mundo do trabalho com qualidade e aprendizado paulatino.

Programas e Projetos de destaque na extensão do IFB

Nestes dez anos, o IFB executou diversos programas e projetos de extensão que mereceram destaque no cenário do Distrito Federal.

O primeiro destaque foi a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O Pronatec iniciou-se em um momento que o IFB era formado por apenas 05 (cinco) *campi* em período de implantação. Mesmo passando por este momento, o Instituto Federal de Brasília ofertou mais de 13.000 (treze mil) vagas em 84 (oitenta e quatro) cursos técnicos e de formação inicial e continuada entre 2012 e 2015.

Além do Pronatec, destacam-se as ofertas do programa Mulheres Mil, em que mulheres em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica são acolhidas e atendidas através de cursos em que elas podem recuperar sua autoestima e aprender um ofício.

Alguns projetos de extensão também tiveram destaque nestes dez anos, tais como os descritos a seguir.

A Oficina de Restauro de Mobiliário ocorrida no *campus* Samambaia desenvolveu-se em um projeto de restauro do mobiliário do Palácio do Planalto, deixando o trabalho de professores e estudantes do curso Técnico em Móveis registrado na história.

As oficinas de Viveiricultura e Produção de mudas, ocorridas no *campus* São Sebastião, geram conhecimentos para toda a população que vive da produção primária na região administrativa.

Os cursos de Inclusão Digital para a Terceira Idade, ocorridos no *campus* Ceilândia, fazem a inclusão das pessoas da melhor idade, permitindo que eles adquiram conhecimentos de forma a se comunicar utilizando as aplicações mais modernas, como Facebook, Instagram e Whatsapp.

O projeto LabKids, ocorrido no *campus* Taguatinga, ensina crianças e jovens a cultura *maker*, robótica e criação e pilotagem com drones. Estes conhecimentos complementam os conhecimentos de Matemática e Física para os estudantes.

O projeto Mulheres na Construção, ocorrido no *campus* Samambaia, foi muito importante para incluir as mulheres em um ambiente de trabalho predominantemente masculino e permitir que dezenas de mulheres estudantes conseguissem seu sustento através do trabalho.

Ser Negra é um projeto que reúne a divulgação de trabalhos de valorização das mulheres negras em Brasília e se tornou um evento de referência no Brasil para estas importantes discussões.

O projeto Rock Robots, ocorrido no *campus* Ceilândia, ensina a

programação de robôs para que eles executem atividades como dançar e fazer a limpeza de um ambiente.

As empresas Juniores existentes nos *campi* Brasília e Gama fazem com que os estudantes ganhem conhecimentos de empreendedorismo na sua área de atuação e permitem que estes estudantes formem-se sabendo como montar e gerir uma empresa dentro do ofício que eles aprenderam.

Como acontece na maioria das instituições da Rede Profissional, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFB é responsável pela organização da edição local dos Jogos do IFB, o JIFB. A etapa Nacional dos JIF de 2016 foi sediada em Brasília e organizada pela PREX.

Por fim, os Fóruns de Educação Inclusiva e os encontros de Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas e de Tradutores e Intérpretes em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) possibilitam a troca de conhecimentos entre os profissionais que atuam diretamente com a inclusão no IFB.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRASIL. **Resolução MEC nº7/2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: jan. 2020.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (Brasil). **Extensão Tecnológica**. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá, MT: CONIF/IFMT, 2013.

IFB. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. **Resolução IFB CS nº 007/2012**. Estabelece as normas gerais para as ações de extensão no âmbito do Instituto Federal de Brasília, IFB.



PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DO IFNMG: FAZENDO A DIFERENÇA NA METADE NORTE DE MINAS GERAIS

*Maria Araci Magalhães³¹, Kleber Carvalho dos Santos³²,
Santina Aparecida Ferreira Mendes³³*

Introdução

A Pró-Reitoria de Extensão (Proex) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) é responsável pela proposição, planejamento, fomento, execução, coordenação e condução das políticas de extensão e relações com o mundo do trabalho, a sociedade civil organizada e as comunidades em geral, articuladas ao ensino e à pesquisa (PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023).

A Proex atua mediante programas, projetos e ações de extensão do IFNMG, as quais devem proporcionar “a aquisição de conhecimento objetivo da realidade vivenciada pelo estudante, compreendendo que a instituição está inserida no contexto das demandas sociais às quais devem atender os seus propósitos” (PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023). É na extensão que a instituição encontra a oportunidade de saltar os “muros” e ir para além das salas de aula cultivar e disseminar, nos terrenos férteis das comunidades, práticas que promovam autonomia, democracia, cidadania, solidariedade e transformação social, sustentando-se nas seguintes diretrizes: Interação dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; Impacto na formação do estudante; e, Impacto na transformação social.

³¹ Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Pró-Reitora de Extensão do IFNMG;

³² Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Diretor de Extensão do IFNMG;

³³ Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Coordenadora do Núcleo de Artístico Cultural do IFNMG;

Este artigo tem como objetivo principal apresentar a Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal, de Educação, ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (Proex) e suas práticas extensionistas, além de refletir sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos e sua contribuição para o desenvolvimento, emancipação, autonomia e transformação das comunidades de abrangência.

A relevância desta pesquisa reside na possibilidade de socialização destas ações e reflexão sobre suas implicações sociais. Para atingir este propósito, recorreu-se à abordagem eminentemente descritiva e explicativa, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e bibliográfica. A questão que norteou a pesquisa foi: as atividades extensionistas desenvolvidas pela Proex que incluem a sociedade estão sendo amalgamadas de modo efetivo no cotidiano de nossa instituição? Dizendo de outro modo: estamos rompendo os “muros” de nossa instituição em direção às comunidades de abrangência, formada por 176 municípios, das mesorregiões Norte e Noroeste de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, cobrindo quase toda a metade norte do território mineiro e atendendo uma população total de 2.898.631 habitantes (IBGE, 2010).

Concepções de Extensão

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº. 9.394, de 1996, preconiza que a Extensão é um tripé indissociável entre Ensino, Pesquisa e Extensão (BRASIL, 1996).

Já a lei de criação dos Institutos estabelece que a Pesquisa Aplicada e a Extensão são atividades finalísticas destas instituições. Assim, a Rede EPCT começa a compartilhar com as Universidades a missão de oferecer cursos de graduação e pós-graduação e de atuar junto à sociedade na investigação e divulgação científica. No caso particular da Extensão, a legislação sugere que a atuação dos Institutos deve ocorrer com ênfase na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e na promoção do desenvolvimento socioeconômico através da transferência de tecnologias sociais.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão dos Institutos Federais, que assume o nome de Forproext (já agregando o “Tecnológico” à sua identidade) vem trabalhando na construção de uma política nacional para a Extensão da Rede EPCT. De acordo com esse Fórum, a Extensão praticada pelos Institutos Federais pode ser assim definida:

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional. (CONIF, 2013).

A extensão centra-se em três pilares fundamentais: importância do conhecimento para a ação transformadora; necessidade de dialogia na produção do conhecimento e necessidade das práxis como forma de atuar na e para a sociedade (FREIRE, 1983).

Considerando-se a diversidade geográfica, social, política e cultural das áreas de abrangência do IFNMG (Figura I), a extensão que se pretende desenvolver é aquela que prima pelo diálogo, liberdade, tolerância e convivência harmoniosa com a diversidade metodológica e epistemológica na elaboração dos nossos programas, projetos e ações extensionistas e com a participação e compartilhamento com todos os atores sociais.

Deste modo, fazemos nossas as palavras de Rovati & D’Ottaviano (2017, p. 23) “a extensão que se pretende ação transformadora tem um compromisso radical com as práticas democráticas, com a promoção da justiça social, com o combate às desigualdades sociais e a todo tipo de preconceito e a todas as formas de colonialismo”.

O fazer extensionista da Pró-Reitoria de Extensão

Programa Institucional de Bolsa de Extensão e Projetos de Demanda Induzida

Dentre as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão, destacam-se o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibed) e os projetos de demanda induzida. O Pibed é voltado para discentes visando o desenvolvimento de ações educativas, culturais e científicas junto à sociedade a fim de oportunizar um espaço de enriquecimento e produção de saberes nas várias áreas do conhecimento.

Somente em 2018 foram executados 300 (trezentos) projetos nas diversas áreas de atuação extensionista, sendo 149 (cento e quarenta e nove) na área social; 53 (cinquenta e três) nas áreas artística/cultural/esportiva e 98 (noventa e oito) nas áreas tecnológica e de empreendedorismo. Se comparado com o ano de 2017, houve um aumento de 20,97% em relação

ao ano anterior, contando com o mesmo aporte de recursos, envolvendo 276 (duzentos e setenta e seis) coordenadores; 521 (quinhentos e vinte e um) servidores; 1055 (mil e cinquenta e cinco) discentes e 127.425 (cento e vinte e sete mil e quatrocentos e vinte e cinco) representantes da população, representando, respectivamente, um aumento de 3,78% e 23,53% na participação de servidores e discentes. Isso só foi possível devido à estratégia de projetos de demanda induzida, implantada em 2018, que reapresentou uma ampliação da força de trabalho nos *campi* (IFNMG, 2018).

Os projetos de demanda induzida são elaborados pela Pró-Reitoria de Extensão do IFNMG com o intuito de fomentar e prospectar projetos integrados em âmbito Institucional, tendo como escopo o atendimento da política de extensão nas suas áreas temáticas para consecução de sua missão que é a interação dialógica com a sociedade. Os projetos são desenvolvidos nos *campi* por intermédio de um servidor coordenador e discentes bolsistas e voluntários, e seus resultados são apresentados no evento anual da Proex denominado "Semana Integrada de Eventos da Extensão"

Atualmente, a Proex desenvolve 07 (sete) projetos de demanda induzida, dentre estes, destacam-se pela sua relevância no tocante ao desenvolvimento local e regional, os projetos Portfólio de Oportunidades e Rede de Soluções Tecnológicas, os quais permitem uma maior aproximação e diálogo com as comunidades, mediante o fomento da inovação social e da transferência de tecnologias, o estímulo à participação e ao controle social, colocando os cidadãos demandantes como protagonistas/parceiros na tomada das decisões institucionais.

Os projetos consistem em um conjunto de relações que possibilita identificar as situações-problema das comunidades ao entorno dos *campi* e apresentar soluções tecnológicas, advindas dos servidores, estudantes, egressos e agentes externos/ convidados do IFNMG, por meio de programas, projetos ou atividades. Por intermédio de uma plataforma, além do cadastro das situações-problema e das soluções tecnológicas, é possível disponibilizar um banco de soluções tecnológicas, além de mapear as potencialidades e vocações das comunidades onde os 11 *campi* do IFNMG estão inseridos.

O projeto Clube do Empreendedor busca difundir e aplicar conhecimentos e práticas de empreendedorismo por meio de projetos institucionais com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento da educação empreendedora no âmbito do IFNMG, a partir de apresentações de ideias ou projetos de negócio de impacto pelos estudantes, com a utilização da metodologia *canvas* e *pitch*. Neste âmbito, a Proex realizou

em 2018, por meio do Edital de Chamamento Público, o II Desafio do Clube do Empreendedor com o objetivo de disseminar e fortalecer o ecossistema de empreendedorismo inovador e o despertar, na comunidade acadêmica/escolar, a opção de empreender social e economicamente, contando com a participação de todos os 11 *campi*, sendo 161 (cento e sessenta e um) inscritos (IFNMG, 2018).

O projeto denominado "Acompanhamento de Egressos" é outra atividade de grande relevância da Proex, porque visa recolher e disponibilizar informações para identificar as experiências profissionais que configuram as trajetórias dos discentes, sobretudo, investigar como eles estão inseridos no mundo do trabalho e quais as práticas educativas relevantes para a formação deles como profissionais, representando, desta forma, um importante mecanismo de avaliação da instituição. Segundo dados contidos no Relatório de Gestão (2018), no ano de 2018, ocorreu a execução do projeto quando foi possível a participação de 804 (oitocentos e quatro) pré-egressos e 1.100 egressos, perfazendo um total de 1.904 (mil e novecentos e quatro) participantes da pesquisa.

Os resultados da pesquisa junto a esse segmento permitem-nos afirmar que o acompanhamento do itinerário profissional do egresso é um importante mecanismo para identificar cenários junto ao mundo produtivo, bem como para avaliar a instituição nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão visando retroalimentar o processo fundamentado nesta perspectiva.

Na área artística e cultural o Festival *Intercampi* de Culturas: Encantos dos Vales, Montes e Sertões, tem se evidenciado na sua proposta de produção e acesso às atividades artísticas e culturais. O projeto tem como objetivo mobilizar a comunidade acadêmica escolar para desenvolver atividades artísticas e culturais nas áreas de música, dança, literatura, artes visuais, artes cênicas, audiovisual e ações formativas.

Além das várias atividades desenvolvidas em todos os *campi* envolvendo um grande número de discentes, professores e membros da comunidade externa, na edição da Semana Integrada de Eventos da Extensão, realizada em 2018, foram apresentadas 08 (oito) peças teatrais, 04 (quatro) coreografias, além de terem sido realizados o festival de música, sarau poético, exibição de vídeo, fanfarra e exposições de fotografias. Os resultados do projeto demonstram que promover, potencializar, incentivar e disseminar a produção artística e cultural dos *campi* do IFNMG é de singular importância ao possibilitar a valorização, integração, humanização e diálogo permanente, os quais contribuem para a formação de um senso crítico, criativo e reflexivo, além de estimular a cooperação, solidariedade,

respeito e autonomia sobre a realidade local, agregando alteridade e imersão, não apenas no mundo de aprendizagens, mas indissociavelmente de lazer, criatividade, sensibilidade e emoção.

Outro projeto de relevância é o nominado "Sustentabilidade Ambiental", que tem por objetivo ampliar as ações que promovam práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito de atuação do IFNMG, visando melhorias sanitárias e ambientais voltadas para a temática dos resíduos sólidos, embasadas nas problemáticas identificadas no *campus* e/ou comunidade externa, propondo soluções que vão ao encontro do uso racional dos recursos naturais. Neste cenário, as atividades de educação ambiental têm ganhado destaque, principalmente devido ao avanço da utilização excessiva dos recursos naturais, bem como a sua degradação pelas atividades antrópicas.

O projeto de demanda induzida "Esporte e Lazer – Oficinas de Práticas", implantado neste ano de 2019, tem por objetivo promover a socialização, integração e a compreensão dos elementos das práticas esportivas no âmbito do jogar e competir, experimentando-as e, ao mesmo tempo, refletindo sobre os aspectos sociais e culturais que permeiam a cultura corporal de movimento. Além disso, o projeto pretende contribuir de forma significativa para o evento promovido pela Proex, denominado JIFENMG - Jogos Internos *Intercampi*, os quais são realizados anualmente com o objetivo de estimular a prática desportiva, bem como a mobilização de toda comunidade escolar em prol do desporto educacional, nas várias modalidades.

Outras ações extensionistas

Além das descritas acima, várias atividades extensionistas são desenvolvidas pela Proex no que se refere às relações interinstitucionais e comunitárias, como as parcerias e convênios firmados; campanhas educativas; intervenções em comunidades rurais e unidades produtivas familiares; representações em Conselhos, Municipais e Estadual; e, ampliação e afirmação do relacionamento com as empresas, com destaque para os estágios e as viagens técnicas. Em 2018, foram realizadas 196 (cento e noventa e seis) visitas técnicas, envolvendo 5.406 (cinco mil, quatrocentos e seis) discentes, 217 (duzentos e dezessete) coordenadores e 190 (cento e noventa) instituições parceiras. A gestão da política de estágio encontra-se consolidada e a quantidade de discentes, coordenadores e instituições

participantes vincula-se aos itinerários formativos dos cursos ofertados. Foram realizados, em 2018, 1.139 (mil, cento e trinta e nove) estágios envolvendo 1.068 (mil e sessenta e oito) discentes, 187 (cento e oitenta e sete) coordenadores e 367 (trezentas e sessenta e sete) instituições parceiras ofertantes (IFNMG, 2018).

Neste cenário, destacam-se o Programa Jovem Aprendiz, que tem por objetivo inserir os jovens de 14 a 24 anos cursando ensino médio no Mercado de Trabalho. Desse modo, as empresas têm oferecido essas vagas de Aprendizagem, e o IFNMG, por meio das coordenações de estágio dos *campi*, tem prospectado convênios com empresas e cadastrado os cursos de ensino médio e técnico na plataforma do Jovem aprendiz, bem como a rede de parcerias para oferta de estágios para a comunidade discente do IFNMG, cujo objetivo é fortalecer os mecanismos de integração do IFNMG com o setor produtivo para encaminhamento dos discentes e egressos ao mundo do trabalho.

Apontamos ainda como de grande importância para o fortalecimento do tripé ensino-extensão-pesquisa e para o regresso/inserção exitosos no mercado de trabalho, o Programa Institucional Bolsa Treinamento e os cursos de Extensão ou Formação Inicial e Continuada (FIC). O primeiro tem por objetivo a inserção dos discentes em atividades de educação nas dependências do IFNMG, visando a integração social e o aperfeiçoamento profissional e cultural, de modo a proporcionar a complementação do processo de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de atividades orientadas, vinculadas, exclusivamente, à área de formação do discente. Já os cursos de Extensão ou FIC têm caráter teórico e prático, presencial ou a distância com a finalidade de capacitar, aperfeiçoar e atualizar o estudante e trabalhador que deseje entrar ou retornar ao mercado de trabalho.

Outras ações que merecem menção são a oferta de Cursos e Capacitações através do Laboratório Móvel e a Oferta de conhecimentos em Línguas – Através dos Núcleos de Centros de Ensino de Línguas (NCELIM), o IFNMG busca proporcionar aos discentes, servidores do IFNMG e comunidade externa a oportunidade de adquirirem conhecimentos em línguas.

Com a finalidade de atender a meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”, bem como seguir as orientações

de Extensão, debatidas no Fórum dos Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 07/2018, encontra-se em pleno processo de mobilização e execução do processo de curricularização do ensino nos 11 (onze) *campi* do IFNMG, conduzido pela Proex em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino (Proen).

A curricularização da extensão consiste na inclusão de atividades de extensão no currículo dos cursos de graduação, indissociáveis do ensino e da pesquisa, devendo envolver disciplinas e profissões diversas, com a intenção de promover impactos na formação do discente e na transformação social, por meio das ações orientadas por professores e com possível colaboração de técnicos administrativos, egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG e colaboradores externos, junto à comunidade externa aos *campi* e em suas regiões de abrangência.

A proposta é atar o processo de elaboração de programas, projetos e ações com vistas à curricularização da extensão, às situações-problema levantadas pelo Projeto Portfólio de Oportunidades para que, de forma concreta e objetiva, a Proex possa contribuir para o desenvolvimento das comunidades através da proposição de soluções/mitigações para suas reais necessidades.

Todos os programas, projetos e atividades de extensão são registradas e certificadas na plataforma Suap (Serviço Unificado de Administração Pública), sob a coordenação do Núcleo de Programas, Projetos e Registro das Atividades de Extensão.

A devolução dos resultados das atividades extensionistas para a sociedade é feita, anualmente, por meio da Semana Integrada de Eventos da Extensão. No ano de 2018, ao longo dos três dias de programação, no *campus* Montes Claros, o IFNMG executou mais de 60 (sessenta) atividades, entre palestras, minicursos, oficinas, workshops, grupos de trabalho e apresentações de teatro e dança. Também foram disponibilizados relatos atinentes aos projetos por meio da revista “Contaço”. Além da semana acima referida em 2018, foram executados 102 (cento e dois) eventos envolvendo 775 (setecentos e setenta e cinco) servidores, atendendo a uma população aproximada de 26.866 (vinte e seis mil, oitocentas e sessenta e seis) pessoas (IFNMG, 2018).

Publicações

No âmbito das publicações destaca-se a Revista Contação, cujo objetivo é reunir e socializar os relatos das ações extensionistas realizadas por todos os *campi*, incluindo projetos artísticos, culturais, esportivos, sociais e de extensão tecnológica. Em 2018, a 4ª edição da revista reuniu 88 (oitenta e oito) relatos.

A cartilha “Trilha de Referência para o Empreendedor” (Trem) foi elaborada para apresentar a ferramenta com mesma denominação, conhecida como TREM, concebida pelo *Laboratorium* Projetos Inovadores, que auxiliou, como instrumento pedagógico, na realização do evento DESAFIO EMPREENDEDOR IFNMG: PENSAR-CRIAR.

No ano de 2018, a Proex lançou o Livro *O Fazer da Extensão no IFNMG: Retrospectivas e Perspectivas*, quando todos os *campi*tiveram a oportunidade de socializar, descrever e refletir acerca do trabalho extensionista.

A novidade, atualmente, é a criação da Revista Reinos – Revista de Integração no Norte de Minas Gerais: Oportunidades e Soluções, que é uma proposta de publicação interinstitucional, interdisciplinar, de caráter internacional, organizado pelo IFNMG em parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), cujo objetivo é a publicação artigos científicos e relatos de experiências com a proposta de apresentar soluções advindas das áreas de extensão, pesquisa, ensino e gestão para as situações-problema enfrentadas pela humanidade.

Considerações finais

A extensão é uma prática acadêmica que, não dissociada dos pilares ensino e pesquisa, interliga, de forma dialógica e participativa, o IFNMG com as demandas das comunidades de abrangência. Isso é feito através da execução de ações, programas e projetos, tendo em vista o cumprimento de seu papel pedagógico e social e, conseqüentemente, o desenvolvimento local e regional.

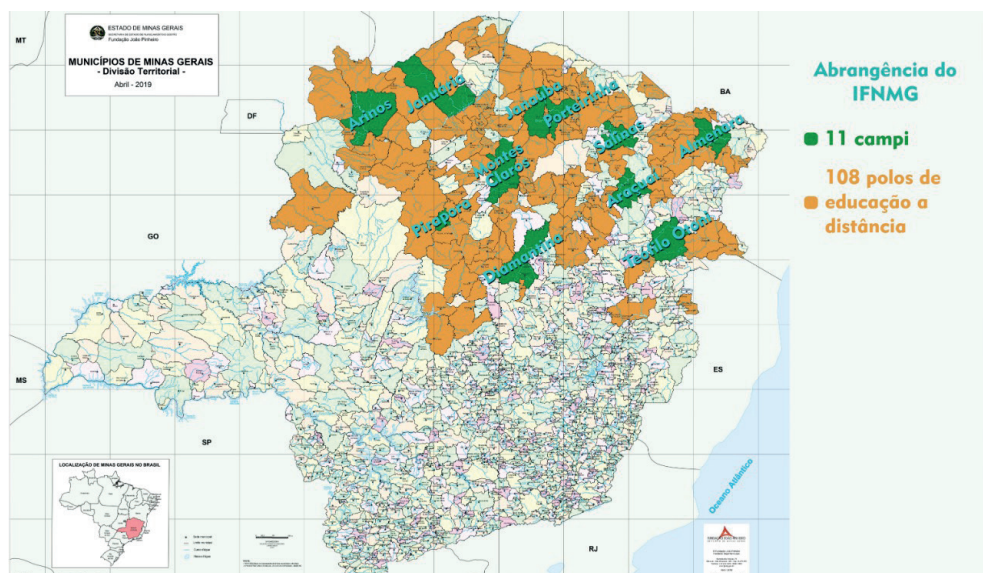
A extensão, ao nosso ver, é o caminho que o IFNMG deve construir para que tenha a possibilidade de ser perpassado pelas vozes e olhares sociais, seus saberes e fazeres, na maioria das vezes silenciados e subalternizados por uma suposta superioridade epistemológica acadêmica. É nesse *locus* privilegiado que podemos trocar experiências, produzir e difundir

conhecimentos que transformam e, principalmente, aprender mais do que ensinar a partir da perspectiva de uma epistemologia viva, concreta e sedenta das comunidades.

Os programas, projetos e ações desenvolvidos ao longo de uma década possibilitam afirmar que o caminhar extensionista do IFNMG está sendo delineado de forma gradual e em consonância com as concepções, dimensões e diretrizes da extensão e no triplo assentamento: extensão, ensino e pesquisa, têm buscado atender as demandas da população com ênfase no mundo do trabalho, na inclusão social, na autonomia do cidadão, favorecendo o desenvolvimento local e regional e a difusão do conhecimento científico e tecnológico.

Muitos são os desafios, sobretudo agora em que os recursos se apequenam. Mas, é nos tempos de adversidades que nos revestimos de coragem e nos predispomos a lançar em águas mais profundas, com vistas a garimpar alternativas criativas, eficientes, empreendedoras e inovadoras, pois nossa proposta continua sendo a de ampliar e aprofundar cada vez mais o modo de conceber e fazer extensão como espaço democrático, que possibilita a transformação social. O IFNMG é resultado de uma política pública e dentre suas finalidades está a inclusão social. Neste sentido, a extensão tem muito a contribuir na construção e consolidação das estratégias e percursos para que este fim seja atingido com êxito.

Figura 1 – Abrangência do IFNMG



Fonte: IFNMG

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Nacional de extensão Universitária**. Documento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, 1999.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Edição atualizada 2001/2002. Disponível em: <https://coec.jatai.ufg.br/up/431/o/PNEX.pdf> Acesso em: 18 jul. 2007.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, AM, maio 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

IBGE. **Censo 2010**.

IFNMG. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. **Relatório de Gestão 2018**.

ROVATI, J.; D'OTTAVIANO, C. Os territórios da extensão universitária. *In*: ROVATI, J.; D'OTTAVIANO, C. (org.). **Para Além da Sala de Aula: Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional**. 1º ed. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.



A EXTENSÃO FORTALECENDO O ELO ENTRE O IFAL E A SOCIEDADE

Dilliani Felipe Barros de Oliveira³⁴; Abel Coelho da Silva Neto³⁵

Um breve histórico da extensão tecnológica em Alagoas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, criado em 2008 (BRASIL, 2008), é resultado da junção entre o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet/AL), e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba (EAFS). O Cefet (antes Escola Técnica Federal de Alagoas) é originário da Escola de Aprendizes e Artífices, que foi criada em 23 de setembro de 1909 pelo presidente Nilo Peçanha, com cursos profissionalizantes. Já a Agrotécnica de Satuba foi implantada em 30 de agosto de 1911, para oferta de cursos técnicos da área agrícola. Mesmo antes do termo “Extensão” tornar-se usual, as instituições originais já desenvolviam atividades junto à sociedade alagoana. Dentre as ações extensionistas mais antigas do instituto estão os projetos de musicalização. O Coro Etifal, fundado em 1975, e a Banda de Música regida por Mestre Manuca (Figura 1), permanecem como programa de extensão até os dias atuais. O recém inaugurado Núcleo de Cultura do instituto leva o nome do citado maestro. A criação do IFAL possibilitou a sistematização da extensão e a expansão do número de ações, de áreas de atuação e abrangência.

A gestão da extensão no IFAL

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, a extensão estabelece o elo entre a instituição e a sociedade. O objetivo

³⁴ Assessora da Pró-reitoria de Extensão

³⁵ Pró-reitor de Extensão

é a troca de saberes entre os dois segmentos, onde a comunidade se beneficia com o resultado direto das atividades extensionistas, e ao mesmo tempo retroalimenta as práticas de ensino e pesquisa a partir de suas reais necessidades. As atividades de extensão incentivam a inter, multi e transdisciplinaridade e a inovação, fomentando o conhecimento técnico aplicado, próprio dos Institutos Federais (IFAL, 2011).

Figura 1 - Primórdios da extensão: Banda de Música do ETIFAL, na década de 70, sob a regência do maestro Mestre Manuca



Fonte: Memória IFAL

A Pró-Reitoria de Extensão (Proex) coordena as ações oficiais de extensão do IFAL através da gestão de programas, projetos, cursos, oficinas e eventos. Também compete à Proex: firmar convênios, criando condições para o estágio dos discentes; realizar o acompanhamento de egressos; desenvolver pesquisas de mercado, subsidiando o IFAL com dados necessários à avaliação dos currículos; facilitar o intercâmbio entre o instituto e o mundo do trabalho (IFAL, 2009).

No âmbito do IFAL, as atividades de extensão são as intervenções que envolvem diretamente a comunidade externa e que estejam vinculadas à formação dos estudantes (BRASIL, 2018).

Projetos de extensão

Os Projetos de Extensão são propostas submetidas por servidores do IFAL, tendo como normativo os editais próprios, com objetivos definidos a curto prazo.

No IFAL existem duas modalidades de Projetos de Extensão: Servidor e Estudante, nas quais servidores (docentes ou técnicos) e discentes propõem e desenvolvem ações extensionistas (IFAL, 2011).

Anualmente a Pró-Reitoria de Extensão lança editais para a seleção de novos projetos de extensão. Existe também a possibilidade de renovação do projeto por mais um ano. Há projetos de extensão em todos os *campi* do Instituto. Os estudantes do IFAL participam dos projetos como alunos bolsistas ou voluntários.

Programas de extensão

Os Programas de Extensão possuem caráter orgânico Institucional e englobam uma série de projetos e outras ações de extensão. Num programa, todas as ações possuem clareza de diretrizes e orientações para um objetivo comum, atingido a médio ou longo prazo.

Os primeiros Programas de Extensão do IFAL foram criados em 2014 (IFAL, 2014). A partir de então, os principais programas desenvolvidos no instituto são:

- Artifal - Programa que busca formar grupos culturais/artísticos para a criação, construção, disseminação e preservação da cultura e da arte.
- MINHA COMUNIDADE - Este programa objetiva a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e produtiva, e a geração de oportunidades em determinada comunidade. A estratégia é concentrar um conjunto de ações extensionistas que aponte soluções para a comunidade alvo. As ações são usualmente projetos, cursos e eventos, alinhados aos cursos ofertados pelo IFAL.
- Proifal - Programa de fomento de ações de preparação para o exame de seleção dos cursos do IFAL. O público principal são alunos de escolas públicas. O programa também divulga os cursos ofertados pelo instituto, bem como o funcionamento e da estrutura do IFAL.
- Propeq - Este Programa tem como meta aplicar os resultados das pesquisas desenvolvidas no IFAL. As ações de extensão deste programa têm como ponto de partida os projetos de pesquisa

previamente desenvolvidos e registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPPI), de modo a colocar seus resultados e benefícios a serviço da sociedade.

Além destes, o IFAL desenvolve com pioneirismo o Programa Mulheres Mil. Este programa é uma iniciativa do Governo Federal, vinculada ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o objetivo de promover a inclusão educacional e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Cursos de extensão

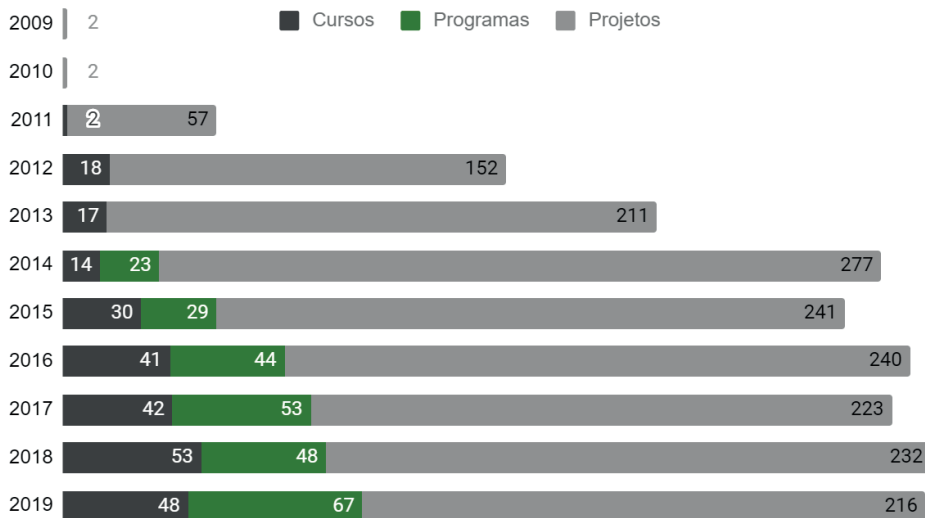
No IFAL, os Cursos de Extensão foram criados oficialmente em 2011 (IFAL, 2011). Cursos de Extensão são ações pedagógicas de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária superior a 20 (vinte) horas, critérios de avaliação definidos e oferta não regular. Os Cursos de Extensão são classificados como de iniciação, de atualização ou formação continuada ou de qualificação profissional. Podem ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e à distância. As propostas de cursos são submetidas mediante edital.

Extensão em números

No IFAL, a Proex mantém o registro das ações oficiais de extensão e lança anualmente nas ferramentas de planejamento e relatórios de gestão desde 2009 (IFAL, 2009). As informações mais recentes também podem ser encontradas no Portal Dados Abertos do Governo Federal. A Figura 2 mostra a evolução do quantitativo de Projetos, Programas e Cursos de Extensão promovidos pelo IFAL de 2009 a 2019.

Além dos dados quantitativos, nos últimos anos a Proex busca também a análise qualitativa das ações (IFAL, 2011). Quando um trabalho é realizado, a satisfação dos beneficiados é uma das principais metas. Os relatórios qualitativos tomam como base formulários de satisfação e entrevistas semiestruturadas aplicados a beneficiários das ações e bolsistas de extensão.

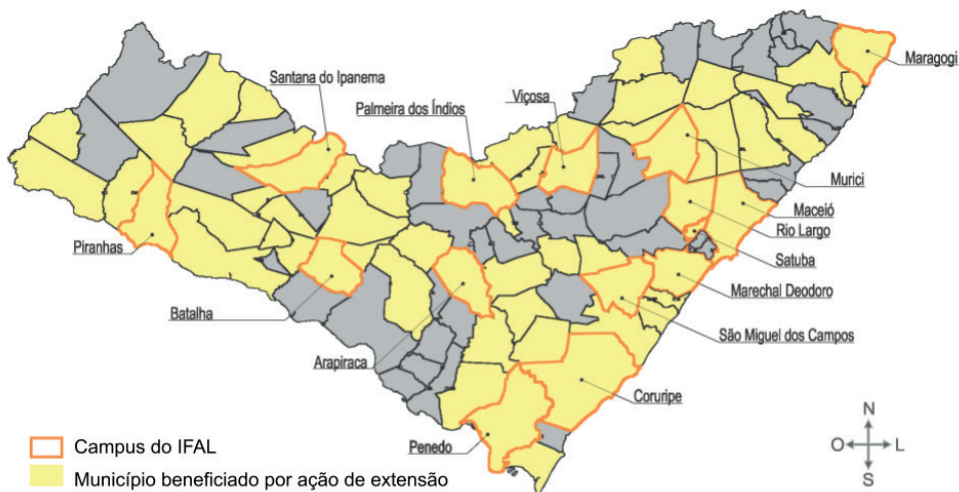
Figura 2 - Evolução quantitativa das ações de extensão ao longo de 10 anos



Fonte: IFAL. Proex

O IFAL também conseguiu ampliar o número de municípios alcançados pelas ações de extensão, conforme Figura 3, maximizando os benefícios da expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

Figura 3 - Municípios de Alagoas alcançados por ações de extensão em 2017



Fonte: IFAL. Proex

Para o IFAL, portanto, a extensão é o caminho por meio do qual o Instituto participa da construção de uma sociedade mais justa. O extensionismo proporciona que o conhecimento produzido pelo IFAL seja aliado à sua missão de transformar a realidade social, intervindo para ajudar a encontrar a solução dos problemas das comunidades nas quais se insere. Além do papel social, as ações extensionistas contribuem de forma efetiva na formação de seus alunos. Neste sentido, a extensão é um meio de expressar a responsabilidade social do IFAL.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRASIL. **Resolução MEC nº7/2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 jan. 2020.

IFAL. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas (PDI) 2014 – 2018**. 2014. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/pdi/documentos-pdi-2019-2023/icone-do-site/pdi-2014-2018/view>. Acesso em: 17 jan. 2020.

IFAL. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS. **Resolução nº 11/2009 IFAL**. Aprova o regimento geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas. Maceió, AL: IFAL, 2009. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/legislacao>. Acesso em: 17 jan. 2020.

IFAL. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS. **Resolução nº 10/2011 CONSUP/IFAL, de 30 de março de 2011**. Regulamenta as atividades de extensão no IFAL. Disponível em: <http://www.extensao.ifal.edu.br/legislacao-e-normas>. Acesso em: 17 jan. 2020.



A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EXTENSÃO NO IFSP

Wilson de Andrade Matos³⁶

Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP, por meio da Lei nº 11.892/2008, foi estabelecida na estrutura da instituição a Pró-Reitoria de Extensão — PRX, com o papel de garantir o desenvolvimento de "(...) atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção (...)" (Lei nº 11.892/2008).

Em sua primeira gestão, entretanto, a PRX assumiu algumas atribuições que não eram relacionadas propriamente à extensão. Entre essas atividades, destacavam-se a Educação a Distância — EaD e o próprio processo de expansão do IFSP, sendo este último a atribuição de maior carga para o setor, que se ocupava de tarefas mais operacionais, desde a organização de audiências públicas até o dimensionamento de recursos necessários à implantação de novos *campi*. Desse modo, nos quatro primeiros anos de existência da Instituição, não houve espaço para que se discutisse a elaboração de uma política de extensão do IFSP.

Com uma nova gestão, em 2013, ocorreu uma mudança significativa nas concepções e na organização da Reitoria. No que diz respeito à reorganização da PRX, a EaD passou a ser responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino — PRE, e todas as questões relacionadas à expansão foram remanejadas para

³⁶ Professor EBTT do IFSP e desde 2013 é o Pró-reitor de Extensão do IFSP. (wilmatos@ifsp.edu.br). Este Texto é uma adaptação do texto homônimo publicado na revista COMPARTILHAR n. 2 Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/compartilhar/issue/view/55>

a recém-criada Diretoria de Infraestrutura e Expansão — DIE. A partir desse momento, coube à PRX cuidar exclusivamente da Extensão.

Assim, a Pró-Reitoria de Extensão do IFSP idealizou, construiu e consolidou, em conjunto com os *campi* e a comunidade, uma política extensionista que proporcionou a estruturação da Extensão. Essa política, baseada nos princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, foi responsável pelo desencadeamento de articulações com os diversos segmentos sociais, com foco no desenvolvimento socioeconômico local, consolidando e fortalecendo os arranjos produtivos e as relações de nossa Instituição com o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, teve como foco a formação dos estudantes, por meio de políticas de promoção da cultura da diversidade, dos direitos humanos, da educação ambiental, das manifestações artísticas, esportivas e culturais.

A construção e implementação de uma política de extensão redimensionou a atuação do IFSP junto à comunidade externa, assim como ampliou o significado da ação educativa do IFSP, conforme as finalidades e objetivos preconizados na lei de criação dos Institutos Federais. Essa política está formalizada no PDI com vigência 2014-2018, tendo sido atualizada e aprimorada no PDI seguinte, que vigorará até 2023.

Para implementação, foi necessária a criação de procedimentos, regulamentos e normas que possibilitassem as ações de extensão, além de fortalecer a articulação do IFSP com o arranjo produtivo local. Assim, foram promovidas, entre outras, as seguintes ações:

- Ajustes para dar celeridade aos processos de Acordos de Cooperação, bem como a capacitação de servidores para que pudessem construir esses instrumentos;
- Articulação de atividades de extensão em conjunto com grupos de agricultura familiar: com a aproximação do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Delegacia Regional de São Paulo, foram criados e executados projetos e cursos voltados à formação e capacitação de pequenos agricultores (cursos do Pronatec, projetos articulados com o Núcleo de Estudos em Agroecologia — Nea, projetos com fomento da Capes etc.);
- Instituição do Seminário da Diversidade Cultural e Educação do IFSP: a proposta desse seminário não era apenas de promover o debate pontual sobre um tema, mas que, a partir de eventos, o IFSP pudesse envolver servidores e estudantes

que estudassem a temática para organizar e regulamentar uma política consistente de promoção da diversidade, antirracista, de combate ao machismo e homofobia, não só no interior da Instituição, mas também nos ambientes de trabalho para os quais formamos nossos estudantes³⁷. A partir de diferentes edições do seminário da diversidade, foram organizadas, regulamentadas e implementadas ações como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), o Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (Nugs)³⁸, editais de projetos da promoção dos Direitos Humanos, entre outras ações;

- Articulação de ações de extensão com comunidades quilombolas, juntamente com o Neabi, por meio da atividade "Neabi em Ação";
- Organização do Seminário do Mundo do Trabalho do IFSP: momentos de estudo e debate de aspectos do mundo do trabalho, a partir dos quais foram organizadas, regulamentadas e implementadas ações como o Programa de Economia Solidária do IFSP e a orientação de grupos interessados em formar Empresas Juniores;
- Regulamentação da criação de Empresas Juniores: atividade que contribui para o desenvolvimento das comunidades local e regional, ao mesmo tempo que possibilita aos estudantes uma aprendizagem a partir de situações reais de trabalho³⁹;
- Regulamentação das Incubadoras Tecnológicas e Sociais: foi contratada uma formação do ITCP da USP específica para os servidores do IFSP para o desenvolvimento de atividades na área, tendo sido criado, nesse contexto, o Ecosol, que é fomentado por meio de um edital anual específico;
- Fomento ao Programa de Formação Profissional de Mulheres do IFSP: o Programa Mulheres do IFSP propicia a formação de

³⁷ Para saber mais sobre a construção desta política da diversidade veja as matérias A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EXTENSÃO DO IFSP, na REVISTA COMPARTILHAR, n. 1 (https://www.ifsp.edu.br/images/prx/revista_compartilhar/01/revista_compartilhar_ISSN_reduzida.pdf) e A constituição do núcleo de estudos sobre gênero e sexualidade no IFSP, na revista COMPARTILHAR, n. 3. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/compartilhar/issue/view/77>.

³⁸ De certa maneira, o Neabi e o Nugs foram "incubados" na PRX, mas, após a consolidação, passaram a estar estruturalmente ligados ao Gabinete do IFSP, como o previsto já no PDI (2014-2018). Para saber mais sobre a criação do NEABI e do NUGS do IFSP, vejam as matérias O NEABI - NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DO IFSP, ambos na revista Compartilhar, n. 1. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prx/revista_compartilhar/01/revista_compartilhar_ISSN_reduzida.pdf e A constituição do núcleo de estudos sobre gênero e sexualidade no IFSP, na revista Compartilhar, n. 3. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/compartilhar/issue/view/77>.

³⁹ Para saber mais sobre as Empresas Juniores do IFSP, veja O processo de constituição de empresas juniores no IFSP, na revista COMPARTILHAR, n. 3. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/compartilhar/issue/view/77>.

mulheres em situação de vulnerabilidade para a sua emancipação, por meio do trabalho e geração de renda⁴⁰;

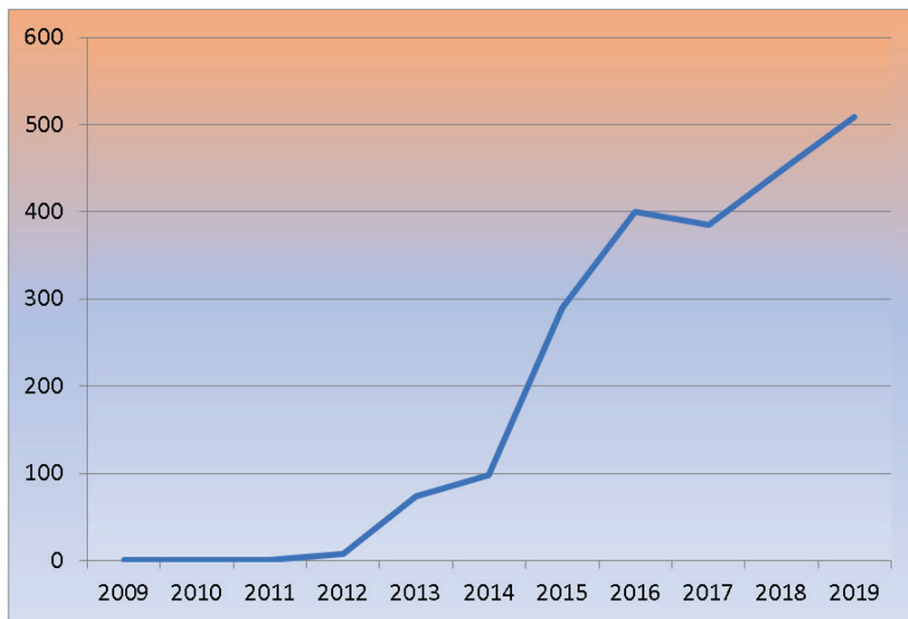
- Organização, juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação — PRP, do evento CONEXÃO-INOVAÇÃO, que promove a articulação dos *campi* com o arranjo produtivo para o levantamento de demandas e viabilidades locais;
- Elaboração e fomento do Programa Cursinho Popular do IFSP, que fomenta projetos de cursinhos populares nos *campi* do IFSP, cujas propostas ultrapassam a ideia de reforço dos conteúdos disciplinares para preparação ao Enem ou vestibulares, buscando viabilizar vivências socioculturais que garantam aos estudantes desses projetos, oriundos de escolas públicas ou em situação de vulnerabilidade, acesso a recursos culturais que contribuam para a formação integral, o que é defendido para todos os discentes de todos cursos do IFSP.⁴¹

Os números da extensão do IFSP

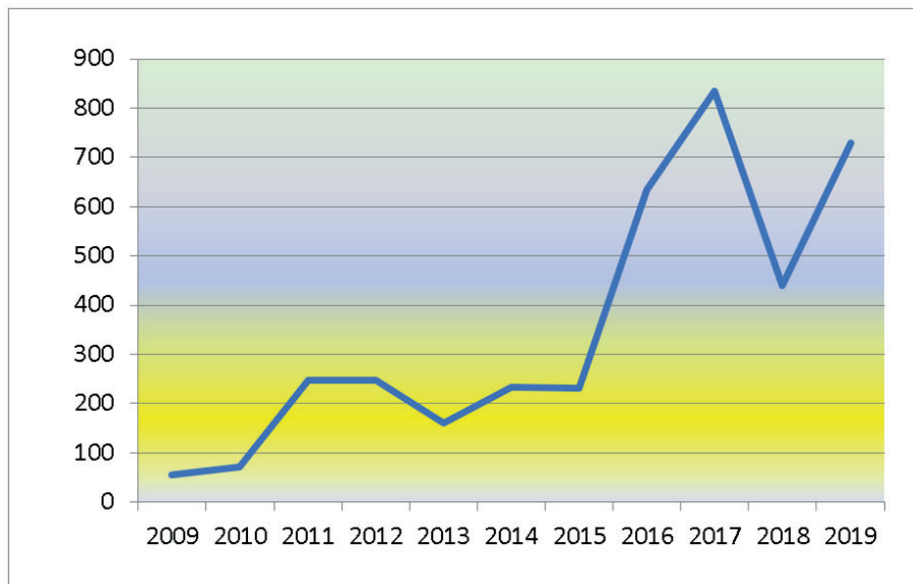
A compreensão de que a extensão é uma dimensão educativa e, como tal, só faz sentido com a participação dos discentes, ensejou a criação de regulamentação e um conjunto de orientações, que garantissem e promovessem a participação dos estudantes em programas e projetos de extensão, e que essa participação fosse realizada com protagonismo. É importante observar que os regulamentos que orientam as ações de extensão no interior do IFSP, criados a partir de 2013, aproximaram-nos das políticas de extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e do Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pela Rede Nacional de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (Renex). Tais mudanças podem ser percebidas nos dados que seguem:

⁴⁰ Para saber mais sobre o Programa Mulheres do IFSP, veja IMPACTO DO PROGRAMA MULHERES MIL NA FORMAÇÃO DE MULHERES DO CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA DO IFSP, na REVISTA COMPARTILHAR Nº2 (<https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/compartilhar/issue/view/55>).

⁴¹ Para saber mais sobre os Cursinhos Populares do IFSP vejam a matéria CURSINHO POPULAR NO IFSP: UMA EXPERIÊNCIA QUE DEU CERTO, na REVISTA COMPARTILHAR Nº1 (https://www.ifsp.edu.br/images/prx/revista_compartilhar/01/revista_compartilhar_ISSN_reduzida.pdf).

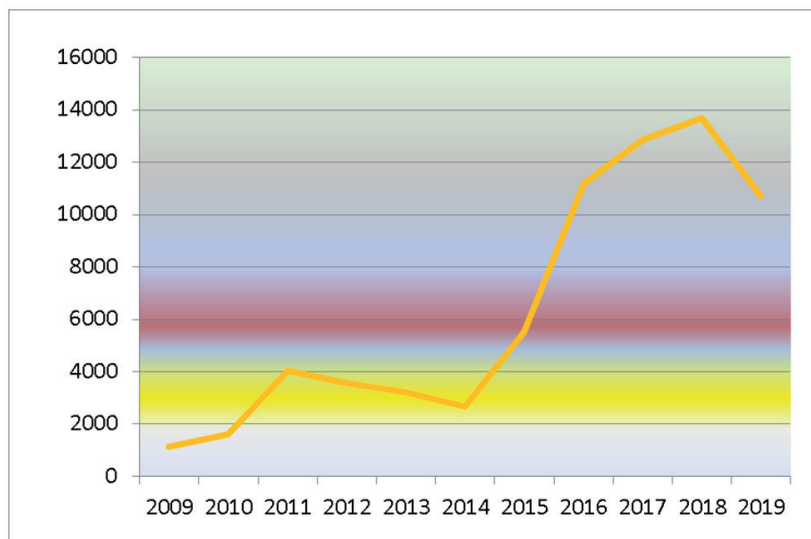
Figura 1 - Evolução do número de Projetos de Extensão no IFSP (2009-2019)

Fonte: Dados extraídos do SIGProj e Suap do IFSP

Figura 2 - Evolução do número de Cursos de Extensão (2009-2019)

Fonte: Dados extraídos do Relatório de Gestão do IFSP

Figura 3 - Evolução do número de Concluintes em Cursos de Extensão (2009-2019)



Fonte: Dados extraídos do Relatório de Gestão do IFSP

Tanto os dados sobre os projetos de extensão quanto os da oferta de cursos de extensão apresentam um aumento significativo a partir de 2013 e, sem dúvidas, podemos afirmar que qualitativamente houve uma melhora, pois estiveram norteados por regulamentos e orientações que proporcionaram uma aproximação maior dessas ações aos princípios e diretrizes da extensão e à demanda da comunidade.

O processo de elaboração e aprovação dos cursos de extensão, após alterações normativas feitas em 2015, tem como foco as demandas da comunidade, passando agora por análise de uma comissão própria, que avalia se a proposta tem aderência, público-alvo e justificativa plausível. Essa providência parece ter relação com a semelhança de evolução entre o número de matrículas e o número de concluintes, pois o atendimento às expectativas do público-alvo fez reduzir o número de evasão dos cursos.

O fato de o número de projetos de extensão ter crescido, nesse período (2013-2016), numa proporção próxima a 5000% é extremamente relevante e, certamente, tem relação direta com a definição de uma política para a extensão do IFSP criada e fomentada pela PRX. Vale ressaltar que, antes de 2012, quando foi publicado o primeiro edital para o fomento de projetos de extensão, o número de projetos era zero.

Tanto o gráfico que apresenta a evolução do número de projetos, quanto os que apresentam a evolução dos cursos de extensão, mostram

que as políticas da atual gestão, no que se refere à extensão, contribuíram para o crescimento significativo de ações realizadas junto à comunidade externa. Os gráficos mostram, acima de tudo, que hoje os *campi* promovem uma extensão mais expressiva e sustentada por uma política coerente com os princípios defendidos em toda a Rede Federal de EPCT.

Algumas considerações

A política de extensão promovida e aqui resumida, seja por meio de regulamentos ou orientações expressas em editais, tem direcionado as ações dos diversos *campi* do IFSP no sentido de cumprir as finalidades preconizadas na lei de criação dos Institutos Federais.

Nesse sentido, as ações de extensão têm promovido uma ampliação das interações dos *campi* do IFSP com as comunidades às quais pertencem e, ao mesmo tempo em que se legitimam diante dessas comunidades, ela ampliam a compreensão do IFSP enquanto equipamento público a serviço da comunidade e, portanto, como agente de políticas públicas.

Há muito a ser promovido, pois a cultura extensionista na Instituição ainda é muito recente. É necessário investir em formação de servidores, estudantes e gestores para que haja maior compreensão das possibilidades de articulação, por meio da extensão, com a comunidade nas suas mais diversas formas de organização, visto que o relacionamento com o arranjo local é intrínseco à extensão, uma vez que esta não ocorre internamente, sendo inexoravelmente exógena. Esse não é um problema ou uma dificuldade exclusiva do IFSP. Por isso, o Fórum de Pró-reitores de Extensão da Rede Federal de EPCT vem discutindo uma proposta de criação de um curso a ser realizado por toda a Rede, visando ampliar a formação de extensionistas.

É importante observar que os Institutos Federais são novos, se comparados a outras instituições de educação, tais como as universidades federais. Porém, a capilaridade e a possibilidade particular de organização lhes conferem a vantagem de se tornarem equipamentos de referência para a sociedade, construindo com ela, de maneira dialógica, conforme o princípio basilar da Extensão, uma vida melhor e sustentável.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

IFSP. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014/2018**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/91-assuntos/desenvolvimento-institucional/desenv-institucional/176-pdi#PDI09> Acesso em: 5 jan. 2020.

IFSP. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/91-assuntos/desenvolvimento-institucional/desenv-institucional/176-pdi#PDI02> Acesso em: 5 jan. 2020.

REVISTA COMPARTILHAR, São Paulo, IFSP, v. 1, p. 10-26, 2017.

REVISTA COMPARTILHAR, São Paulo, IFSP, v. 2, p. 9-19, 2018.

REVISTA COMPARTILHAR, São Paulo, IFSP, v. 3, p. 8-21, 2019.



PANORAMA DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Renato Tannure Rotta de Almeida⁴² e Telma Carolina Smith⁴³

A construção do caminho

[...] o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 1983, p. 22).

O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) é composto por vinte e um *campi*, um polo de inovação, dois centros de referência, sendo um Centro de Referência em Formação em Educação a Distância (Cefor) e um Centro de Referência em Educação Empreendedora e Inovação Aberta (Crea / Fábrica de Idéias) e 49 polos de educação à distância. Possui aproximadamente trinta e três mil alunos distribuídos em cento e vinte e seis cursos técnicos, cinquenta e sete cursos de graduação, mais de noventa cursos de formação inicial e continuada, vinte e cinco cursos de pós-graduação *lato sensu*, entre especializações e aperfeiçoamentos, dez mestrados profissionais, um mestrado acadêmico e um doutorado.

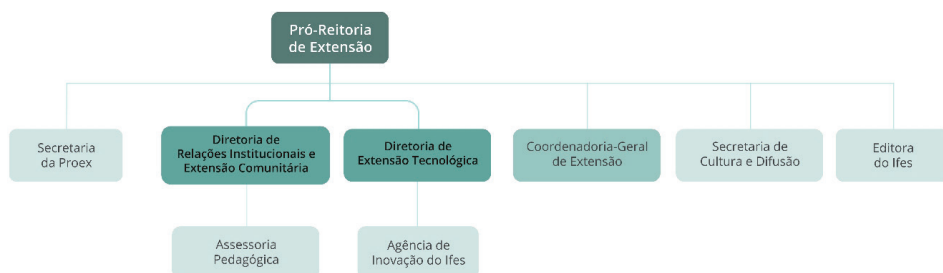
A Pró-Reitoria de Extensão do Ifes (Proex) foi instituída em 2009 tendo como principal atribuição, no ambiente institucional, organizar e sistematizar a gestão das ações de extensão do instituto e, no ambiente externo, promover a interação entre o Ifes, os entes de governos, os setores

⁴² Professor EBTT no Ifes, possui doutorado em Engenharia Elétrica pela Ufes e ocupa o cargo de Pró-Reitor de Extensão desde 2013.

⁴³ Técnica em Assuntos Educacionais, atua como Assessora Pedagógica na Pró-Reitoria de Extensão e é mestranda em Educação Profissional e Tecnológica no Programa ProfEpt.

econômicos, a sociedade civil organizada e as comunidades em geral. Hoje, a Pró-Reitoria desenvolve gestão estratégica de ações de extensão, ações de cultura e difusão, assessoria à propriedade intelectual, à inovação, às demandas de entidades públicas e privadas, e, através de seus *campi*, na interação com a sociedade. Além disso, estimula e organiza a formação de redes com núcleos de extensão, por exemplo, das redes de núcleos de incubação de empreendimentos, de núcleos de estudos e educação ambiental e de núcleos de arte e cultura. Para realizar as suas atribuições, atualmente a Proex possui a seguinte estrutura:

Figura 1 - Organograma do Pró-Reitoria de Extensão do Ifes



Fonte: Regimento Interno da Reitoria do Ifes

A partir de 2012, houve um impulso na estruturação dos órgãos de gestão da extensão nos *campi*, o que possibilitou maior integração com a Pró-Reitoria de Extensão, melhorando a eficiência da gestão local e sistêmica e incrementando a atuação da Câmara de Extensão. Os órgãos locais de gestão de extensão nas unidades do Ifes são Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (DPPGE), as quais encontram-se vinculadas às coordenações gerais de extensão. As coordenações gerais de extensão são responsáveis pela gestão de setores mais específicos, como o de relações empresariais e comunitárias (REC) e núcleos temáticos de extensão. Essa estrutura diferencia-se apenas em duas unidades, que possuem Diretoria de Extensão (*Campus* Vitória) e Coordenação Geral de Pesquisa e Extensão (Cefor).

Dentre as iniciativas estruturantes da extensão no Ifes desenvolvidas entre 2009 e 2019, destacam-se:

- O desenvolvimento do Programa de Apoio à Extensão (Paex)⁴⁴ que tem como objetivo principal fomentar programas e projetos de extensão. Este programa foi criado no final de 2013 e, no início de 2014, foi publicado o primeiro edital para cadastramento de ações

⁴⁴ Instituído pela Resolução do Conselho Superior nº 49/2013, substituída pela Resolução 53/2016.

de extensão, o que favoreceu a difusão e aplicação das orientações que já vinham sendo trabalhadas em conjunto com os *campi*, em especial sobre a necessidade do atendimento das diretrizes de extensão, conforme a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012, p.29). Essas diretrizes foram posteriormente consolidadas em orientações normativas da Câmara de Extensão do Ifes, que substituíram os editais de cadastramento de ações de extensão. A partir de 2016, já com o processo de institucionalização organizado e disseminado em todas as unidades do Ifes, foi lançado o primeiro edital de bolsas de extensão, para apoio a programas e projetos. Até o momento, contabilizam-se 234 planos de ação contemplados com bolsas e 490 aprovados sem concessão de bolsa.

- O trabalho desenvolvido na Agência de Inovação do Ifes (Agifes) incentiva o empreendedorismo, a inovação e a transferência tecnológica e cumpre o papel de Núcleo de Inovação Tecnológica, instituído pela Lei nº 13.243/2016. Destaca-se a Incubadora do Ifes, com implantação iniciada em 2007 através de um projeto piloto no *Campus Serra*, evoluindo para 12 núcleos de incubação implantados, com 10 empreendimentos incubados e mais de 200 empreendedores pré-incubados em todo o Estado. A Agifes também atua no apoio à gestão dos ativos de propriedade intelectual, prestando assessoria a servidores e inventores independentes nos procedimentos de registro junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, busca de anterioridade e análise patentária, destacando até o momento 68 depósitos, 05 Carta-Patentes concedidas, aproximadamente 115 atendimentos e 32 registros com cotitularidade. Para desenho industrial, foram 4 depósitos, 4 certificados de registro e 1 cotitularidade. Para programa de computador, foram 42 depósitos, 42 certificados de registro e 03 cotitularidade. Para marcas, são 09 depósitos e 09 registros.
- As atividades da Coordenadoria Geral das Ações de Extensão, instituída em 2015, no que concerne à assessoria prestada aos *campi* na propositura, execução e avaliação das ações de extensão. A tabela abaixo mostra o quantitativo de ações de extensão registradas no Sistema de Registro de Certificados (SRC), de acordo com o ano de cadastro da proposta⁴⁵:

⁴⁵ Ao considerar o ano de cadastro, cada ação foi contada uma única vez, independente do período de duração, logo uma ação cadastrada em 2017 e ativa até 2019, foi contada apenas no ano de 2017.

Tabela 1. Quantidade de ações de extensão do Ifes entre 2014 e 2019

Tipo de ação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Programas	02	16	28	25	34	26	134
Projetos	30	32	80	56	61	83	343
Cursos	105	95	73	72	87	97	529
Eventos	35	86	62	69	78	71	401
Prestação de Serviços			03	02	03	01	09

Fonte: Sistema de Registro de Certificados do Ifes (20/11/2019)

- O desenvolvimento de programas de extensão em rede, abertos à participação de todas as unidades do Ifes, como o Programa Bolsa Formação, Programa Mulheres Mil, Programa de Incubação de Empreendimentos, Programa Apisfrut, Rede LEDS - Laboratórios de Extensão e Desenvolvimento de Soluções, Rede de Educadores Ambientais, Programa de Iniciação e Aprimoramento de Modalidades Esportivas, entre outros.
- A criação da Secretaria de Cultura e Difusão na propositura, implementação e acompanhamento de políticas institucionais de cultura e difusão, promovendo parcerias com os *campi* e com a sociedade, orientando ações sistêmicas, acompanhando as atividades realizadas pelos Núcleo de Arte e Cultura dos *campi*, entre outras atividades;
- A criação da Editora do Ifes (Edifes), cuja implantação foi iniciada em 2015, e é responsável pela edição e publicação de livros. Atualmente trabalha com 3 selos: Selo Edifes, Selo Edifes Acadêmico e Selo Edifes Parceria e encaminha as solicitações de registro de ISSN e ISBN das publicações relacionadas à instituição.
- Criação da base de dados de ações de extensão, desenvolvida a partir de 2012, com a implantação do Sistema de Registro de Certificados (SRC), que tornou possível sistematizar a organização das ações de extensão, emitir certificados on-line e alimentar de forma eficiente os indicadores da extensão⁴⁶.
- Organização das Jornadas de Extensão do Ifes, a partir de 2017, que são eventos anuais que fazem parte da programação das Jornadas de Integração, organizadas em conjunto com outras pró-reitorias e unidades do Ifes.

⁴⁶ Os indicadores de extensão atualmente utilizados no Ifes levam em conta os Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária, desenvolvidos pelo Forproex, que conta com a participação de instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

- O desenvolvimento de ações de extensão a partir das empresas juniores, em que se destacam as que atuam a partir dos *campi* de Alegre (Caparaó Júnior) e Santa Teresa (Agrifes), com grande relevância para o desenvolvimento regional rural e apoiando a criação de outras empresas juniores vinculadas a cursos de graduação do Ifes.
- O apoio para a implantação e o credenciamento do Polo de Inovação de Vitória junto à Embrapii.

Por fim, considerando a diretriz prioritária de atuação junto às redes públicas de educação básica, atualmente o Ifes dirige cerca de 22% de suas ações de extensão às escolas públicas, municipais e estaduais, atuando junto a estas instituições com contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e divulgação dos valores da cidadania.

O Olhar para o futuro

Projetos de universidade estão em disputa. Defender a Universidade Popular é defender um projeto de universidade que incentive o pensamento crítico e reflexivo, que vincule as lutas acadêmicas às lutas populares, que lute pela democratização do conhecimento e isso pode começar na Extensão Universitária (...) (GADOTTI, 2017, p. 8)

A extensão, integrada ao ensino e à pesquisa, é atividade finalística fundamental para que as instituições de educação científica, profissional e tecnológica e de educação superior consigam ampliar os impactos de suas contribuições para o desenvolvimento local e regional. Neste sentido, é prioridade a ampliação das ações de inovação na interação com outras organizações da sociedade, com o objetivo de estimular o empreendedorismo, o cooperativismo, bem como o desenvolvimento e a difusão de tecnologias. A partir de experiências iniciais, como a implantação e credenciamento do Polo de Inovação de Vitória junto à Embrapii, bem como o desenvolvimento da Incubadora do Ifes, verificamos que é estratégica a estruturação de polos de inovação que integrem núcleos de incubação de empreendimentos e laboratórios de pesquisa aplicada e extensão tecnológica.

Para os próximos anos, destaca-se o desafio da implantação das atividades curriculares de extensão, que é uma forma de realizar a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão integrando as ações

institucionais de extensão com os currículos de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação. Tal integração exigirá uma transformação importante das ações de extensão, que passarão a envolver um número muito maior de pessoas, públicos e atividades, bem como a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos. Tais transformações exigem o desenvolvimento de uma nova perspectiva de construção de ações de extensão e de currículos, no sentido do fortalecimento do intercâmbio com a sociedade e o saber socialmente construído. Assim, os processos de formação desenvolvidos institucionalmente passarão a incluir sistematicamente e intencionalmente a participação direta dos estudantes no desenvolvimento de soluções para os diversos problemas que afetam o desenvolvimento socioeconômico do país.

Referências

FOPROEXT. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: para quê?** Disponível em: <https://tinyurl.com/tjfem47>. Acesso em: 21 jan. 2020.

IFES. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2019**. Disponível em: <https://tinyurl.com/v92tuy8>. Acesso em: 6 dez. 2019.

IFES. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Regimento Interno da Reitoria do Ifes**. Disponível em: <https://tinyurl.com/t2n92gt>. Acesso em: 6 dez. 2019.

IFES. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Relatórios Anuais de Gestão. 2008 a 2019**. Disponíveis em <https://tinyurl.com/upltpmm>. Acesso em: 6 dez. 2019.



EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR: COMPROMISSO COM A COMUNIDADE

Nadson Castro dos Reis⁴⁷ Ana Claudia de Oliveira Lopes⁴⁸

Introdução

Este trabalho foi elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex) com a finalidade de reunir dados institucionais relacionados à política de extensão na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) e no IFRR, visando facilitar o acesso e manuseio dos mesmos por parte da comunidade acadêmica (SILVA, 2016).

A importância das atividades de extensão está presente no texto constitucional. Não foi por acaso, que as atividades de extensão estão referenciadas no capítulo da carta magna destinado à educação, à cultura e ao desporto.

Assim, na constituição de 1988, a preocupação com o desenvolvimento das atividades de extensão está presente como parte integrante do contexto da educação, de forma integrada e articulada com o ensino e a pesquisa, conforme expressa claramente o caput do artigo 207: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Apesar da referência direta às universidades, não vamos esquecer que à época, os Institutos Federais (IF) ainda não existiam e que a lei 11.892/08 promoveu a equivalência entre essas instituições. O que inclui os IF 's no dispositivo constitucional acima.

⁴⁷ Pró-reitor de extensão do IFRR

⁴⁸ Servidora da Diretoria de políticas de extensão e articulação

Da mesma forma, muito embora esse tenha sido um reconhecimento recente concretizado por meio de Emenda Constitucional, atualmente a possibilidade de financiamento público para as atividades de extensão tem previsão legal no texto constitucional, conforme o parágrafo segundo do artigo 213:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: (...) § 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Portanto, a política de extensão na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) não só tem amplo amparo constitucional, como também pode receber financiamento público. Nesse sentido, é de competência e responsabilidade das instituições a qualidade dos serviços e ações que disponibiliza à sociedade na sua execução.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a extensão está presente em vários momentos, relacionada aos diferentes níveis e modalidades de ensino. Às vezes essa menção se dá de forma clara e direta, como no caso da Educação Superior. Mas, às vezes, também é possível vislumbrar o apoio necessário para as atividades de extensão em várias passagens do texto legal, tanto em referência à Educação Básica, quanto à Educação Profissional. Para tanto, basta que seja feita uma leitura proativa do corpo da lei, com o propósito de vislumbrar possibilidades e não de identificar empecilhos ou dificuldades.

A extensão na Lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/08)

Na Lei dos Institutos Federais, especialmente nos artigos 6º e 7º da Lei nº 11.892/08, as referências quanto aos sentidos das ações de extensão a serem desenvolvidas pelos IF são bastante claras. Não se trata de qualquer atividade. Portanto, mais uma vez, a extensão pressupõe a articulação e a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. Dessa forma, assume contornos específicos, embora não exclusivos, no âmbito das ações dos IF, as premissas da extensão tecnológica, que não se trata apenas de mais um conceito ou modismo. A extensão tecnológica pressupõe um estreito

relacionamento entre a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica e as tecnologias sociais. Portanto, a sua aplicação, demanda a necessidade de apropriação também, desses conceitos e de seus significados no contexto das ações dos IF, segundo suas finalidades expressas na citação a seguir:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

(...)

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

(...)

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Como pode ser verificado na citação acima, em todos os incisos há pelo menos uma indicação de possibilidades para as atividades de extensão, segundo sua concepção tecnológica. No artigo 7º, incisos II, III e IV é possível a identificação clara dos espaços para as atividades de extensão, seja com a oferta de cursos Formação Inicial e Continuada (FIC), seja em ações de soluções para os problemas da comunidade, seja na perspectiva da geração de renda e do desenvolvimento comunitário.

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

(...)

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão - Pbaex

Programa Institucional de Bolsa Acadêmica de Extensão (Pbaex) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é um mecanismo institucional de fomento à Política de Extensão e de incentivo ao envolvimento e participação de estudantes dos cursos Técnicos e Superiores do IFRR, como atores executores de projetos de extensão e envolvimento com a comunidade. O programa tem como principais finalidades:

I - Contribuir para a implementação, fortalecimento e apoio a projetos de extensão;

II - Contribuir com o processo de formação profissional do estudante;

III - Favorecer a integração e articulação entre IFRR/*campus* e a comunidade;

IV - Contribuir com o desenvolvimento comunitário;

V - Estimular o protagonismo do estudante no contexto de sua formação profissional;

VI - Contribuir com o processo de combate às desigualdades e de inclusão social, por meio de ações educativas, profissionais, culturais, esportivas e de lazer.

O Pbaex, como instrumento de fomento à política de extensão do IFRR, vinculou-se à gestão estratégica da Pró-Reitoria de extensão (Proex), e é executado pelos gestores de extensão dos *campi*, que deverão, por sua vez, acompanhar as atividades junto aos orientadores e bolsistas do programa. O Programa surgiu no ano de 2010 com a ideia da proposta de regulamentação e implantação do Programa de bolsa de extensão. Nos anos posteriores, o programa continua ofertando bolsas de extensão para os estudantes (Tabela 1).

Tabela 1 - Oferta de bolsas de extensão

Ano Referência	Quantidade de bolsas ofertadas
2011	34
2012	74
2013	208
2014	120
2015	120
2016	160
2017	69
2018	50
2019	50

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

A política de extensão do IFRR

A extensão no IFRR tem como princípio geral a realização de um conjunto de atividades junto à comunidade externa, que promovam a articulação entre o saber fazer e a realidade concreta, visando a sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural da região onde está inserido, e a inserção sócio-profissional do extensionista. O gráfico 1 mostra o percentual atingido nos indicadores de extensão do IFRR no ano de 2019.

Gráfico 1 – Indicadores de Extensão do IFRR



Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Ações próprias da política de extensão do IFRR

Aproximação do IFRR com a sociedade: Essa aproximação se dá via parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais, não governamentais e sociedade civil organizada, no cumprimento da função social do IFRR por meio da realização de ações de extensão de combate à exclusão em todos os setores da sociedade que possam contribuir para a definição de políticas públicas.

Contribuição para a elaboração e execução de políticas públicas de inclusão social: como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os programas e projetos de extensão, disseminando a produção do conhecimento, por meio de trocas de saberes, e democratizando-o.

Promoção de ações extensionistas na área de atuação do IFRR: tendo como premissa a atuação no território, as ações de extensão são planejadas em referência à área de abrangência do *campus*, visando à intervenção positiva da instituição no contexto social vigente, de modos a contribuir para sua transformação, por meio do protagonismo dos alunos extensionistas em processo de formação ou da ação qualificada dos profissionais que integram a comunidade acadêmica.

Oferta de programas para a capacitação docente: atividades de capacitação, tanto para a comunidade interna, quanto para trabalhadores e diferentes grupos sociais, também integram o conjunto de ações possíveis de serem realizadas em cumprimento à política de extensão do IFRR.

Realização de eventos (ciclos de debates, *workshops*, seminários, palestras, mesas redondas): a extensão abrange um amplo rol de atividades possíveis, sejam aquelas que abordem temas do cotidiano ou outros de interesse geral, integrando comunidade acadêmica, setores governamentais, não governamentais e a sociedade civil organizada.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRASIL. **Resolução MEC nº 7/ 2018**. Estabelece as Diretrizes para a

Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Extensão Tecnológica**. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá, MT: CONIF/IFMT, 2013.

IFRR. Instituto Federal EM EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA de Roraima. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal - PDI 2014-2018**.

SILVA, E. P. **Os Caminhos da Extensão no IFRR**. 2016.



IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSIONISTA: UM MARCO NA GESTÃO DA EXTENSÃO NO IFFLUMINENSE

*Vicente de Paulo Santos de Oliveira⁴⁹, Livia Brasil Viana Matta⁵⁰,
Aline dos Santos Portilho⁵¹, Juliana Gonçalves Vidigal⁵²,
Denise Rosa Xavier⁵³, Rafaela Moraes Cruz⁵⁴, Fábio Rodrigo Penna⁵⁵ e
Frederico Santiago Lima⁵⁶*

Introdução

O curso de especialização *lato sensu* Cultura, Patrimônio e Educação: diálogos no território buscou suprir a necessidade de reflexões críticas sobre os territórios do Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, sendo o único curso de pós-graduação *lato sensu* gratuito nas áreas de cultura, educação e patrimônio disponível nestas regiões.

Em 2015, análises realizadas pelo *Campus* Santo Antônio de Pádua do IFFluminense revelaram uma produção cultural local que, apesar de pujante, carecia de cursos de formação e de políticas públicas que a fomentassem. Além disso, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) do *campus*, abordando professores das escolas públicas da cidade, constatou que esses profissionais buscavam por um curso que ampliasse sua qualificação para a intervenção sobre a cultura, o patrimônio e a educação do território.

⁴⁹ Pró-reitor de Pesquisa, Extensão e Inovação

⁵⁰ Coordenadora de Pesquisa e Extensão do *campus* Santo Antônio de Pádua

⁵¹ Coordenadora do Curso de Pós *lato sensu* Cultura, Patrimônio e Educação: diálogos no território

⁵² Diretora de Políticas Sociais e Relações Empresariais da Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação

⁵³ Técnica em Assuntos Educacionais da Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação

⁵⁴ Técnica em Assuntos Educacionais do *campus* Santo Antônio de Pádua

⁵⁵ Coordenador do Curso de Pós *lato sensu* Cultura, Patrimônio e Educação: diálogos no território

⁵⁶ Pedagogo do *campus* Santo Antônio de Pádua

O território foi entendido nesta proposta como “uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente às pessoas” (SAQUET, 2015, p. 38). Acompanhando o mesmo autor, também foi trabalhada a noção de territorialização, que significa:

a apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados (SAQUET, 2015, p. 38-9).

O objetivo do curso foi promover, por intermédio da capacitação dos estudantes, a formação de profissionais capazes de aplicar os conceitos de *patrimônio, território e cultura* no desenvolvimento de práticas educativas inovadoras, bem como elaborar e executar projetos culturais e de ensino aplicados à temática do patrimônio, território e cultura, e inventariar e difundir o patrimônio histórico e cultural local. Entende-se que esta é uma forma qualificada de contribuir para o desenvolvimento territorial, entendendo-o em seus aspectos afetivos, simbólicos e econômicos.

Concepção

O curso de pós-graduação *lato sensu* *Cultura, Patrimônio e Educação: diálogos no território* foi estruturado a partir de três movimentos: a identificação da demanda local por formação nas áreas de educação e cultura; a identificação da ausência de cursos de especialização *lato sensu* gratuitos nas regiões Norte e Noroeste Fluminense e o esforço conjunto de três setores da gestão do IFFluminense, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação (Propei), a Direção de Pesquisa, Extensão e Cultura do *campus* Santo Antônio de Pádua e a Coordenação de Políticas Culturais e Diversidade (Dipece) em ofertar cursos de especialização *lato sensu* nesta área, atendendo assim o que institui o artigo 7º, item “d” da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Sua concepção baseou-se no diálogo com agentes do território, enfatizando o caráter extensionista que este curso possui, e na interdisciplinaridade, articulando saberes diversos para a promoção da formação qualificada e o entendimento de desenvolvimento territorial cujo fundamento está no desenvolvimento humano, colocando a cultura,

a educação e o patrimônio no centro desta proposta. O Projeto Político Pedagógico do curso está disponível no Centro de Documentação Digital do Instituto federal Fluminense⁵⁷.

Metodologia

O curso proposto permitiu o emprego de metodologias participativas, a vivência das situações de ensino, pesquisa, extensão e de gestão, para nelas promover intervenções à luz das análises. Também trouxe importante mirada metodológica que coloca em foco práticas culturais ligadas ao Noroeste e Norte fluminense. Articula-se, portanto, com as “epistemologias do Sul”, que para Boaventura de Sousa Santos significam “identificar e valorizar aquilo que muitas vezes nem sequer figura como conhecimento à luz das epistemologias dominantes” (SANTOS, 2019, p. 18).

A concepção de currículo adotada assume o princípio da interdisciplinaridade como norteador da proposta pedagógica, que prioriza a interligação de saberes e fazeres a partir do eixo de formação que, por sua vez, garante a relação entre os componentes curriculares de cada período. Concebido dentro da proposta dialógica da construção do conhecimento, superando a concepção tradicional de uma simples transmissão repetitiva de teorias, a proposta pedagógica se fundamenta nos seguintes pressupostos:

- a) O diálogo entre educação, patrimônio, cultura e território, contribuindo para o enriquecimento cultural, político e profissional dos estudantes;
- b) A necessidade da formação de um profissional que possa atuar em diversos níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica como professor, pesquisador, extensionista, gestor educacional e executor de pensamento social e políticas públicas;
- c) A contribuição da pós-graduação para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam ou venham a atuar na esfera educativa, debruçando sua prática pedagógica nos princípios da interdisciplinaridade, de contextualização e da flexibilização ante as questões territoriais.

⁵⁷ <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2017/resolucao-39>

Perfil do discente e critérios de seleção

O curso de pós-graduação foi idealizado para o atendimento a profissionais da educação básica com formação superior, como: professores e técnico-administrativos de escolas do ensino fundamental e médio, das redes municipal, estadual e federal; agentes culturais que atuem na interface entre cultura e educação; profissionais recém-formados em licenciaturas e cursos voltados para a educação e a cultura que buscam aprofundamento dos estudos mesmo que não inseridos no mercado de trabalho. O processo de seleção foi através de edital, de caráter classificatório, no qual constou todos os dados do curso com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida, instrumentos, critérios de seleção e demais informações necessárias. Foi centrado na produção textual de uma dissertação argumentativa que contemplou um tema sorteado na realização da prova.

Sistema de avaliação

A avaliação dos estudantes foi realizada como parte integrante do processo educativo. Aconteceu ao longo do curso de modo a permitir reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica formativa, processual e somativa.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) oportunizou aos estudantes discussões coletivas para o desenvolvimento de um estudo a ser apresentado publicamente. O resultado da execução do referido projeto possibilitou ser um trabalho monográfico ou um projeto de intervenção, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a ser avaliado por uma banca examinadora.

Interdisciplinaridade

O curso foi constituído por disciplinas que dialogam com diferentes áreas do saber, promovendo discussões sobre a Educação, a Cultura e o Patrimônio no território com um viés interdisciplinar. Desse modo, foi proposto o desenho a partir de eixos que contemplam Linguagem, Educação, História, Artes, Cultura, Sociedade, dentre outros, tendo em vista questões que alicerçam nossa identidade, alteridade e formação.

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes):

A importância da introdução de uma área Interdisciplinar no contexto da Pós-graduação brasileira, em 1999, decorreu dos problemas que emergem no mundo contemporâneo, de diferentes naturezas e com variados níveis de complexidade, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos. A natureza complexa de tais problemas requer diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas diferentes, bem como entre saberes disciplinar e não disciplinar” (BRASIL, 2019).

Acompanhando esta proposição, o curso de Pós-Graduação em Cultura, Patrimônio e Educação: diálogos no território trabalhou com novas formas de produção de conhecimento e formação de recursos humanos, que teve como objeto de investigação fenômenos que se deslocam entre fronteiras disciplinares.

Atividades complementares

Foram realizadas atividades complementares ligadas às linhas de pesquisa que estruturam o curso. Neste sentido, realizou-se debates, visitas técnicas, saídas de campo, entre outras ações, que colaboraram para a ampliação da visão do estudante sobre os objetos de estudos propostos, bem como para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Foram realizadas duas visitas técnicas ao longo do curso, descritas a seguir:

- Quilombo de Machadinho - Quissamã/RJ
- Rio de Janeiro: Circuito Pequena África e Rio Europeu
- Museu de Arqueologia de Itaipu - Niterói

Corpo docente

O corpo docente foi formado por especialistas, mestres e doutores com atuação na temática Cultura, Patrimônio, Território e Educação, caracterizando o caráter interdisciplinar do curso e contou com a participação de docentes de outras instituições da Rede Federal e de universidades públicas e privadas.

Organização curricular

O curso de pós-graduação extensionistas foi organizado em módulos e disciplinas. No módulo I realizou-se atividades para apresentação

e ambientação ao curso, no módulo II foram discutidos os conceitos preliminares para o debate sobre Cultura, Território, Patrimônio e Educação. A temática Cultura, Patrimônio, Território: problematizando realidades locais foi discutida no módulo III, e no módulo IV trabalhou-se sobre as práticas de integração no território: Cultura, Educação e Patrimônio. Finalmente, no módulo V foram desenvolvidas as pesquisas e a produção dos trabalhos finais.

Quadro 1 – Estrutura Curricular da pós-graduação

Organização Curricular		Carga horária (h)
Módulo I		
Aula inaugural	Seminário realizado pelos professores do curso	4
Disciplinas	A escrita científica	12
	Ações em Cultura - Economia da Cultura e Desenvolvimento Territorial I	16
	Práticas inovadoras no ensino: Território e Cidadania I	16
	Intervenções no território por meio do patrimônio cultural I	16
Módulo II		
Disciplinas	A construção social do patrimônio e da memória	24
	O conceito de cultura	16
	A Educação e suas relações com a Cultura e o Patrimônio	16
	As múltiplas dimensões do território	16
	Patrimônio: Cultura e Território	16
Módulo III		
Disciplinas	Interfaces entre Patrimônio, História e Identidades	24
	História em escalas: o local, o grupo, o indivíduo, o regional	24
	Reparação e inclusão: história e cultura afro-brasileira e indígena no ambiente escolar	24
	Cultura, Educação e Patrimônio no exercício da cidadania	8
Atividade complementar	Aula de campo	8
Módulo IV		
Disciplinas	Ações em Cultura - Economia da Cultura e Desenvolvimento Territorial II	24
	Práticas inovadoras no ensino: Território e Cidadania II	24
	Intervenções no território por meio do patrimônio cultural II	24
Módulo V		
Disciplinas	Métodos de pesquisa	24
	Atividades complementares da linha de pesquisa	24
Carga horária total		360

Trabalhos de Conclusão de Curso

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso da pós-graduação *lato sensu Cultura, Patrimônio e Educação: diálogos no território* se estruturou da seguinte forma: elaboração e avaliação do projeto de trabalho de conclusão de curso, elaboração e avaliação do trabalho de conclusão de curso.

Foi possível ao estudante elaborar um trabalho acadêmico adotando um dos seguintes perfis: elaboração de projeto cultural que preveja a intervenção no território e o estímulo ao desenvolvimento sociocultural e econômico local, precedido de dossiê que reflita sobre o projeto apresentado; elaboração de projeto de ensino que possibilite o desenvolvimento de novas metodologias e incorpore a cultura, o patrimônio e/ou o território como elementos de intervenção, precedido de dossiê que problematize o projeto apresentado; elaboração de proposta de inventário de referência cultural aplicado a um bem cultural material ou imaterial; elaboração de artigo científico que leve em conta os debates produzidos ao longo do curso na eleição do objeto de estudo, da metodologia, e do referencial teórico, encaminhado para publicação em revista indexada e de relevante impacto na área de conhecimento do curso; dissertação teórica que leve em conta os debates produzidos ao longo do curso na eleição do objeto de estudo, da metodologia, e/ou do referencial teórico.

No quadro 2 são apresentados os títulos dos trabalhos de conclusão, além da sua tipologia e instituição do orientador.

Quadro 2 – Trabalhos de Conclusão desenvolvidos no curso (continua)

	Título	Tipologia	Instituição (orientador)
01	Monumentos e praças: a importância do resgate da memória	Projeto	IFF Pádua
02	Artesanato com escamas e pele de peixe: um estudo sobre a produção de mulheres artesãs em Macaé-RJ	Artigo	UFF Niterói
03	Inventário das manifestações populares de Santo Antônio de Pádua	Inventário	IFNMG
04	Memórias do Homem do Campo: Exposições Agropecuárias do Noroeste Fluminense	Artigo	UFF Pádua
05	Promoção da educação em saúde ambiental a partir do resgate da ancestralidade de comunidades em contexto rural e quilombola no município de Natividade – RJ	Projeto	Redepriva-da de ensino - Macaé
06	O indivíduo, um agente cultural. Uma forma de ser e estar no mundo para crianças e adolescentes	Projeto	IFF Pádua

Quadro 2 – Trabalhos de Conclusão desenvolvidos no curso (continuação)

	Título	Tipologia	Instituição (orientador)
07	A inclusão de Pessoas com deficiência: um estudo de caso na casa de cultura de Aperibé	Artigo	IFF Itaperuna
08	O Centro Histórico de Miracema como fator de desenvolvimento local: potenciais para o fortalecimento da memória e da identidade cultural	Artigo	IFF Campos Centro
09	O despertar da paixão pela leitura. A importância do hábito de ler	Projeto	Rede privada de ensino - Macaé
10	Sociedade musical Lira de Arion: revivendo a mostrando sua história	Projeto	IFF Pádua
11	A Educação Patrimonial em relação ao portador de necessidades especiais na escola: o patrimônio inclusivo	Artigo	UFF Pádua
12	As chamas do Ritual: uma análise sobre a procissão do Fogaréu na cidade de Santo Antônio de Pádua, interior do Estado do Rio de Janeiro	Artigo	IFF Pádua
13	Patrimônio e Memória: a Estação Ferroviária em Santo Antônio de Pádua – resgatando histórias	Artigo	UFF Pádua
14	Desenvolvimento da valorização da cultura do outro na Educação Infantil.	Projeto	IFF Pádua
15	Narrar é resistir ao tempo: o coro Santa Cecília e o canto sacro na Matriz Santo Antônio de Pádua	Artigo	Universidade Federal do Ceará
16	Territorialização, desterritorialização e memória: um estudo de caso sobre a CAPIL (cooperativa agropecuária de Itaperuna)	Artigo	Rede privada de ensino - Macaé
17	O processo de ensino-aprendizagem na era da cibercultura: uma análise do uso de metodologias ativas e tecnologias digitais nas aulas de literatura da rede estadual de ensino de Santo Antônio de Pádua	Artigo	IFF Campos Centro
18	Inventário das manifestações populares de Santo Antônio de Pádua	Inventário	IFNMG
19	A memória social dos moradores de Santo Antônio de Pádua – RJ e suas águas medicinais	Artigo	UERJ
20	História de faz de conta: somos todos seres históricos	Artigo	IFF Pádua
21	A bagagem cultural e a memória social da avaliação da aprendizagem que é praticada atualmente	Projeto	IFF Campos Centro
22	Farol distrito já! Uma análise sobre produção audiovisual da juventude	Artigo	IFF Campos Centro
23	Humberto Mauro, a história do cineasta de Volta Grande	Projeto	IFNMG
24	O debate público em torno da lei Rouanet: reflexões sobre a principal lei de fomento à cultura do Brasil e sua relação com a difusão de notícias falsas	Artigo	IFF Campos Centro
25	Explorando o Patrimônio cultural	Projeto	IFNMG
26	Cultura, Ensino e Educação Patrimonial: tecendo relações por meio da Literatura	Artigo	IFF Pádua
27	O lugar da Favela como Patrimônio Cultural em Miracema	Artigo	IFF Campos Centro

Quadro 2 – Trabalhos de Conclusão desenvolvidos no curso (conclusão)

	Título	Tipologia	Instituição (orientador)
28	Artivismo no IFF de Santo Antônio de Pádua – Política, resistência e emancipação através da cultura	Artigo	Rede privada de ensino - Macaé
29	Professores de História e suas representações sociais sobre a educação patrimonial	Artigo	IFF Campos Centro

Considerações finais

Ajunção dos temas **Cultura, Educação e Patrimônio**, para refletir e propor intervenções no território, deu-se, portanto, pela observação das dinâmicas locais. A compreensão de que o diálogo entre estes campos proporciona ações concretas de desenvolvimento territorial foi fator preponderante para a decisão na implantação do curso, que buscou o entendimento de como produção simbólica pode promover, através dos processos sociais, afetivos e econômicos desencadeados, a ressignificação dos territórios.

Cabe destacar que há diversos egressos dos cursos participando dos debates sobre as políticas culturais em suas cidades. Estão em órgãos de gestão cultural e em conselhos municipais de cultura, fomentando e operando os instrumentos de política pública. Destacam-se suas atuações especialmente nas ações ligadas à execução da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, nomeada "Lei Aldir Blanc", que destina recursos de socorro emergencial para minimizar impactos gerados pela pandemia de Covid-19 no setor da Cultura (BRASIL, 2020). Esse fato demonstra a possibilidade de impacto do curso na região ao qualificar agentes relevantes para a gestão da cultura.

Os processos educativos que foram realizados no curso foram tomados como possibilidade para desenvolvimento do ser aprendente. O estudante foi compreendido como sujeito da aprendizagem, podendo efetivamente produzir conhecimento trabalhando a partir do que ele já traz consigo. Por esta razão, foi estimulada a reflexão e o desenvolvimento de processos de aprendizagem que tenham a vida concreta dos estudantes como mote central.

Finalmente, ressalta-se a importante contribuição do curso de pós-graduação *lato sensu* Cultura, Patrimônio e Educação: diálogos no território para o desenvolvimento territorial local seja elevando o nível de escolaridade dos profissionais da região ou ainda, propondo intervenções que proporcionem a transformação do território em seus aspectos afetivos, simbólicos, culturais e econômicos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020.** Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

BRASIL. CAPES. **Documento de área: Área 45 Interdisciplinar.** 2019. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/INTERDISCIPLINAR.pdf. Acesso: 7 set. 2020.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e o desenvolvimento territorial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.



ACÇÕES DE EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Maria Goreth Araújo Reis⁵⁸

Um breve histórico

O Instituto Federal de Rondônia (IFRO) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A instituição originou-se da integração da Escola Agrotécnica Federal de Rondônia, à época instalada no município de Colorado do Oeste. Hoje, o Instituto conta com 10 *campi* em funcionamento, cerca de 19 mil alunos e 138 cursos técnicos, de graduação e pós-graduação nas modalidades de ensino presencial e a distância, além dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com vistas à qualificação profissional e elevação da escolaridade de públicos menos favorecidos. Possui também 52 polos EaD, em parceria com todos os municípios do Estado de Rondônia.

De acordo com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, o IFRO tem como missão promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável. É reconhecido em sua região como centro de excelência em educação e atua nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, Ciências Agrárias e Biológicas, Ciências

⁵⁸ Pró-Reitora de Extensão do Instituto Federal de Rondônia.

Exatas e Engenharia. Além dos cursos técnicos de nível médio e superior, o Instituto oferta cursos de Formação Inicial e Continuada, com o objetivo de promover a qualificação profissional e a elevação da escolaridade de públicos menos favorecidos.

Por meio da Pró-Reitoria de Extensão (Proex), o IFRO desenvolve diversas ações de impacto e transformação social, proporcionando o desenvolvimento local e regional e a melhoria da qualidade de vida da população rondoniense. Na extensão, em conformidade com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica e em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, o Instituto atua fortemente na oferta de cursos que atendam as potencialidades dos Arranjos Produtivos Locais, com especial atenção às localidades afastadas dos centros urbanos.

Segundo o artigo 3 da Resolução nº 31 do IFRO (BRASIL, 2017), a extensão é “[...] um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável”.

No âmbito do IFRO, a Pró-Reitoria de Extensão é responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e avaliação das atividades de extensão nas mais diversas áreas, tais quais: tecnologia e produção; direitos humanos e justiça; cultura e educação; comunicação; trabalho; saúde; esporte; e meio ambiente. As atividades são desenvolvidas em conjunto com os *campi*, em parceria com as demais Pró-Reitorias, e regulamentadas pela Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 30 de maio de 2017. A Proex tem suas ações desenvolvidas nos *campi* por meio dos Departamentos de Extensão (Depex) e é constituída por uma Diretoria de Programas e Projetos de Extensão e três coordenações: Coordenação de Inclusão Social e Produtiva; Coordenação de Cultura, Esporte e Cidadania; e a Coordenação de Integração Escola e Sociedade.

As Políticas de Extensão no Instituto Federal de Rondônia

Ao longo dos 10 anos de existência do Instituto Federal de Rondônia, a Pró-Reitoria de Extensão tem desempenhado seu papel em prol do desenvolvimento socioeconômico e da inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio da interlocução com a sociedade e da apresentação de soluções em consonância com as demandas levantadas, conforme preconizado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O IFRO desenvolve ações extensionistas nas seguintes modalidades: Programas; Projetos; Cursos de Extensão; Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC); Eventos (culturais, sociais, científicos, tecnológicos e esportivos); Visitas técnicas e gerenciais; Fomento ao Estágio, Emprego e Renda; Desenvolvimento Tecnológico; Relações Institucionais; Acompanhamento de Egressos; Empreendedorismo, Cooperativismo e Associativismo; e Prestação de Serviços.

Tais ações têm contribuído significativamente para a transformação de vidas, por meio de oportunidades de estágio e emprego, inclusão social e produtiva, desenvolvimento científico e tecnológico e elevação da escolaridade.

Assim, a Extensão do IFRO tem atuado fortemente no desenvolvimento de Programas, Projetos e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) para as classes menos favorecidas (pessoas em situação de risco, ribeirinhos, quilombolas, pequenos agricultores e povos tradicionais). A seguir, são apresentados alguns dos principais programas e projetos desenvolvidos pelo referido instituto:

a) Programa Mulheres Mil: realizado no período de 2011 a 2014, foi um dos primeiros programas de extensão e objetivou a inclusão social por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho, de modo que mulheres em situação de vulnerabilidade social pudessem melhorar a qualidade de suas vidas e de suas comunidades. Foi executado em cooperação entre os governos brasileiro e canadense e implementado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/Mec, em parceria com os Institutos Federais. Neste período, o IFRO atendeu cerca de 300 mulheres, ofertando cursos de Formação Inicial e Continuada, permeados por serviços de assistência e apoio às estudantes, aulas na comunidade, assistência estudantil, orientação para o emprego e atividades de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária.

b) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec: criado pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O Instituto Federal de Rondônia, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, tem atendido as demandas do Pronatec desde o final de 2011, ofertando os cursos pactuados junto ao Ministério da Educação.

c) Projeto Empoderamento da Mulher: é uma iniciativa do IFRO em parceria com a Secretaria Nacional de Política para Mulheres, do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, com o objetivo de promover a qualificação profissional mediante a formação inicial e continuada das mulheres em vulnerabilidade socioeconômica do Estado de Rondônia,

visando a sua autonomia, equidade de gênero, empoderamento e a sua inserção no mundo do trabalho. O Projeto contempla as metas previstas na Agenda 2030 para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. No período de 2017 a 2019, foram mais de 800 mulheres capacitadas pelo Projeto, com a oferta dos seguintes cursos: Cuidadora de Idosos; Cuidadora Infantil; Artesã de Biojoias; Finanças; Inglês Básico, entre outros. Em todos os cursos são ministradas as disciplinas de Empreendedorismo, Direitos da Mulher, Matemática Aplicada e Português Instrumental como componentes curriculares obrigatórios.

d) Escola de Conselhos: implantada em 2013 em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, é responsável pela Formação Inicial e Continuada de Conselheiros Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente. No período de 2013 a 2019, foram capacitados mais de 3.000 conselheiros.

e) Programa Escola Aberta da Terceira Idade: foi implantado em 2019 com o objetivo de promover a inclusão social e digital, lazer e cidadania para pessoas idosas a partir de 60 anos. Com esse programa, cerca de 200 idosos foram atendidos em 2019.

f) Projeto Delas: desenvolvido em parceria com a Secretaria Nacional de Esportes, visa combater a violência contra a mulher, por meio da prática de lutas e artes marciais, e atende cerca de 800 mulheres em 4 municípios de Rondônia.

g) Projeto Alvorada: em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, esse projeto tem como objetivo a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho de pessoas egressas do sistema prisional.

h) Projeto Saber Viver: realizado em parceria com a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), tem como meta a elaboração dos Planos de Saneamento Básico de 19 municípios do Estado de Rondônia.

Para a geração de emprego e renda, a Pró-Reitoria de Extensão tem cumprido o seu papel institucional por meio da interlocução com os diversos setores da sociedade e o desenvolvimento de competências empreendedoras nos estudantes e servidores da instituição, com ações, tais como:

- a) Realização de mais de 500 parcerias com o poder público (Federal, Estadual e Municipal), setor privado e organizações do Terceiro Setor;
- b) Aproximação do Instituto com a classe empresarial (workshops mensais; visitas dos empresários aos *campi*; visitas dos alunos às empresas; Feira de Estágio, Emprego e Negócios; Café com Empresários, etc.);
- c) Mapeamento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e demandas

- das empresas no Estado (projetos de pesquisa aplicada);
- d) Publicação de editais de fomento a projetos que atendam às necessidades de desenvolvimento regional e de fomento ao empreendedorismo inovador;
 - e) Implantação da Rede de Incubadoras de Empresas (Redinova) e de três incubadoras nos *campi* do IFRO;
 - f) Capacitação de servidores e alunos para o desenvolvimento de soluções inovadoras e criação de *startups*;
 - g) Realização de eventos, como o Startup Weekend, Startup Weekend Agrotech e Startup Weekend Women, que consistem em uma imersão de 54 horas que objetiva ensinar, inspirar, educar e promover o empreendedorismo nas comunidades locais;
 - h) Desenvolvimento do Programa Células Empreendedoras, o qual promove a formação de servidores e alunos para o desenvolvimento de competências para o empreendedorismo social focado em soluções criativas para os problemas locais e regionais;
 - i) Participação de servidores e alunos na *Campus Party* Brasil, maior evento de inovação tecnológica do Brasil. Foram aproximadamente 800 participantes do IFRO entre 2017 e 2019;
 - j) Realização de diversos *Workshops* sobre Empreendedorismo e Inovação em parceria com o Sebrae e outras instituições;
 - k) Representação do IFRO no Fórum de Líderes de Comunidade, promovido pela Associação Brasileira de Startups (ABStartups) e Google for Startups;
 - l) Aquisição do selo de Instituição Amiga do Empreendedor, emitido pela Secretaria de Educação Superior (Sesu) e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC);
 - m) Implantação do Programa Jovem Aprendiz, que promove a inclusão de jovens no mundo do trabalho por meio da qualificação profissional e atuação em empresas.

Para o fortalecimento das comunidades e reafirmando o seu compromisso institucional, a Extensão do IFRO tem atuado como agente de transformação social, por meio do envolvimento dos servidores, dos alunos e o comprometimento dos gestores de todas as unidades. Anualmente, são fomentados editais de concessão de auxílio financeiro para estudantes e servidores. Tais editais têm como objetivo principal o desenvolvimento de projetos em todos os *campi* do IFRO, de forma a aplicar soluções para os problemas das comunidades de Rondônia, especialmente as mais vulneráveis,

conforme as demandas identificadas, e estimular a produção, difusão e aplicação de conhecimentos para a promoção do desenvolvimento regional, com foco na melhoria da qualidade de vida das comunidades impactadas.

Com o fomento, a cada ano cresce gradativamente a quantidade de alunos extensionistas, o que tem contribuído significativamente para a formação acadêmica e o exercício pleno da sua cidadania. Nos últimos dois anos, foram mais de 350 projetos desenvolvidos, com a participação de mais de 360 estudantes bolsistas e cerca de 1.600 estudantes voluntários, com o acompanhamento e orientação de mais de 1.500 servidores extensionistas. Além dos projetos, a partir de 2018 foram fomentados também a implementação de Núcleos Temáticos de Extensão nos *campi* do IFRO, com os mais diversos segmentos (apoio a indígenas, pequenos agricultores, mídias sociais, arte e cultura e comunidades tradicionais).

Considerações Finais

Muitos são os avanços obtidos com os trabalhos realizados. Entretanto, ainda são inúmeros os desafios a serem superados. Em 2019, por meio da Resolução 8 do Conselho Superior do IFRO, foi aprovado o Regulamento da Curricularização da Extensão e, até dezembro de 2020, esta deve ser garantida em todos os cursos de graduação do Instituto. Com isso, aumenta-se a expectativa de mais pessoas envolvidas e ações desenvolvidas. Por meio dessa curricularização, objetiva-se ampliar os espaços de democratização do saber, especialmente às classes menos favorecidas; fortalecer a articulação das ações com o ensino e a pesquisa; e potencializar o engajamento de alunos e servidores por uma educação realmente emancipadora que garanta uma sociedade mais justa, igualitária e economicamente sustentável.

Para obtenção de mais informações sobre as ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia, acesse a Revista Eletrônica InfoExt, na qual são publicados os artigos e relatos de experiência dos projetos realizados pelos servidores e alunos de todos os *campi*: <https://revista.ifro.edu.br/index.php/infoext>.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. **Resolução MEC nº 7/2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 jan. 2020.

IFRO. INSTITUTO FEDERAL EM EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução nº 65/2015/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, IFRO. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/doc-isntitucionais/397-regimento-geral-do-ifro-res-n-65-consup-ifro/file>. Acesso em: 17 jan. 2020.

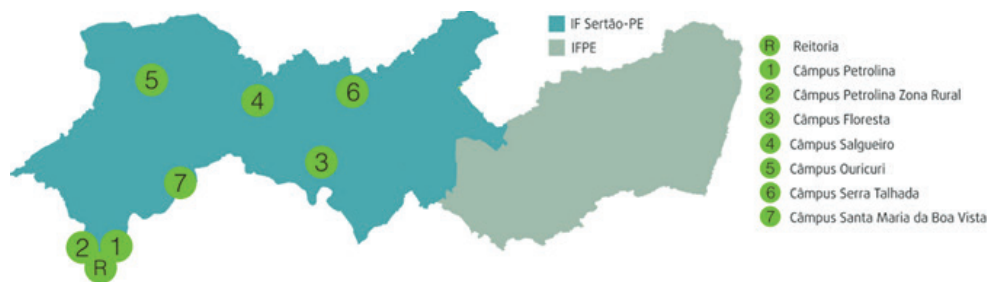
IFRO. INSTITUTO FEDERAL EM EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução nº 31/2017/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento das Ações de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, IFRO. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2017/8918-resolucao-n-31-consup-ifro-de-30-de-maio-de-2017>. Acesso em: 18 jan.2020.

IFRO. INSTITUTO FEDERAL EM EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução nº 44/2017/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, IFRO. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/images/Acesso_a_Informa%C3%A7%C3%A3o/Documentos_Institucionais_Portal/Resolu%C3%A7%C3%A3o_44-2017-CONSUP-IFRO_-_Novo_Regulamento_de_Cursos_FIC.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

IFRO. INSTITUTO FEDERAL EM EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução nº 08/2019/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Curricularização nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, IFRO. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2019/8446-resolucao-n-08-consup-ifro-de-31-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 18 jan. 2020.

CAMINHOS DA EXTENSÃO NO IF SERTÃO-PE: UM PEQUENO RETRATO

Ricardo Bitencourt⁵⁹



A origem do IF Sertão-PE remete à criação, em 1983, do *Campus Avançado da Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE)*, em um espaço cedido pela Escola Estadual Otacílio Nunes, em Petrolina-PE. Cinco anos depois, foi criada a Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, através do Decreto nº 96.598, de 25 de agosto de 1988, que tinha por finalidade ministrar o ensino de 2º grau (atual nível médio) profissionalizante, tornando-se uma autarquia federal através da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

Em 1989, foi criada a Unidade Descentralizada da ETFPE (Uned-Petrolina), na atual localização do *campus* Petrolina do IF Sertão-PE. Dez anos depois, o Decreto de 26 de novembro de 1999 (não numerado) implanta o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (Cefet-Petrolina), no estado de Pernambuco, mediante a transformação e mudança

⁵⁹ Pró-reitor de Extensão e Cultura no período de 30/04/2016 a 03/03/2020. E-mail: ricardo.bitencourt@ifsertao-pe.edu.br.

da denominação da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, que passou a ser Cefet-Petrolina.

Com o Decreto nº 4.019, de 19 de novembro de 2001, a Unidade Descentralizada de Ensino de Petrolina (Uned), do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (Cefet-PE) foi transferida para o Cefet-Petrolina. Assim, este passou a abranger duas unidades: uma localizada na área rural de Petrolina, chamada Unidade Agrícola (antiga Escola Agrotécnica), e outra na área urbana, chamada Unidade Industrial (antiga Unidade Descentralizada).

Por fim, através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, surgindo, assim, o IF Sertão-PE, com os *campi* Petrolina e Petrolina Zona Rural. Em 2009, foi implantado o *campus* Floresta, seguido dos *campi* Salgueiro e Ouricuri, em 2010, e dos *campi* Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista.

Fomento a projetos

A abrangência institucional é um desafio. Territorialmente, temos um retrato importante do Brasil, que envolve povos tradicionais diversos, como quilombolas, indígenas, assentados, ribeirinhos, comunidades de fundo de pasto, além de grandes produtores ligados à agricultura irrigada, com grande relevância na fruticultura. Essa diversidade nos provoca a estar mais perto desse público, trabalhando na construção de tecnologias que transformem as realidades de todos.

As ações de extensão promovem uma aproximação cada vez maior entre o IF Sertão Pernambucano e a comunidade, reafirmando o papel estratégico da extensão como uma ação articulada de saberes. São histórias construídas numa parceria que envolve o esforço de profissionais e estudantes, num atendimento que supera a relação em sala de aula, através de projetos que vão desde a agricultura, passando pela proteção a animais, pelo melhoramento de processos de produção e pelo reuso de água, até a memória, a robótica, etc. São caminhos traçados por sonhadores e sonhadoras que trabalham para manter uma educação livre, gratuita e de qualidade.

Tabela 1 - Projetos Financiados com Bolsa

Campus	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018	2019
Petrolina	28	20	21	15	36	39
Petrolina Zona Rural	40	24	14	26	27	20
Floresta	11	10	11	12	5	3
Salgueiro	19	19	29	22	9	33
Ouricuri	14	9	8	11	11	5
Sta. Maria da Boa Vista	-	8	8	11	5	9
Serra Talhada	-	7	7	10	3	5
Total	112	97	98	107	96	114

Fonte: Proext 2019

A expectativa de atendimento nos últimos quatro anos de fomento foi a de envolver, direta ou indiretamente, o maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade. Para isso, dentre as estratégias utilizadas, destacamos o lançamento de um edital específico sobre Arte, Cultura, Direitos Humanos de Justiça, que viabilizou o financiamento de bolsas para 15 projetos.

Durante esses quatro anos, conseguiu-se avançar no desenvolvimento de projetos de Extensão, de forma que as oito áreas temáticas propostas pela Rede Nacional de Extensão e referendadas pelo Forprext fossem contempladas.

Figura 1 – Gráfico de projetos aprovados entre os anos de 2017 a 2019, por área

Fonte: Proext (2019)

Apesar de ainda haver concentração em temáticas, como educação e tecnologia e produção, áreas mais sensíveis, como direitos humanos e

justiça, começam a conquistar espaço entre as propostas apresentadas pela comunidade acadêmica, atendendo ainda mais populações em situação de vulnerabilidade social.

Marcos regulatórios importantes

Alguns regulamentos já estão implantados e, por meio deles, será possível estruturar ações de relevância institucional, conforme segue:

- Resolução 42/2017, que tem por finalidade regulamentar, fomentar e permitir a criação e o funcionamento de Empresas Juniores;
- Resolução 28/2018, que institui o Programa Família Acolhedora do IF Sertão-PE e possibilita o cadastramento de famílias voluntárias para receberem, em suas residências, discentes, professores, pesquisadores e/ou técnicos de instituições estrangeiras, por período determinado, que estejam em missão para estudo e/ou trabalho no IF Sertão-PE;
- Resolução 52/2018, que institui as diretrizes para implantação dos Centros de Língua nos *campi* do IF Sertão Pernambucano;
- Instituição do Comitê de Extensão como órgão norteador das políticas de extensão no âmbito do IF Sertão Pernambucano.

Projetos que inovam

À frente da Proext, pudemos conhecer projetos importantes que mudaram positivamente a vida das pessoas no Sertão Pernambucano. Como exemplo, destacamos a Academia *Hacktown*⁶⁰ que, cremos, sintetiza muito do esforço dos nossos extensionistas.

Figura 2 – Logomarca do projeto *Hacktown*



⁶⁰ Texto extraído do site do projeto (<https://hacktown.ifsertao-pe.edu.br/public/sobre/hacktown>) e fornecido pelo Coordenador do projeto, Fábio Cristiano (fabio.cristiano@ifsertao-pe.edu.br).

O projeto teve sua semente plantada em 2014, através do projeto Programadores do Futuro, que visava treinar crianças e jovens para a Olimpíada Brasileira de Informática. À época, a proposta contou com o apoio do IF Sertão-PE, *campus* Petrolina, e do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq por meio da Chamada CNPq-SETEC/MEC Nº 17/2014. Durante a execução do projeto, liderado pelo professor Fábio Cristiano, foi percebida uma ação limitada na execução da proposta, que não considerava o impacto social e o potencial das demais crianças e jovens que participavam das atividades do projeto, tornando assim um mero treinamento para uma competição.

A partir das experiências vivenciadas e das visitas realizadas em escolas em diferentes regiões do país, em 2016, foi realizada uma profunda transformação no projeto, dando origem à Academia *HackTown* – 1ª Escola Pública de Programação em Jogos e Robótica do Brasil. Em 2017, com uma nova proposta de trabalho, o Projeto foi submetido e aprovado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/Mec) para ser expandido no interior de Pernambuco por dois anos e meio, atendendo, até aqui, mais de 1800 crianças e jovens do sertão de Pernambuco e Bahia.

Na academia, crianças e jovens deixam de ser meros usuários da tecnologia e são estimulados a produzir os próprios programas, jogos e robôs, o que os proporciona autonomia digital.

A **Missão** do projeto é promover o ensino de programação em jogos e robótica de forma lúdica e divertida prioritariamente para crianças e jovens de escolas públicas do sertão pernambucano ou através de parcerias com instituições privadas, contribuindo, assim, para a formação de cidadãos inventivos e criativos capazes de trabalhar em equipe para a resolução de problemas de maneira sistêmica. Tem como **Visão** ser referência na transferência de tecnologias modernas para crianças e jovens de escolas públicas e/ou privadas através de metodologias inovadoras, a médio prazo em Pernambuco e a longo prazo no Brasil.

O que nos espera no futuro?

Traçar planos parece um desafio mais complexo no contexto desta publicação. Entretanto, espera-se, para esse novo ciclo, que a extensão seja cada vez mais forte e alinhada com os desejos do povo sertanejo; que ela seja diversa, inclusiva e que transite, como deve ser, em todos os campos de conhecimento.

É preciso ter em mente as conexões entre a inovação e o empreendedorismo, além de uma verdadeira parceria com os processos de ensino. O alinhamento com o ensino e a aprendizagem proporciona uma aproximação das nossas ações institucionais com a vida das pessoas de seu itinerário de formação.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

IF SERTÃO PE. INSTITUTO FEDERAL EM EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO DE PERNAMBUCO. **A Academia Hacktown**. Disponível em: <https://hacktown.ifsertao-pe.edu.br/public/sobre/hacktown>. Acesso em: 20 jan.2020.

IF SERTÃO PE. INSTITUTO FEDERAL EM EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Trilhas da Extensão. Petrolina**. IF Sertão-PE, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/474>. Acesso em: 20 jan. 2020.



A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO NO IFSULDEMINAS: UMA DÉCADA DE AVANÇOS E CONSOLIDAÇÕES

*Cleber Ávila Barbosa⁶¹, Juliana C. J. Pio⁶², Roselei Eleotério⁶³, Nildo Batista⁶⁴,
Alexandro H. Silva⁶⁵, Juliana R. Oliveira⁶⁶, Ana Paula Villela⁶⁷,
Rafael G. Tenório⁶⁸*

“O conhecimento caracteriza-se pela relação ser humano-
sociedade, que se constitui a partir da premissa de uma
transformação”
Paulo Freire

A Extensão nos Institutos Federais

O modelo inédito dos Institutos Federais, criados pela Lei nº 11.892/2008, tem como princípio legal e premissa a inserção, a capilaridade e a intensa interlocução nas localidades e regiões nas quais estão sediados. Dessa maneira, a extensão é, sem dúvida, uma forte marca dos Institutos Federais, pois tem evidente sintonia com seus princípios, concepções e finalidades.

A Extensão é um processo social, político, educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as Instituições e a sociedade. Por meio da interdisciplinaridade, da interprofissionalidade e da indissociabilidade com ensino e pesquisa,

⁶¹ Pró-reitor de Extensão do IFSULDEMINAS

⁶² Secretária Executiva da PROEX/IFSULDEMINAS

⁶³ Diretora de Extensão da PROEX/ IFSULDEMINAS

⁶⁴ Coordenador de Projetos e Eventos PROEX/ IFSULDEMINAS

⁶⁵ Coordenador de Estágios e Egressos PROEX/ IFSULDEMINAS

⁶⁶ Assistente em Administração da PROEX/ IFSULDEMINAS

⁶⁷ Assistente em Administração da PROEX/ IFSULDEMINAS

⁶⁸ Assessor Internacional da PROEX/ IFSULDEMINAS

promove forte impacto na formação dos estudantes e na sociedade (FORPROEX, 2012).

A Extensão no IFSULDEMINAS

O Sul de Minas Gerais é uma região privilegiada pelas suas condições climáticas e sua localização geográfica, entre pólos urbanos, possuindo uma população aproximada a de alguns países, como Uruguai. Essas questões oportunizam, sendo a agropecuária a mais expressiva, uma diversidade de atividades econômicas em 176 municípios. Assim, a iminência em organizar, assessorar, formar e capacitar profissionais aptos a essa pluralidade de atividades, traz desafios evidentes nas mais variadas temáticas: da educação à tecnologia, das ciências sociais e agrárias à saúde, da produção e trabalho ao meio ambiente, da comunicação ao esporte e à cultura.

Em 2008, foi criado o IFSULDEMINAS, instituição de ensino vertical – básico, técnico e tecnológico –, contendo em seu estatuto, Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2009, no artigo 5º, Item IV, sua política de extensão, que está posta como um dos objetivos da Lei nº 11.892/2008 de criação dos Institutos:

Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008).

Diante dessa previsão legal, a extensão foi estruturada e segmentada inicialmente em seis eixos: capacitações, programas e projetos, eventos, estágios e egressos, esportes e assessoria internacional.

O estreitamento das relações entre a instituição e a sociedade ocorre por meio da atuação nos eixos supracitados, focando na geração de emprego, emancipação profissional, empoderamento do indivíduo, desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades e competências, formação do conhecimento, prática acadêmica, vivência de outras culturas, geração de possibilidades, atividades em sintonia com o mercado, resgate da cidadania, orientação institucional, fomento à atividade cultural e aos esportes, autoconfiança, qualidade de vida, acesso a tecnologias, resgate ao meio acadêmico, acesso a políticas públicas, organização social, dentre outros.

A trajetória

Diante da trajetória do IFSULDEMINAS no âmbito da extensão, julgou-se relevante reconstruir o processo histórico da Pró-Reitoria de Extensão a fim de demonstrar as ações desenvolvidas durante esse trajeto.

Em 2009, primeiro ano de atuação da Pró-Reitoria de Extensão, as primeiras iniciativas ocorreram na perspectiva de diagnóstico das demandas e eixos de ação da extensão e, também, na regulamentação interna da pasta. Dentre as ações de diagnóstico, destacaram-se os Fóruns do Desenvolvimento Integrado no Sul de Minas e audiências públicas, eventos que visavam reunir instituições públicas e privadas, lideranças e representantes dos diversos setores produtivos do sul do estado para debater e estabelecer demandas, políticas e estratégias para a promoção do desenvolvimento regional.

A partir desses encontros, foi constituído um conselho consultivo chamado Conselho de Desenvolvimento Integrado do Sul de Minas Gerais, com representantes de vários segmentos da sociedade civil organizada. Esse conselho haveria de se reunir bimestralmente e identificar demandas, dificuldades e potencialidades regionais, com o objetivo de subsidiar a formulação de estratégias e ações sustentáveis, visando conquistas sociais, políticas, tecnológicas, econômicas e de preservação do ambiente pela ação coletiva e iniciativas concertadas entre os diferentes atores. Os eixos temáticos foram: Agricultura Familiar, Educação do Campo, Comércio e Indústria, Esportes, Inovações Tecnológicas, Municípios Sustentáveis e Turismo.

Com relação à regulamentação, houve aprovação de resoluções importantes tais como o Regimento e composição da Câmara de Extensão, que é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão com função consultiva e deliberativa na operacionalização das atividades de extensão. Foram criados, ainda, em cada *campus*, os Núcleos Institucionais de Pesquisa e Extensão (Nipe), que são órgãos de apoio às Pró-Reitorias de Extensão e de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, responsáveis por elaborar, fomentar, operacionalizar estratégias e integrar as atividades de pesquisa e extensão para o desenvolvimento institucional. Além das regulamentações supracitadas, outras mais foram criadas, como resoluções de Empresas Juniores, Dimensões da Extensão e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Dali em diante, a efetivação das ações se desenvolveu significativamente. Em 2010, ocorreu a criação da Assessoria Internacional, com a finalidade de estimular e operacionalizar trocas de experiências entre diversas instâncias de trabalho da instituição e instituições nacionais

e internacionais, tais como intercâmbio de alunos e servidores (docentes/pesquisadores e técnico-administrativos) e desenvolvimento de projetos interinstitucionais, dando ênfase a qualquer atividade relacionada à cooperação nacional e internacional.

Dentre os projetos desenvolvidos na área de mobilidade estudantil, pode-se destacar a relação com Moçambique, implementada com o objetivo de capacitar formadores das instituições agrárias do país africano, a partir de conhecimentos e habilidades em agricultura e mecanização agrária.

Mais de 200 alunos realizaram intercâmbio acadêmico em instituições estrangeiras conveniadas. Paralelamente, a Assessoria Internacional atua recebendo alunos estrangeiros com a promoção de um programa de Estágio Internacional com a oferta de vagas nos *campi*. Destaca-se, ainda, o Programa de Dupla Titulação com Portugal, firmado em maio de 2018 com o Instituto Politécnico da Guarda (IPG), via termo de cooperação técnica para o curso de Engenharia, a fim de viabilizar a dupla diplomação.

Em 2011, com recursos próprios, foram instauradas iniciativas de vários Cursos de Formação Inicial e Continuada, em cidades e polos do Sul de Minas, nas áreas de Agricultura, Pecuária, Comércio, Indústria, Alimentos, Administração, Meio Ambiente, Saúde, Esporte, Cultura, Lazer, Turismo, Agrimensura, Elétrica, Mecânica, Construções, Moveleira, Serviços, Informática, Artesanato, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências Biológicas e Linguística.

Nesse período, ganha destaque o Programa Mulheres Mil (PMM), voltado à capacitação e elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade. Várias ações foram concretizadas em 2011, resultando na capacitação de duzentas mulheres nas áreas de Corte e Costura, Informática, Auxiliar de Cozinha, Auxiliar Enfermagem, Farinhas e Farináceos.

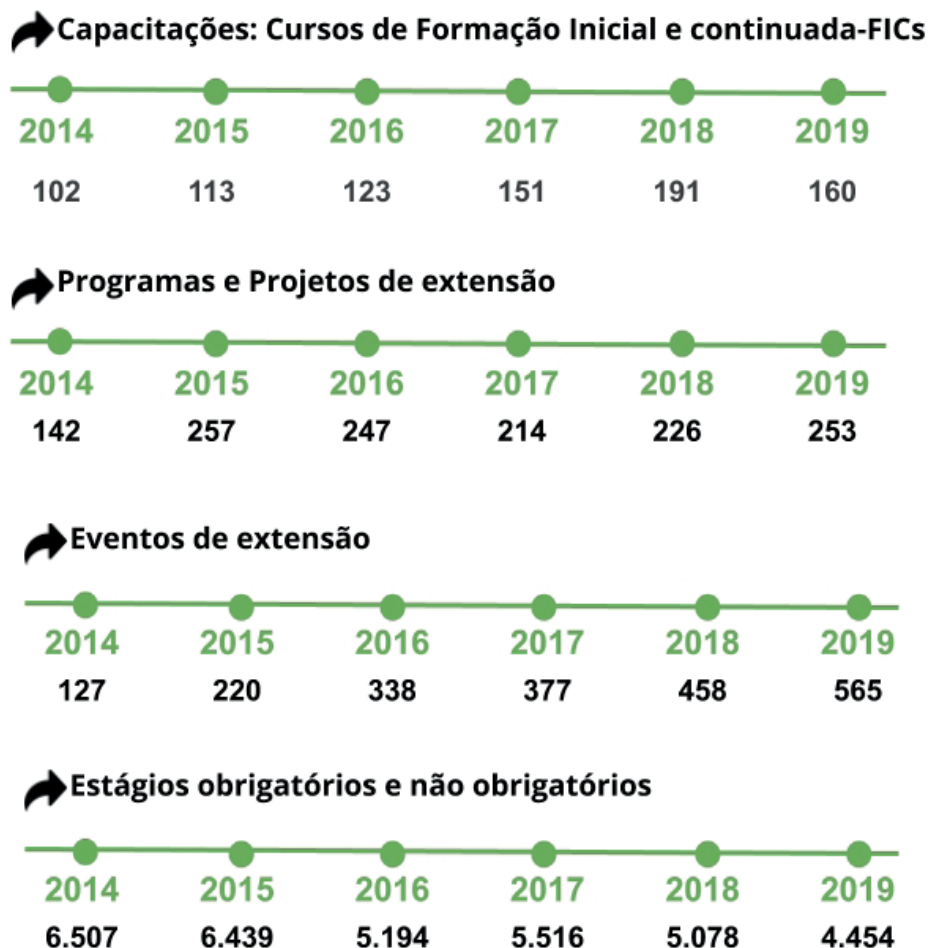
Em 2012, os cursos FIC e o PMM foram absorvidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), programa este que teve como finalidade expandir e democratizar o acesso a jovens e adultos de baixa renda a uma educação técnica de qualidade, por meio da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica gratuitos. Em cinco anos de atuação, foram mais de 40 mil alunos em cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos.

No ano de 2012, foi aprovada a adesão do IFSULDEMINAS no Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid), programa de Concessão de bolsas de iniciação à docência, vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Esse programa destina-se a alunos de cursos de licenciatura, coordenadores e supervisores

responsáveis institucionalmente pela sua implantação. O programa foi implantado, inicialmente, nas Licenciaturas dos *campi* Inconfidentes (cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Matemática) e Machado (cursos de Licenciatura em Computação e Ciências Biológicas) mas, posteriormente, foi ampliado a todas unidades e licenciaturas.

A abrangência da atuação do IFSULDEMINAS no âmbito da extensão fica evidenciada no gráfico que se segue, no qual consta um levantamento das ações realizadas entre 2014 e 2019.

Gráfico 1- Levantamento das capacitações, programas, projetos, eventos e estágios ocorridos entre 2014 a 2019

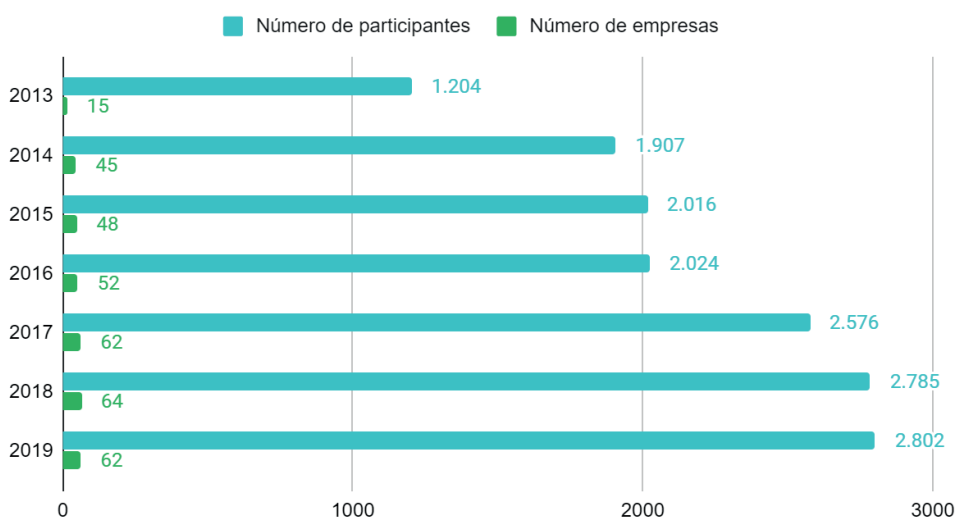


Fonte: Os autores (2020)

Nesse mesmo período, foi criada a Feira de Estágios, evento que reúne estudantes e empresas com o objetivo de gerar ofertas de empregos, estágios e capacitações para alunos e egressos do IFSULDEMINAS. Para a realização desse evento são convidadas todas as instituições da região, com participação média de 60 empresas e 1500 estudantes. No gráfico abaixo, é demonstrada a evolução do evento, desde o seu ano de criação, 2013, até o ano de 2019.

Gráfico 2 - Empresas e público participante da Feira de Estágios

Número de participantes e Número de empresas



Fonte: Os autores (2020)

No ano de 2013, foram criadas as primeiras Empresas Juniores (EJs), que se constituem como associações sem fins lucrativos com fins educacionais. As EJs contribuem com a sociedade por meio da prestação de serviços de qualidade, preferencialmente às micro, pequenas e médias empresas privadas ou, ainda, a empresas, entidades ou órgãos públicos. Destaca-se, com relação à essa prestação de serviços, o impacto social, ambiental, educacional ou econômico.

Nesse período, de forma pioneira, ocorreram as primeiras iniciativas de compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Com essa iniciativa, a instituição criou os primeiros procedimentos de compra dessa modalidade na Rede Federal, obtendo resultados positivos nesses processos. Devido a essa experiência, em 2014, o IFSULDEMINAS foi convidado, pela Secretaria

de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), a organizar um curso e o I Seminário da Rede Federal EPCT sobre Aquisição de Alimentos direto da Agricultura Familiar - Gestão do Pnae nos Institutos Federais. Além disso, a instituição tornou-se referência na gestão do Pnae, ofertando cursos nesse âmbito para a rede federal.

Nesse ano, foi criado o Centro de Línguas (Celin), com a finalidade de oportunizar aos alunos e servidores conhecimentos em uma língua estrangeira, visando prepará-los para a mobilidade acadêmica e cooperação internacional, de forma a estabelecer e desenvolver as relações internacionais.

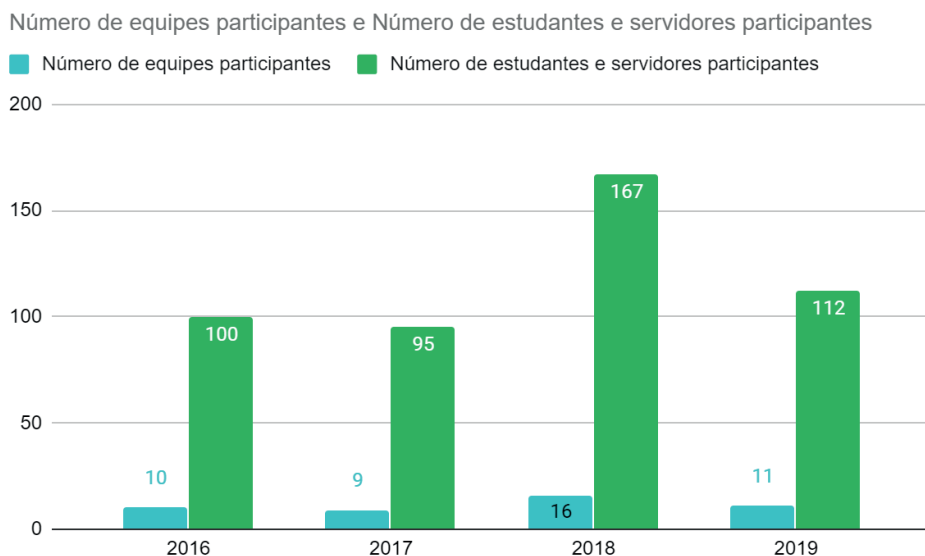
Em 2015, foi lançada a primeira edição da Revista de Extensão, publicação jornalística voltada tanto para o meio acadêmico quanto para a comunidade externa. O objetivo dessa publicação é dar visibilidade às ações extensionistas desenvolvidas pela Instituição e ao amplo envolvimento com a comunidade, por meio de projetos, capacitações e eventos.

Com a criação da coordenação de esportes, houve a ampliação e o fortalecimento da pasta de esporte na instituição. Isso aconteceu por meio de fomentos por meio de editais, compras de materiais esportivos e realização de circuito de corridas de rua. Além disso, a instituição sediou os Jogos dos Institutos Federais (JIF), em âmbito regional, em 2015, com a participação de mais de 1.200 alunos, em âmbito nacional, no ano de 2017, com a participação de mais de 1.500 alunos.

O ano de 2016 foi marcado pela primeira edição do Programa Expedição IFSULDEMINAS, nos moldes do programa Rondon. O Programa se propõe a promover ações de extensão *in loco* com equipe de alunos e servidores no período de férias. Os projetos do programa são direcionados às cidades do sul de Minas e visam contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania dos alunos e servidores. Além disso, promove a integração social com as comunidades. Já no primeiro ano, foram nove equipes de 10 membros cada, uma para cada cidade contemplada.

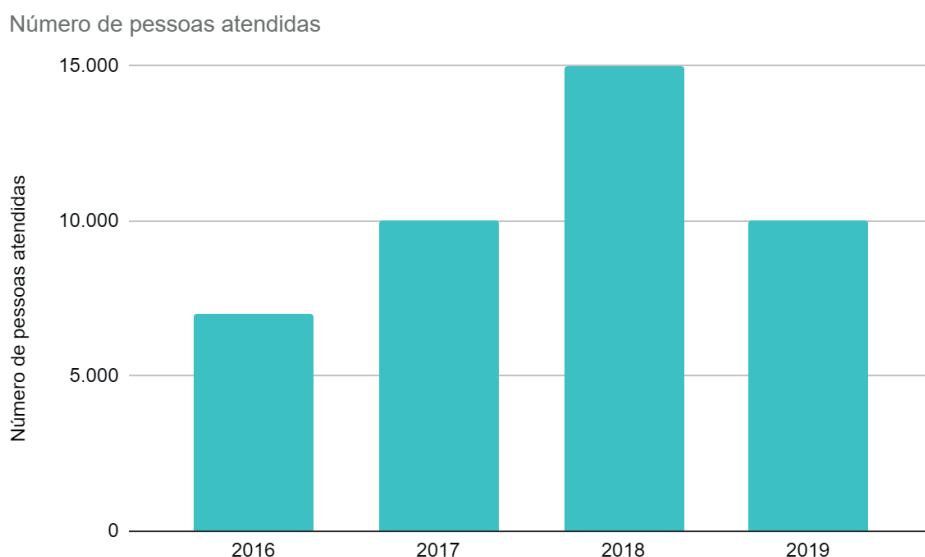
Nos gráficos abaixo, é possível perceber a evolução do programa, no que diz respeito ao número de equipes envolvidas, servidores e comunidade atendida. Nos levantamentos apresentados, nota-se uma maior adesão nos anos de 2018 e 2019.

Gráfico 3 - Levantamento de equipe servidores e estudantes participantes do Programa Expedição



Fonte: Os autores (2020)

Gráfico 4 - Público atendido pelo Programa Expedição



Fonte: Os autores (2020)

Ainda em 2016, foi realizada parceria com o programa Jovem Aprendiz, programa gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, voltado para a

preparação e inserção de jovens no mercado de trabalho e apoiado na Lei da Aprendizagem, nº 10.097/2000. Por meio do programa supracitado, várias empresas parceiras recebem e empregam anualmente dezenas de alunos.

A partir de 2018, todos esses programas, projetos e eventos se consolidaram e passaram a fazer parte de um planejamento anual e com premiações na mostra de Experiências Exitosas da REDETEC 2018 e 2019. Ganharam destaque ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional, do Programa Expedição IFSULDEMINAS, da Feira de Estágios e Empregos, do Intercâmbio de Estágios e dos projetos "Aprendendo com as Diferenças, Adote um Pet do IF e Projeto Jovem Aprendiz".

Considerações Finais

Nesses 10 anos, foram mais de 2.500 projetos, cerca de 3.800 eventos, quase 2.000 cursos e mais de 1.000 convênios celebrados. Concernente ao número de estágios pactuados na última década, foi permitido a quase 45 mil estudantes vivenciar uma experiência que, para muitos, se tornou a porta de entrada no mercado de trabalho.

Na Extensão, está inserido claramente o papel dos Institutos Federais e o poder transformador da educação. As ações citadas no decorrer dessa exposição geraram muitas oportunidades de aprendizado e de inserção da Instituição na comunidade, possibilitando colocar em prática a missão de educar para transformar o mundo no qual vivemos.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, ano 145, n.253, p.1-2, 30 dez. 2008. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.892-2008?OpenDocument. Acesso em: 27 jan. 2020.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (Brasil). **Extensão Tecnológica**.

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá, MT: CONIF/IFMT, 2013.

FORPROEXT. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA. *In*: ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX, 31., 2012, Manaus. **Carta de Manaus**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

IFSULDEMINAS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/noticias-pdi/3264-plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 27 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2009. Dispõe sobre Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Diário Oficial da União**, seção 1, nº 169, p. 34-35, 3 set. 2009. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Institucional/estatutoif.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.



CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB

*Maria Cleidenédia Morais Oliveira⁶⁹, Maria José Batista Bezerra de Melo⁷⁰,
George Glauber Félix Severo⁷⁰, Yana Gabrielle Chagas Dantas⁷⁰,
Guilherme Marconi Gomes de Brito⁷⁰*

O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre o percurso da Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), destacando características históricas e conceituais, de modo a integrar a coletânea que visa lançar olhares e refletir sobre sua trajetória na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). A iniciativa de produzir tal coletânea se deve à Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

O IFPB, instituição pública de referência em formação profissional na Paraíba, está presente, atualmente, em todas as mesorregiões do estado, com a sede da Reitoria localizada na capital, João Pessoa.

Do litoral ao sertão, forma-se um quadro composto por vinte e uma unidades, oferecendo, de acordo com sua capacidade e com a demanda territorial de sua área de abrangência, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional, Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Subsequentes ao Ensino Médio, Superiores e de Pós-Graduação. Cursos ofertados tanto na modalidade presencial como a distância.

Dentro desse contexto, além da ampliação da estrutura organizacional, do ponto de vista físico, permitindo o acesso à educação

⁶⁹ Pró-reitora de Extensão e Cultura do IFPB

⁷⁰ Servidores da Proexc IFPB

a parcelas significativas de pessoas residentes na zona urbana ou na zona rural, encurtando a distância da conquista de direitos fundamentais, vivenciamos uma adesão da prática extensionista promovida não só pelas diretrizes da política nacional de educação, que regulamenta a indissociabilidade desta prática com o ensino e a pesquisa, mas também pela sensibilização de profissionais engajados com as políticas públicas e com as possibilidades de transformação social a partir de sua ação coletiva compartilhada com a comunidade.

É certo que, ao longo dos seus 110 anos, várias ações de extensão foram realizadas, envolvendo servidores, discentes e comunidade externa – algumas delas com objetivos específicos ancorados na concepção de extensão da época, outras sem mesmo que se soubesse o que representava aquela prática no contexto histórico e educacional em que se inseria.

De um modo geral, o caminho percorrido pela Extensão no IFPB segue os parâmetros práticos e conceituais oriundos da Extensão universitária no Brasil, que reflete posicionamentos ideológicos próprios de cada conjuntura histórica desde meados do século passado.

Posto isto, para nos debruçarmos sobre a temática da Extensão no IFPB, nos últimos 11 anos, percebemos a necessidade de destacar como essa prática foi sendo construída e concebida no decorrer de sua existência institucional, considerando que cada momento trouxe sua relevância e influência para o que se apresenta hoje.

Este capítulo está dividido em três partes que versam sobre as considerações históricas das ações de Extensão no IFPB: (1) um diálogo de concepções; (2) o desenvolvimento através da explanação da política da Extensão, destacando seus avanços, e (3) as considerações finais.

Considerações históricas da extensão do IFPB: um diálogo de concepções

As primeiras abordagens sobre Extensão no Brasil, data de meados do século XX, com a institucionalização do ensino superior em sistema universitário. A primeira referência legal está expressa no Decreto de nº 19851, de 11 de abril de 1931, embora se registre, em décadas anteriores, a realização da prática extensionista em sistema educacional (BRASIL, 1931).

A Universidade Popular da Universidade de São Paulo é exemplo das primeiras experiências, por volta de 1912, com a oferta de cursos gratuitos

à comunidade em geral. Na sequência, datando de 1920, temos a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, hoje Universidade Federal de Viçosa/MG, e a Escola Agrícola de Lavras, atualmente Universidade Federal de Lavras/MG, ambas oferecendo prestação de serviços de assistência técnica aos agricultores.

Nesse contexto, a noção de Extensão era a de levar o conhecimento para a comunidade, ou seja, partia-se do pressuposto de que a Universidade era detentora e produtora do conhecimento. Nessa perspectiva, a concepção de Extensão se apresenta como uma via de mão única, como afirma Melo Neto (2018).

Durante quatro décadas, essa lógica dominou o pensamento extensionista, e foi com base nesse pensamento que Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas começaram a desenvolver suas ações de extensão. A noção de levar o conhecimento foi tão marcada na história da Extensão que, até os dias atuais, percebe-se a interferência dessa concepção no entendimento coletivo do fazer extensionista.

Nos anos de 1980, uma nova concepção começa a surgir nas universidades, fruto dos movimentos políticos e sociais da época, de onde emergiram grandes teóricos da educação, como Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, que trouxeram importantes contribuições teórico-metodológicas à prática extensionista, a partir dos ensinamentos da educação popular.

Nesse momento, o pensamento hegemônico sinalizava para a concepção de uma extensão universitária definida “como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável que viabiliza a relação transformadora com a sociedade”, conforme contribuição do I Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades (Forproex), realizado em 1987, que apresenta também a Extensão como uma via de mão dupla, em que a academia poderia encontrar “[...] na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico” (FORPROEX, 1987).

Enquanto avança a discussão em torno da concepção da extensão universitária, a então Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB) segue desenvolvendo suas práticas cotidianas, independente do pensamento de extensão universitária, apresentando divergências e semelhanças em alguns momentos, que, posteriormente, servirão de base para a extensão tecnológica, iniciada no processo de Cefetização da Escola Técnica, consolidado no final dos anos de 1990.

Algumas ações consideradas de extensão desenvolvidas pela ETFPB (sede João Pessoa), em meados dos anos de 1990, por intermédio do Departamento de Apoio e de Extensão (Dae), mais tarde Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (Direc), foram: a) Mutirão de Santa Rita, em que discentes e professores do curso de Edificações colaboravam com a comunidade na construção de casas com placas pré-moldadas; b) Projeto Associar, ação de recreação oferecida pela Coordenação de Educação Física às crianças da comunidade do entorno, chamada Paulo Afonso; c) Projeto de Educação Ambiental Integrada para a Orla Marítima, desenvolvido pela Coordenação de Tecnologia Ambiental; d) Criação do Centro de Formação, Cultura, Ciência e Tecnologia do Nordeste, oferecendo cursos extraordinários de línguas estrangeiras, instrumentos musicais e outros, além de eventos e programas comunitários; e) criação da Incubadora Tecnológica (Incubate), com a incubação de seis empresas, estas formadas por alunos egressos da instituição e, ainda, f) ações de articulação com empresas do setor produtivo para viabilizar a abertura de espaços de estágio.

É importante ressaltar que grande parte dessas ações de extensão eram desenvolvidas por meio de parceria com a Fundação de Educação Tecnologia e Cultural da Paraíba (Funetec/PB), fundação de apoio, instituída em meados de 1990.

Com a mudança de Escola Técnica Federal da Paraíba para Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (Cefet/PB), a Direc passou a ser Diretoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Deac), trazendo uma visão mais próxima da extensão universitária, estabelecida nos anos de 1980. A partir desse momento, como instituição de ensino superior regulamentada pelo governo federal, passou a agregar programas por meio de aprovação em chamadas públicas, a exemplo do Casa Brasil, projeto de inclusão digital; Escola de Fábrica; Mulheres Mil; Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (Incutes); REDEVIVA; MDS-Turismo Rural Sustentável; além da criação do Núcleo de Extensão e Educação Profissional (Neep), do Núcleo de Arte, Cultura e Eventos (Nace) e do Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha.

Em 2008, com a publicação da lei que cria os institutos federais, a busca por uma concepção mais apropriada ao perfil de uma instituição que ofereceria até pós-graduação passou a reforçar o pensamento do lugar da extensão equiparada ao ensino e à pesquisa, assumindo a responsabilidade de contribuir com a efetivação e consolidação do compromisso social da instituição.

Com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), por meio da Lei nº 11.892 de 2008, a Extensão começa

a ser considerada uma atividade fim, de acordo com o documento elaborado em 2013 pelo Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Conif) e pelo Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Forproext) (CONIF, 2013).

Em torno da concepção, muitas discussões e reflexões foram realizadas em prol da elaboração da política nacional de extensão tecnológica, trazendo uma visão mais comprometida com os setores populares e com os movimentos sociais, numa perspectiva de construção do fazer extensionista que proporcionasse a superação da visão de uma ação como extensão do conhecimento para uma ação construída junto à comunidade, de forma dialogada e compartilhada, em que o conhecimento não representasse um objeto acabado, mas um processo em construção coletiva e democraticamente participativa.

Fruto dessas reflexões, em 2015, no XIII Forproext, foi elaborado um conceito para a Extensão, sobre cuja base o IFPB estabelece as diretrizes que norteiam a sua política de extensão na atualidade. No documento intitulado Contribuições para a Política de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica define-se que “a extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade” (FORPROEXT, 2015, p. 2).

Ao pensarmos no percurso da Extensão, acreditamos que estamos sempre em processo de evolução, aprendendo de forma contínua e compartilhada com todos os atores e atrizes envolvidos (e a estes também ensinando) na busca pela transformação social e por uma formação acadêmica cidadã.

Percurso da política de extensão do IFPB

Conforme supracitado no tópico anterior, o fazer extensionista vem sendo instituído em período que antecede a ifetização. A equiparação dos Institutos Federais à institucionalidade das universidades trouxe significativas mudanças no repertório político-pedagógico da formação profissional. A trajetória nesses anos iniciais da ifetização está, então e entretanto, permeada de consensos e dissensos, seja em relação à concepção de extensão ou mesmo na resistência para sua inserção na formação profissional como prática educativa transformadora.

Considerando as contribuições do Forproext para a compreensão da política de extensão da Rede Federal de EPCT, a Proext inicia um processo de reposicionamento da política de extensão institucional em relação ao fomento, à organização, às concepções, aos princípios e às práticas. É importante ressaltar a alteração na denominação da Pró-Reitoria de Extensão que, após a Estatuinte 2015, passou a integrar a Cultura, como resultado do fortalecimento nacional das políticas culturais e, internamente, da práxis dos arte-educadores e demais agentes culturais a partir da Extensão. Tornou-se então Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, considerando também a visão de que a relação dialógica proporcionada através do fazer extensionista é o encontro e o compartilhamento de culturas (IFPB, 2015).

Para além das definições presentes na política de extensão do Forproext, inserem-se conceitos que passam a compor o universo da prática extensionista institucional, como o de território; rede social; câmara de extensão; parceiro social; colaborador externo; comunidade; unidades de vivências; inovação social e; rede rizoma. Tais conceitos têm como ponto nevrálgico os Núcleos de Extensão da Rede Rizoma do IFPB-NERR (IFPB, 2017).

Nesse sentido, definiram-se como objetivos da política de extensão e cultura do IFPB a composição de coletivos acadêmicos e comunitários; a articulação de possibilidades de trabalho social e/ou cultural, integrando os diversos tipos de conhecimento ao saber popular; o incentivo à prática acadêmica com vistas ao desenvolvimento da consciência social, ambiental, cultural e política dos educandos; a valorização dos programas de extensão e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade; e, por fim, a ampla interação com a sociedade e seus distintos segmentos (IFPB, 2017).

No que tange à organização da extensão e cultura, consolidou-se o uso do módulo extensão no Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) para o cadastro dos parceiros sociais, registro, gerenciamento e avaliação das ações de extensão, dos núcleos, dos empreendimentos e dos grupos artísticos e coletivos culturais.

Em termos de estruturação, criaram-se as coordenações, departamentos e postos de trabalhos administrativos, nos *campi*, considerando as demandas e potencialidades, de modo a garantir a gestão local e a articulação das políticas educacionais da extensão e cultura entre os coletivos extensionistas e as comunidades e/ou arranjos produtivos.

Também foi criado o Comitê de Extensão, formado pelas coordenações de extensão e cultura dos *campi*, e a Proexc, que passaram a atuar conjuntamente nas Câmaras de Extensão, funcionando como um fórum social local, a fim de levantar demandas e identificar saberes no âmbito de

cada *campus*, no sentido de definir as linhas prioritárias de Extensão dos *campi* e do IFPB, em conjunto com as redes sociais dos territórios. Ademais, foi incentivado que as unidades acadêmicas, a partir de sua área de conhecimento e seu corpo gestor, em parceria com agentes da comunidade, realizassem imersões em unidades de vivências (espaços comunitários), proporcionando diálogos extensionistas que pudessem se desdobrar em ações de extensão (IFPB, 2017).

Nesse ínterim, a Proexc passou a envidar esforços para garantir a creditação/curricularização da Extensão, a partir das ações desenvolvidas pelos coletivos acadêmicos e comunitários dos Núcleos de Extensão, possibilitando a constituição de espaços compartilhados de construção de conhecimento, de modo a dar significado ao processo de aprendizagem (SOUZA; MEDEIROS, 2016).

Desse modo, destacam-se, ainda, outras ações da política que possibilitam o fazer extensionista: o Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura; o Programa de Fortalecimento dos Núcleos de Extensão; o Programa Integrador Escola-Comunidade (Piec); o Programa de Realização de Eventos de Extensão e Cultura; o Programa de Apoio Institucional para Articulação, Implementação e/ou Implantação de Empreendimento Social; o Programa Cultura em Rede; o Programa Educomunicação; além do apoio à política de economia solidária através da Incutes. A criação, em 2013, da revista *Práxis: saberes da extensão*, possibilitou um espaço de reflexão, divulgação e disseminação dos resultados e processos da extensão desenvolvidos com o fomento dos programas institucionais e em fluxo contínuo. Posteriormente, houve o fortalecimento do campo editorial da Proexc com o empreendimento de diversas outras publicações de livros e revistas temáticas de extensão e cultura.

É fato que a expansão da Rede Federal de EPCT representa um marco histórico na oferta educacional brasileira, alcançando os diversos lugares do Brasil profundo. Na Paraíba, o IFPB iniciou o primeiro ano de atividades com 8 *campi*: Cajazeiras, Sousa, Princesa Isabel, Monteiro, Picuí, Campina Grande, João Pessoa e Cabedelo. Nesse contexto, conforme relatório de gestão 2009 (IFPB, 2010), foram desenvolvidas um total de 63 atividades de extensão, a saber: 23 projetos; 2 programas; 26 cursos e 12 eventos. Faz-se importante salientar que o único programa com fomento instituído na então Proext era o Programa de Bolsas de Extensão do IFPB (Probext).

Atualmente, considerando os dados consolidados do ano de 2018, conforme consulta ao Sistema Unificado de Administração Público (Suap) no módulo extensão, houve um aumento de 162,5% no quantitativo dos *campi*.

Isto é, 21 (vinte e uma) unidades entre os consolidados, em implantação e avançados. Em relação ao quantitativo das atividades de extensão, foram realizadas 227 ações, considerando apenas as que foram fomentadas e registradas no Suap. Esse valor representa um aumento de 260% em relação aos números de 2009, de modo que foram realizados 161 (cento e sessenta e um) projetos; 19 programas; 27 eventos; 10 prestações de serviços e 9 ações de extensão cultural com edital específico. Além disso, destaca-se a existência de 101 Núcleos de Extensão, com atuação nos diversos *campi*.

Considerações finais

A Extensão do IFPB avançou em termos conceituais e, também, na diversificação territorial e das ações. Ampliou o escopo dos programas institucionais de fomento para além do Proboxt, em acordo com as diretrizes do Forproext. A inserção da Cultura traz o desafio da construção de uma diretriz política nacional, conforme tem sido construída no Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições de Educação Superior (Forcult), que também esteja em consonância com os fazeres extensionistas.

Para além da construção conjunta de extensão e cultura no IFPB, vislumbra-se, entre outros potenciais desafios vindouros, a (permanente) luta por este modelo de formação profissional, científica e tecnológica, a partir de uma instituição de educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Tal modelo se insere, através da Extensão, em uma posição dialógica com a sociedade, com vistas à superação das problemáticas do terceiro mundo. Por fim, acredita-se que a creditação/curricularização da Extensão, desafio comum que estará em pauta nos próximos anos, proporcionará efetivamente sua vivência na formação superior.

Referências

BRASIL. Decreto de nº 19851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização *technica* e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRITO, G. M. G. **Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT):** uma visão da evolução da extensão. Apresentação em Power point.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (Brasil). **Extensão Tecnológica.** Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá, MT: CONIF/IFMT, 2013.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Conceito de Extensão, institucionalização e financiamento.** Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO OU CARGOS EQUIVALENTES DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Contribuições para a política de extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *In:* REUNIÃO DO FORPROEX, 13., 2015, Brasília.

IFPB. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Nota técnica nº 002 PROEXC/IFPB, de 11 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre diretrizes, concepções, linguagens, e processos dos "fazeres extensionistas" no âmbito do IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/principais-normas-e-legislacoes/nota-tecnica-no-02-2017-proexc>. Acesso em: 14 jan. 2020.

IFPB. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Interiorização. **Relatório de gestão do exercício de 2009.** João Pessoa, 2010.

IFPB. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. Resolução nº 246, 18 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MELO NETO, J. F. Extensão Universitária como Trabalho Social Útil. *In*: MELO NETO, J. F. **Extensão no cotidiano da Universidade**: um exercício de interpretação ou de intervenção? Belém: UFPA, Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

SOUSA, B. A.; MEDEIROS, V. M. (org.). **Rede Rizoma**: movimento de extensão no IFPB. João Pessoa, PB: IFPB, 2016.



A EXTENSÃO NO IFTO: 10 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A COMUNIDADE

Gabriela Medeiros Cabral⁷¹, Alessandro Lemos de Oliveira⁷²

Memória Institucional da Extensão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO – é resultado de um processo de expansão da educação brasileira, especialmente, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) que foi instituída a partir da promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Originalmente, constituiu-se mediante integração da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins e da Escola Técnica Federal de Palmas. Além das unidades de Araguatins e de Palmas, atualmente, o Instituto Federal do Tocantins é composto pelas unidades de Araguaína, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional e pelos *campi* avançados de Formoso do Araguaia, Pedro Afonso, Lagoa da Confusão, e pela Reitoria, localizada na capital, Palmas.

Com capilaridade e disposição em 11 municípios situados de norte a sul do território tocantinense, o IFTO contempla distintas áreas de atuação que estão pautadas em um modelo pedagógico de formação profissional dinâmica e flexível, no qual executa ações estratégicas focadas no ensino, na pesquisa e na extensão, e, por este motivo, se reconhece como um importante indutor no desenvolvimento do estado.

Uma das premissas dos Institutos Federais é favorecer a articulação do conhecimento científico aos saberes locais e promover a indissociabilidade

⁷¹ Pró-reitora de Extensão do IFTO (2018 a 2020)

⁷² Diretor de Extensão do IFTO (2019 a 2020)

entre teoria e prática na formação dos estudantes. De acordo com a Lei de criação dos Institutos, o IFTO tem como finalidade:

Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, o presente estudo pretende apresentar a trajetória da extensão e as principais ações desenvolvidas no âmbito do IFTO ao longo dos 10 anos de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Apesar de contar, ainda, com poucos registros, a história institucional da extensão confunde-se com a origem da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, que teve seu marco regulatório em 1985 e inauguração em 1988. Como escopo inicial, a escola oferecia cursos profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica. Posteriormente, com a promulgação da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, a Escola transformou-se em Autarquia Federal e passou a ofertar cursos de Ensino Médio e cursos de Técnica Agrícola nas Habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia, e foi por meio destas áreas que a instituição iniciou a consolidação das ações de extensão.

A partir da criação do IFTO e conseqüente expansão de suas unidades, houve um avanço nas ações de extensão, posto que, na medida em que se realizavam projetos em distintas áreas e diferentes municípios, a instituição se aproximava da comunidade tocantinense. No princípio, essas ações foram concebidas sem normatização e foi a partir de 2011 que a produção de alguns documentos passou a orientar a prática extensionista no âmbito do IFTO.

Em 2017, com a implantação do Sistema Eletrônico de Informação (Sei), percebeu-se uma melhora significativa no que tange à gestão dos processos e registros das atividades de extensão. Além disso, com o propósito de inovar e tornar a gestão dos projetos mais eficiente e dinâmica, o IFTO passou a utilizar, no ano de 2019, o Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), módulo extensão, que tem como finalidade gerenciar os projetos. A implantação do Suap favoreceu a gestão dos editais da Pró-Reitoria de Extensão e permitiu um melhor acompanhamento na execução das etapas dos projetos nos diferentes *campi*.

Em consonância com a trajetória da extensão no IFTO, serão apresentados, a seguir, a gestão da extensão e os indicadores das principais ações desenvolvidas, assim como os resultados e desafios encontrados nos 10 anos desta instituição.

A Gestão da Extensão

No IFTO, a política de extensão é gerida pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex), que tem a finalidade de planejar, desenvolver, coordenar, fomentar, acompanhar, avaliar a execução das políticas de extensão e as relações com a sociedade e promover ações que garantam a articulação entre a extensão, a pesquisa e o ensino.

Nesse sentido, compreende-se a ação extensionista como a prática acadêmica que conecta o Instituto Federal do Tocantins à sociedade, por meio da transferência dos conhecimentos gerados e da troca de experiências; articula teoria e prática e produz novos saberes; possibilita diferentes experiências nos contextos sociais, econômicos e culturais, favorece a formação integral e contribui para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região (IFTO, 2019).

Com o propósito de tornar acessível à comunidade tocantinense o conhecimento produzido na instituição, o IFTO desenvolve ações extensionistas nas seguintes modalidades: projetos, eventos, cursos de extensão, cursos de formação inicial e continuada, prestação de serviços tecnológicos e visitas gerenciais. Neste intento, as relações institucionais por meio das parcerias e acordos de cooperação nacionais e internacionais têm desempenhado papel importante na consolidação destas ações, uma vez que têm favorecido o crescimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas diferentes unidades.

Além disso, vale destacar que as modalidades em questão têm como eixo estruturante a ampliação das possibilidades de acesso à educação, ao conhecimento e à qualificação profissional e são constituídas, essencialmente, a partir da relação servidor, estudante e comunidade externa. Esse alinhamento entre as partes envolvidas permite que a *práxis* do conhecimento científico seja agregada ao conhecimento empírico da comunidade e transformada em novos conhecimentos. Tal proposição indica positivamente a contribuição da relação dialógica entre o ensino e a pesquisa para a transformação social.

Nesse tempo e espaço, o IFTO desenvolveu várias formas de relacionar-se com a sociedade, comumente chamadas de ações de extensão.

As ações de extensão do IFTO

Através da interlocução com a sociedade e em prol do desenvolvimento socioeconômico, o IFTO promoveu diversas ações de

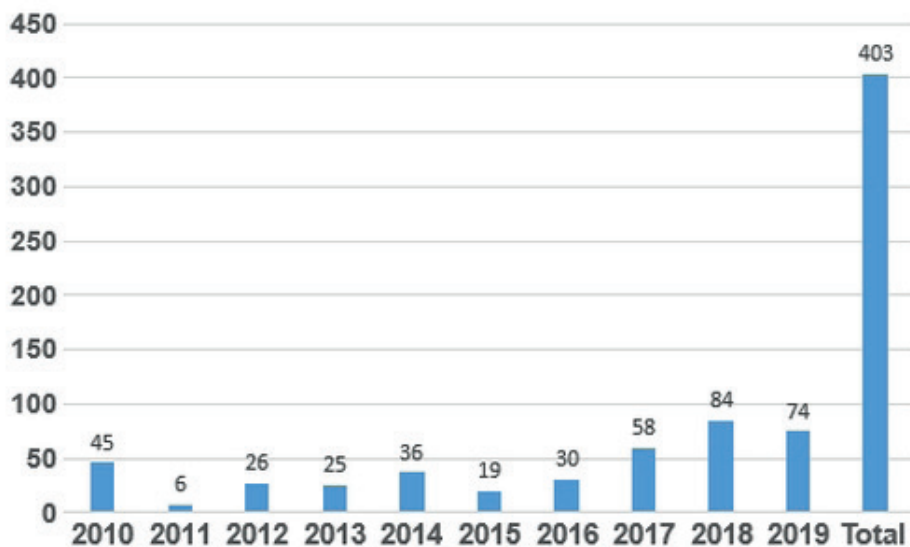
extensão nos últimos dez anos que geraram impacto e contribuíram para a transformação social e para a melhoria da qualidade de vida da comunidade tocantinense envolvida nessas atividades.

Os projetos de extensão são executados por meio de editais divulgados anualmente pela Pró-Reitoria de Extensão, os quais são propostos por servidores com o envolvimento dos estudantes, podendo tais projetos serem realizados em diferentes áreas, como: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Além disso, outras ações são executadas em atendimento às demandas de políticas governamentais.

De acordo com os relatórios de 2010, os primeiros projetos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão relacionavam-se às áreas de tecnologia, educação e direitos humanos, sendo os três projetos intitulados como: A Inovação Tecnológica na ICT, Física para o Enem e Educar para as Relações Étnico Raciais no ambiente Escolar.

Quanto à quantidade de projetos executados, percebe-se que houve ampliação e conseqüente aumento no atendimento às demandas da comunidade. A evolução dos projetos de extensão desenvolvidos pelo IFTO entre os anos de 2010 e 2019 estão apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução do número de projetos realizados entre 2010 e 2019



Fonte: Dados levantado pelos autores (2020)

Diante desta crescente evolução acerca da quantidade de projetos, pode-se notar também um maior envolvimento de servidores e discentes,

e, conseqüentemente, mais pessoas da comunidade externa. Esse fator relevante deve-se às políticas de incentivo do IFTO, como a atualização dos regulamentos e outras normatizações, como a ampliação das relações institucionais. Além disso, nos últimos dois anos, tem-se engendrado esforços para a captação de recursos externos para o financiamento da extensão.

Em se tratando de cursos, ao longo dos anos, foram realizados vários, com destaque para os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). De acordo com os registros no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), entre os anos de 2009 e 2018 foram ofertados 109 cursos. Muito disso deve-se à implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011, que visava ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) à população brasileira por intermédio de uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica. Através do Pronatec, entre os anos de 2012 e 2014, o IFTO capacitou cerca de 4.904 pessoas em diversas modalidades de cursos.

Outro campo de atuação da extensão no IFTO, não menos importante, são os eventos. O envolvimento da instituição, em muitos casos, acontece por meio da organização ou promoção da participação dos servidores e estudantes em eventos externos. Cabe destacar que a maioria dos eventos institucionais acontece nas próprias unidades e são abertos à comunidade local e/ou regional. A partir de 2018, nota-se uma progressiva participação do IFTO nas Feiras Agropecuárias, Científicas, Tecnológicas e Artísticas da região, o que tem possibilitado demonstrar para a comunidade tocantinense os resultados das diversas ações desenvolvidas e provocado a ampliação de parcerias nos diferentes setores da sociedade.

Além das ações supracitadas, as atividades de Arte e Cultura estão presentes na política de extensão do IFTO. A Proex, através de edital específico, como o projeto Bolsa Cultura, tem estimulado, desde 2017, estudantes de diferentes modalidades de ensino a participar das ações de arte e cultura, dentro e fora da instituição, totalizando 80 projetos com o envolvimento direto de 154 estudantes. Outra forma de incentivo à arte e cultura é a promoção do Festival de Talentos Estudantis do Instituto Federal do Tocantins (IFestival), que tem como objetivo incentivar, promover e disseminar as expressões e produções culturais. O IFestival tem ganhado espaço e repercussão na comunidade interna e externa e já conta com seis edições.

Outro campo de atuação da Proex são as relações internacionais, nas quais são desenvolvidas ações que promovem articulações com instituições nacionais e internacionais que favorecem a mobilidade de estudantes

e servidores. Desse modo, destacam-se os intercâmbios realizados por estudantes do IFTO, anualmente, para a cidade de *Cranbrook* - Canadá, através do Programa Líderes Emergentes nas Américas, caracterizando-se como uma oportunidade de enriquecimento da formação profissional.

Por fim, para que as ações referidas sejam realizadas, a Diretoria de Relações Institucionais tem buscado ampliar os recursos financeiros, atuando na divulgação e submissão de projetos em editais de fomento externo. Como consequência dessa frente de atuação, em 2019, a Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural, do Ministério da Cidadania, disponibilizou recursos financeiros ao IFTO para o desenvolvimento do Projeto Alimentação Saudável: Aprender a Fazer e Fazer para Aprender, cujo propósito é a preparação de 29 hortas pedagógicas em 5 municípios do Tocantins.

Considerações Finais

Ao longo dos 10 anos de criação do Instituto Federal do Tocantins, são expressivos os avanços percebidos na extensão. Podemos afirmar que as ações desenvolvidas têm contribuído para o fortalecimento das comunidades e para a reafirmação do compromisso institucional, pois, através da difusão do conhecimento, demandas reais da comunidade tocantinense são atendidas.

Neste processo histórico, é notório que o IFTO evoluiu no modo de fazer extensão. Como exemplo, destacam-se as seguintes políticas: a implementação de sistemas para gerenciamento de projetos e eventos, o pagamento de bolsas aos estudantes, a disponibilização de auxílio custeio para desenvolvimento de projetos e cursos e a busca por recursos externos, através da ampliação de parcerias. Para os próximos anos, muitos serão os desafios com a implementação da curricularização da extensão nos cursos superiores. Vislumbra-se que os impactos sejam imensuráveis no que concerne à quantidade e qualidade das ações e pessoas beneficiadas.

Urge, pois, que a extensão seja reconhecida em todos os segmentos do Instituto Federal do Tocantins, uma vez que a desmistificação do seu verdadeiro papel na sociedade fará com que outros tantos servidores e estudantes contribuam para a transformação da realidade social de muitas comunidades tocantinenses.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

IFTO. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTIS. **Plano de desenvolvimento Institucional IFTO 2020 - 2024**. Palmas, TO, 2019. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/pdi/pdi-ifto-2020-2024.pdf/view>. Acesso em: 22 jan. 2020.

IFTO. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTIS. **Regulamento das Atividades de Extensão do IFTO**. Palmas, TO, 2019. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos/atividades-de-extensao-do-instituto-federal-do-tocantins/regulamento-das-atividades-de-extensao-do-ifto.pdf/view>. Acesso em: 23 jan. 2020.

IFTO. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTIS. **Relatório de Ações 2010-2018**. Palmas, TO, 2018. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais/relatorio-de-acoes/relatorio-de-acoes-2010-2018/view>. Acesso em: 22 jan. 2020.

A EXTENSÃO NO IFMG

Carlos Bernardes Rosa Júnior⁷³, Niltom Vieira Junior⁷⁴, Flávio Rocha Puff⁷⁵,
Matheus Costa Frade⁷⁶

A estrutura da Proex

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) foi constituído, inicialmente, pela incorporação da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, dos Cefet Ouro Preto e Bambuí e de suas unidades descentralizadas de Congonhas e Formiga, respectivamente.

Hoje, além de sua reitoria em Belo Horizonte, o IFMG está presente em 18 cidades mineiras, com os seus *campi*, *campi* avançados e o Polo de Inovação (Embrapii), cada qual especializado nas mais variadas áreas de atuação⁷⁷.

NOSSAS UNIDADES



Fonte: <http://www2.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/o-que-e-o-ifmg> (2020)

⁷³ Pró-Reitor de Extensão

⁷⁴ Diretor de Programas e Projetos de Extensão

⁷⁵ Diretor de Cultura, Esporte e Relações Institucionais

⁷⁶ Coordenador de Gestão das Ações de Extensão

⁷⁷ O Estado de Minas Gerais divide-se em doze mesorregiões e o IFMG está presente em quatro delas: região metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas, Vale do Rio Doce e Zona da Mata.

Historicamente, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) do IFMG foi gerida na reitoria da instituição pelo seu Pró-Reitor, propriamente, e um Diretor de Extensão – além dos coordenadores dos setores de extensão sediados em cada *campus*. A partir de 2019, com uma política de valorização promovida pelo reitor reeleito, Kléber Gonçalves Glória, e pelo novo Pró-Reitor de Extensão, Carlos Bernardes Rosa Junior, esta Pró-Reitoria passou ser composta por duas diretorias e uma coordenação sistêmicas, com o objetivo de ampliar e transformar a dinâmica extensionista no IFMG, quais sejam: Diretoria de Programas e Projetos de Extensão; Diretoria de Cultura, Esporte e Relações Institucionais; e Coordenação de Gestão das Ações de Extensão. Além disso, outros oito profissionais passam a integrar a equipe nessa sua nova composição da Extensão na Reitoria.

Resultados mais recentes

Embora ainda em período de transição, frente a esta nova estrutura, dos avanços recentes da Proex, destacam-se⁷⁸:

- Criação da Política Institucional de Extensão;
- Criação da Política de Acompanhamento de Egressos;
- Desenvolvimento de Estratégias para a Aproximação com o Mercado de Trabalho;
- Regulamentação da Prestação de Serviços Externos;
- Implementação da Política de Descentralização de Recursos⁷⁹;
- Atualização e fortalecimento das Políticas de Estágio, etc.

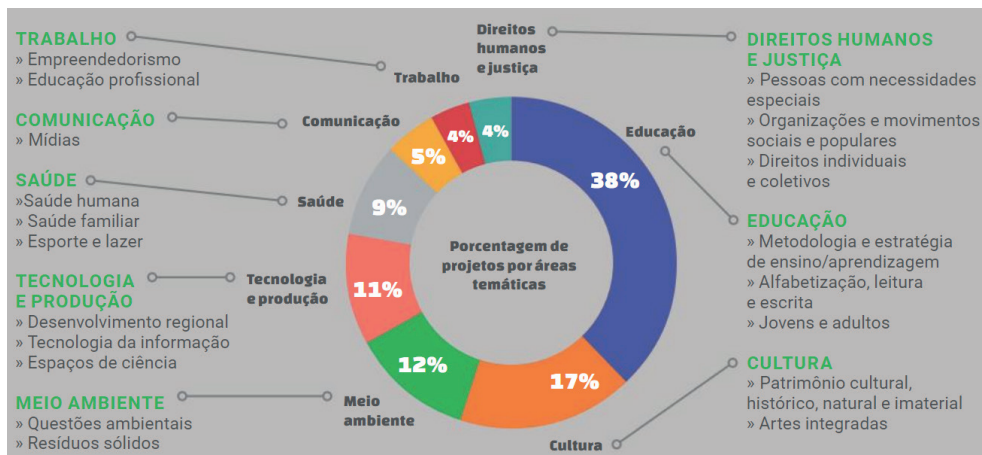
Além de verificar as diversas possibilidades de atualização e aprimoramento dos saberes no Catálogo de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)⁸⁰, a comunidade externa pode conhecer o trabalho da Proex por meio do seu “Anuário de Extensão”⁸¹, uma publicação (física e virtual) que reúne informações, números e registros fotográficos das ações de maior destaque a cada ano.

⁷⁸ Muitos deles desenvolvidos ou iniciados pela gestão anterior da Proex, sob o comando de Fernando Gomes Braga.

⁷⁹ Hoje é assegurado como política institucional a aplicação de, no mínimo, 3% do orçamento de cada *campus* em ações de extensão (valor que, na prática, tende a aumentar em função da nova política de valorização).

⁸⁰ Os cursos FIC ofertados recentemente pelo IFMG podem ser vistos em: <http://www.ifmg.edu.br/ourobranco/extensao/CatlogodeCursosFIC2018IFMG.pdf> (Disponível em: 24 jan. 2020).

⁸¹ As ações de extensão recentemente em destaque no IFMG podem ser vistas em: http://issuu.com/ifmg-reitoria/docs/anuario-21maio-final-web_0c7a72426382b8 (Disponível em: 24 de jan. 2020).

Figura 1 – Principais áreas temáticas desenvolvidas no IFMG

Fonte: IFMG (2018)

No anuário é possível conhecer, em detalhes, as diversas ações, como, por exemplo:

- Observatório Astronômico: no qual alunos de ensino médio e fundamental das diversas redes de ensino visitam as instalações do IFMG para a realização de experiências que os aproximam do mundo da Astronomia;
- Música na Escola: realização de oficinas de musicalização para professores da Educação Básica, ampliando seu repertório de atividades incluindo dinâmicas, jogos e música na sala de aula;
- Arte na Engenharia: mosaicos criados por estudantes das redes públicas retrataram os significados da engenharia para a composição de uma revista e de uma exposição de arte itinerante intitulada "Eu vos declaro Engenharia e Arte";
- Rotas Gastronômicas: propiciando a valorização dos processos artesanais de produção de queijo Canastra com a implementação de rotas turísticas e visitas que unem viajantes e famílias rurais produtoras de queijo;
- Programa Sabará *for Women* (PS4W): estimulando a participação das mulheres, em 15 escolas das redes estadual e municipais da região metropolitana de Belo Horizonte no desenvolvimento científico, por meio de projetos de computação, engenharia, robótica e prototipagem de novas tecnologias⁸²;

⁸² Projeto tema de reportagem no Jornal Minas (REDE MINAS, 2019).

- Encontro Esportivo IFMG: uma ação *intercampi* do Programa Institucional de Esporte e Lazer (Piel), voltado para as práticas esportivas, experiências culturais e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos pertencentes às comunidades onde os *campi* do IFMG estão inseridos;
- E outros tantos eventos, projetos e mostras cinematográficas que valorizam a formação plural através da estética da diversidade, do gênero, da identidade negra, do papel da mulher na sociedade e da qualificação profissional.

Figura 2 - Acervo do projeto "Eu vos declaro Engenharia e Arte"



Fonte: Silva et al. (2018)⁸³

Além das diversas ações de extensão realizadas pelos estudantes e professores do IFMG, as suas Pró-Reitorias têm se esforçado para a realização de atividades conjuntas, enfatizando a relação integrada entre ensino, pesquisa e extensão. Como exemplos disso destacam-se:

⁸³ Neste projeto os alunos das comunidades atendidas estudaram os conceitos básicos dos fenômenos envolvidos, construíam mosaicos que representavam esses fenômenos e, posteriormente, multiplicaram esses saberes através de exposições itinerantes dos quadros construídos.

- “Planeta Inovação”, um evento organizado pelas Pró-Reitorias de Extensão e Pesquisa/Pós-Graduação/Inovação que conta com diversas ações envolvendo a comunidade: seminários, feiras tecnológicas, maratonas de programação, empresa simulada, apresentações culturais etc.;
- “Política de Curricularização da Extensão”, um esforço conjunto das Pró-Reitorias de Extensão e Ensino para, além de atender a legislação vigente, promover de fato a extensão nas suas variadas vertentes (social, científica, política, cultural, esportiva etc.) em todos os cursos técnicos e superiores do IFMG.

Perspectivas de fortalecimento

Dando continuidade a esta fase de ampliação extensionista, atualmente a Pró-Reitoria de Extensão do IFMG tem concentrado esforços em três grandes projetos institucionais:

- 1) A plataforma *online* “+IFMG”, na qual está sendo financiada a produção de diversos cursos de Formação Continuada a Distância para o aperfeiçoamento e qualificação profissional de egressos e da comunidade como um todo, aumentando a capilaridade social do IFMG (para o primeiro ano, estão em produção 72 cursos FIC EaD);
- 2) O programa “IFMG em extensão”, através do qual estão sendo financiadas múltiplas ações (minicursos em locais públicos, mini palestras de divulgação científica nas escolas, mostra de trabalhos nas praças e mídias digitais extensionistas), de modo a levar o conhecimento, além dos muros da instituição, para os bairros das cidades onde os *campi* estão sediados;
- 3) A criação do “Centro de Memória do IFMG”, que já está em execução. Esse Centro tem como grande objetivo registrar a construção da História da Instituição a partir de relatos, documentos e vivências junto à comunidade, utilizando-se de uma plataforma digital para divulgação.

É através desse esforço coordenado, com a participação de muitas pessoas dentro e fora do IFMG, que a Proex, na fala de seu Pró-Reitor, Carlos Bernardes Rosa Junior, define o papel social dos Institutos Federais e das ações de extensão: “O profissional antes de tudo é um membro da sociedade, ele se relaciona com as pessoas que trabalham junto com ele. Então, a formação humana é importante para todos nós” (INCLUSÃO... 2019b).

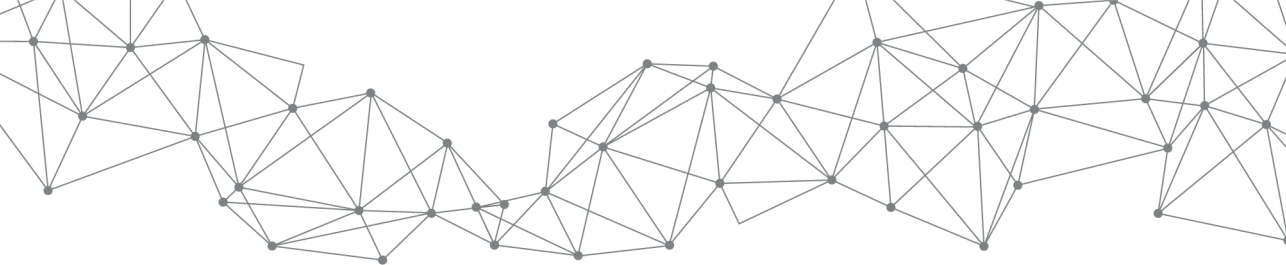
Referências

INCLUSÃO de gênero no IFMG. REDEMINAS. 2019a. (Série Tecnologia Inclusiva, 01). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7B7JsKgf-W8>. Acesso em: 27 jan. 2020.

INCLUSÃO para acessibilidade e cidadania no IFMG. REDEMINAS. 2019b. (Série Tecnologia Inclusiva, 03). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=bwhLNGcuMsY>. Acesso em: 24 jan. 2020.

IFMG. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Anuário da Extensão do IFMG**. Belo Horizonte: IFMG, 2018. Disponível em: http://issuu.com/ifmg-reitoria/docs/anuario-21maio-final-web_0c7a72426382b8. Acesso em: 27 jan. 2020.

SILVA, J. R. *et al.* Engenharia & Arte: representação da engenharia mecânica através de mosaicos. **Revista Extensão & Sociedade**, Natal, Edição Especial 8º CBEU, p. 19-27, 2018.



PERFIL DA EXTENSÃO DO IFPI

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes⁸⁴

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí oferta a Educação Técnica de Nível Médio e Educação Superior nas seguintes formas: Ensino Médio Integrado ao Técnico, Ensino Técnico Concomitante/Subsequente, Cursos de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados. Oferta também Mestrados Profissionais e Acadêmicos, Cursos oriundos de Projetos e Programas Nacionais, como o Projeto Alvorada em parceria com os órgãos da Justiça e Cursos de Formação Inicial e Continuada, constituindo-se em uma instituição pluricurricular e multicampi. A instituição recebe estudantes com um perfil bastante diversificado, das mais variadas e longínquas regiões, oriundos das cidades, do campo, inclusive pertencentes às comunidades indígenas e quilombolas, e das diversas classes sociais e faixas etárias, trazendo, com isso, a necessidade de uma articulação das ações no contexto dos processos sociais em curso.

Esse fato impõe uma série de desafios, dentre os quais se destacam a capacidade de a instituição manter estudantes em seu interior, favorecer o seu sucesso escolar e realizar uma educação voltada para a cidadania e respeito às diferenças. Nesse contexto, o IFPI adota ações que minimizam as desigualdades entre os estudantes, possibilitando que todos tenham as mesmas condições de acesso, permanência e êxito escolar (IFPI, 2020).

Para o IFPI, a extensão enquanto política institucional é uma atividade capaz de direcionar um novo rumo à educação brasileira e, especificamente, no Piauí, ao contribuir na formação do profissional cidadão em um

⁸⁴ Pró-reitora de Extensão do IFPI

espaço significativo de produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais existentes, tendo como mecanismo articulador a troca dialógica entre teoria-prática, que proporciona a vivência e a formação de habilidades e competências necessárias à formação de um profissional de sucesso (Figura 1).

Figura 1 - Projetos de Extensão voltados para a comunidade adjacente aos campi do IFPI



(a) Produção Artesanal de Produtos de Limpeza – Campus Teresina Central



(b) Produção de Mudas - Campus Avançado de José de Freitas – PI

Fonte: Proex/IFPI

A Pró-Reitoria de Extensão (Proex) do IFPI, unidade organizacional responsável por planejar, organizar, monitorar e avaliar as políticas de extensão, tem suas ações norteadas em coerência com as Leis vigentes, pelas linhas traçadas no Plano Nacional de Extensão e por sua Política de Extensão, que tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento do IFPI e seus *campi*.

A Política de Extensão do IFPI considera que suas ações devem propiciar aos estudantes experiência na sua área de conhecimento e oferecer condições para o enriquecimento da sua formação cultural e de cidadania; à sociedade, devem criar condições de acesso ao IFPI, por meio de cursos de extensão e de outros serviços, e transferir conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas (IFPI, 2013), tais como os Cursos de música ministrados em comunidades quilombolas próximas ao Campus Paulistana, bem como serviços de saúde prestados à comunidade através dos servidores ligados ao setor de saúde do campus acima referido (Figura 2).

Figura 2 - Cursos/Oficinas e Prestação de Serviço às Comunidades quilombolas no município de Paulistana (PI)



(a) Projeto Música Quilombola



(b) Projeto Prevenindo a Diabetes, Obesidade e Hipertensão

Fonte: Proex/IFPI

A Extensão no IFPI é entendida como prática que integra as atividades de ensino e de pesquisa, em resposta às demandas da população da região de seu entorno. Para tanto, são desenvolvidos dois eixos de atuação: o primeiro, centrado no planejamento, organização e realização de todo o conjunto das atividades; e o segundo voltado inteiramente à operacionalização destas atividades, de forma a ampliar tanto o universo de atendimento quanto o conhecimento por parte da comunidade.

O compromisso social do IFPI é um dos nossos pontos de destaque através do Programa Institucional de Apoio à Extensão (ProAEx), que contempla dezessete subprogramas que oportunizam a *práxis* extensionista em todos os eixos e áreas de atuação da extensão, bem como Programas e Projetos.

O ProAEx IFPI, instituído pela Resolução CONSUP nº 034/2013 (IFPI, 2013) abrange os Subprogramas Bolsa de Extensão (PIBEX), Cursos de Extensão, Bolsas para participação em Eventos de Extensão, Jogos Intercampi, Subprograma de Apoio à Promoção de Eventos Institucionais, Apoio a Publicações no âmbito da Extensão, Subprograma Institucional de Pré-Incubação de Empreendimentos Inovadores e Projetos Empresas Juniores, Estágios Institucionais, Núcleo de Ensino de Línguas Estrangeiras, Subprograma de Incentivo à Promoção de Eventos Artístico-Culturais (Edital Arte e Cultura), Subprograma Extensão Itinerante, Subprograma IFPI em Ação Social, Subprograma Bolsa Atleta, Subprograma de Inclusão e Diversidade, Subprograma de Cooperação e Convênios e Subprograma Economia Solidária e Criativa (Figura 3).

Figura 3 - Projetos de Extensão vinculados ao Pibex IFPI, ProAEx IFPI**(a) Projeto Coral Juvenil Piripiri****(b) Projeto Doce Leitura**

Fonte: PROEX/IFPI

O ProAEx visa, em seu contexto, propiciar aos estudantes do IFPI condições diferenciadas de aprendizagem; fortalecer a atividade extensionista através da institucionalização de um programa de apoio à extensão no IFPI; oferecer ao alunado oportunidade de realizar atividades extensionistas de impacto social; oferecer ao corpo docente a oportunidade de realizar a indissociabilidade ensino-extensão; e promover aos técnicos administrativos do IFPI a oportunidade de contribuir com a formação de novos profissionais, bem como atuarem no contexto sociocultural e acadêmico.

Dessa forma, garante aos servidores a oportunidade de participar da elaboração de projetos de extensão, intervir em comunidades, gerar conhecimento e produtos e transformar socialmente as regiões de abrangência do IFPI.

Aliado ao ProAEx, a Extensão no IFPI vem assegurar ao educando, em suas múltiplas modalidades de ensino, a assistência estudantil, a fim de contribuir para seu êxito acadêmico e sua permanência na instituição, bem como a inserção do alunado no mercado de trabalho, seja através de estágios ou por meio do programa Jovem Aprendiz, como, também, possibilitando ao aluno egresso a participação em projetos e programas sociais ou acadêmicos e a troca de experiências.

Em 2014 entrou em atividade, a Política de Assistência Estudantil (Polae) com os seguintes objetivos: reduzir as desigualdades educacionais entre os estudantes, através de programas voltados àqueles, especialmente, oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social; e propiciar a formação integral dos estudantes a partir de programas diversificados que assistam os estudantes na sua complexidade frente às distintas necessidades (IFPI, 2014a).

Dessa forma, a finalidade da Polae é promover a ampliação das condições de permanência e êxito acadêmico por meio do desenvolvimento de ações que estimulem o processo de ensino-aprendizagem, apoiando a formação de estudantes, bem como contribuir com a igualdade de oportunidades e prevenção da evasão escolar (Figura 4).

Figura 4. Reunião de assistente social com alunos beneficiados pela Polae



Fonte: PROEX/IFPI

Essa política desenvolve-se por meio de programas e projetos que objetivam consolidar-se como estratégias de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes da Instituição, materializadas em ações que envolvem planejamento, análise e execução dos processos sociais em curso e, ainda, a integração dessas ações na gestão administrativo-financeiro, legitimando-as como parte da Política de Educação e articulando-as ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (IFPI, 2020).

A partir de 2013, a Pró-Reitoria de Extensão do IFPI possibilitou, aos 20 *campi*, qualificação para docentes e discentes, diálogos com a comunidade externa – classe empresarial, a indústria e o comércio –, favorecendo estágios, oportunidade de emprego e renda, transferência de tecnologia, assessoria técnica e consultoria.

Entre os produtos e serviços gerados através dos Projetos de Extensão Tecnológica e na Produção Tecnológica, temos a implantação de Empresas Juniores, Incubadoras, *Startups* e *Spinoffs* no âmbito do IFPI. Tais ferramentas didáticas constroem o diálogo entre o terceiro setor, a indústria e as empresas que buscam tecnologias inovadoras para garantir espaço no mercado e possibilitar o desenvolvimento dos arranjos aos quais estão inseridos.

Nesse contexto, o IFPI, hoje, promove o desenvolvimento tecnológico em sala de aula, com experiências acadêmicas e projetos de inovação que contemplam as demandas sociais e empresariais de nosso Estado e possibilitam a inserção de nossos discentes, ainda em formação, no mercado de trabalho, dentro e fora do país.

Também assegura o fortalecimento das Áreas Eixo através dos Núcleos de Estudos em Extensão, instituídos de forma democrática e com a participação de toda a comunidade acadêmica para execução de suas ações nos *campi*, a exemplo do Núcleo de Avaliação e Atividades Físicas do IFPI (Naaf), Núcleo de Estudos Agroecológicos (Nea), Núcleo de Estudos em Pesca e Aquicultura (Nupa), Núcleo de Meio Ambiente (Numa), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), Núcleo de Empreendedorismo Inovador (Nepi) e Núcleo de Línguas Estrangeiras (Nele), todos voltados para a comunidade externa e como apoio ao Ensino.

À vista disso, a Política de Extensão no IFPI está coerente com o Plano Nacional de Extensão (PNE) que estabelece como princípio:

[...] Para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar (BRASIL, 2001).

Assim, com o objetivo de estabelecer as bases que possam contribuir para o desenvolvimento da Extensão, os representantes de instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que atuam na Extensão, propõem que todas as atividades sejam identificadas segundo as dimensões da extensão, a fim de uniformizar terminologias e criar uma base conceitual comum.

Dessa maneira, projetos e programas devem versar no contexto tecnológico, em ações voltadas para a sociedade nas áreas da Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

No âmbito da Extensão Tecnológica, assegura-se, desse modo, um ensino contextualizado com a realidade, pautado na *práxis* acadêmica, possibilitando uma interface entre a teoria e a vivência e contribuindo para a plena formação do educando nos diferentes cursos e modalidades que compõem o Instituto Federal do Piauí.

Dessa forma o IFPI firma parcerias e convênios com empresas públicas e privadas como suporte à capacitação do nosso educando, possibilitando uma formação qualificada no mercado de trabalho, incentivando o

empreendedorismo inovador e boas práticas no contexto do profissional formado em nossos cursos técnicos, de formação de professores e de formação continuada.

Além disso, o IFPI promove campanhas de cunho social voltados para comunidades carentes, feiras e eventos de inovação tecnológica, visando o desenvolvimento das cadeias produtivas locais e regionais de nosso Estado. Por meio do ProAEx, a instituição atende as demandas oriundas da sociedade em geral e da comunidade acadêmica do IFPI através de Programas, Projetos Sociais e incentivo às campanhas institucionais.

O ProAEx IFPI apresenta como subprograma responsável por esta demanda o IFPI em Ação Social, que assegura aos *campi* a execução de ações voltadas para o desenvolvimento da sociedade, sendo corresponsável, promovendo, assim, a integração, empreendendo, inovando e gerando produtos e serviços locais, regionais e nacionais.

O IFPI em Ação Social atua de forma direta na sociedade através da participação de Feiras e Mostras Científicas, por meio da promoção de treinamentos e capacitações, qualificação de mão de obra e certificação de saberes, empoderamento de mulheres em situação de risco (Programa Mulheres Mil), campanhas sociais em auxílio a comunidades em situação de vulnerabilidade, entre outros.

Em 2014 o IFPI instituiu a Política de Acompanhamento dos Egressos (IFPI, 2014b), que promove a interface entre a Instituição e os alunos, bem como desenvolve projetos em equipe, estabelecendo parcerias entre diferentes áreas profissionais e ampliando as possibilidades de realização de práticas mais acertadas e obtenção de melhores resultados.

Dessa forma, o IFPI oportuniza, através da supracitada Política, a participação de alunos nas mais variadas atividades, estimulando a prática do voluntariado em projetos e programas, contribuindo para a formação de ex-alunos no contexto socioeducativo, filosófico e empreendedor e valorizando as vivências e experiências adquiridas durante e após a sua formação. Como metodologia de acompanhamento dos estudantes egressos, tem-se instrumentos de coleta e análise de questionários aplicados junto aos egressos, que são concebidos de forma fechada e mista, formulados por meio de alternativas e sistematizados através da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e Pró-Reitoria de Extensão. O funcionamento e as práticas voltadas ao aluno egresso do IFPI têm regulamentação interna.

Como planejamento para anos futuros, a Política de Extensão será de consolidação de suas ações e dimensões, aperfeiçoamento e melhoria de processos internos e fortalecimento de sua identidade junto aos *campi* do IFPI, à sociedade acadêmica e à sociedade em geral.

E para consolidar todas essas ações, anualmente é realizado o Integra IFPI, evento que abrange os resultados dos projetos e programas vinculados ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão, e promove o encontro anual dos setores administrativos dos campi, além de atrações culturais, artísticas, feiras e mostras científicas, envolvendo os três segmentos: alunos, professores e técnicos administrativos (Figura 5).

Figura 05 - Atrações do III Integra IFPI, Edição 2019: (a) Solenidade de Abertura; (b)e (c) Atrações Culturais; (d) Apresentação de Projetos em banner



Fonte: PROEX/IFPI

O Projeto Integra IFPI contempla apresentações de trabalhos vinculados aos Programas de Pesquisa (Pibic, Pibic Jr, Pibic It e ProAgrupar), o ProAEX IFPI, Projetos Integradores, Programa de Iniciação à Docência, Reuniões Setoriais (diversos setores dos campi e Reitoria), Apresentações Culturais e Artísticas, Exposições e Feiras, e Minicursos e Oficinas, estes voltados apenas para os discentes.

O Integra irá para sua quarta edição mostrando o que há de melhor no IFPI. Um evento feito por todos nós que fazemos o IFPI acontecer dentro e fora dos muros da Instituição, possibilitando a troca de saberes, e o diálogo entre as principais dimensões acadêmicas do Instituto no Estado do Piauí.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

IFPI. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. 2020.

IFPI. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução nº 34/2013.** Aprovar o Programa Institucional de Extensão PROAEX do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí do IFPI. 2013.

IFPI. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução nº 14/2014.** Aprova a Política de Assistência Estudantil POLAE, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. 2014a.

IFPI. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução nº 34/2014.** Aprova a Política de Acompanhamento do aluno Egresso PAAE, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. 2014b.



O INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E OS CAMINHOS DA EXTENSÃO: UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL

*Cristiane Henriques de Oliveira⁸⁵, Grazielle Rodrigues Pereira⁸⁶,
Edméa Teixeira⁸⁷*

Introdução

As ações de extensão promovidas pelas instituições de educação são peças fundamentais para o processo de democratização e socialização do conhecimento. A capilaridade dos Institutos Federais (IF) permite-nos alcançar pessoas e comunidades que jamais sonharam ter acesso ao ensino público e de qualidade. Diante da responsabilidade humano-social dos IF, são condições indispensáveis para o seu pleno funcionamento a promoção e o fortalecimento da extensão.

Nesse sentido, Anjos e Sobral (2018) destacam que o viés extensionista das instituições de ensino, sobretudo dos IF, constitui-se em um amálgama da tríade ensino–pesquisa–extensão, pois é por meio dessa perspectiva que ouvimos e damos voz à comunidade, com vistas à troca de conhecimentos e saberes. Esse intercâmbio pode modificar e construir olhares: se, por um lado, o foco da academia passa a estar mais direcionado às problemáticas e aos anseios da comunidade, por outro, também, a sociedade se volta para a academia com o conhecimento e o reconhecimento da relevância dessas instituições para as suas vidas. Dessa forma, é estabelecido o sentimento de pertencimento, à medida que a comunidade do entorno se insere na instituição de ensino.

⁸⁵ Pró-reitora de Extensão do IFRJ.

⁸⁶ Diretora de Ensino do Campus Mesquita/IFRJ.

⁸⁷ Diretora Adjunta de Relações com o Arranjo Produtivo e Social Draps/Proex/IFRJ.

Com isso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) vem desenvolvendo, ao longo de muitas décadas – desde quando era nomeado Escola Técnica Federal de Química (ETFQ) e, posteriormente, Cefet Química/RJ –, inúmeras ações e estratégias de caráter extensionista, promovendo o acesso e dando voz às comunidades e às pessoas que se encontram tradicionalmente excluídas do processo de democratização do conhecimento (IFRJ, 2020a). Para tanto, tem-se aqui como objetivo um levantamento das principais ações extensionistas do IFRJ, a partir da atuação de sua Pró-Reitoria de Extensão (Proex).

Trajatórias da Extensão no Instituto Federal do Rio de Janeiro

O IFRJ foi criado a partir da transformação do Cefet Química de Nilópolis (RJ) e de sua integração com o Colégio Agrícola Nilo Peçanha, localizado no município de Pinheiral, que pertencia à Universidade Federal Fluminense (UFF). Com isso, as unidades tornaram-se *campi*, em conformidade com a Portaria nº 04 (BRASIL, 2009), de 6 de janeiro de 2009. Nessa configuração, o IFRJ era composto pelos *campi* de Nilópolis, Rio de Janeiro, Pinheiral, Paracambi, Duque de Caxias, Volta Redonda, Realengo e São Gonçalo, sendo, à época, sua Reitoria sediada no *Campus* Nilópolis.

Nascido de duas instituições antigas e com práticas distintas – uma da década de 1940, o Cefet Química, e outra de 1910, o Colégio Nilo Peçanha (IFRJ, 2020a), coube ao IFRJ uma importante missão: integrar-se às diretrizes das ações de extensão atualizadas a partir da criação dos IF (BRASIL, 2008), respeitando as características de cada *campus* e os arranjos produtivos, culturais e sociais locais.

Dessa forma, desde que foi criada, a Proex do IFRJ desenvolve, estimula e fomenta ações pautadas nos princípios norteadores da Instituição, objetivando tornar a sociedade mais próxima dos estudantes, dos docentes e dos técnicos administrativos, assim como, em via de mão dupla, incentivar a sociedade a apropriar-se da instituição de ensino que lhe é vizinha. Tal processo de aproximação, conhecimento e reconhecimento fortalece o vínculo entre a população e o Instituto.

Orientando suas atividades nas esferas de gerência, planejamento e execução de ações de extensão, a Proex organizou-se em quatro eixos, os quais serão aprofundados ao longo deste capítulo. São eles: a Assistência Estudantil; as ações de diversidade e inclusão; o gerenciamento dos convênios e programas de estágio; e a extensão propriamente dita.

Atualmente, o IFRJ conta com a Reitoria e 15 *campi*, localizados tanto na Baixada Fluminense (nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, São João de Meriti, Paracambi e Nilópolis) como na Região dos Lagos (em Arraial do Cabo), na Região Sul-Fluminense (em Engenheiro Paulo de Frontin, Pinheiral, Resende e Volta Redonda), nos municípios de Niterói e São Gonçalo, bem como em Realengo e Maracanã (ambos, bairros da Região Metropolitana do Rio de Janeiro).

Nesse cenário, importa destacar a existência de um *campus* que nasceu da íntima relação do IFRJ com a extensão: o *Campus* Avançado Mesquita, criado a partir de um museu de Ciência (o Espaço Ciência InterAtiva, cujas ações são voltadas à divulgação e popularização da Ciência). Atualmente, o espaço de Ciências do IFRJ atende por ano um público de cerca de 8 mil pessoas, seja por meio de visitas às exposições realizadas no Parque da Ciência e no Salão de Exposições do *campus*, locais abertos ao público espontâneo e escolar, seja por meio do Espaço Ciência InterAtiva Itinerante, um programa que leva oficinas, experimentos e atividades de ciências a escolas, praças públicas e eventos públicos. Essa ação já atendeu a todos os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, bem como às regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (PEREIRA *et al.*, 2018).

Como se pode observar, a base do projeto de criação do IFRJ foi alicerçada em uma política de valorização das ciências e tecnologias com vistas à divulgação e popularização dos saberes junto a pessoas que não costumam ter acesso aos aparelhos científico-culturais.

Breve história e as Políticas de Extensão no Instituto Federal do Rio de Janeiro

Com a lei de criação dos Institutos Federais, a então Diretoria de Extensão (Diex) foi transformada em Pró-Reitoria de Extensão (Proex), ficando em 2009 sob sua gerência: a Coordenação-Geral de Formação Inicial e Continuada (CGfic), responsável pelos programas, projetos e cursos de formação inicial e continuada; a Coordenação-Geral de Integração Empresa-Escola (CGIEE), atuando com as empresas e os convênios de estágio; a Coordenação-Geral de Programas e Projetos (CGPP), responsável por estreitar a relação com os *campi* para atuação das coordenações de extensão em eventos, programas e projetos de apoio e subsídio às ações;

e a Coordenação-Geral de Diversidades (Coged), que, juntamente com os Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), trabalha pelas ações de inclusão no Instituto.

Com o passar do tempo, o caráter inclusivo – herança da estrutura proveniente do Cefet Química de Nilópolis (RJ) – tornou-se uma constante na Proex, que consolidou uma promoção cada vez mais frequente de ações de inclusão, valorização das diversidades e apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade; algumas fora do âmbito tradicionalmente classificado como extensão, mas alinhadas ao perfil de gestão desenvolvido na extensão do IFRJ. São exemplos dessas atividades as ações de Assistência Estudantil e as de diversidades, especialmente os Napne, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) e, posteriormente, os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (Nugeds).

Além disso, com a expansão da Rede Federal e a emergência de novos programas, houve também a ampliação de projetos com forte caráter inclusivo, como cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – modalidade Formação Inicial e Continuada (Pronatec–FIC), cursos profissionalizantes para jovens e adultos (Proeja–FIC), cursos visando a certificação de saberes (Certific) e cursos de formação continuada para mulheres em vulnerabilidade social (Mulheres Mil). Tais programas e projetos, todos oriundos de políticas governamentais, foram desenvolvidos pela estreita ligação com as comunidades do entorno, suas demandas e necessidades, promovendo trocas e vivências para um amadurecimento do papel e da relação da extensão na sociedade.

No entanto, a inclusão permaneceu encontrando barreiras dentro e fora da Instituição, seja pela dificuldade de trabalhar com o novo, seja pelo medo do desconhecido. Assim, apesar de documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de 2009, contemplar a inserção de ações inclusivas, houve pouco avanço ao longo dos 10 anos de IFRJ. Tal fato se observa, por exemplo, por meio da criação tardia do Nuged (IFRJ, 2019).

Nesse sentido, verificamos que, se por um lado o IFRJ procura atualizar suas ações em inclusão, por outro, seu olhar atípico para a extensão em instituições federais de ensino já apresenta um caráter inovador. Conforme brevemente relatado na seção anterior, a Proex do IFRJ tem sob sua gerência dois domínios de atuação comumente não considerados extensionistas: a Assistência Estudantil e as Políticas de Diversidade e Inclusão; ambas vêm sendo revistas e ampliadas ao longo desta década.

Criada em 2009, a Coordenação-Geral de Diversidades encontra-se sob a gerência da Diretoria de Diversidades e Ações Afirmativas desde

janeiro de 2019, sendo responsável pelo planejamento, incentivo e acompanhamento das seguintes ações: a) políticas de valorização e inclusão das pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas; b) políticas das culturas afro-brasileiras, indígenas e populares; c) política das relações étnico-raciais; d) políticas das relações de gênero; e) políticas dos grupos em vulnerabilidade social, e f) políticas das ações de apoio ao educando em busca de uma verdadeira inclusão, permanência e êxito.

A política institucional de inclusão e diversidades avançou significativamente com a aprovação do regulamento dos Neabi pelo Conselho Superior (IFRJ, 2018a) e a criação de um grupo de trabalho institucional responsável pela elaboração do regulamento dos Nuleds (IFRJ, 2019).

Dessa forma, o IFRJ busca consolidar os princípios de diversidade, inclusão e acessibilidade mediante a potencialização dos Napne, Neabi e Nuleds, a fim de criar um ambiente inclusivo de qualidade na Instituição e que promova o respeito às diferenças.

Ainda no que diz respeito ao compromisso da Proex do IFRJ com a assistência a grupos em vulnerabilidade social e ações de apoio ao educando, cumpre destacar a política de Assistência Estudantil. Conforme se verifica no *site* institucional (IFRJ, 2020b), que apresenta um breve relato da Assistência Estudantil no IFRJ, a Diretoria da Rede de Assistência Estudantil (Dirae) foi criada em junho de 2014 e, a partir do segundo semestre de 2018, passou à denominação de Diretoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas (DaEAA). No início de 2019, as práticas relacionadas às políticas de inclusão e diversidades passaram a ser de responsabilidade da Diretoria de Diversidade e Ações Afirmativas (Didaa), motivo pelo qual a DaEAA passou a se chamar Diretoria de Assistência Estudantil (Dae).

As ações da Dae no IFRJ estão inseridas no processo de reconhecimento das políticas de enfrentamento das desigualdades educacionais determinadas pela renda, pela cor, pela etnia, pelo espaço territorial de pertencimento e pelas múltiplas formas de deficiência, principalmente a partir do marco legal instituído, qual seja, o Decreto Federal nº 7.234 (BRASIL, 2010). Atualmente, a Dae está concentrando esforços na revisão da Política Interna de Assistência Estudantil e em uma área particularmente negligenciada na história do Instituto: a implantação de bandejeões nos *campi*.

Voltando aos quatro eixos de atuação da Proex do IFRJ, observam-se os dois outros: o gerenciamento de convênios e programas de estágio; e a extensão propriamente dita. Para a gestão deles, criou-se em 2018 a Diretoria de Extensão Comunitária e Tecnológica (Diproext) e a Diretoria Adjunta de Relações com o Arranjo Produtivo e Social (Draps).

Dentre seus diversos desafios, o foco inicial das duas diretorias foi reerguer o Programa de Acompanhamento de Egressos (Pae). Lançado em 2012, mas sem grandes investimentos, o Pae contava com menos de mil ex-alunos respondentes ao seu questionário, caracterizando um percentual pequeno de nosso universo. No entanto, com sua retomada em 2018, atualizaram-se as perguntas e utilizaram-se novas estratégias de divulgação do questionário (por meio de mídias sociais, *e-mails* e até contatos telefônicos). Conseqüentemente, o número de respondentes mais que dobrou em poucos meses.

A realização de eventos promovendo palestras e encontros de ex-alunos, bem como uma agenda programada de lançamento de vídeos com relatos de egressos, fortaleceu o reconhecimento do programa e a identidade dos ex-alunos, apontando resultados excelentes: em dezembro de 2019, cerca de um ano após o relançamento do questionário, o número de respondentes chegou a quase 3 mil.

Outra importante ação para a Draps, além de aprimorar os mecanismos que acompanham os egressos, foi criar o Núcleo de Acompanhamento de Egresso (Nae), que tem como objetivos:

Gerir a Política de Acompanhamento de Egressos do IFRJ, coordenando, supervisionando e executando as atividades que envolvam a comunidade egressa dos Cursos do IFRJ; e acompanhar o itinerário profissional dos egressos inscritos no NAE, construindo banco de dados capaz de identificar cenários no mundo do trabalho e construir indicadores que possam retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão do IFRJ (IFRJ, 2018b).

As ações culturais, também sob gerência da Proex, concretizaram um programa dedicado a elas no final de 2011: o Extensão Cultural, que tem como objetivo específico proporcionar acesso aos bens culturais e maior oportunidade e estímulo às artes para as comunidades interna e externa do IFRJ.

Iniciando em 2012 e com a distribuição de 160 convites para espetáculos da agenda cultural de janeiro, o Extensão Cultural avançou e tornou-se parte da rotina da comunidade. Cerca de dois anos depois, foi criada a Coordenação de Ações Culturais, que, durante os quatro anos de sua existência, aprimorou as metodologias de trabalhar o programa.

Em 2018 e 2019, novos eventos entraram para o *hall* de ofertas a partir da ampliação de parcerias firmadas com a Instituição (como o Ministério da Cultura, a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro,

a Secretaria Municipal de Cultura e produtores culturais no Rio de Janeiro). Como consequência, ao longo dos dois anos, foram oferecidos mais de 900 ingressos em teatros e casas de espetáculo de expressiva relevância no Rio de Janeiro. Atualmente, a comunidade do IFRJ aguarda ansiosamente a divulgação dos eventos culturais e os sorteios dos respectivos ingressos, ação que democratiza o acesso à cultura e produz emoções naqueles que nunca haviam pisado em um teatro.

A aproximação com o Polo Audiovisual Ponto Cine Guadalupe também foi resultado de uma parceria que possibilitou a visita e a participação de alunos e servidores em cinedebates com convidados externos, incluindo atores e diretores renomados. A formação de duas turmas de cursos FIC – uma de Direção Audiovisual e outra de Interpretação para Produções Audiovisuais – gerou novas oportunidades nas áreas de arte e cultura.

As ações esportivas configuram outro ponto de mobilização da comunidade interna do Instituto sob a organização da Proex, tendo seu primeiro grande registro em 2013, com a criação dos Jogos Intercampi. Caracterizado como um conjunto de atividades esportivas e culturais, os jogos ocorrem com intervalos bianuais e objetivam motivar uma convivência harmoniosa e solidária entre os discentes, promovendo integração entre os *campi* e valorização da cultura e do esporte na formação integral do estudante.

Além das ações culturais e esportivas, outros importantes macroprocessos gerenciados pela Proex, por meio da CGPP, são os projetos de extensão realizados pelos servidores e alunos do IFRJ nos *campi*, cujo acompanhamento e estímulo receberam grande incentivo entre 2012 e 2013, quando foram iniciados os programas de fomento a atividades extensionistas (o Pró-Extensão) e de concessão de bolsas de extensão a estudantes regularmente matriculados (o Programa Institucional de Bolsas de Incentivo às Atividades de Extensão – Pibiex).

A criação desses programas foi de extrema importância para a valorização da extensão no IFRJ e para a sua aceitação como uma atividade-fim da educação na Rede Federal, promovendo o entendimento do seu papel na tríade ensino–pesquisa–extensão.

Com a mudança de gestão do IFRJ em 2018, adotou-se uma estratégia inovadora para os programas e projetos de extensão, a fim de vislumbrar a melhor forma de manter ou ampliar o fomento e o apoio a eles. Essa nova perspectiva foi um grande desafio para a Proex, uma vez que, com a crise econômica e as reduções orçamentárias sofridas nos últimos anos, a rubrica destinada à extensão parecia insuficiente para fomentar toda a demanda criada ao longo dos anos. No entanto, os resultados superaram

as expectativas: depois de uma ação de organização conjunta com a Proex e os *campi* do IFRJ para mobilizar e fomentar projetos e bolsas estudantis, evidenciou-se o aumento de 71% em eventos e projetos fomentados e de 148% em bolsas para estudantes vinculados a projetos de extensão no IFRJ.

Em 2019, após a valorização das atividades de extensão, a demanda por fomento aumentou, esbarrando, contudo, em uma situação de escassez e bloqueio de recursos, o que significou atraso no apoio à realização de muitos projetos. Entretanto, com a mudança de cenário no final do ano, houve um recorde de atendimentos: 102 projetos apoiados diretamente; 7 eventos vinculados aos Neabis; 86 bolsas voltadas a estudantes vinculados a projetos de extensão; e 16 bolsas direcionadas a estudantes vinculados a projetos do Napne, Neabi ou Nuged.

Considerações Finais

Diante da necessidade de sobrevivência e fortalecimento da ciência, educação e cultura no cenário brasileiro, a *práxis* extensionista deve ser cada vez mais estimulada entre servidores e alunos da Instituição.

Ao abraçar as ações afirmativas, criar núcleos e ampliar programas, a Proex se fortaleceu, proporcionando uma maior aproximação e diálogo com a sociedade.

É essencial reconhecer internamente a extensão como uma atividade-fim da educação na Rede Federal (por meio de sua valorização e do apoio, a partir de programas como o Pró-Extensão e o Pibiex), assim como entender seu papel na tríade ensino–pesquisa–extensão. Até então, o olhar para práticas extensionistas era comparado àquele direcionado às ações voluntárias e, algumas vezes, até desempenhadas por prazer próprio e determinação pessoal, sem o real destaque da sua importância na formação do educando e na transformação da sociedade.

Dessa maneira, as diferentes ações foram condicionantes para fomentar nos servidores o comprometimento com a extensão, sendo ainda essenciais para o processo de consolidação da extensão no âmbito do IFRJ.

Ainda há desafios pela frente, como a curricularização da extensão, seguindo premissas legais e necessárias à transformação do indivíduo e do meio ao seu redor. No entanto, o seu reconhecimento e a sua valorização parecem ser o caminho mais eficaz de se mudar a Instituição e a sociedade, consolidando essa relação com o respeito mútuo e a construção participativa e dialógica.

Referências

ANJOS, M. B.; SOBRAL, F. O papel da extensão e sua contribuição na produção do ensino e da pesquisa: pensando o IFRJ. *In*: PEREIRA, M. V.; RÔÇAS, G. (org.). **As nuances e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: lugares a ocupar. 1. ed. João Pessoa: Editora IFPB, 2018. v. 2, p. 89-124.

BRASIL. Decreto Federal nº 7.234, de 19 de julho 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 04, de 06 de janeiro de 2009. Estabelece a relação dos *campi* que passaram a compor cada um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional/portaria-n-04-de-12-de-janeiro-de-2009>. Acesso em: fev. 2020.

IFRJ. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: https://migra.ifrj.edu.br/webfm_send/492. Acesso em: jan. 2020.

IFRJ. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Portal do IFRJ**: Apresentação da Diretoria de Assistência Estudantil. [2020a]. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/proex/diretoria-assistencia-estudantil>. Acesso em: jan. 2020.

IFRJ. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Portal do IFRJ**: Histórico. [2020b]. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/instituicao/historico>. Acesso em: jan. 2020.

IFRJ. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Resolução nº 24, de 02 de outubro de 2018**. Aprova o regulamento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: IFRJ, 2018a. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Reitoria/resolucao_no_24-2018_-_aprova_o_regulamento_neabi.pdf. Acesso em: jan. 2020.

IFRJ. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Resolução nº 42, de 19 de dezembro de 2018**. Aprova a criação do Núcleo de Acompanhamento de Egressos (NAE). Rio de Janeiro: IFRJ, 2018b. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Reitoria/resolucao_no_42-2018_aprova_o_regulamento_do_nucleo_de_acompanhamento_dos_egressos_nae.pdf. Acesso em: jan. 2020.

I IFRJ. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Resolução nº 54, de 16 de outubro de 2019**. Aprova o regulamento dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (Nugeds) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: IFRJ, 2019. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2019/arquivo_completo_-_resolucao_no_54-_aprovar_o_regulamento_dos_nucleos_de_genero_e_diversidade_sexual.pdf. Acesso em: jan. 2020.

PEREIRA, G. R. *et al.* Espaço Ciência InterAtiva: o papel social de um centro de ciências na Baixada Fluminense. In: PEREIRA, M. V.; RÔÇAS, G. (org.). **As nuances e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: lugares a ocupar**. 1. ed. João Pessoa: Editora IFPB, 2018. v. 2, p. 232-268.



TECENDO OS CAMINHOS DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ

Fabrcio Medeiros Alho⁸⁸, Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro⁸⁹

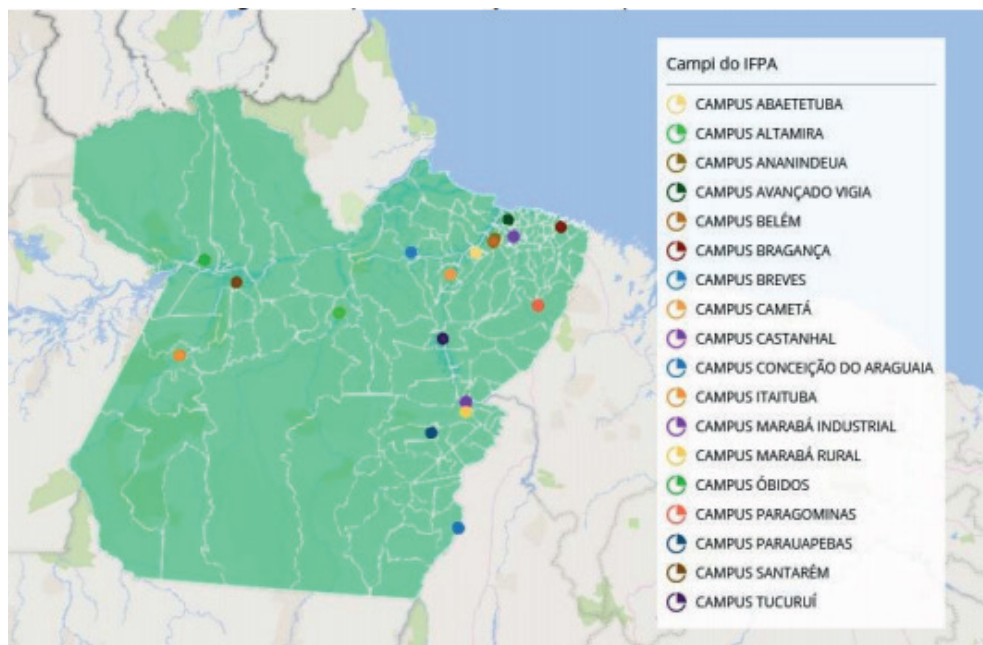
O Instituto Federal do Pará

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará – IFPA é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a sua prática pedagógica.

O IFPA possui, aproximadamente, 22.000 (vinte e dois mil) alunos matriculados em cursos de nível médio, graduação e pós-graduação, distribuídos em 18 (dezoito) *campi*, localizados nas 12 (doze) regiões de integração do Estado do Pará, conforme figura 1.

⁸⁸ Pró-reitor de Extensão do IFPA

⁸⁹ Diretora de Extensão e Relações Interinstitucionais do IFPA

Figura 1 - Mapa de Localização dos *Campi* do IFPA

Fonte: IFPA. Prodin (2019)

Dentre as principais finalidades do IFPA, destaca-se a de ofertar educação profissional e tecnológica, pública, gratuita e de qualidade, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, para a promoção do bem público e para a melhoria da qualidade de vida, particularmente do povo amazônida.

Outra finalidade de grande importância social é o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, além da extensão à sociedade de serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

A Extensão no IFPA

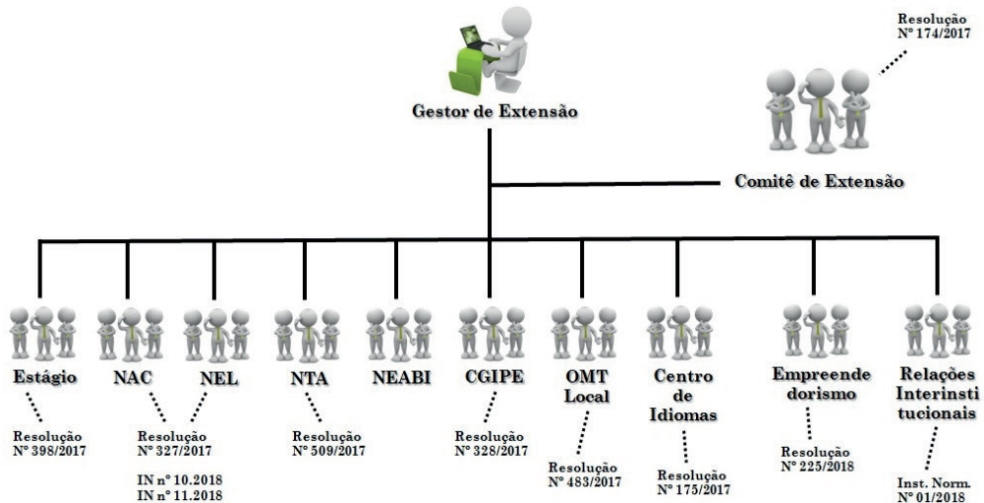
Para o IFPA, a Extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, e viabiliza a

busca pela formação integral do discente, além da relação transformadora entre o Instituto e a sociedade.

Com base nas políticas extensionistas aprovadas pelo Conselho Superior do IFPA, a partir do ano de 2017, as diversas diretrizes da extensão começaram a ser implantadas nas unidades acadêmicas do Instituto, possibilitando um aumento de ações que visam o fortalecimento do processo formativo do discente, assim como a relação dialógica com a sociedade.

As diretrizes da extensão supracitadas estão representadas por meio de unidades extensionistas implantadas nos *campi* do IFPA, conforme apresentado na figura 2.

Figura 2 - Unidades Extensionistas nos Campi do IFPA



Fonte: IFPA. Proex (2020)

Nesse contexto, a PROEX iniciou um processo de institucionalização das políticas extensionistas, por meio de visitas aos *campi*, incluindo outras ações de gestão, com o objetivo de consolidar as referidas unidades extensionistas em cada unidade acadêmica do IFPA, sendo tais políticas apresentadas a seguir:

- **Setor de Estágio**: A demanda do estágio, no contexto da Extensão, refere-se ao estabelecimento de parcerias visando o fomento às vagas para alunos do IFPA, incluindo a atuação de agentes de integração;
- **Núcleo de Arte e Cultura (Nac)**: O Nac dos *campi* tem como propósito fomentar a formação, a difusão e a articulação da produção artístico-cultural do IFPA, assessorando a gestão da

política cultural institucional, zelando pela defesa e contribuindo para a memória e a preservação de seu patrimônio cultural, tanto do Instituto quanto de diversas culturas;

- **Núcleo de Esporte e Lazer (Nel):** O Nel dos *campi* trata-se de unidade extensionista que se destina a promover ações, projetos e programas voltados à área de esporte e lazer, a fim de atender a comunidade interna e externa do IFPA;
- **Núcleo de Tecnologia Assistiva (NTA):** O NTA de cada *campus* visa estudar as necessidades educacionais e recursos de acessibilidade indispensáveis aos acadêmicos, executar projetos que envolvam o desenvolvimento de tecnologias assistivas, além de promover ações que difundam as tecnologias desenvolvidas pelo núcleo, nos diversos *campi* e sociedade, reduzindo as desigualdades sociais, a discriminação de pessoas e facilitando o convívio com a diferença e a diversidade;
- **Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi):** O referido núcleo tem como missão fortalecer a comunidade negra e indígena da Instituição, de modo que se façam protagonistas de suas próprias histórias em todos os espaços educacionais do Instituto, contribuindo, dessa forma, para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações, ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e/ou indígenas no Brasil, no Pará e, em particular, no IFPA;
- **Comitê Gestor Interno de Acompanhamento de Egressos (CGIPE):** Por meio do ProEgressos (Programa de Atendimento aos Egressos), o CGIPE de cada *campus* visa fomentar, orientar e disciplinar o processo de aproximação entre os *campi* e seus egressos, por meio do planejamento e da execução de ações de extensão, de forma articulada com o ensino e a pesquisa, podendo ser de cunho educativo, técnico, científico, tecnológico, esportivo ou artístico-cultural;
- **Observatório do Mundo do Trabalho (OMT):** A Rede Observatório do Mundo do Trabalho (Rede OMT) do IFPA é o locus do desenvolvimento de estudos, pesquisa, orientação e integração das ações extensionistas institucionais pautadas na trilogia de Ensino, Extensão e Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho e sua articulação com a Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPTT). A Rede OMT torna-se de fundamental importância para

a discussão, compreensão e intervenção da complexa realidade educacional, social, econômica, histórica e política na qual se insere a formação profissional ofertada pelo IFPA;

- **Centro de Idiomas:** O Centro de Idiomas tem como missão principal promover aos discentes, servidores, pesquisadores, técnicos administrativos e comunidade externa a oportunidade de adquirir conhecimentos em Língua Portuguesa, línguas estrangeiras e Língua Brasileira de Sinais – Libras, como línguas adicionais, e participar de atividades culturais, científicas, técnicas e pedagógicas inerentes à internacionalização e à capacitação profissional, integrando ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, objetivando a preparação de recursos humanos para estarem aptos a se comunicar com fluência na língua alvo desejada para cada situação e demanda;
- **Empresas Juniores:** A empresa júnior no IFPA visa estimular a criação de um ambiente de formação acadêmica ética, social e ambientalmente responsável, sem fins lucrativos, proporcionando ao discente vivenciar diversas experiências no mundo de trabalho em caráter de formação para o exercício da futura profissão e aguçando-lhes o espírito crítico, analítico e empreendedor. Incubadoras e *startups* também serão motivadas, por meio de políticas internas, no IFPA;
- **Relações Interinstitucionais:** O objetivo das parcerias interinstitucionais é o desenvolvimento de atividades colaborativas entre o IFPA e instituições ou organizações, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, com o intuito de expandir as relações acadêmicas e estimular a troca de conhecimentos, dentro de critérios de reciprocidade.
- Por meio das unidades extensionistas supramencionadas, através de editais institucionais ou via demandas de fluxo contínuo, mais de 300 projetos de Extensão são executados no IFPA, com o envolvimento de servidores, discentes, egressos e da sociedade, com a possibilidade de gerar inovação social e/ou tecnológica.

Proextensão

O Programa Institucional de Auxílio às Atividades de Extensão (Proextensão), sob a gestão da Pró-reitoria de Extensão (Proex),

destina-se a apoiar o desenvolvimento de atividades que fortaleçam o processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que articule o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, garantindo a formação integral do indivíduo e viabilizando a relação transformadora entre a Instituição e a sociedade.

O referido programa possibilita, por meio de um edital anual, o fomento de auxílio financeiro para 36 (trinta e seis) projetos de extensão no IFPA, além de bolsas aos discentes vinculados aos referidos projetos.

Podem ser submetidos trabalhos que contemplem os eixos temáticos: I – Inclusão social, II – Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural e III – Emprego e Renda, desde que estejam ligadas às 8 (oito) áreas temáticas de extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e produção e Trabalho. Com base no Edital nº 01/2019 – PROEX/IFPA, destacamos, na figura 3, alguns dos projetos executados.

Figura 3 - Projetos Executados por meio do Proextensão



Fonte: IFPA. Proex (2020)

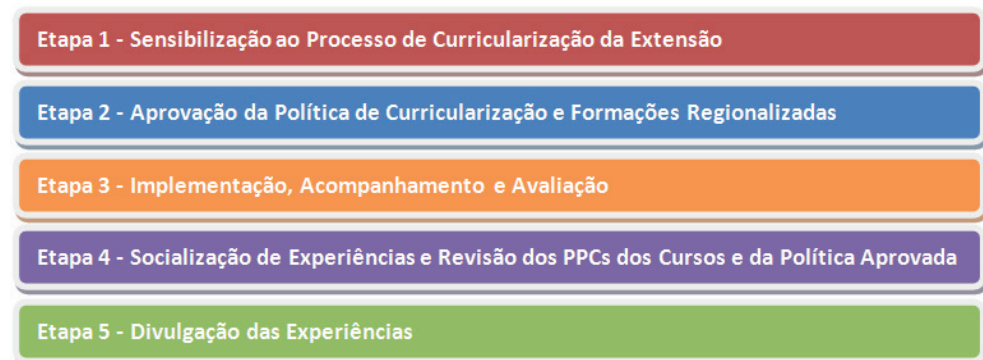
Curricularização da Extensão no IFPA

Um avanço importante para o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão foi a elaboração da Política de Curricularização da Extensão do IFPA, em atendimento à determinação do PNE de que pelo menos 10% dos créditos curriculares nos cursos de graduação sejam compostos por programas e projetos de extensão. A política foi construída por meio de comissão mista de três Pró-Reitorias (Proen, Proex e PROPPG), após intenso trabalho de debate junto aos *campi*, desde 2016, sendo aprovada por meio da Resolução nº 397/2017- CONSUP/IFPA. As três pró-reitorias publicaram, ainda, a Instrução Normativa nº 01/2017/PROEN/PROEX/PROPPG, com orientações sobre os fluxos de submissão, aprovação,

homologação, validação e registro dos projetos de extensão no âmbito da Política de Curricularização do IFPA, objetivando dar maior clareza aos *campi* sobre esses fluxos e padronizar instrumentos de acompanhamento.

Com base no plano de ação instituído para implantação da Curricularização da Extensão no IFPA, demonstrado na figura 4, as normativas aludidas serão revisadas em 2020, assim como será concluída a atualização de todos os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação do IFPA.

Figura 4 - Plano de Ação para Implantação da Curricularização da Extensão no IFPA



Fonte: IFPA. Proex (2020)

Considerações Finais

Sob a perspectiva do pilar da Extensão no IFPA, o legado percebido nos primeiros 10 anos da Rede Federal apresenta avanços significativos, que vão das políticas institucionalizadas à gestão automatizada dos processos, e de uma base de dados centralizada à padronização de fluxos e modelos documentais, ao fomento de projetos de extensão, à internacionalização, ao observatório do mundo do trabalho, ao acompanhamento de egressos, ao empreendedorismo, entre outros avanços necessários que possibilitam evidenciar o valor do processo extensionista vinculado ao desenvolvimento regional.

Referências

IFPA. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – 2019 a 2023**. Disponível

em: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/pdi-2019-2022/4759-pdi-2019-2023/file>. Acesso em: 24 jan. 2020.

IFPA. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – 2018**. Disponível em: <https://prodin.ifpa.edu.br/relatorios>. Acesso em: 29 jan. 2020.



A EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO: NAS TRILHAS DOS SABERES

*Rafael Oliva Trocoli⁹⁰, Aécio José Araújo Passos Duarte⁹¹,
Calila Teixeira Santos⁹², Maira Oliveira Dourado Silva⁹³*

Um breve histórico

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano – foi criado a partir da proposta de reestruturação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica por meio da lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Originou-se com a integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim. Posteriormente, foram incorporados os *campi* de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença, provenientes das antigas Escola Média de Agropecuária Regional (Emarcs) da Comissão Executiva do Plantio da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

O IF Baiano consolida-se como Instituição multicampi no estado e garante a interiorização da educação profissional, sobretudo pela sua inserção em diversos territórios de identidade. Atualmente, o Instituto possui uma estrutura de 14 *campi* e uma Reitoria, perfazendo um total de cerca de 19.889 alunos e mais de 1.650 servidores. São ofertados cursos nos seguintes níveis formativos: a) Médio Integrado; b) Subsequente; c) Formação Inicial e Continuada; d) Graduação; e) Pós- Graduação. Independentemente da modalidade de oferta do curso, a extensão assume relevância indispensável no que se refere à formação acadêmica e cidadã dos seus discentes e da sociedade como um todo.

⁹⁰ Pró-reitor de Extensão do Instituto Federal Baiano

⁹¹ Reitor do Instituto Federal Baiano

⁹² Coordenadora Geral de Programas e Projetos (CGPPE) PROEX/IFBaiano

⁹³ Pedagoga, servidora da PROEX/IFBaiano

A missão do Instituto Federal Baiano dialoga inteiramente com a oferta de educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades. Em adição, o instituto visa preparar pessoas para o pleno exercício da cidadania, bem como contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país, por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão. A Extensão, em conformidade com a missão institucional, insere-se nesse contexto, no sentido de consolidar e fortalecer os arranjos produtivos sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação deste Instituto, abrangendo as microrregiões onde os seus *campi* estão localizados (Figura 1).

Figura 1 - Localização dos campi do Instituto Federal Baiano na Bahia



Fonte: IF Baiano. Ascom

O artigo 2º da Resolução 46, que regulamenta as atividades de Extensão no IF Baiano, nos mostra que:

O conceito de Extensão, compreendido no âmbito do IF Baiano, vislumbra a necessidade de ação relacional e de diálogo com a sociedade, enfatizando demandas sociais, compactuando com um modelo inclusivo, para o qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, de modo que todos os cidadãos possam compartilhar do desenvolvimento científico e tecnológico, para cumprimento de seu papel social. (IFBAIANO, 2019).

O artigo 9º discorre sobre os objetivos da Política de Extensão no IF Baiano:

- I. Reafirmar a extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- II. Priorizar as práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos livres de contaminantes, geração de emprego e ampliação de renda;
- III. Estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da instituição e da sociedade;
- IV. Enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a formação inicial e continuada;
- V. Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
- VI. Inserir a educação do campo e desenvolvimento sustentável como componentes das atividades extensionistas;
- VII. Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e o fortalecimento das relações internacionais;
- VIII. Construir instrumentos para a avaliação institucional das atividades de extensão como um dos parâmetros de avaliação do próprio Instituto;
- IX. Criar as condições para a participação da Instituição na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem

como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;

- X. Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país;
- XI. Difundir as tecnologias sociais no âmbito das comunidades urbanas e rurais (IFBAIANO, 2019).

Quando se trata da operacionalização da extensão em âmbito institucional, o artigo 10 da mesma Resolução compreende que

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) planeja, fomenta, coordena e acompanha a execução de programas, projetos e outras ações (intra-inter) institucionais, a exemplo de divulgação técnico-científica e cultural de eventos científicos, artístico, culturais, sociais e desportivos (IFBAIANO, 2019).

A Pró-Reitoria de Extensão do IF Baiano possui a seguinte estrutura organizacional: Pró-Reitor, responsável por definir e acompanhar as políticas de extensão na instituição, assessorado por suas coordenações: **Coordenação Geral de Programas e Projetos de Extensão (CGPPE)**, **Coordenação Geral de Difusão Técnico-Científica Cultural (CGDTC)** e **Coordenação Geral de Qualificação Profissional (CGQP)** e pelo Apoio Operacional. As Coordenações de Extensão são instâncias que implementam e acompanham os programas, projetos, eventos e cursos, auxiliando e representando a Pró-Reitoria de Extensão nos *campi*.

A Política de Extensão no IF Baiano

A política de extensão no IF Baiano é desenvolvida por meio de ações nas seguintes modalidades: Programas; Projetos; Cursos de Extensão; Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC); Eventos (culturais, sociais, científicos e tecnológicos); visitas técnicas; oportunidade de estágio; relações institucionais e acompanhamento de egressos.

Os investimentos destinados às ações de extensão no IF Baiano são provenientes da matriz do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), a qual, por sua vez, origina-se do Ministério da Educação (Mec). Além disso, também são destinados para as ações extensionistas recursos próprios

do orçamento do IF Baiano, que são distribuídos entre os *campi* após descentralização orçamentária solicitada pela Proex.

Os programas de extensão são desenvolvidos após submissão aos editais, amplamente divulgados nos canais oficiais do Instituto, os quais potencializam a interação dialógica e transformadora entre o IF Baiano e a sociedade, levando em consideração o potencial de cada territorialidade.

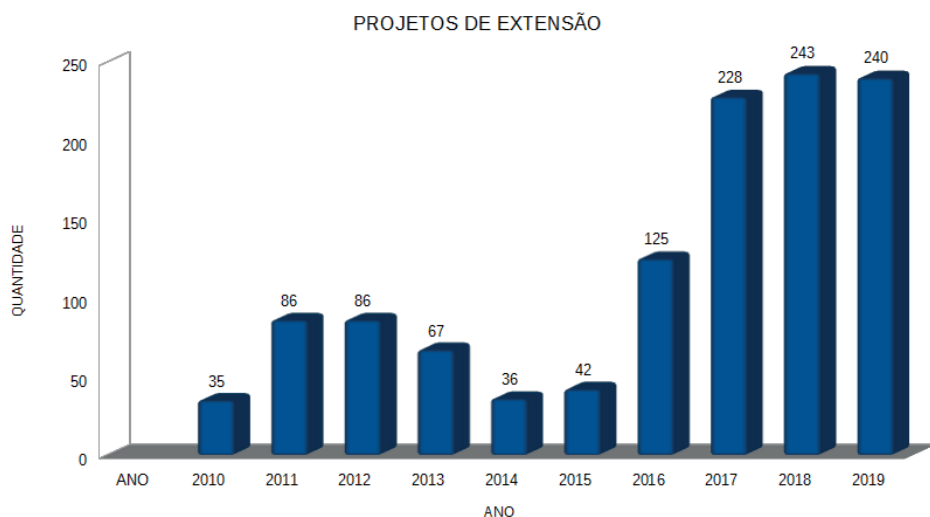
A partir de 2019, os dados passaram a ser gerenciados, exclusivamente, por meio do Sistema Unificado da Administração Pública (Suap), que é uma plataforma institucional adotada pelo IF Baiano para registro, monitoramento e certificação de ações, programas/projetos de extensão, desde a divulgação dos Editais até a finalização do processo, o que padroniza as informações e facilita a obtenção de relatórios necessários para o acompanhamento dos processos.

Desde o início das atividades do Instituto Federal Baiano, a quantidade de projetos de extensão vem aumentando gradativamente em virtude da política de expansão do instituto, que passou a atuar em 14 *campi* em 2019. Em adição, a partir de 2018, foi iniciado um processo de divulgação, envolvimento e acolhimento dos servidores e estudantes com vistas a fomentar o desenvolvimento de ações extensionistas, com foco, sobretudo, na demanda local e regional, o que possibilitou acréscimos e melhorias qualitativas dessas atividades, além de maior sentimento de pertencimento.

Neste mesmo ano, a presença consolidada da Reitoria nos *campi* passou a proporcionar maior proximidade e desenvolvimento conjunto de inúmeras ações, as quais abrangem setores diretamente relacionados à Pró-Reitoria de Extensão, sendo as principais citadas a seguir: 1) cursos de capacitação profissional de servidores; 2) reuniões de núcleos setoriais; 3) melhorias na infraestrutura de setores de campo, laboratórios, auditórios, ambientes desportivos, entre outros; 4) apoio logístico e operacional das principais atividades acadêmicas discentes, como Jogos Estudantis, Festival de Arte e Música, além de Encontros Estudantis; 5) Planejamento participativo e permanente diálogo com a comunidade interna no IF Baiano; e outras ações.

Desse modo, o apoio e fomento às ações de extensão, por meio da atuação conjunta dos *campi*, Pró-Reitoria de Extensão e Reitoria, constitui fator determinante e indispensável para a elevação quantitativa e qualitativa das atividades extensionistas desenvolvidas no âmbito do IF Baiano, principalmente em um cenário de reduções orçamentárias acentuadas nos últimos dois anos (Figura 2).

Figura 2 - Evolução do número de Projetos de Extensão (2010-2019)



Fonte: IFBaiano. Relatórios de Gestão. Suap

Ressalta-se, ainda, a implantação da Curricularização da Extensão no IF Baiano, atividade iniciada no segundo semestre de 2019, em conformidade com a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que consiste na inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos de Graduação como parte obrigatória da formação humana de todos os discentes, sob a perspectiva de uma transformação social por meio de programas e projetos orientados por docentes e com possível colaboração de técnicos administrativos em educação do IF Baiano, junto à comunidade externa ao *campus*, nas regiões onde eles atuam.

Destacamos as ações de extensão desenvolvidas no âmbito institucional do referido instituto:

a) Programa Institucional de bolsas de Iniciação em Extensão – Pibiex

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão (Pibiex) tem o objetivo de promover o envolvimento de estudantes e servidores em atividades de extensão que favoreçam a integração do IF Baiano com a sociedade através da busca da valorização da realidade local e regional com a produção de conhecimento contextualizado. Na sua modalidade júnior, o programa seleciona os estudantes do ensino médio integrado e/ou subsequente; na modalidade superior, o programa seleciona

os estudantes dos cursos superiores. Os projetos são selecionados via edital interno de seleção e, atualmente, são desenvolvidos nos 14 *campi* do Instituto Federal Baiano, com a finalidade de promover o desenvolvimento de produtos e tecnologias sociais de acordo com a realidade local, contemplando a missão do IF Baiano, além de constituir um primoroso e essencial elemento formativo para os estudantes.

Entre 2018 e 2020, cerca de 800 pessoas estão sendo atendidas pelo programa e outras 580 ainda serão assistidas por essas ações extensionistas desenvolvidas nas suas comunidades. Atividades com foco na inovação tecnológica e social, sobretudo voltadas para comunidades/escolas do campo, são destaque. As inovações abordam os seguintes temas: a) água na escola; b) estratégias de convivência com a seca; c) esporte como ferramenta de combate à ociosidade juvenil; d) arte, música e cultura popular como elemento formativo; e) uso racional dos recursos naturais com vistas à sustentabilidade das escolas/comunidades; f) educação ambiental; g) acessibilidade e inclusão nos ambientes escolares; dentre outros.

b) Programa Pró-Extensão

O Programa de Fomento às Ações de Extensão do IF Baiano (Pró-Extensão) tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de ações de Extensão que apresentam inter-relação com o ensino e a pesquisa, envolvendo a participação de servidores e discentes do IF Baiano, em atuação direta com a comunidade local e/ou regional. Os projetos de extensão são selecionados por meio de edital interno e são apoiados pela Proex e desenvolvidos nos 14 *campi*. A finalidade primordial das ações do programa é dirimir os aspectos limitantes à promoção da sustentabilidade das escolas e comunidades envolvidas, bem como buscar e desenvolver produtos e tecnologias sociais aderidas às demandas locais e regionais. Durante o desenvolvimento das atividades, os estudantes e membros das comunidades atuam como agentes multiplicadores, difundindo os conhecimentos e promovendo ampliação dos resultados.

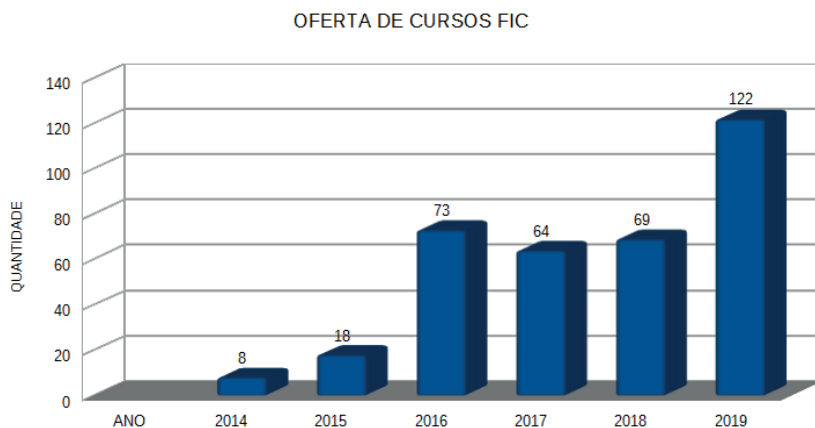
c) Programa Margaridas

O Programa Margaridas teve início em 2015 com a proposta de promover ações para qualificação profissional de mulheres, visando a

redução das desigualdades sociais e econômicas, o empoderamento feminino, a inclusão socioprofissional, o respeito à igualdade de gênero e ao combate à violência contra a mulher. Neste sentido, as diretrizes para elaboração do Projeto Margaridas do IF Baiano estão fundamentadas no atendimento às políticas nacionais, institucionais e movimentos sociais, com foco na igualdade de gênero e na promoção da autonomia da mulher, como: a) Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM); b) A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340); c) A Marcha das Margaridas, ação estratégica de mobilização das mulheres rurais do Brasil realizada desde 2000 que busca a efetivação de políticas públicas para as mulheres rurais; d) A Política de Inclusão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para grupos em desvantagem social. Institucionalmente, o Projeto Margaridas representa uma vertente na gama de iniciativas do IF Baiano voltadas ao implemento da Política de Diversidade e Ações Afirmativas. Estima-se que cerca de 480 mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica já foram atendidas pelo programa.

d) Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC

Os cursos FIC visam ensinar uma profissão para quem precisa entrar no mercado de trabalho e aperfeiçoar os conhecimentos dos profissionais que já trabalham. São cursos gratuitos que têm como público-alvo trabalhadores(as) com todos os níveis de escolaridade. O catálogo de oferta de cursos foi disponibilizado a partir de 2014 no IF Baiano. Em 2019, foram ministrados 122 cursos com pelo menos 3.784 inscritos, de acordo com os dados do Sistec (sistema de registro, divulgação de dados e de validação de diplomas de cursos de nível médio da educação profissional e tecnológica). Percebe-se que a oferta vem aumentando gradativamente ao longo dos anos contemplando os fundamentos teóricos e metodológicos da extensão (Figura 3).

Figura 3 - Evolução na oferta de cursos FIC (2014-2019)

Fonte: IFBaiano. Relatórios de Gestão

e) Festival de Arte e Música – FAMIF Baiano

O Festival tem como objetivo fortalecer as bases socioculturais e artísticas, os saberes populares das identidades regionais e contemplar as diversidades existentes nos territórios nos quais estão instalados os 14 *campi* e Reitoria. Participam, tanto das apresentações quanto da organização do Festival, discentes, servidores(as), colaboradores(as) terceirizados(as) e estagiários(as) do IF Baiano, estudantes e docentes das escolas próximas aos *campi*, grupos artísticos da comunidade e artistas/docentes especializados em diversas áreas que compõem o júri nas fases eliminatórias do Festival. O FAMIF Baiano compreende que as linguagens das manifestações artísticas, além de constituírem componentes curriculares, são formas de promover o lúdico, aproximar e compartilhar conhecimentos, viabilizando apresentações ao público interno e externo à instituição, apresentações essas que poderão ser individuais ou em grupo, em sete formatos: a) Interpretação musical autoral; b) Interpretação musical não autoral; c) Música Instrumental; d) Declamação de poema/poesia autoral; e) Teatro, *Stand up comedy* e Arte Circense; f) Dança; g) Artes Visuais.

f) Seminário de Extensão, Inovação e Cultura – Seic

O Seic insere-se como o momento de culminância e apresentação dos resultados obtidos, bem como da difusão de experiências exitosas,

a partir das ações extensionistas desenvolvidas nos 14 *campi*. Através da realização do presente evento, busca-se estimular a participação de estudantes em ações extensionistas, ampliando seu olhar para as demandas da sociedade e inter-relacionando o saber acadêmico e o popular para a solução dessas demandas. A abordagem central, independentemente do tema proposto, sempre buscou fornecer suporte aos discentes e gestores para a geração de alternativas que visam políticas educacionais adequadas de manutenção e melhoria das escolas/comunidades. Além do Seic, aproximadamente 18 eventos científicos e/ou culturais dessa natureza foram realizados no IF Baiano no período de 2018 a 2019.

g) Programa Ciência Itinerante

O Programa Ciência Itinerante tem como objetivo incentivar, apoiar e promover iniciativas de diversos temas do conhecimento científico e conta com a participação de estudantes do ensino médio e técnico em atividades que propiciam a difusão e a popularização da ciência e da tecnologia.

Contribui com a melhoria na qualidade do ensino de ciências e a complementação dessa formação básica nas escolas. O projeto se materializa por meio de apresentações de experiências, demonstrações, painéis interpretativos e exposições implantadas em escolas públicas, feiras de ciências, exposições, praças e museus, caracterizando uma atividade essencialmente extensionista. Dessa forma, contribui com o processo de integração entre o IF Baiano e as comunidades locais e regionais.

Considerações Finais

Ao longo desse capítulo, foi apresentada resumidamente a política de extensão do Instituto Federal Baiano, a qual, por meio de regulamentos e orientações expressas em editais e documentos alinhados à Política Nacional de Extensão, tem buscado fomentar e apoiar as ações dos seus diversos *campi*, no sentido de contemplar as diretrizes delineadas na lei de criação dos Institutos Federais. Desse modo, a inclusão da extensão como prática associada ao ensino e à pesquisa tem sido uma busca constante refletida nas ações, programas e projetos implementados em atenção às demandas locais e regionais.

A continuidade dos projetos e programas de extensão, dos cursos e eventos, bem como a implantação da Curricularização da Extensão e a divulgação de resultados exitosos através da Revista Trilhas, são exemplos de ações que fomentam a necessidade de manter e ampliar o fazer extensionista. Contudo, almeja-se que as ações de extensão, em consonância com os anseios da comunidade externa e com a participação efetiva de servidores e estudantes, continuem possibilitando a formação de profissionais cidadãos para além das competências adquiridas na instituição, promovendo sempre um espaço democrático de formação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2014-2024 Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 04 out. 2019.

IFBaiano. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Resolução nº 41/2019 CONSUP**. IFBaiano, 2019. Aprova a Revisão do Regimento Geral do IF Baiano. Salvador, BA: IFBaiano, 2019. Disponível em: <http://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2019/06/geral.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.

IFBaiano. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Resolução nº 46/2019 CONSUP**. Aprova o regulamento das atividades de extensão. Salvador, BA: IFBaiano, 2019. Disponível em: http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/urucuca/files/2019/08/Resolucao-46_2019_regulamento-da-Extensao_IF-Baiano.pdf. Acesso em: 3 fev. 2019.



EXTENSÃO DO IFPE: ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

*Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão⁹⁴, Alaíde Maria Bezerra Cavalcanti⁹⁵,
Carlos Henrique Valério Praeiro⁹⁶, Eloá Regina Marques Fernandes⁹⁷,
Marcelo Wanderley Dantas⁹⁸*

Introdução

Materializar o conhecimento e colocá-lo à disposição na vida das pessoas é, sobretudo, vivenciar uma prática extensionista humanizada. A Pró-Reitoria de Extensão (Proext) tem incentivado a produção e sistematização dos conhecimentos construídos por meio dos projetos e/ou programas, considerando que o registro dessas atividades vem construindo a história viva dos trabalhos realizados pelo IFPE junto às comunidades, de forma que cada ação vem gerando impactos e transformando vidas.

A construção do conhecimento em áreas diversas demonstra a amplitude das práticas no âmbito da extensão e sua diversidade na edificação dos diversos saberes, envolvendo sujeitos e práticas que transformam e são transformados por meio das necessidades e anseios da própria comunidade.

O IFPE vem realizando um trabalho extremamente significativo por meio da produção extensionista, articulando profundamente o saber que emerge do senso comum com outras formas de saberes, bem como “construindo pontes e quebrando muros” na relação escola-comunidade.

⁹⁴ Pró-Reitora de Extensão do IFPE

⁹⁵ Coordenadora de Políticas Inclusivas do IFPE

⁹⁶ Assessor, Proext/IFPE

⁹⁷ Secretária Executiva, Proext/IFPE

⁹⁸ Coordenador de Extensão, Proext/IFPE

Para início de diálogo

Discorrer sobre a história e a memória da extensão no IFPE é, especialmente, expressar o quanto essas ações vêm oportunizando, ao longo dos tempos, a qualificação dos nossos estudantes bolsistas, voluntários e colaboradores, assim como o impacto dessas ações na qualidade de vida das diversas comunidades que delas participam, transitando de fatos e dados à “memória viva”, associada à própria materialização na vida das pessoas.

A partir da nova institucionalidade assumida, à época, pelos Cefet, Uned e Escolas Agrotécnicas, após a Lei de criação dos Institutos Federais – Lei nº 11.892 de 29/12/2008, ampliou-se um leque de oportunidades no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação, por meio da constituição do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX no IFPE, em 2009, que viabilizou a oferta de bolsas para cursos técnicos e de graduação.

O IFPE pauta sua ação no Plano Nacional de Extensão Universitária (PNE), aprovado em 1999 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, que se configura como o principal documento sobre a Extensão Universitária Brasileira, assim como, também, na própria Política de Extensão do IFPE. Essas diretrizes sinalizam a extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável que viabiliza a transformação da sociedade, apontando também para a criação de políticas institucionais de extensão que respeitam as particularidades locais e características regionais, mostrando a necessidade de preservar a relação inequívoca e responsável com a sociedade em geral e com a comunidade do entorno, em particular, direcionando-as para um maior compromisso com a construção da cidadania.

Sobre a Pró-Reitoria de Extensão (Proext)

A Pró-Reitoria de Extensão (Proext) é o órgão da Reitoria responsável por planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de extensão em consonância com as diretrizes das políticas da Setec/Mec. Nesse sentido, as atividades de extensão desenvolvidas no Instituto têm como premissa a formação do profissional cidadão, sendo, para isso, imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, seja para se identificar culturalmente, ou ainda para referenciar sua formação, tendo em vista os problemas que, no dia a dia, terá de enfrentar. A Proext - IFPE está estruturada conforme a Figura 1.

Figura 1 - Organograma da Proext - IFPE

Fonte: IFPE. Proext

Evolução do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibiex)

A partir da institucionalização do Pibiex, em 2010, contemplamos 54 bolsistas, mantidos com orçamento próprio na execução. As ações são apoiadas pela Proext, que se empenha para a articulação da Instituição, no

sentido de propiciar condições aos docentes e discentes na execução de seus respectivos projetos. Ainda em 2010, o IFPE firmou convênio com a Petrobrás no valor de R\$ 15.966.438,00. Dentre os projetos de extensão do IFPE, destaca-se, no âmbito da inclusão social, o Mulheres Mil.

Ao longo da história, percebe-se um aumento do número de extensionistas, bolsistas, voluntários, além dos projetos e programas, como também do valor financeiro investido nas ações extensionistas junto às comunidades, conforme Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Quantitativo do número de bolsistas de extensão dos 16 Campi do IFPE

Ano	Campus do IFPE																
	AL	AI	BAR	BJ	CAB	CAR	GAR	IGA	IPO	JAB	OL	PAL	PAU	PES	RE	VSA	EaD
2013	-	12	19	18	-	8	5	-	3	-	-	-	-	12	21	26	3
2014	-	20	23	18	-	15	6	-	9	-	-	-	-	19	25	42	1
2015	-	12	22	16	7	21	11	3	15	6	4	-	-	18	17	38	-
2016	-	25	30	18	12	20	22	7	12	5	10	5	5	30	25	42	2
2017	6	25	23	17	16	18	10	7	11	7	8	6	6	32	41	34	7
2018	12	19	27	19	11	19	14	8	25	2	4	6	6	31	79	41	-
2019	14	23	20	28	12	24	30	10	31	6	11	10	10	42	71	36	-

Legenda: AL: Campus Abreu e Lima; AI: Campus Afogados da Ingazeira; BAR: Campus Barreiros; BJ: Campus Belo Jardim; CAB: Campus Cabo; CAR: Campus Caruaru; GAR: Campus Garanhuns; IGA: Campus Igarassu; IPO: Campus Ipojuca; JAB: Campus Jaboatão; OL: Campus Olinda; PAL: Campus Palmares; PAU: Campus Paulista; PES: Campus Pesqueira; RE: Campus Recife; VSA: Campus Vitória de Santo Antão; EaD: Ensino à Distância

Fonte: IFPE. Proex

Tabela 2 - Quantitativo do número de programas e projetos de extensão dos 16 Campi do IFPE

Ano	Campus do IFPE																
	AL	AI	BAR	BJ	CAB	CAR	GAR	IGA	IPO	JAB	OL	PAL	PAU	PES	RE	VSA	EaD
2013	-	7	10	9	-	5	03	-	2	-	-	-	-	06	13	14	2
2014	-	10	11	11	-	10	03	-	5	-	-	-	-	10	09	23	1
2015	-	05	12	8	6	11	07	03	9	03	23	-	-	10	12	22	-
2016	-	13	18	9	7	11	11	06	6	03	05	03	04	22	15	25	1
2017	3	15	13	9	11	18	05	04	6	04	04	06	02	20	24	24	4
2018	6	07	16	11	08	12	08	05	13	01	03	04	04	28	49	22	-
2019	9	11	12	19	10	14	16	06	16	03	11	06	06	11	39	19	-

Legenda: AL: Campus Abreu e Lima; AI: Campus Afogados da Ingazeira; BAR: Campus Barreiros; BJ: Campus Belo Jardim; CAB: Campus Cabo; CAR: Campus Caruaru; GAR: Campus Garanhuns; IGA: Campus Igarassu; IPO: Campus Ipojuca; JAB: Campus Jaboatão; OL: Campus Olinda; PAL: Campus Palmares; PAU: Campus Paulista; PES: Campus Pesqueira; RE: Campus Recife; VSA: Campus Vitória de Santo Antão; EaD: Ensino à Distância

Fonte: IFPE. Proex

Ressalta-se que o IFPE vem aportando recursos de custeio e capital no âmbito da extensão, o que implica num crescente impacto das ações extensionistas junto à sociedade (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Investimento financeiro no âmbito do Programa Pibex - IFPE



Fonte: IFPE. Proex

Ampliação das ações de inclusão

A Coordenação de Políticas Inclusivas (Copi) realiza acompanhamentos e assessorias referentes à inclusão social nos *campi* por meio de ações conjuntas com os Núcleos de Inclusão, Núcleos de Apoio a Pessoas com Deficiência (Napne), Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) e Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade (Neged). Essa Coordenação também supervisiona ações desses núcleos nos *campi* e estabelece parcerias institucionais, visando o aprofundamento das temáticas pertinentes a cada um deles.

Busca ativa nas comunidades

Ressalta-se que, até 2019, o IFPE contava com apenas um (1) estudante quilombola. No entanto, a partir do trabalho integrado entre a Coordenação de Extensão Rural - CER/PROEXT e a Comissão do Vestibular do IFPE (CVEST), realizando busca ativa nas comunidades, ampliou-se para seis (6) o quantitativo de estudantes quilombolas. As ações integradas

entre Proext e Diretoria de Assistência Estudantil (Dae) vêm reverberando positivamente no acesso, permanência e êxito dos estudantes, de modo que, em 2016, 2017, 2018 e 2019, somamos 33, 49, 81 e 106 bolsas de permanência indígena e quilombola, respectivamente.

Considerações finais

A partir da práxis extensionista, apresentamos toda comunidade com o que há de mais precioso numa instituição de ensino: o conhecimento construído com as pessoas e para as pessoas; o conhecimento que liberta, que gera autonomia para o ser cidadã e cidadão, com consciência de que a educação tem o poder de transformar.

Desse modo, as ações de extensão geram sentidos e significados na vida dos sujeitos envolvidos, o que aponta para o seu crescente protagonismo. Vislumbra-se, também, um fortalecimento a partir da implementação da curricularização da extensão, o que se considera um grande avanço para o trabalho extensionista na rede profissional tecnológica.

Referências

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004. Centauro, 2004.

NOGUEIRA, M. D. P. *et al.* **Avaliação da extensão universitária:** práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. Belo Horizonte: FORPROEX. CPAE. UFMG.PROEX, 2013.



EMPREENDER E TRANSFORMAR: 10 ANOS DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

Elson Santana de Almeida⁹⁹; Rafael Luiz Viegas dos Santos¹⁰⁰

Extensão: Caminhos e Perspectivas

A produção bibliográfica, bem como os diálogos com gestores de processos extensionistas, nos deixa seguros em afirmar que a transformação é característica presente e determinante na essência da extensão. Nesse sentido, prospectamos que a extensão continuará isenta de rigores das formas estáticas e burocráticas, dos métodos conclusivos, perenes e absolutos.

Compreendendo-a como um processo educativo (no seu mais amplo sentido), cultural e científico, que busca ser um espaço de articulação, entre o conhecimento formal e a complexidade de saberes comunitários, notamos boas perspectivas de continuar vivenciando e promovendo transformações.

Assim como as Instituições de ensino necessitarão reafirmar a sua essencialidade para as comunidades adjacentes e para toda a sociedade, criando componentes curriculares dinâmicos, flexíveis e transformadores, também a extensão necessita, e quer, no menor espaço de futuro, atualizar, planejar e executar uma agenda de compromissos com a sociedade. É imperativo afirmar que caberá à extensão, cada vez em maior intensidade, ver, ouvir e atender as diferentes demandas da sociedade, colocando-se próxima do cotidiano das pessoas, integrando-se a movimentos sociais, abraçando e deixando-se abraçar pela comunidade.

⁹⁹ Diretor de Extensão da PROEX IFMT

¹⁰⁰ Servidor da PROEX IFMT

A criação e atuação em programas, projetos e muitas outras ações que objetivam a promoção de desenvolvimento é um passo importante para o estreitamento das relações escola-comunidade e um indicador de que estamos no caminho certo, seguindo essa compreensão.

Um desafio que deve ser mitigado para que a relação transformadora se constitua em práticas mais eficazes é o de encontrar e promover possibilidades e motivações entre professores e alunos para atividades extensionistas, uma vez que todos estão imbuídos em cumprir cada vez mais, densa carga horária exigida nos currículos formais. Outro obstáculo que o IFMT busca superar é a criação e aprovação de uma estrutura jurídica que quebre barreiras e possibilite, de modo transparente e absoluto, a participação dos técnicos administrativos como coordenadores de processos da extensão. Crer, por exemplo, que as práticas didático-pedagógicas extensionistas, aplicadas às comunidades, edificadas em metodologias participativas, dinâmicas e integradas, poderão ser coordenadas apenas por parte do quadro de servidores é de um primarismo educacional revoltante e um desafio conceitual que deverá ser superado pelas Instituições de ensino.

O IFMT conhece os obstáculos, assim como as oportunidades apresentadas nos caminhos da prática extensionista e, desse modo, visualiza boas perspectivas de um futuro sólido e tenaz para a extensão.

Processo Histórico da Extensão no IFMT

Podemos afirmar que os processos extensionistas sempre estiveram presentes nos Institutos Federais desde a sua concepção, há pouco mais de uma década. O IFMT, formado a partir da incorporação de três autarquias Federais – o Centro Federal de Mato Grosso, a Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá e a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – já eram, no seu curso histórico, Instituições eminentemente extensionistas, intensamente associadas às comunidades e com amplo *portfólio* de serviços extensionistas ofertados à sociedade da época.

Nascido por meio de uma política pública expansionista do governo federal, que visava principalmente a democratização da oferta pública de educação profissional e ensino superior, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi formada mediante a criação dos Institutos Federais, instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base

na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Assim, a nova Instituição vem, em seu processo histórico, mantendo as exitosas experiências, como também experimentando novas práticas extensionistas e ampliando o atendimento às demandas da sociedade.

A extensão sob a ótica do IFMT

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT orienta que os processos extensionistas ocorram associados às práticas do Empreendedorismo e da Inovação Tecnológica (IFMT, 2019a). Para o alcance desses complexos objetivos estratégicos no âmbito da extensão, a Instituição esforça-se em ampliar as parcerias formais com o segmento público e privado, vencendo barreiras e desafios e ampliando as suas possibilidades.

A extensão está presente na missão Institucional que enseja a formação escolar para além dos processos meramente técnicos e tecnológicos, orientando a preparação de cidadãos para o trabalho e para a vida. Enquanto a formação técnica sugere elementos mais facilmente mensuráveis, de avaliação precisa e transparente, a formação para a vida parece-nos requerer elementos que conduzam a mudanças no comportamento humano, construindo convivência harmônica, tolerância, compreensão e aceitação ao próximo. Assim, faz parte de uma constante ampliar a oferta de processos extensionistas, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, maximizando, ainda, a produção artística e cultural, promovendo e aprimorando práticas desportivas durante o itinerário formativo dos estudantes, bem como possibilitando e simplificando às comunidades o acesso aos serviços extensionistas (IFMT, 2019b, 2019c).

Ações de extensão desenvolvidas nos últimos 10 anos

A extensão no IFMT, a cada ano, vem ampliando em mais de 15% (média anual) o número de projetos integrados às demandas sociais, contribuindo, assim, com a produção e difusão da arte, cultura, desporto,

desenvolvimento tecnológico e formação empreendedora. Em 2019, o IFMT selecionou 231 projetos de extensão, distribuídos em editais da Pró-Reitoria de Extensão e dos próprios *campi*. Os projetos necessitam de participação direta das comunidades e são integralmente registrados no Sistema Unificado da Administração Pública (Suap), o que permite que o acompanhamento de cada etapa de execução seja realizada tanto pelo *campus* quanto pela Pró-Reitoria. Os projetos são desenvolvidos em um período de até oito meses, conforme determina cada um dos seus editais.

Gráfico 1 - Projetos de Extensão 2010 a 2019



Fonte: Elaborado pelos autores

Cabe ressaltar a predominância de projetos desenvolvidos em contextos sociais de alta complexidade, a exemplo dos projetos dos editais do Programa de Extensão Teresa de Benguela e do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural. Este, seleciona Projetos multidisciplinares, característica essencial das metodologias de extensão rural, realizando efetiva assistência técnica e inserindo nas comunidades conteúdos voltados à saúde, segurança, educação e cidadania das pessoas residentes no meio rural.

O programa objetiva a promoção do ambiente rural, com o emprego de metodologias participativas, iniciando-se pelo Diagnóstico Rural Participativo - DRP e procedimentos que resultem em desenvolvimento socioeconômico e ambiental, atuando no manejo sustentável dos recursos naturais; empreendedorismo na produção agrícola e agroindustrial;

implantação de novos métodos de comercialização; diversificação e agregação de valor à produção; segurança alimentar e saúde ocupacional; acesso às políticas públicas no âmbito dos agro ambientes Matogrossenses.

Por sua vez, o Programa de Extensão Teresa de Benguela objetiva promover a inclusão de mulheres em risco de vulnerabilidade social. As mais de mil mulheres atendidas pelo programa são oriundas de comunidades indígenas, quilombolas, internas do sistema socioeducativo, ribeirinhas, assentadas da Reforma Agrária, prostitutas, em dependência química e vítimas de violência doméstica, psicológica ou emocional.

O Programa recebeu reconhecimentos, como: título de Menção Honrosa do “Prêmio Estadual de Direitos Humanos Padre José Ten Cate”, pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso; premiação como experiência exitosa da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, na 42.^a Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec); e publicação no *Jornal Internacional de Mulheres, Sustentabilidade e Estudos de Liderança* – com apoio da plataforma e-Wisely, que é uma plataforma global que conecta mulheres e partes interessadas para encontrar soluções impactantes que posicionem as mulheres no centro do desenvolvimento sustentável global.

O Programa é configurado em três fases subseqüentes, sendo a primeira a oferta de Formação empreendedora de mulheres em vulnerabilidade social, por meio de cursos de Formação inicial e Continuada com componentes curriculares que buscam a promoção do autoconhecimento, motivação, liderança, desenvolvimento de competências, habilidades, técnicas, tecnologias e produtos, pelo empreendedorismo e inovação.

Na fase seguinte, o programa oferece a essas mulheres a pré-incubação de ideias, negócios e empreendimentos, cujos processos são acompanhados e geridos pelos Núcleos Incubadores da ATIVA Incubadora de Empresas do IFMT. Por fim, a terceira fase do Programa prevê a Incubação dos empreendimentos e empresas desenvolvidos nas fases anteriores, processo que consiste em prover ferramentas, serviços e apoio institucional a negócios ou empreendimentos com viabilidade técnica, social e econômica.

Desenvolver a extensão por meio do empreendedorismo e da inovação tecnológica é um dos objetivos estratégicos do IFMT, que, para isso, conta com a Ativa Incubadora de Empresas. A Incubadora, posicionada na Pró-Reitoria de Extensão, intensificou as ações de Empreendedorismo e Inovação, buscando parcerias para a realização do Fórum de Educação Empreendedora, evento que promove a interdisciplinaridade com o ensino

e a pesquisa, proporcionando a estudantes e servidores a realização da Feira de Economia Solidária, que consiste na mostra de trabalhos de empreendedorismo e inovação, minicursos e qualificações para as Empresas Juniores. A incubadora seleciona empresas e empreendimentos para a pré-incubação e incubação.

O Instituto Federal de Mato Grosso acredita no desporto como importante ferramenta educacional. Assim, os Jogos do IFMT – JIFMT – fazem parte do seu calendário pedagógico anual. Merece destaque a significativa ampliação no número de estudantes participantes neste evento de educação pelo esporte, no qual, na primeira edição, em 2012, no *Campus Cáceres*, contamos com a participação de 694 atletas, e, na edição 2019, no *Campus Barra do Garças*, 1.300 estudantes disputaram onze modalidades oferecidas, representando uma evolução superior a 90% do número de participantes.

O IFMT realiza anualmente, mediante parceria com a iniciativa privada, os Jogos do Servidor, que objetiva especialmente aguçar a atenção quanto aos cuidados com a saúde, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos servidores, levando-os a repensarem hábitos alimentares, praticarem atividades esportivas que lhes ofereçam prazer e alegria como rotina de vida, reduzindo índices de sedentarismo e criando humanização e valorização no ambiente de trabalho. O evento contou com 356 servidores participantes em 9 modalidades coletivas e individuais.

A produção artística apresentou relevante crescimento no IFMT e se consolidou a partir do lançamento de editais de fomento aos Circuitos de arte e cultura desenvolvidos nos *campi*, no formato de projeto de extensão. Os Circuitos preparam estudantes e servidores para um grande evento cultural, a MArte – Mostra da produção Artística do IFMT, que, em 2019, contou com a participação dos 19 *campi*, tendo como sede o *Campus Rondonópolis*. Durante o evento, foi possível visualizar a qualidade da produção cultural do IFMT nas apresentações de teatro, música, dança, fotografia e pintura. Os resultados dos investimentos em arte e cultura no meio escolar poderão ser mensurados a partir da percepção de um ambiente composto por maior número de indivíduos sociáveis, com boa convivência, aceitação, integração e respeito ao próximo.

O IFMT intensificou as parcerias estratégicas com órgãos do judiciário, como o Ministério Público Estadual-MPE, Ministério Público Federal-MPF e o Ministério Público do Trabalho-MPT, com entidades privadas sem fins lucrativos do Sistema S, como o SEBRAE, e com o setor produtivo, como o Instituto Mato-Grossense do Algodão. As parcerias com os Ministérios Públicos se iniciaram em 2017, tendo como objetivo o fortalecimento da

educação pública, mediante investimentos em equipamentos, materiais e na infraestrutura escolar. Assim, os primeiros repasses orçamentários oriundos destes convênios tiveram início a partir de 2018.

Por intermédio do repasse do Ministério Público do Trabalho, o IFMT iniciou a construção do Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia, projeto de extensão do *Campus* São Vicente, que permitirá a qualificação tanto dos agricultores, para a produção de alimentos sem agrotóxicos, quanto dos discentes, no que condiz às práticas de preservação do meio ambiente e sustentabilidade.

Em termos similares à parceria com o MPT, o IFMT mantém parceria com o Ministério Público Federal para receber recursos oriundos de delação premiada de réus em processo criminal com sigilo de justiça para a aquisição de usinas fotovoltaicas, que poderá resultar em diminuição dos gastos com energia elétrica, bem como servir de laboratório prático para os discentes e docentes das áreas afins. Conforme consulta realizada ao Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil *Lattes* do CNPQ, é possível localizar a existência de dois grupos de pesquisas relacionados à energia: 1. Qualidade e Eficiência da Energia - IFMT; e 2. Tecnologias para Energia - IFMT, que poderão ser beneficiados com a parceria.

Com o Ministério Público Estadual - MPE, os termos da parceria se demonstraram distintos aos realizados com o MPT e o MPF. Nesta parceria, o MPE está em busca dos conhecimentos da academia para auxiliá-los na formulação da convicção dos procuradores diante dos trabalhos dos inquéritos civis, ações civis públicas ou de quaisquer outros procedimentos judicial ou extrajudicial. Em termos práticos, o IFMT se compromete a realizar testes em seus laboratórios e/ou emitir pareceres técnicos de acordo com cada necessidade do MPE e, em contrapartida, a procuradoria fornecerá materiais e reagentes para as aulas práticas dos discentes.

Além das parcerias com os Ministérios Públicos, o IFMT também teve parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-MT), para a realização do I e o II Fórum de Educação Empreendedora e o I Fórum de Internacionalização, eventos destinados a fomentar e a disseminar a cultura empreendedora e de internacionalização em toda a sociedade. Durante o evento, houve a participação de acadêmicos de universidades públicas e particulares, como também de profissionais das diversas áreas da região.

A parceria com o setor produtivo possibilitou que o IFMT investisse em 04 (quatro) projetos de extensão na área de Tecnologia e Produção voltadas para o mercado de produção e beneficiamento aplicados à cultura

do algodão. Os investimentos foram custeados 100% pelo Instituto Mato-grossense do Algodão - IMAMT, que manifestou interesse nos resultados dos projetos. Além da captação de recursos, um importante resultado obtido pelo IFMT nesta parceria foi a participação de onze estudantes que puderam ter contato direto com a produção de alta tecnologia aplicada à agricultura de precisão, bem como a vivência profissional em um ambiente empresarial agrícola.

Mais uma boa iniciativa apurada é a existência da Resolução nº 144/2017, do Conselho Superior do IFMT, que aprovou o Regulamento de Chamada Pública para captação de apoio à realização de eventos em suas unidades (IFMT, 2017). Este regulamento normatiza os principais procedimentos que o IFMT deverá adotar para o recebimento de recursos externos destinados a fomentar a realização de eventos de ensino, pesquisa e extensão. O regulamento possibilita a captação de recursos das seguintes naturezas: a) Doação de brindes para distribuição gratuita (toalhas, canetas, chaveiros, avental, material de escritório, livros, copos e taças, camisetas, etc.); b) Empréstimo de equipamentos, utensílios, móveis, etc.; c) Prestação de serviços técnicos; d) Cessão de locais ou dependências; e) Serviços de transporte; f) Hospedagem e transporte para convidados especiais do evento (conferencistas músicos, palestrantes, etc.); g) Alimentação aos participantes, incluindo utensílios e pessoal para servir.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

IFMT. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal (PDI) 2019 – 2023 do Instituto Federal de Mato Grosso**. Cuiabá: IFMT, 2019a.

Disponível em: http://prodin.ifmt.edu.br/media/filer_public/79/b8/79b8149b-821c-464d-afcf-b16bf21efd69/pdi_2019_v01.pdf. Acesso em: 2020.

IFMT. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. **Resolução nº 144, de 13 de dezembro de 2017**. Regulamento da Chamada Pública para Captação de Apoio à Realização de Eventos do IFMT.

Disponível em: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/c4/dd/c4dd3a41-7059-45f3-a20c-cda7607e5c05/resolucao_144.pdf

IFMT. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. **Resolução nº 014, de 28 de março de 2019**. Regulamento do Programa de Valorização à Pesquisa, Ensino e Extensão. IFMT, 2019b. Disponível em: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/bd/f6/bdf64991-acca-4adc-9140-c0eea69be70d/resolucao_no_014_-_28032019_-_aprovar_-_pvpe.pdf. Acesso em: 2020.

IFMT. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. **Resolução nº 027, de 28 de junho de 2019**. Regulamento das Ações de Extensão do Instituto Federal de Mato Grosso. IFMT, 2019c. Disponível em: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/c9/10/c9100ad6-3d64-4b4c-a984-8e2a78a7c8f8/resolucao_no_027_-_28062019_-_aprovar_regulamento_de_atividades_de_extensao-completa.pdf. Acesso em: 2020.



EXTENSÃO NO IFSC: DAS AÇÕES PONTUAIS ÀS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE CREDITAÇÃO CURRICULAR (2008-2019)

André Dala Possa¹⁰¹

Contexto

Atendendo ao chamado do Fórum Nacional de Pró-Reitores, órgão consultivo do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), o presente artigo faz uma breve análise de conteúdo dos relatórios de gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), especificamente em relação aos indicadores de extensão, e identifica aspectos contextuais do desenvolvimento dessa dimensão educacional na instituição. Os resultados apontam para um cenário conhecido e recorrente em todo o país: desenvolvimento da prática extensionista concomitante a esforços políticos organizados para maior clareza conceitual e melhor sistematização dessas atividades dentro e fora dos currículos.

No IFSC, é a partir de 2008 que a extensão se torna uma possibilidade de atuação, quando o Cefet passa a ser Instituto Federal – equiparando-se às universidades, portanto. O recorte 2008-2019 centra esforços em apresentar o máximo de dados possíveis a partir de extrações dos relatórios de gestão publicados pelo IFSC, enquanto autarquia federal. Existe atualmente um grupo de trabalho dentro do Forproext que busca padronizar os Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (Ibeu).

¹⁰¹ Pró-reitor de Extensão do IFSC

Análise de conteúdo

Iniciamos a análise de conteúdo dos relatórios de gestão do IFSC (2008-2019) pela identificação da recorrência do termo “extensão” nos respectivos documentos e a indicação contextualizada de aspectos relevantes ao presente estudo. Uma constatação inicial, já explorada noutros estudos, diz respeito à homologia discursiva presente em dispositivos norteadores vindos de instituições acadêmicas (POSSA; ARAÚJO; HEBERLÊ, 2008):

Não se encontra uma visão dialógica ou mesmo dialética a respeito da temática da extensão, o que poderia sugerir práticas da dinâmica de “intercâmbio”. Observa-se uma estranha homologia discursiva, essa denota - e também reforça - o uso indiscriminado e banalizado dos conceitos na formatação dos textos (p.11).

De 2008 até hoje, essa perspectiva intercambista da extensão avançou. Como se observa nas próximas páginas, existe um processo de qualificação da extensão em curso no Brasil – em muitos contextos, graças à capilaridade dos Institutos Federais.

Em 2009, a prestação de contas do IFSC à sociedade, quanto ao exercício de 2008, traz os seguintes dados no tocante à extensão: (a) são 108 páginas de relatório – o termo “extensão” figura cinco; (b) não há informações das atividades desenvolvidas no exercício. Chama a atenção a última menção do texto, na página 65, quando está em tela o desafio da “Formalização de convênios para parcerias na construção e/ou modernização dos *campi* do IFSC”. Nesse trecho, a palavra extensão está empregada no sentido de ser instrumento para formalizar o recebimento de doações. Na perspectiva macro das políticas institucionais para a área, o documento informa que “As atividades de ensino, de pesquisa e extensão foram reorganizadas a partir das discussões para aprovação de uma Resolução integrada, definindo regras claras para as atividades de pesquisa e extensão articuladas de forma indissociável ao ensino” (IFSC, 2009). Esse ano, 2008, pode ser considerado embrionário à Rede criada pela Lei 11.892/2008, o que explica em partes o contexto das informações presentes neste período referentes à extensão.

Em 2010, o relatório de gestão do IFSC informa a realização de dois cursos de extensão. O primeiro listado é o de “Operações básicas em pequenos meios de hospedagem rural” e o segundo “Operações básicas em cozinha serrana”. O relatório, com 146 páginas, traz 12 menções textuais ao termo “extensão”, sendo duas delas relacionadas aos cursos já identificados. As demais reproduzem denominação de unidades

administrativas e repetem a citação acima, que indica a reorganização das atividades de extensão para aprovação de uma resolução integrada. Não há informação de projetos cadastrados, público impactado e nenhum outro indicador relacionado ao que o IBEU suscita.

Para 2011, são 292 páginas de texto e 55 menções do termo "extensão". Em uma das citações, encontra-se o papel da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas:

Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas - compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Conselho Superior, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão (IFSC, 2012).

Uma síntese possível das articulações promovidas para a extensão do IFSC naquele período é o que segue:

Os instrumentos celebrados pelo IF-SC, por intermédio da Coordenadoria de Parcerias e Convênios em sua maioria correspondem ao estabelecimento de acordos entre prefeituras, empresas e entidades diversas visando disciplinar a oferta de cursos de extensão na modalidade FIC - Formação Inicial e Continuada, estágios obrigatórios e não obrigatórios e oferta de cursos específicos a empresas. Portanto, não há como preencher os quadros previstos, pois não ocorreu a transferência de recursos do IF-SC para terceiros (IFSC, 2012).

Foram 53 parcerias firmadas. Pode-se denotar da análise das informações do relatório de gestão 2012 que o IFSC teve, nesse período, um significativo incremento de atividades de extensão na rotina educacional. Antecipa-se que mais tarde, em 2016, seguindo a política nacional de extensão, atividades como estágio e oferta de cursos FIC foram realocadas à Pró-Reitoria de ensino. Tais mudanças foram implementadas findado o processo participativo e democrático de redação da resolução 61/2016 – apreciada e aprovada pelo Conselho Superior do IFSC, em vigência desde então. Ainda em relação ao relatório 2012, destaca-se a participação nos programas Mulheres Mil, Segundo Tempo e Objetivos do Milênio, além de programas internos de extensão, como o Polo de Extensão do IFSC (Poloex), que atendeu uma comunidade quilombola. Por fim, é no relatório de gestão 2012 (ano base 2011) que aparece pela primeira vez o número

de projetos de extensão cadastrados (177); de servidores envolvidos (365); de editais internos publicados (12); e de público impactado pelas ações¹⁰² (5,4 mil).

A gestão atuante no ano de 2013 entregou um relatório com 233 páginas que trazia 83 menções ao termo “extensão”. Quanto à possível projeção de uma série histórica de dados fundantes da extensão, temos registro de 77 ações de extensão e de 138 projetos de extensão cadastrados; foram nove mil pessoas impactadas pelas atividades (ações mais projetos). Comparando ao documento anterior, o relatório 2013 não traz o número de servidores envolvidos nem editais publicados. Pensando criticamente, inclusive frente aos documentos norteadores nacionais da extensão vigentes hoje e à época, não existe relato de estudantes envolvidos, produtos gerados, bolsas distribuídas. Porém, em tempo, existe o montante de orçamento executado: “quase R\$ 400 mil”.

Referente às parcerias, foram firmadas 52 – ainda com a perspectiva de convênios de estágio, credenciamento de polos para a educação a distância, oferta de cursos FIC e outros objetos não necessariamente contidos no entendimento de extensão. Como destaque para esse período em relação ao detalhamento constante do quadro 72, à página 196, tem-se o número de projetos por *campus*. Araranguá e Florianópolis-Continente despontam no quantitativo de projetos (28 e 17, respectivamente).

O relatório de gestão IFSC 2014, ano base 2013, informa que foram firmadas 55 parcerias no exercício. A comunidade executou 259 projetos e 275 ações de extensão. Pela primeira vez no recorte deste estudo encontramos menção a registro de programas de extensão: foram três registrados. Também, de forma inédita, aparece o registro do número de estudantes envolvidos (324). Esse movimento da área gerou o envolvimento de 680 servidores e impactou 466 mil pessoas. Retomando a perspectiva macro, foi nesse ano que o Conselho Superior (Consup) aprovou a resolução número 20, que regulamentou as atividades de extensão do IFSC entre 2013 e 2016. De 2017 até os dias atuais está vigente a resolução 61/2016 Consup – conforme já antecipado.

O ano de 2013 encerra-se com uma conquista importante para a área da extensão no IFSC, não apenas pela regulamentação da prática extensionista, mas também pelo incremento de recursos (R\$ 788,6 mil

¹⁰² A nomenclatura “ações de extensão” foi utilizada no IFSC de 2012 a 2016. Atualmente denominam-se “atividades de extensão” e a instituição utiliza o regramento da Renex (programas, projetos, cursos, eventos e produtos).

executados). A equipe redatora do relatório de gestão avaliou o processo de crescimento e desenvolvimento da extensão no IFSC da seguinte forma:

A estrutura de pessoal nos câmpus, bem como o reconhecimento da extensão como atividade institucional, apoiaram o desenvolvimento do projeto. O aumento do orçamento da extensão nos anos de 2012 e 2013 culminou nos bons resultados obtidos. A não existência de uma coordenação de arte, cultura e esportes dificulta a implementação institucional de diretrizes e políticas para as áreas, bem como a formalização de parcerias. Necessita-se no quadro de pessoal, de um servidor específico na Reitoria para traçar, coordenar e implementar diretrizes para a temática (IFSC, 2014).

Existe, ainda, nesse documento a indicação da necessidade de um *software* que auxiliaria na gestão das atividades acadêmicas. Em 2016, a Diretoria de Extensão customizou e implementou o módulo Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA-Extensão). Quanto à contratação de profissional específico para dar fluxo aos processos de parcerias, a efetivação ocorreu em 2017, quando essa atividade foi centralizada no gabinete do reitor. Também havia sido requisitada a criação de uma coordenadoria de Arte, Cultura e Esportes, porém, isso nunca aconteceu por entendimentos diversos dos técnicos da equipe e gestores. Em síntese, entende-se que, apesar do lugar expressivo das atividades dessas áreas temáticas, criar a coordenadoria poderia preterir o desenvolvimento estratégico das demais. Na figura 1, Kuba (2018) apresenta uma síntese da origem das atividades de extensão no IFSC para além do que se explora aqui – os relatórios de gestão.

Figura 1 - Destaques da origem da extensão no IFSC



Fonte: Kuba (2018)

No relatório de gestão publicado pelo IFSC em 2015, ano base 2014, a extensão demonstra resultados bastante expressivos nos indicadores recorrentes neste recorte temporal: parcerias firmadas (81); servidores envolvidos (878); discentes envolvidos (499); recurso executado (R\$ 77,5 mil); público impactado (144,5 mil); e atividades cadastradas: programas (3); projetos (381); ações (851). Por fim, nos destaques da análise de conteúdo dos relatórios de prestação de contas do IFSC (2008-2019), cabe salientar que foi em 2014 que a instituição deu o primeiro passo rumo à creditação curricular, ou curricularização, da extensão. Isso porque, nesse ano, o Conselho Superior regulamentou o programa Institucional de Fomento à Extensão, definindo a metodologia e o cronograma para a construção de regras para os cursos superiores do IFSC. Essa construção vem no contexto das discussões da redação do Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) e culminou na publicação da Resolução Consup/IFSC número 35/2015, substituída pela 40/2016 do mesmo órgão.

O sétimo ano de análise do presente estudo, 2015, tem os seguintes indicadores básicos: parcerias firmadas (81); servidores envolvidos (1.428); discentes envolvidos (345); recurso executado (R\$ 1 mi); público impactado (388,2 mil); e atividades cadastradas: programas (1); projetos (409); ações (601). Para encerrar o apanhado da série histórica dos indicadores mínimos possíveis da extensão a partir dos relatórios de gestão publicado pela instituição, apresenta-se a Tabela 1 que segue:

Tabela 1 - Síntese dos indicadores da extensão no IFSC (2008-2019)

Exercício	Parcerias firmadas	Recurso executado	Servidores envolvidos	Discentes envolvidos	Atividades cadastradas	Público impactado
2008/09	8	-	-	-	60	-
2009/10	26	-	-	-	56	-
2010/11	37	-	58	27	99	3.288
2011/12	53	-	365	-	125	5.400
2012/13	48	R\$ 788,6 mil	-	-	237	9.000
2013/14	55	R\$ 788,6 mil	680	324	537	466.044
2014/15	81	R\$ 77,5 mil	878	499	1.325	144.594
2015/16	80	R\$ 1 mi	1.428	345	1.011	388.164
2016/17	9	R\$ 1,3 mi	1.499	1.103	1.269	765.550
2017/18	9	R\$ 1,34 mi	3.212	3.214	462	424.394
2018/19	3	R\$ 1,6 mi	2.093	2.459	704	385.846
2019/20	9	R\$ 1,2 mi	2.413	3.248	649	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados publicados pelo IFSC em seus relatórios de gestão

Em 2017, a curricularização da extensão ganha uma sessão específica no relatório de gestão do exercício 2016. Enquanto isso, os processos de parcerias que permanecem na Proex são somente aqueles que têm como objeto a viabilização de atividades de extensão. Observa-se, assim, que a área de extensão passa, nesse ano, a ser regida por uma nova resolução do Conselho Superior, além de ter sido efetuada a atualização do regramento para a curricularização da extensão.

Conforme estabelece o Plano Nacional de Educação 2014-2024, os projetos pedagógicos (PPC) de todos os cursos superiores do País deverão assegurar em suas matrizes curriculares, no mínimo, 10% da carga horária total em extensão nas áreas de grande pertinência social. A Diretoria de Extensão do IFSC (DIREX) lançou um site para organizar o processo que contará com as seguintes etapas: sensibilização, revisão dos PPCs e oferta dos cursos (IFSC, 2017).

O IFSC, especificamente no sentido da estratégia 12.7 do PNE, vem empreendendo esforços desde 2014. As principais ações do plano de trabalho convergem no sentido de:

- a) redação e publicação de resoluções internas com as diretrizes para o processo de curricularização da extensão;
- b) articulação com os conselhos e colegiados internos e externos para sensibilizar sobre a necessidade de revisão dos currículos e inclusão de projetos e programas;
- c) formação continuada dos extensionistas docentes, técnicos e discentes;
- d) aprimoramento do relacionamento externo com agendas cíclicas, eventos, chamadas públicas e visitas para captação de demandas e percepção de necessidades;
- e) adequações no sistema de registros acadêmicos para garantir o controle da acreditação no histórico do estudante;
- f) reorganização orçamentária e financeira para dar possibilidade de fomento inicial específico;
- g) acompanhamento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) para as etapas centrais do processo, incluindo em suas rotinas de trabalho ferramentas potenciais à cocriação e à disrupção.

Outras ações vêm sendo promovidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas do IFSC, dentro e fora da instituição, como a articulação com conselhos profissionais e entidades de classes, o incentivo à internacionalização de experiências para enviar e receber discentes entre

nações estratégicas, a ocupação de cadeiras em conselhos, associações e outras organizações da sociedade civil, a criação de laboratório de projetos para identificar oportunidades de captação externa de recurso conforme *expertise* dos extensionistas e assim por diante. O que está em processo na curricularização de atividades de extensão é maior que a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos: estamos diante de uma oportunidade inédita para revisarmos nossa posição no ecossistema produtivo catarinense, gerando ganhos aos aprendizes, egressos e formadores numa lógica orgânica e orientada de atualização, reflexão e prática profissional.

Em 2019, o Brasil abriu a segunda metade da década de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE - 2014-2024). Longe de uma leitura pessimista, o Observatório do PNE alerta que nenhuma das 20 metas foi plenamente alcançada. Por outro lado, diversas das 254 estratégias registram avanços. Uma delas, dentro da meta 12, recebeu em outubro de 2018 um dispositivo legal que reforça sua amplitude e necessidade de alcance – trata-se da Resolução 7/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE). O marco legal da extensão representa mais um esforço do Estado para tirar do papel a terceira dimensão da educação brasileira, que, em termos históricos, vem sendo praticada marginalmente nos currículos das graduações. Essa priorização do ensino e da pesquisa em detrimento de vivências sociais e do relacionamento dos actantes com os setores da sociedade é um dos fatores que compõem a pouca aderência das formações ao mercado e a significância questionável de alguns conteúdos ministrados frente aos interesses dos arranjos produtivos locais e regionais.

Considerações finais

Esses cinco anos de trabalho rumo ao mínimo de dez por cento de atividades de extensão nos currículos das graduações e constante incentivo à extensão, dentro e fora dos currículos da educação básica, foram marcados por centenas de reuniões administrativas, capacitações teóricas, oficinas de diagnóstico e desenho de intervenções, cursos de sistematização das experiências, seminários de integração e trocas, mesas-redondas com a comunidade externa, minutas de ementas de componentes curriculares, testes no sistema de gestão, etc. A materialização do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão gera demandas de gestão inéditas e em escala. Exige que a instituição se reorganize, qualifique seu planejamento e desartificialize as experiências

de aprendizagem, indo além dos estudos de casos calcados no discurso teórico, desfazendo barreiras simbólicas inter e intra departamentos e áreas. Revisitar os currículos é saudável em diversos aspectos, especialmente na Rede de Institutos Federais, que tem na educação profissional sua institucionalidade *sui generis*.

Atualmente, o IFSC possui sessenta cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e tecnólogos. Desses, 19 atendem à estratégia 12.7 do PNE e estão em oferta com as matrizes extensionalizadas. Outros 31 cursos superiores iniciaram o processo de revisão, estando cada qual num estágio bastante específico. Após realizarmos presencialmente três, quatro ou até cinco encontros formativos em nossos 22 *campi*, dialogando diretamente com mais de 1,8 mil educadores e outros milhares de graduandos e egressos, começamos a identificar resultados e ponderamos a necessidade de registrar relatos de algumas experiências do IFSC e de outras instituições.

Em 2018, a Revista Caminho Aberto aceitou o desafio e lançou a chamada especial. Claudicantes, como temos consciência, as experiências relatadas representam nossa verdade institucional dada a complexidade do desafio de incluir atividades de extensão nos currículos das graduações. Causaríamos surpresa se os impactos imediatos fossem plenamente exitosos, dada a cultura da extensão nas organizações e a tradição acadêmico científica que está estabelecida há décadas. Com frequência, os grupos docentes envolvidos na revisão dos projetos pedagógicos de cursos manifestavam não terem nenhuma experiência com a extensão.

Estamos transpondo um contexto de muita confusão na epistemologia do fazer extensionista, abandonando uma herança recente na qual se admitia, por exemplo, projetos de extensão sem o envolvimento de discentes ou alheios à participação da comunidade externa. Então, alguns dos pilotos podem ser considerados projetos de iniciação à prática extensionista e representam, em última análise, o esforço de equipes sensíveis à necessidade de democratizar o acesso ao ensino superior com inclusão e qualidade.

Referências

POSSA, A. D.; HEBERLE, A.; ARAUJO, T. B. Homologia nos discursos sobre extensão universitária no RS. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: Mídia, ecologia e sociedade, 2008, Natal. São Paulo: Intercom, 2008.

KUBA, C. M. B. *et al.* **Avaliação da extensão**: recomendações de alternativas a partir de uma abordagem racionalista. 2018.

IFSC. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Relatórios de gestão**. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 10 jan. 2020.



A EVOLUÇÃO DA EXTENSÃO NO IFAC

Fábio Storch de Oliveira¹⁰³; Luana Oliveira de Melo¹⁰⁴

Breve Histórico da Extensão no IFAC

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) faz parte de um processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), criado em dezembro de 2008, através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008).

Em 17 de dezembro de 2009, teve seu primeiro Reitor Pró-Tempore nomeado, passando a funcionar provisoriamente em duas salas da Universidade Federal do Acre – UFAC a partir de 2010. Esse período foi marcado pela realização de concursos públicos para professores e técnicos, bem como por processos seletivos para ingresso dos primeiros estudantes (IFAC, 2016).

A instituição iniciou suas atividades com uma estrutura de cinco pró-reitorias, que atualmente é o padrão da Rede Federal – Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração e Planejamento. No interstício de 2012 a 2014, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) passou a se chamar Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, mas, a partir de 2014, foi reintegrada como PROEX ao quadro organizacional do IFAC (IFAC, 2014).

Atualmente, a Proex é constituída pela Diretoria de Extensão e Articulação com a Sociedade (Dieas), a qual dispõe das Coordenações de Esporte e Lazer (Coel) e Arte, Cultura e Cidadania (Coacc); e a Diretoria de

¹⁰³ Pró-reitor de Extensão do IFAC (2016 a 2020)

¹⁰⁴ Diretora de Extensão Tecnológica (DIEXT) PROEX/IFAC

Extensão Tecnológica (Diext), composta pela Coordenação de Extensão (Coext) e Coordenação do Mundo do Trabalho (COMT) (IFAC, 2019a).

A extensão tem um papel fundamental para a sociedade, cuidando para que seus egressos tenham um direcionamento para o mercado de trabalho. Para isso, foi criado o Observatório do Mundo do Trabalho – OMT, espaço digital de organização das informações da Educação Profissional e Tecnológica e do Mundo do Trabalho. O objetivo principal do OMT é a estruturação de um espaço de armazenagem de documentação e informações de referência que reflita, de forma atualizada, permanente e contextualizada, as várias dimensões do mundo do trabalho e de sua interação com a Educação Profissional e Tecnológica.

Além disso, também atuam em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, as Coordenações de Pesquisa e Extensão; no *campus* da capital – *Campus* Rio Branco, as Coordenações de Pesquisa e Extensão são separadas.

A extensão no âmbito do IFAC é entendida como prática educacional que integra pesquisa e ensino, sendo um processo interdisciplinar, educativo, cultural, esportivo, social, inclusivo, científico e tecnológico que deve promover interação entre a instituição e a sociedade. Suas atividades são estabelecidas por meio de ações de extensão, com o propósito de articular o conhecimento acadêmico e o popular.

O principal objetivo da extensão é desenvolver ações em conformidade com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, viabilizando uma relação transformadora entre o instituto e os diversos setores da sociedade, garantindo a troca de saberes acadêmicos e populares, assim como o incentivo à produção do conhecimento e a participação efetiva da comunidade na instituição de acordo com a Política de extensão (IFAC, 2018).

As ações de Extensão são divulgadas através da página do IFAC <http://portal.ifac.edu.br/>, para que a comunidade interna e externa possa ter acesso ao desenvolvimento do trabalho realizado pela Proex, bem como aos editais de fluxo contínuo e com fomento, que são publicados no site e gerenciados pelos sistemas: Sistema Eletrônico de Informações (Sei) e Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - Sigaa (Módulo de Extensão), que, por sua vez, são geridos pelos coordenadores de extensão e membros do Comitê de Extensão (Coex) – órgão de colegiado consultivo cuja finalidade é colaborar nas políticas e ações do IFAC no âmbito da extensão (IFAC, 2019b):

Art. 4º Compete ao Comitê de Extensão:

I. Receber propostas, avaliar e emitir parecer de ações e atividades

- de extensão, tais como programas, projetos, cursos, eventos, produtos, artigos, relatórios e outros apresentados a PROEX;
- II. Avaliar os resultados de ações e atividades de extensão, aprovando os Relatórios, quando solicitado;
 - III. Propor alternativas de incentivo e desenvolvimento de programações científicas, artístico culturais, sociais e desportivas;
 - IV. Aprovar e registrar as propostas de ações e atividades de extensão, emitindo parecer sobre a validade, viabilidade técnica e científica, relevância social e outros;
 - V. Acompanhar e avaliar ações e atividades de extensão articulados com ensino e pesquisa;
 - VI. Acompanhar as ações e atividades de extensão previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, nos Planos de Ação e nas demais atividades de extensão;
 - VII. Propor critérios de elaboração de editais para financiamento de ações ou projetos de extensão com recursos do IFAC;
 - VIII. Propor e apreciar ações de financiamento de recursos de editais externos para implementação das ações de extensão;
 - IX. Propor ações visando à cooperação científica e tecnológica entre o IFAC e demais instituições;
 - X. Apreciar e propor ações de políticas de extensão do IFAC;
 - XI. Contribuir para a definição das estratégias de atuação em extensão do IFAC;
 - XII. Formular propostas de normas e documentos que dizem respeito às ações de Extensão;
 - XIII. Apresentar propostas e sugestões de melhoria das ações de Extensão.

O módulo de extensão no Sigaa é voltado para as ações de Extensão. Seu uso teve início em 2018 para registros de testes e registros de projeto. Para a eficiência administrativa dos processos de trabalho em 2019, foram inseridos todos os formulários no Sei e publicados os primeiros editais nos sistemas Sei e Sigaa, sistemas estes que cadastram e gerenciam todas as ações de extensão.

Extensão em Números

As atividades de extensão se baseiam em uma análise fundamentada nas necessidades e interesses apresentados pela comunidade acadêmica em cada *campus*. Isso ocorre de acordo com o eixo tecnológico e em articulação com a vocação e qualificação acadêmica dos docentes, técnicos administrativos em educação, do quadro efetivo da instituição, e discentes envolvidos.

Figura 1 - Projetos institucionalizados na Proex



Fonte: Proex, 2020

Em 2014, foram institucionalizados, através de edital de fluxo contínuo, 70 projetos de extensão. Neles, foram atendidas 10.464 pessoas, entre alunos e comunidade externa. Esses projetos previam execução tanto em 2014 quanto em 2015. Ainda em 2014, foram lançados os editais de Cultura, Esporte e Lazer e Extensão Tecnológica. Ao todo, tivemos a submissão de 44 projetos nesses editais, totalizando um investimento de 300 mil reais. Nesse ano, a Proex passou por diversas mudanças que contribuíram para o desenvolvimento da instituição, fomentando ações de extensão nas diversas áreas de conhecimento e com o desenvolvimento de diversos eventos extensionistas nos diversos *campi* da instituição.

No ano de 2016, tivemos, por meio de edital de fluxo contínuo, a institucionalização de 61 projetos. Tivemos ainda, por meio dos editais de Cultura, Esporte e Lazer, Extensão Tecnológica, Pró-Cultura e Pró-Esporte, 44 projetos institucionalizados. Foram atendidas, ao todo, 25.822 pessoas. Dentre as propostas extensionistas desenvolvidas, estão aquelas que já começaram a integrar o calendário do IFAC, como o Planetário Itinerante, a Techweek, a fase estadual da Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR) e o Torneio de Programação.

Em 2017, foram institucionalizados 76 projetos, por meio do edital de fluxo contínuo, e, por meio dos editais de Apoio a Eventos, Extensão Tecnológica, Ações Sociais e Cultura e Esporte, 78 projetos. Neles, foram atendidas mais 100 mil pessoas da comunidade externa, num investimento de R\$ 436.733,00. Nesse ano, foram desenvolvidos novos projetos, como o

caso da Banda Musical do IFAC, o Curso Intermediário de Libras, o Encontro de Mulheres na Tecnologia, dentre outros.

A extensão avança cada vez mais, pois é parte da tríade que fundamenta os Instituto Federais, juntamente com o ensino e a pesquisa. Dessa forma, as atividades realizadas pela instituição contribuíram para que os estudantes, servidores e a comunidade tivessem acesso a um conhecimento amplo e diverso, através dos projetos de extensão que chegaram às pessoas, não apenas por meio da oferta de cursos, mas com as possibilidades que englobam o desenvolvimento da cidadania.

Em 2018, foram institucionalizados 45 projetos por meio de edital de fluxo contínuo. Com eles, estão sendo atendidas aproximadamente 100 mil pessoas da comunidade externa. Há ainda 74 projetos com recurso do IFAC. Já em 2019, foram institucionalizados, por meio de edital de fluxo contínuo e de eventos e extensão, 105 projetos. Com eles, estão sendo atendidas aproximadamente 145 mil pessoas da comunidade externa.

Considerações Finais

No decorrer desses 10 anos, são expressivos os avanços na extensão, sejam eles através das ações e/ou números, reafirmando assim o fortalecimento e participação da comunidade dentro do IFAC. Destacam-se a implementação de sistemas para gerenciamento de ações de extensão, a disponibilização de auxílio custeio para desenvolvimento das ações e o pagamento de bolsas aos estudantes.

Para os próximos anos, muitos serão os desafios, que vão desde a elaboração e gerenciamento das políticas institucionalizadas à implementação de novas regulamentações, como a curricularização da extensão, e à padronização de fluxos e gestão dos sistemas, dentre outros avanços e desafios que evidenciem cada vez mais o brilhante trabalho da extensão no desenvolvimento institucional e regional.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

IFAC. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Portal do IFAC**: Histórico. Acre, 2016. Disponível em: <https://portal.ifac.edu.br/historico.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

IFAC. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Portaria nº 1560/2019 IFAC**. Comitê de Extensão (COEX). Boletim extraordinário nº 22 de novembro de 2019. IFAC, 2019b. Disponível em: https://portal.ifac.edu.br/editais/media/boletins/Boletim_Ano_IX_22_2019_WkhlHmq.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

IFAC. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Resolução nº 187/2014 CONSU**. Aprovar o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC). Acre, RB: IFAC, 2014. Disponível em: http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3329&Itemid=34. Acesso em: 05 fev. 2019.

IFAC. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Resolução nº 003/2018 IFAC**. Dispõe sobre a aprovação da Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. Disponível em: <https://portal.ifac.edu.br/component/k2/item/217-resolucao-003-2018.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

IFAC. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Resolução nº 019/2019 CONSU**. Dispõe sobre a aprovação de alteração do Organograma Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. Acre, RB: IFAC 2019a. Disponível em: https://portal.ifac.edu.br/editais/media/boletins/Boletim_Ano_IX_28_2019.pdf. Acesso em: 3 fev. 2020.



CAMINHOS E PERSPECTIVAS DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO

*Sebastião Nunes da Rosa Filho¹⁰⁵; Geísa d`Ávila Ribeiro Boaventura¹⁰⁶;
Ausbie Luis Graça Araújo¹⁰⁷; Caroline Guimarães Silva¹⁰⁸; Eduardo de Faria
Viana¹⁰⁸; Roseli Gonçalves da Rocha¹⁰⁸*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT – em suas atividades de ensino e de pesquisa, com demandas da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais (CONIF, 2013).

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, destaca o papel da Extensão ao estabelecer que as instituições devem desenvolver atividades de extensão de acordo com princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e segmentos sociais (BRASIL, 2008).

Assim definida, a extensão é parte constituinte da missão dos Institutos Federais na sociedade em que se insere. Caracteriza-se por um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas o Instituto, mas, também, setores sociais com os quais ela interage. A extensão denota

¹⁰⁵ Pró-Reitor de Extensão do Instituto Federal Goiano

¹⁰⁶ Diretora de Extensão do Instituto Federal Goiano

¹⁰⁷ Servidores da Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal Goiano

também prática acadêmica a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.

Nesse contexto, o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), criado a partir da integração entre os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) de Rio Verde, de Urutaí, da Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos, e Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE), se estabelece enquanto instituição de ensino promotora de uma Extensão pautada no desenvolvimento das microrregiões onde está inserido.

Como órgão de administração central, o IF Goiano tem uma Reitoria instalada em Goiânia, Capital do Estado. Em 2010, inaugura o *Campus* Iporá, localizado na região Oeste de Goiás e, em 2011, com uma nova expansão da Rede Federal, foi contemplado com três novos *campi*, que estão localizados nas cidades de Campos Belos, Posse e Trindade. Já em 2014, o IF Goiano foi contemplado com quatro *campi* avançados nos municípios de Catalão, Cristalina, Hidrolândia e Ipameri. No ano de 2018, a unidade de Cristalina, até então considerada *campus* avançado, tem sua tipologia alterada, tornando-se *campus*. Atualmente, o Instituto Federal Goiano é composto pela Reitoria e pelos *campi*: Campos Belos, Ceres, Cristalina, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade e Urutaí; e pelos *campi* avançados: Catalão, Hidrolândia e Ipameri e o Polo de Inovação Rio Verde.

A política institucional do IF Goiano, expressa no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) e (2019-2023) apresenta diretrizes que norteiam o desenvolvimento de ações voltadas para a resolução de problemas locais e regionais. Assim, ao longo de 11 anos, o IF Goiano desenvolve ampla diversidade de ações de ensino, pesquisa e extensão, articuladas com os arranjos produtivos locais e regionais (IFG, 2014, 2019).

Este artigo apresenta a estrutura organizacional da extensão, bem como políticas institucionais, resultados e o futuro da extensão nesta instituição.

Políticas de Extensão no IF Goiano e seus resultados

As políticas de extensão no IF Goiano foram implementadas, inicialmente, com objetivo de regulamentar ações, equiparar procedimentos e orientar docentes, técnicos administrativos e discentes em relação às diretrizes e premissas da extensão, para fomentar essa prática na instituição. Desse modo, buscou-se atender à Política Nacional de Extensão

Universitária, por meio da capacitação de gestores, divulgação de ações, estabelecimento de rede de cooperação com diferentes agentes externos, publicações de editais de fomento com disponibilização de bolsas para discentes e orientação à captação de recursos financeiros através de chamadas públicas.

Ao longo dos anos, alguns programas foram executados, por meio de editais específicos, com objetivo de conceder capacitação técnica a diferentes segmentos da sociedade, inclusão social, certificação de saberes, promoção da arte e cultura, difusão da prática esportiva entre discentes e servidores, divulgação de resultados de projetos e programas de extensão, fomento ao empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, acompanhamento de egressos e apoio ao intercâmbio cultural para servidores e discentes.

No período de 2012 a 2014, destaca-se a oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC em mais de 100 municípios do estado de Goiás.

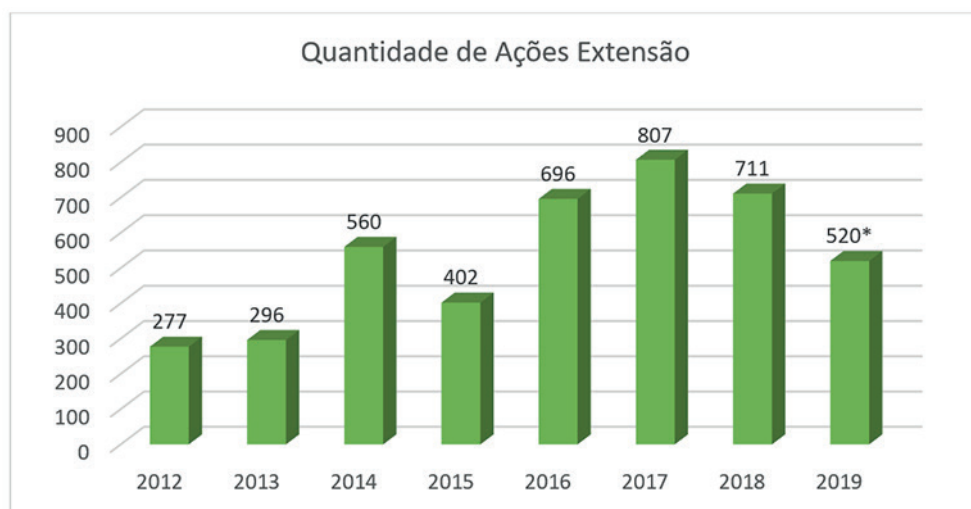
Nos últimos quatro anos (2016-2019), a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) do IF Goiano buscou consolidar a Política Institucional de Extensão por meio da aprovação de diversos Regulamentos que visam normatizar as ações e padronizar os procedimentos para o desenvolvimento das Ações de Extensão.

Em 2016, foram aprovados, por meio de Resoluções do Conselho Superior, os seguintes documentos: Regulamento para formulação e oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Regulamento Institucional das Ações de Extensão (Rae), Regulamento do Núcleo de Ciência, Arte e Cultura – Naif e Regulamento da Política de Acompanhamento de Egressos. Em 2017, foram aprovados o Regulamento de Estágio Supervisionado dos Cursos Técnicos e Superiores e o Regulamento do Processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais no âmbito da Rede Certific. Em 2018, mais três regulamentos passaram pela aprovação do Conselho Superior: Regulamento das Empresas Juniores, Regulamento do Programa Institucional de Incentivo à participação em Ações de Extensão para servidores (Pipex-servidores) e Regulamento do Programa Institucional de Incentivo à participação de discentes em Ações de Extensão (Pipex-discentes). Neste mesmo ano, houve a revisão do Regulamento para formulação e oferta de Cursos FIC, e, em 2019, o Regulamento da Política de Acompanhamento de Egressos também passou por revisão. Essas resoluções encontram-se disponíveis no portal do IF Goiano a partir de <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/documentos-extensao.htmls>.

Dessa forma, a Proex vem consolidando o registro das ações de extensão em sistema próprio - Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) - de submissão e acompanhamento dos programas, projetos, cursos e eventos desenvolvidos.

Além disso, houve a publicação de editais específicos, com fomento ou de fluxo contínuo, o que potencializou e qualificou os projetos submetidos. Nesse contexto, houve a publicação do edital de busca ativa, com o intuito de qualificar a escuta da comunidade externa e levantamento de demandas. Com o objetivo de democratizar a tomada de decisões e permitir um espaço de discussão da política de extensão do IF Goiano, houve a consolidação do comitê de extensão – central e locais – como instância consultiva e deliberativa. A figura 1 apresenta a quantidade de ações de extensão realizadas pelo IF Goiano entre os anos 2012 e 2019.

Figura 1 - Ações de Extensão realizadas entre os anos 2012 e 2019



Fonte: IFGoiano. Pró-Reitoria de Extensão

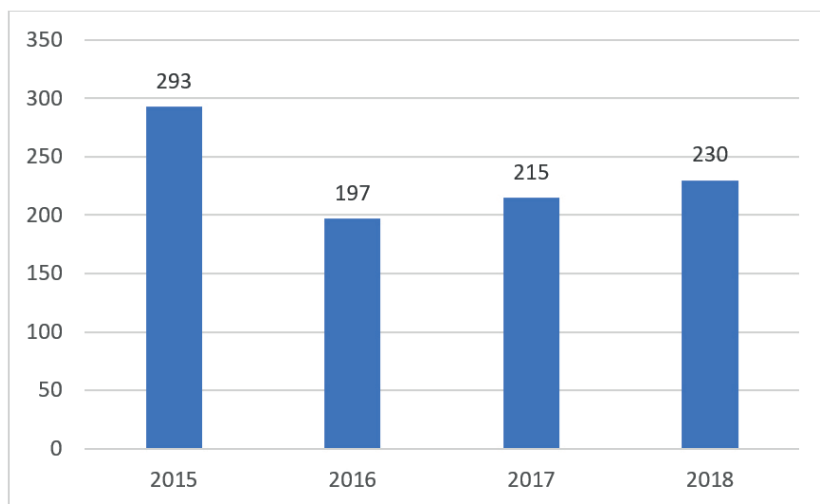
Estrutura da Extensão

Programas e projetos

A Pró-Reitoria de Extensão vem estimulando o desenvolvimento de programas e projetos nas mais diversas áreas, propostos e executados por servidores, com participação de discentes do IF Goiano e envolvendo parcerias externas com a comunidade.

A partir de 2016, o fomento passou a ser direcionado por meio de editais, contando com apoio e participação da Diretoria de Assistência ao Educando, ligada à Pró-Reitoria de Ensino e com participação direta dos *campi*. A Figura 2 apresenta o número de projetos e programas executados entre os anos de 2015 e 2018.

Figura 2 - Projetos e programas executados entre os anos 2015 e 2018



Fonte: IF Goiano. Pró-Reitoria de Extensão

O Programa Nacional Mulheres Mil tem o objetivo de promover a formação profissional e tecnológica articulada com o aumento da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2011a). No IF Goiano, o Mulheres Mil foi desenvolvido, de 2011 a 2012, nos *campi* Ceres, Iporá, Morrinhos, Rio Verde e Urutaí, por meio da oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) na área de Alimentos, Saúde e Confecção, dentre outras. Nos anos de 2013 e 2014, a oferta dos cursos foi ampliada para outros *campi* e aconteceu no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, chegando a alcançar várias cidades no estado de Goiás.

A partir de 2017, o Mulheres Mil foi retomado institucionalmente pela Proex, com a publicação de edital que viabilizou a oferta dos cursos FIC em seis *campi*: Ceres, Iporá, Hidrolândia, Posse, Rio Verde e Urutaí. Desde então, o Programa Mulheres Mil no IF Goiano vem ampliando seu escopo de ação na oferta de capacitação, por meio dos cursos e de Encontros Regionais (2017 e 2018), visando proporcionar formação humana, cultural, social e profissional às mulheres atendidas.

De 2017 a 2019, foram certificadas 438 mulheres em 14 cursos. Nos dois Encontros regionais realizados, em 2017 no *Campus* Goiânia do Instituto Federal de Goiás-IFG e em 2018 no *Campus* Urutaí, houve a participação de 105 e 80 mulheres estudantes, respectivamente.

Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC

Os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) têm como finalidade a inserção produtiva e exitosa de cidadãos, independentemente do nível de escolaridade, no mundo do trabalho, em consonância com a realidade local, regional e nacional, além de despertar nos cidadãos o interesse para o reingresso na escola.

Entre 2012 e 2014, os cursos FIC foram ofertados no IF Goiano, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011b). Atendendo ao chamado do Governo Federal, o IF Goiano mobilizou os *campi* Rio Verde, Urutaí, Ceres, Morrinhos e Iporá para organizar e ofertar cursos gratuitos e de qualidade, que visam capacitar estudantes e trabalhadores em sintonia com as necessidades concretas dos chamados arranjos produtivos locais, em vista da inclusão social, da diminuição da pobreza e das desigualdades sociais e do desenvolvimento local e regional. Foram executados 994 cursos com 21.977 matrículas em mais de 90 municípios no estado de Goiás.

A partir de 2017, a Proex induziu a oferta desses cursos através da publicação de editais de fluxo contínuo e com fomento, além de normatizar essa oferta por meio do cadastro dos cursos FIC no sistema acadêmico, por meio da Orientação Normativa PROEX nº 001/2018.

Ainda com o objetivo de aumentar as possibilidades de oferta de FIC, de acordo com a demanda local e regional, a Proex estabeleceu algumas parcerias importantes. Foi firmado Acordo de Cooperação com o Exército Brasileiro, para qualificar militares em fase de desmobilização; convênio com a Secretaria de Segurança Pública do estado, para capacitar guardas civis municipais; e com a Secretaria de Educação do Município de Aparecida de Goiânia, para ofertar cursos de qualificação profissional às comunidades de imigrantes residentes no município.

Reconhecimento e certificação de Saberes – Rede Certific

A Rede Certific é uma política pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores que buscam o reconhecimento formal de saberes, conhecimentos e competências desenvolvidos em processos formais e não formais de aprendizagem e na trajetória de vida e trabalho, por meio de processos de certificação profissional (BRASIL, 2009, 2014a).

No Instituto Federal Goiano, essa política está regulamentada pela Resolução nº 066/2017, emitida pelo Conselho Superior em 01 de dezembro de 2017. O projeto piloto de reconhecimento e certificação de saberes foi desenvolvido no *Campus Ceres*, de março a outubro de 2018, e envolveu as etapas de busca ativa, acolhimento, entrevista individual e coletiva, avaliação prática e complementação das competências por meio de dois cursos de qualificação profissional. Concluídas todas essas etapas, foram certificados 15 produtores rurais, de Ceres e região, que passam a ter sua formação inicial: FIC – produtor de queijo, tipo minas frescal.

Em 2019, o *Campus* continuou a desenvolver o Certific ofertando o processo de reconhecimento e certificação de saberes dos produtores rurais, na área de produtos derivados do leite.

Núcleo de Arte e Cultura do IF Goiano – Naif

O Núcleo de Ciência, Arte e Cultura do IF Goiano (Naif) foi criado por meio da Resolução nº 065/2016, cujo objetivo é fortalecer, valorizar e difundir as diversas manifestações culturais existentes no âmbito do IF Goiano. A demanda de criar um núcleo institucional surgiu da necessidade de ações articuladas para submissão de projetos com fomento interno e externo e, ainda, com a articulação de ações entre os *campi*. Além da implementação do Naif Institucional, foram criados os Núcleos Locais em cada *campus*.

A implementação do Naif impulsionou novas ações nos *campi*, diante disso, por meio da Proex, foram publicados desde 2016 editais específicos para projetos de Arte e Cultura com bolsa para os alunos participantes. Em 2017, foi elaborada uma cartilha para proposição de projetos, cuja finalidade é orientar, em âmbito institucional, a elaboração de propostas visando apoio à condução de programas e projetos de extensão voltados para ações exclusivas de arte e cultura. Outra ação importante que deve ser destacada foi a criação da Casa de Cultura no *Campus Rio Verde*, em 2018.

Foram executados 147 projetos na área de Arte e Cultura no IF Goiano durante esse período.

Política de egressos

Vinculada diretamente à Pró-Reitoria de Extensão e Diretorias de Extensão ou equivalentes dos *campi*, a Política de Egressos é uma política institucional do IF Goiano que promove um conjunto de ações para acompanhar o egresso em sua trajetória de formação e de atuação profissional na perspectiva de inserção e qualificação para o mundo do trabalho.

O acompanhamento de egressos tem se mostrado como um grande desafio na gestão da Extensão. Para viabilizar o desenvolvimento dessa política e a continuidade efetiva dessa ação e com intuito de alcançar um maior número de egressos, em 23/09/2018, foi instituído o Comitê Permanente de Acompanhamento de Egressos, integrando as três áreas fins do IF Goiano (ensino, pesquisa e extensão), sendo composto por servidores de diferentes setores de atuação da instituição, além da criação de comitês locais em cada *campus*, com igual configuração.

Como ferramenta de efetivação dessa Política, foi implantado o cadastro de egressos dos profissionais titulados pelo IF Goiano e disponibilizado um questionário sobre suas atuações profissionais no mundo do trabalho para fins de atualização cadastral e capacitação profissional. Além disso, os *campi* realizam regularmente Encontro de Egressos, nos quais são desenvolvidas atividades de integração e retroalimentação do relacionamento egresso-instituição.

Somente no primeiro mês, a implementação de um novo questionário com o apoio dos comitês locais dos *campi* e ampla divulgação no site institucional e redes sociais, foram obtidas 284 respostas dos egressos.

Eventos institucionais

A Proex promove a realização de eventos institucionais como meio de integração, capacitação e divulgação, potencializando a prática extensionista. Dentre estes, destacamos: Agro Centro-Oeste Familiar e Seminário Científico sobre Agricultura Familiar; Simpósio de Extensão – Simpex; Jogos dos Institutos Federais - JIF, SNCT – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; Intercâmbio sócio-esportivo.

Publicações

Com o objetivo de divulgar as ações de Extensão para as comunidades interna e externa, de forma a possibilitar que ela se torne visível e seja efetivamente utilizada, o Instituto Federal Goiano, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, disponibiliza suas publicações científicas desde 2012.

Para evidenciar o trabalho extensionista realizado na instituição, foi lançada, em 2017, a Revista Ação e Sociedade, que reúne os projetos, ações e cursos de Extensão realizados nos *campi*, por meio de relatos das práticas desenvolvidas por servidores e discentes. Em 2020, a revista chega à sua quarta edição, oportunizando a participação da comunidade e socialização do trabalho realizado.

O IF Goiano promove, desde 2012, o Seminário Científico sobre Agricultura Familiar, que ocorre durante a Feira Agro Centro-Oeste Familiar, com o intuito de incentivar a pesquisa nessa área e fomentar um espaço de divulgação das produções técnicas e científicas relacionadas à temática, o que se traduz na publicação dos Anais do referido evento.

Curricularização da Extensão

A partir de 2019, em atendimento ao Plano Nacional de Educação (2014-2024) (BRASIL, 2014b), e a Resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação – Art.4º e 8º (BRASIL, 2018), a curricularização da extensão vem sendo implementada em ação conjunta entre Pró-Reitorias de Ensino e Extensão, diretorias equivalentes nos *campi*, núcleos docentes estruturantes, registros escolares e coordenações de tecnologia da informação, apoiados por comissão central dedicada a esta temática.

Dessa maneira, tornou-se urgente o aprofundamento desse debate e o estabelecimento de estratégias para a implantação da curricularização, considerando não apenas sua pertinência e os prazos previstos em lei para sua implementação. O IF Goiano tem se adiantado neste processo, com a elaboração da “Minuta da Curricularização da Extensão para os cursos de Graduação” e, ainda, com o debate permanente sobre o tema, com o objetivo de indicar propostas metodológicas e a direção a ser seguida para atender a demanda social da região na qual está inserido.

O futuro da extensão no Instituto Federal Goiano

Diante da política de extensão já desenvolvida no IF Goiano, reconhecemos o avanço alcançado nos últimos dez anos, ao mesmo tempo em que identificamos os desafios que devem compor a agenda futura.

O primeiro desafio que pode ser elencado é a necessidade de qualificar as ações extensionistas desenvolvidas no IF Goiano por meio de maior atendimento às demandas efetivas dos diferentes setores da comunidade externa e do aperfeiçoamento da metodologia dos projetos e programas de extensão. Para isso, apontamos a necessidade do desenvolvimento de curso de capacitação destinado aos servidores, a fim de aperfeiçoar a elaboração e a avaliação dos projetos e programas.

Além disso, no contexto da curricularização da extensão, o sistema de registro e avaliação das ações deve ser aprimorado, assim como as possibilidades de trabalho integrado entre as áreas de formação (interprofissionalidade) e a interação com agentes externos devem ser ampliadas.

Finalmente, ressalta-se a necessidade de criação de um sistema de cadastro e acompanhamento de egressos e a consolidação da regulamentação e funcionamento das empresas juniores no IF Goiano, bem como a implantação de incubadoras com o propósito de estabelecer parcerias com empresas e organizações.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRASIL. Portaria nº 1.082, de 20 de novembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC e dá outras providências. **Diário Oficial União**, Brasília, 23 nov. 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília, 2011b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm. Acesso em: 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2014b. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 2020.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 5, de 25 de abril de 2014. Dispõe sobre a reorganização da Rede Nacional de Certificação Profissional - Rede CERTIFIC e dá outras providências. **Diário Oficial União**, Brasília, 2 maio 2014a.

BRASIL. MEC. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social e dá outras providências. **Diário Oficial União**, Brasília, 22 jul. 2011a.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (Brasil). **Extensão Tecnológica.** Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá, MT: CONIF/IFMT, 2013.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI, 2014-2018.**

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI, 2019-2023.**



DEZ ANOS DE EXTENSÃO NO IFC

Katia Linhaus de Oliveira¹⁰⁸; Rafael Andrade¹⁰⁹

Introdução

O Instituto Federal Catarinense (IFC) foi criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio. Também foram incorporados à rede os colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. Hoje, a trajetória formativa do IFC se integra às demandas sociais e aos arranjos produtivos locais/regionais com cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação – lato e stricto sensu (IFC, 2018).

Atualmente, o IFC possui 15 *campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, e a Reitoria, instalada na cidade de Blumenau. Ao todo, são 14.333 alunos, 157 cursos oferecidos e um quadro de 1.058 docentes e 863 técnicos administrativos (IFC, 2019).

Breve histórico da Extensão

Apesar de o IFC ter sido criado em 2008, quando ficou estabelecida a articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de forma indissociável na

¹⁰⁸ Assessora da Pró-Reitoria de Extensão.

¹⁰⁹ Diretor de Extensão.

educação profissional, as primeiras ações de extensão somente ganharam corpo com as promulgações das resoluções de concessões de bolsas, comitês de Extensão e a própria resolução que ampara as atividades da Extensão no âmbito do IFC, todas publicadas no ano de 2012. Os primeiros anos foram marcados pelo desafio de criar uma cultura da Extensão, reunindo os novos *campi* numa mesma proposta de gerenciamento de ações. Os *campi* que passaram a integrar o IFC eram antigas autarquias que tinham autonomia na realização de suas atividades, cada um com sua diversidade e singularidade.

O professor Carlos Renato Victória de Oliveira¹¹⁰, Pró-Reitor de Extensão durante a primeira gestão do IFC (2009-2012), relatou sobre o desafio de organizar o trabalho da Pró-Reitoria. Além das dificuldades relacionadas à escassez de recursos financeiros e humanos, de uma tendência entre professores e alunos em atribuir maior valor à Pesquisa, ainda havia pouca compreensão sobre o que viriam a ser as práticas e as ações de Extensão.

Em consulta aos primeiros relatórios de gestão, pode-se observar que faziam parte das atribuições da extensão algumas ações que, mais tarde, viriam a se estabelecer como competência da Pró-Reitoria de Ensino, a exemplo do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (Napne); da implantação e coordenação do Plano de Assistência Estudantil; da implantação do Programa de Educação Tutorial (Pet) e dos jogos estudantis do IFC. No entanto, mesmo diante dessas dificuldades, algumas ações começaram a ganhar importância e foram sendo consolidadas ao longo dos anos, a exemplo dos programas e projetos de Extensão, da concessão de bolsas de extensão, do apoio a eventos e da assinatura de convênios de estágios. Além dessas atividades, destacam-se: no ano de 2010, a participação do IFC na organização da 1ª Feira Nacional de Matemática; e em 2011, o primeiro acordo de cooperação técnica internacional com o Instituto Metropolitano de Tecnologia da Colômbia, a publicação da resolução dos cursos Formação Inicial e Continuada (FIC) e a implantação do programa governamental Mulheres Mil e do programa Fies - Pronatec.

A nova gestão, iniciada no ano de 2012, deu continuidade aos programas já existentes e ampliou a oferta de projetos de ação social, por meio da implementação de ações sociais inclusivas e de tecnologias, priorizando as populações e comunidades em situação de risco. Além de projetos em parceria com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais

¹¹⁰ Depoimento por e-mail em 26 de março de 2020.

(Apae) da região, foram ofertados cursos FIC e atividades dos programas Mulheres Mil, Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e da Rede Certific.¹¹¹ Neste mesmo ano, foram aprovadas as primeiras resoluções que dariam suporte maior às atividades extensionistas, com destaque para a política de extensão no âmbito do IFC. Regulamentada pela Resolução nº 54 – CONSUPER/2012 (IFC, 2012), estabelece, como definição e princípios para o IFC, a Extensão como processo educativo, cultural e científico que articula, de forma indissociável, o Ensino, a Pesquisa-Inovação e a Extensão, a partir de um conjunto de atividades que promovam a articulação entre o saber fazer e a realidade econômica, social, ambiental e cultural da região na qual o IFC está inserido. A perspectiva adotada objetiva contemplar uma relação dinâmica entre os saberes, em dialogismo com a comunidade. Nessa mesma resolução foram definidas como dimensões da Extensão no IFC as seguintes ações ou atividades: programas; projetos; serviços, produtos e processos tecnológicos; eventos; fomento ao estágio e emprego; curso de formação profissional e tecnológica; produção e publicação; empreendedorismo; relação interinstitucional; acompanhamento de egressos; prestação de serviços e bolsas de extensão – atividades que previam e demandavam regulamentação própria, processo que ocorreu nos últimos anos.

O ano de 2013 foi marcado pelo esforço do fortalecimento do trabalho entre Ensino/Pesquisa/Extensão por meio da destinação de recursos para projetos e eventos conjuntos. Intensificaram-se as atividades relacionadas ao estágio e iniciação ao trabalho, bem como a prestação de serviços, aplicação do TOEFL e os programas de intercâmbio. Nesse ano, foram aprovadas as resoluções relativas à regulamentação de estágios (IFC, 2013a), à regulamentação de programas e projetos (IFC, 2013b) e à regulamentação dos cursos FIC (IFC, 2013c). Pode-se dizer que as ações estruturadas a partir dos programas e projetos de Extensão foram uma espécie de eixo às demais propostas de atividades extensionistas no IFC.

Além do lançamento de editais internos de apoio a programas e projetos, a bolsas de extensão e a eventos, da seleção interna à participação no edital PROEXT/2015 MEC/SESu e da continuidade aos convênios de estágio e cooperação técnica, a novidade para o ano de 2014 foi o lançamento da Revista de Extensão Tecnológica do IFC, com relatos de experiência de alguns dos projetos de Extensão realizados no âmbito do instituto. Inicialmente impressa, a revista de publicação semestral foi lançada com o objetivo de possibilitar o intercâmbio de práticas, reflexões

¹¹¹ Proeja e Certific passaram a ser atribuições da Pró-Reitoria de Ensino no ano de 2013.

e resultados de ações de Extensão desenvolvidas pelo IFC, bem como por outras instituições de educação. O primeiro número foi lançado em junho de 2014 (ISSN impresso 2358-2499) com publicação impressa até o Ano 2, Número 3, de junho de 2015.

Na esteira de apoio às propostas de publicações oriundas de atividades do IFC, em 2015 foi lançado o primeiro edital para a publicação de livros, quando foram contempladas quatro obras impressas, de autoria de servidores, técnicos e alunos. Nesse mesmo período, iniciaram-se os estudos de viabilidade de implantação de incubadoras nos *campi*. O objetivo de estabelecer um programa de parcerias nacionais e internacionais foi alcançando seus primeiros resultados com o encaminhamento de alunos para estágio internacional, com a participação de servidores na capacitação do curso intensivo de inglês – *ESL Alamo Colleges*, e com a participação de 3 professores no Programa Setec-Capes/NOVA de capacitação de línguas.

No que diz respeito à regulamentação das atividades de extensão, duas novas resoluções foram aprovadas em 2015: as normas para criação e funcionamento das Empresas Juniores (IFC, 2015a) e o regimento do Comitê de Extensão de *Campus* do IFC (IFC, 2015b).

Com a nova gestão, no início de 2016, novos desafios foram lançados. A partir da proposta de fortalecimento das ações de indissociabilidade entre Ensino/Pesquisa/Extensão, foram lançados oito editais abrangendo: o apoio a programas e projetos de APL; a promoção de eventos no IFC; a publicação e participação em eventos internos e externos; o incentivo à inovação; a publicação de livros e a concessão de bolsas para auxílio às coordenações de Extensão e Pesquisa nos *campi*. Nesse ano, coube a Pró-Reitoria de Extensão do IFC, em parceria com o *Campus* Camboriú, a organização do 34º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul – Seurs¹¹².

O principal evento de Extensão universitária do Sul do país promove o intercâmbio entre as instituições de Ensino, estimula discussões e trocas de experiências sobre as ações de Extensão. O evento foi um sucesso de público com a estimativa de 1.500 participantes, com apresentação de 352 trabalhos, 15 oficinas, 9 apresentações culturais e participação de 4 escolas municipais de Camboriú, localidade sede do evento. Houve também a participação conjunta da Reitoria e dos *campi* na organização de outros eventos importantes, como a Mostra Nacional de Iniciação Científica e

¹¹² Os anais dos eventos e demais dados podem ser conferidos na página oficial: <http://eventos.ifc.edu.br/seurs2016/>.

Tecnológica Interdisciplinar (MICTI¹¹³) denominada IFCultura, o Seminário Integrado de Ensino Pesquisa e Extensão (Siepe) e a retomada do apoio às Feiras de Matemática. Ainda em 2016, foi criado o *Portal de Egressos*, que se tornou uma importante ferramenta de apoio à política institucional de acompanhamento dos egressos da instituição.

As atividades já consolidadas, como os programas e projetos de Extensão, convênios de estágio, cooperação técnica e apoio a eventos, continuaram a trazer resultados significativos quanto à missão da extensão como processo educativo de integração e compartilhamento de saberes entre instituição e comunidade. No ano de 2017, o fomento junto ao Colégio de Dirigentes para ampliação da dotação orçamentária para as atividades de extensão foi um dos objetivos estratégicos para a ampliação dessas atividades nos *campi*. Destaca-se o lançamento de editais de apoio às ações sociais, como também editais de fluxo contínuo, descentralizado aos *campi*, como garantia de formalização das ações de extensão realizadas a qualquer tempo. Por sua vez, a concessão de bolsas aos discentes foi viabilizada de duas maneiras: em edital próprio ou pela inclusão nos editais de programas e projetos. Atendendo a uma necessidade da instituição, também foram disponibilizadas bolsas específicas para o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de eventos para o IFC e para a adequação de acessibilidade do site institucional, na Fábrica de Software do *Campus Araquari*.

O diretor da Pró-Reitoria de Extensão nos anos de 2018 e 2019, Éliton Pires, relatou¹¹⁴ que as maiores dificuldades destes dois últimos anos dizem respeito à escassez de recursos financeiros, cortes orçamentários e equipes muito enxutas, tanto na Pró-Reitoria como nos *campi*. O principal desafio foi elaborar propostas de ações de impacto à comunidade com baixo custo e a necessidade do esforço coletivo entre a equipe da Reitoria, Coordenadores de Extensão dos *campi* e respectivos gestores. As principais estratégias adotadas neste período foram: a integração do Ensino e do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) nos editais integrados e a destinação de, ao menos, 1% do orçamento do próprio *campus* para a Extensão, que resultou na publicação de editais de fomento interno em cada *campus* do IFC.

Desde o início da gestão, um dos objetivos propostos era a retomada da Revista de Extensão Tecnológica e sua migração para a plataforma digital. Apesar das inúmeras dificuldades encontradas em relação à falta de

¹¹³ A MICTI, que em 2019 teve sua 12ª edição e o IFCultura, na sua 5ª edição, são eventos anuais, abertos à comunidade interna e externa do IFC. Tem o propósito de divulgar os trabalhos de Pesquisa e de Extensão desenvolvidos no IFC e em outras instituições de ensino no Brasil.

¹¹⁴ Em depoimento por e-mail em 25 de março de 2020.

pessoal e a exigência e prioridade de outras demandas, em 2019 e início de 2020 foram publicados dois números da revista digital de Extensão Tecnológica do IFC na plataforma OJS.

Outras ações que merecem destaque nesse período dizem respeito à implementação e ao fortalecimento de novas atividades no âmbito da Extensão do IFC, como: fomento às ações de empreendedorismo e inovação; suporte para a criação de novas empresas juniores e conquista do selo de Instituição Amiga do Empreendedor; institucionalização do programa Jovem Aprendiz; fortalecimento e defesa das práticas profissionais, especialmente do estágio; implantação do Módulo Egresso no Sigaa – IFC por meio de uma parceria com o Instituto Federal do Pará – IFPA. Algumas dessas atividades tiveram seus regulamentos aprovados pelo Conselho Superior do IFC, no início de 2020: Política de Acompanhamento de Egressos¹¹⁵; Regulamento da Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos e Solidários e a Política de Internacionalização da Educação. São ações que exigirão uma atenção especial nos próximos anos para a consolidação de atividades em benefício da comunidade.

Por fim, foi elaborada a construção do texto base para a curricularização da extensão nos cursos de nível médio e a aprovação de proposta para criação de Comissão Institucional para Curricularização da Extensão nos cursos de graduação.

Extensão em Números

A Pró-Reitoria de Extensão do IFC mantém o registro das ações oficiais nos relatórios de gestão desde 2009 (<http://ifc.edu.br/relatorio-de-gestao/>) e, a partir de 2019, as ações podem também ser visualizadas no Portal Dados Abertos do Governo Federal (<http://dadosabertos.ifc.edu.br/dataset?tags=PROEX>).

A Tabela 1 apresenta a evolução do IFC desde 2009. Para se ter uma ideia de crescimento, as ações de Extensão são comparadas com o número total de alunos em cada ano apresentado.

¹¹⁵ O Programa de Atendimento aos Egressos (IFC-PróEgresso) visa o desenvolvimento de ferramentas institucionais para avaliação das ações da extensão e dos demais organismos institucionais.

Tabela 1 - Evolução das ações de Extensão do IFC nos últimos 10 anos

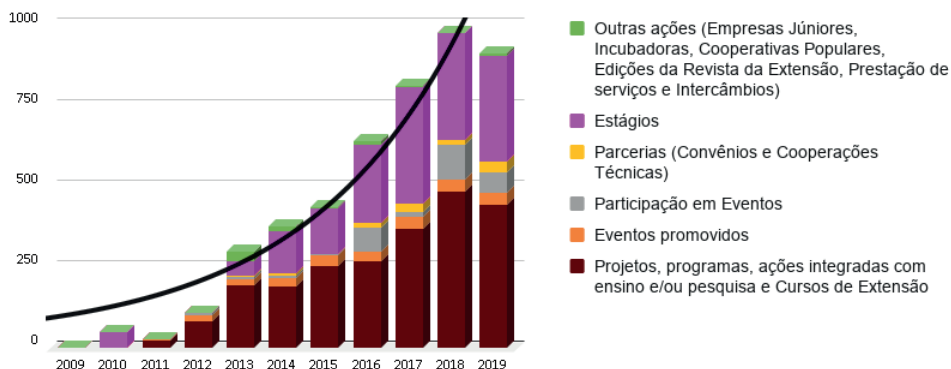
Ação \ Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Número total de alunos	2.333	2.970	4.111	6.839	8.451	7.788	8.883	11.708	13.712	14.861	14.333	95.989
Egressos	76	818	1.440	2.010	4.243	6.905	8.060	7.641	4.886	4.786	5.439	46.304
Projetos, programas e ações integradas com Ensino e/ou Pesquisa	0	0	23	84	194	193	254	271	371	486	443	2.319
Eventos promovidos	1	2	4	17	20	24	34	27	35	38	39	241
Participação em Eventos	0	0	0	8	9	9	4	77	18	108	64	297
Parcerias (Convênios e Cooperações Técnicas)	0	0	0	1	2	8	2	14	23	13	33	96
Estágios	0	47	0	1	44	129	140	241	364	332	327	1.625
Outras ações*	0	0	0	0	32	14	2	11	1	1	9	70

* Representam: Empresas Júniores, Incubadoras, Cooperativas Populares, Edições da Revista da Extensão, Prestação de serviços e Intercâmbios
Fonte: IFC. Proex

Também faz parte deste comparativo a quantidade de alunos que concluíram os cursos no IFC. À medida que a instituição foi ganhando corpo, novos alunos foram ingressando e novas resoluções foram aprovadas para amparar e fortalecer a Pró-Reitoria de Extensão, assim como a quantidade de ações de Extensão também foram se intensificando. A figura 1 apresenta a relação do total de alunos regularmente matriculados no IFC com o total de ações de Extensão no mesmo período.

Figura 1 - Total de ações de Extensão no período de 2009 a 2019

Total de Ações de extensão no período.



Fonte: IFC. Proex

Percebe-se um crescimento bem próximo à quantidade de alunos, à exceção dos anos de 2016, 2017 e 2018, nos quais as atividades de

Extensão caíram em relação ao número de alunos, fato este que pode ser diretamente proporcional aos cortes orçamentários e ao contingenciamento dos últimos anos.

Considerações finais

Por meio dos programas e projetos de extensão, dos incentivos aos eventos, dos estágios e do acompanhamento dos egressos, o IFC tem buscado fortalecer sua relação com a sociedade. Empresas e instituições públicas e privadas têm firmado acordos no intuito de articular o Ensino, a Pesquisa-inovação e a Extensão. Essa articulação começa com os seus principais parceiros que recebem os nossos estudantes para realização de estágios.

As cooperações técnicas estabelecidas pelo IFC caracterizam-se pela troca de conhecimentos entre os parceiros, pela concepção de projetos que reconheçam as peculiaridades, necessidades ou problemas locais, dessa forma transferindo à sociedade a pesquisa que é realizada nos laboratórios ou outros espaços.

Para os próximos anos, pretende-se também incentivar a inserção de incubadoras tecnológicas, de Cooperativas Populares e Sociais em seus *campi*, assim como também articular ações empreendedoras, como eventos e desafios de inovação, além da curricularização da extensão. Essa última ação faz parte do planejamento estratégico da instituição, no qual foram aprovadas as primeiras ações de curricularização nos projetos pedagógicos dos cursos realizados em 2019.

O ano de 2020 marca o início de uma nova gestão à frente da Pró-Reitoria de Extensão. Além de dar continuidade às ações de Extensão já consolidadas no âmbito do IFC, para os próximos anos, pretende-se incentivar a inserção de incubadoras tecnológicas, de cooperativas populares e sociais em seus *campi*, articular ações empreendedoras, como eventos e desafios de inovação, bem como fortalecer as ações de Internacionalização da Educação do Instituto Federal Catarinense.

A Assessoria de Relações Internacionais, que passou a fazer parte da Pró-Reitoria de Extensão em 2020, tem o grande desafio de promover e ampliar a inserção internacional de estudantes e servidores da instituição, com o principal objetivo de maximizar a visibilidade do IFC perante a sociedade global. Outra meta a ser alcançada é a curricularização da Extensão, que também faz parte do planejamento estratégico do IFC. Nos

projetos pedagógicos dos cursos realizados em 2019, já foram aprovadas as primeiras ações de curricularização.

O primeiro passo já foi dado, mas ainda há muito a se discutir. É muito importante, para o sucesso da instituição, que todos os *campi* trabalhem em conjunto, tanto coordenadores de Extensão, de Estágio e de Egressos quanto os servidores, bolsistas e voluntários, para que as oportunidades de inserção na comunidade sejam destaque para os institutos federais.

É preciso investir na formação de alunos e servidores, para que ambos busquem uma maior integração com a sociedade, objetivando melhorar a qualidade de vida das comunidades próximas aos institutos. A extensão tem o papel claro de articular com a sociedade, não somente no tocante à educação, mas também na transformação de ações em benefícios às comunidades.

Referências

IFC. INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Pesquisa Institucional, Senso Interno**. Disponível em: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Censo-Interno-Setembro-2019-2.pdf>. 2019. Acesso em: 26 mar. 2020.

IFC. INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Portal do IFC**: Sobre o IFC. 23 nov. 2018. Disponível em: <http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/> Acesso em: 20 mar. 2020.

IFC. INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 017 CONSUPER, de 02 de julho de 2013**. Aprova a resolução *Ad Referendum* nº 014 CONSUPER/2013. Dispõe sobre a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, conforme Anexo I. 2013a. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%3%87%3%83O-017-2013-Aprova-resolu%3%a7%3%a3o-Ad.-ref.-014-2013-Regulamenta%3%a7%3%a3o-Est%3%a1gios-PROEX.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

IFC. INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 062 CONSUPER, de 25 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a regulamentação de Programa de Extensão e Projeto de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. 2013b. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/>

RESOLU%c3%87%c3%83O-062-2013-Aprova-Regulamento-de-Programa-de-Extens%c3%a3o-e-Projeto-de-Extens%c3%a3o-IFC.pdf. Acesso em: 26 mar. 2020.

IFC. INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 063 CONSUPER, de 25 de setembro de 2013.** Dispõe sobre a regulamentação de Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. 2013c. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%c3%87%c3%83O-063-2013-Aprova-Regulamento-Curso-FIC-ou-Qualifica%c3%a7%c3%a3o-Profissional-IFC.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

IFC. INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 008 CONSUPER, de 31 de março de 2015.** Dispõe sobre as Normas para criação e funcionamento de Empresas Juniores no âmbito do IFC. 2015a. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2015/02/RESOLU%c3%87%c3%83O-008-2015-Aprova-Normas-para-cria%c3%a7%c3%a3o-Empresas-Juniores.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

IFC. INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 010 CONSUPER, de 31 de março de 2015.** Dispõe sobre o Regimento do Comitê de Extensão de Câmpus do Instituto Federal Catarinense. 2015b. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2015/02/RESOLU%c3%87%c3%83O-010-2015-Aprova-Regimento-Comit%c3%aa-de-Extens%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

IFC. INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 054:** Consuper/2012. Regulamenta as Atividades de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Blumenau, SC, 18 set. 2012. Disponível em: <http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%c3%87%c3%83O-054-2012-Atividades-de-Extens%c3%a3o-Aprovadas-CONSUPER-SET-12.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.



ORGANIZADORES



Régia Lúcia Lopes

Engenheira civil e mestre em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) desde 1991. Professora Titular desde agosto de 2015. Ministra disciplinas no ensino Técnico, Graduação Tecnológica e Pós-graduação, em cursos nas Áreas de Saneamento e Meio Ambiente. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Uso Sustentável de Recursos Naturais (PPgUSRN) do IFRN desde 2015. Nas áreas de gestão, atuou como coordenadora do Curso de Saneamento, gerente da Área de Tecnologia Ambiental, coordenadora de pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Cefet-RN, coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Meio Ambiente, Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFRN e Pró-reitora de Extensão do IFRN de setembro de 2012 a abril de 2020. Consultora da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN (Funcern), Pesquisadora no Núcleo de Estudos de Saneamento Básico (Nesb) do IFRN. Tem experiência na área de Engenharia Civil, Sanitária e Ambiental, com ênfase em Gestão de Resíduos Sólidos, Limpeza Pública, Tratamento de Resíduos e Aterros Sanitários.



Renato Tannure Rotta de Almeida

Possui graduação (1997), mestrado (1999) e doutorado (2005) em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Espírito Santo. Em sua formação, desenvolveu trabalhos de pesquisa em sistemas de telecomunicações. Ingressou no Cefet-ES como professor em 2003, onde atuou em 2008 e 2009 como coordenador do Programa Institucional de Iniciação Científica – Pibic. Em seguida coordenou a implantação do Programa Institucional de Apoio a Grupos de Pesquisa do Ifes. Em sua unidade de lotação, Ifes – Campus Serra, atuou como coordenador adjunto de pesquisa de 2011 a 2013, período em que passou a desenvolver projetos de extensão na área de tecnologia e produção junto à Incubadora do Ifes. Foi membro fundador da Câmara de Extensão do IFES, colaborando com as primeiras regulamentações. Em 2013, passou a trabalhar como Pró-reitor de Extensão do Ifes. Atuou como Coordenador Nacional do Fórum de Pró-reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional (Forproext) em 2018 e 2019.



Essentia
E D I T O R A
I F F L U M I N E N S E

Tipologia Capa Lemon Milk
Tipologia Miolo Semplicità
Aller
Formato 17 x 24 cm

